



Gonçalo da Silveira, um missionário da primeira globalização

**As primeiras missões jesuítas na África Oriental no Século XVI,
em Tongue e Karanga/Monomotapa**

Autor:

Manuel Maria Vilas-Boas Tavares

Dissertação

de

MESTRADO EM HISTÓRIA DO IMPÉRIO PORTUGUÊS

(Julho de 2020)

(Versão corrigida e melhorada após a defesa pública em 23.03.2021)

Gonçalo da Silveira, um missionário da primeira globalização
As primeiras missões jesuítas na África Oriental no Século XVI,
em Tongue e Karanga/Monomotapa

Manuel Maria Vilas-Boas Tavares

Dissertação para cumprimento dos pressupostos visando a obtenção do grau de
Mestre em História do Império Português

Com a orientação científica do
Senhor Professor Doutor João Paulo Oliveira e Costa

(Julho de 2020)

Dedicatória

À Joana

Agradecimentos

Esta investigação só foi possível pela inspiração suscitada por vários professores deste Curso de Mestrado, de cujas aulas e estudos beneficiei, por a estas ter assistido ou lido os respectivos textos, os quais sugeriram percursos e o aprofundamento de outros estudos em determinadas áreas, mormente no quadro das chamadas dimensões religiosas do Império Português.

Algumas investigações, comunicações ou textos da autoria de historiadores como Luiz Filipe Thomaz, João Paulo Oliveira e Costa e Artur Teodoro de Matos, entre muitos outros, focalizaram aspetos relativos à «diáspora missionária» ou «L'Explosion Missionnaire», chamando a atenção para o interesse no conhecimento da interacção estabelecida entre alguns religiosos europeus no quadro da primeira globalização com outros povos, em vários pontos do Império Português, particularmente dos Jesuítas desde Goa, a partir da quarta década do Século XVI.

Antes de mais agradeço a disponibilidade do Senhor Professor Doutor João Paulo Oliveira e Costa, para ser meu orientador de tese, que amavelmente sugeriu caminhos para a investigação, e um olhar mais atento sobre algumas dimensões da evangelização na África Oriental, e das primeiras missões jesuítas ali protagonizadas por Gonçalo da Silveira e alguns dos seus companheiros, vistas por alguma historiografia posteriormente como um fracasso, mas que ainda hoje merecem a atenção de investigadores, e são objecto de controvérsia.

Não posso deixar de manifestar o meu apreço aos responsáveis pela Revista Brotéria, em particular ao seu Diretor Doutor António Júlio Trigueiros, pelas consultas efetuadas nas instalações da Biblioteca da Brotéria. E ao Padre Pascual Cebolada, S.J, da Postulazione da Cúria, em Roma, pela consulta do acervo documental existente sobre o processo de beatificação de Gonçalo da Silveira. Ao Diretor do Arquivo Romano da Companhia de Jesus (*Archivum Romanum Societatis Iesu*- ARSI), e ao Padre Francisco Correia, S.J., em Lisboa, agradeço igualmente as facilidades que me permitiram consultas, pesquisas, ou trocas de impressões sobre as primeiras missões jesuítas na Costa Oriental de África; o responsável pela Postulazione tornou viável uma pesquisa sobre o processo apostólico instruído na Cúria Eclesiástica de Évora, sobre o martírio do Servo de Deus Gonçalo da Silveira, de 1631, bem como alguma epistolografia de

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

correspondência, de 1904-1915, relativa a algumas propostas para a sua beatificação também já efetuadas no Século XIX (APG XXXXIX: Gonzalvus da Silveira).

Seria injusto não registar o profissionalismo e amabilidade de todos aqueles que me permitiram efectuar as consultas na Biblioteca da Faculdade de Ciências da Universidade Nova de Lisboa, no Arquivo Histórico Ultramarino, e na Torre de Tombo, a quem estou grato.

Também gostaria de forma particular agradecer ao meu irmão José Augusto, todo o apoio e encorajamento que foi dando ao longo deste percurso.

Lista de Abreviaturas

AGU - Agência Geral do Ultramar

AGC - Agência Geral das Colónias

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino

ANAIS - Anais de história de além-mar, do CHAM, Centro de Humanidades, da Faculdade de Ciências Sociais Humanas da Universidade Nova

ANTT - Arquivo Nacional da Torre do Tombo

AO - Apostolado da Oração

APO - Archivo Portuguez Oriental

ARSI - Archivum Romanum Societatis Iesu

BAL - Biblioteca do Palácio da Ajuda

BND - Biblioteca Nacional Digital

BNP - Biblioteca Nacional de Portugal

BROTÉRIA - Revista Brotéria.

CC - Corpo Cronológico

CCCM - Centro Científico e Cultural de Macau

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

CHAM - Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Universidade Nova de Lisboa

CEHR - Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa.

Cfr. - Confrontar

CNCDP - Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses

Coord. - Coordenação

CX. – Caixa

DEP- Dicionário de Expansão Portuguesa – 1415-1600, dir. Francisco Contente Domingues, 2 vol., Maia, Círculo de Leitores, 2016.

DHDP - Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses, dir. Luís de Albuquerque; Coord. Francisco Contente Domingues, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, 2 vols.

DHMPPPO - Índia - Documentação para a História do Padroado Português do Oriente – Índia (1498-1599).

DHRP - Dicionário da História Religiosa de Portugal, 4 volumes., (dir. Carlos Alberto Moreira de Azevedo), Lisboa, Círculo de Leitores, 2000-2001.

DPMAC - Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central, National Archives of Zimbabwe; Universidade Eduardo Mondlane, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica e Tropical, E. Axelson, vol. VII e VIII

D. I. - Documenta Indica, direção Joseph Wicki, S. I., 18 Volumes, Roma: Institutum Historicum Societatis Iesu, 1974-1984

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

DIR – Direção

EPISTOL. MIXTAE – Epistolae Mixtae ex variis europeu locis ab anno 1537 ad 1556 scriptae: Tomus Primum (1537-1548), Tomus Secundus (1449-1552), Tomus Tertius (1553), Tomus Quartus (1554-1555), Tomus Quintus (1555-1556).

EVE - Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa, do CHAM

FEC - Fundação Evangelização e Culturas

HGM - História General de las Misiones, Baron de Henrion, Barcelona, Libreria de D Juan Oliveres, 1863.

HRP - História Religiosa de Portugal, direção de Carlos Moreira Azevedo, 3 Volumes, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000-2002.

HCJAP - História da Companhia de Jesus na Assistência em Portugal, 7 Volumes, Livraria do Apostolado da Imprensa, Porto, 1944.

IICT - Instituto de Investigação Científica Tropical

INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda

JICU - Junta de Investigação Científica do Ultramar

LITT QUADR, – Litterae-quadrimestres ex universis, praeter Indiam et Brasiliam, Tomus Primum (1546-1552), Tomus Secundus (1552-1554), e Tomus Tertius (1554-1555), Tomus Quartus (1556), Tomus Quintus (1557-1558), Tomus Sextus (1559-1560), Tomus Septimus (1561-1562).

MC.- Maço

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

MHSJ – Monumenta Historica Societatis Iesu

p./pp - pág./páginas

s/n - sem nome

STUDIA- Revista Studia do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, do Instituto de Investigação Científica e Tropical

UCP - Universidade Católica Portuguesa

UEM - Universidade Eduardo Mondlane

UNL - Universidade Nova de Lisboa

Vol. - Volume

Resumo

No fim de março de 1556, partiram de Lisboa um grupo de 14 jesuítas, enviados para as missões do Oriente, entre os quais também se destacava o Padre Gonçalo da Silveira, com as funções de Provincial da Índia. Em setembro de 1556, chegaram a Goa, o centro político e administrativo do Estado da Índia. Alguns destes jesuítas iam com a missão específica de intervenção apostólica junto do *Preste João*. Os demais eram enviados para outras missões na Índia, mas todas essas missões eram concebidas como um empreendimento global, facilitado no quadro do Padroado Português.

Foi também a partir de Goa que foram impulsionadas as primeiras missões na África Oriental, facilitadas pela rede de contactos estabelecida por comerciantes portugueses, que conheciam as rotas entre a costa e o seu interior.

As primeiras missões junto do Reino de Tongue decorreram entre 1560 e 1562, ficaram à responsabilidade de Silveira e mais dois companheiros, o Padre André Fernandes e o irmão André Costa. Em setembro de 1560 o Padre Gonçalo da Silveira partiu para o centro do Império Karanga, uma vez que pretendia uma rápida conversão ao cristianismo do imperador Monomotapa, o qual tinha uma influência dominante relativamente aos reinos vizinhos, numa aposta na eficácia de uma “cristianização descendente”.

Pretende-se compreender as estratégias de evangelização, abordar os objectivos traçados para as primeiras missões jesuítas realizadas no interior de África no período indicado, relevando a experiência anterior de Silveira na Índia, e a sua visão, e dos seus companheiros quanto a essas missões, num quadro de uma primeira globalização e de uma nova diáspora missionária, avaliando os resultados dessas missões, as quais suscitaram um forte impacto político na Coroa portuguesa.

Palavras-chave

Gonçalo da Silveira, S.J., globalização, Índia, missões Jesuítas, África Oriental, Tongue, Monomotapa.

Abstract

At the end of march 1556 a group of 14 Jesuits departed from Lisbon, sent to the missions of the East. Amongst them was Father Gonçalo da Silveira, as Provincial of India. They arrived in Goa in September 1556, political and administrative center of the State of India. Some of these Jesuits had the specific mission of apostolic intervention to *Preste João*. The others had missions in India. All these missions were conceived as a global enterprise, facilitated within the framework of the Portuguese Patronage.

It was also from Goa that the first missions in East Africa have departed, supported by the network of contacts established by the Portuguese merchants, who knew the routes between the coast and the inland.

The first missions to the Kingdom of Tongue took place between 1560 and 1562, and were under the responsibility of Silveira and two other companions, Father André Fernandes and Brother André Costa. In September 1560 Father Gonçalo da Silveira left for the center of the Karanga Empire, looking for a rapid conversion to christianity of Emperor Monomotapa, who had a dominant influence over the neighbouring kingdoms, with the aim of an effective "*top-down christianization*".

This work aims to present the strategies of evangelization, addressing the objectives set for the first Jesuit missions undertaken in the interior of Africa. In particular, it exposes Silveira's previous experience in India and his vision regarding these missions, as well as his companions' vision, in a context of a first globalization and a new missionary diaspora. It also assesses the results of these missions, which had a strong political impact on the Portuguese Crown.

Keywords:

Gonçalo da Silveira, S.J, Globalization, India, Jesuits Missions, East Africa, Tongue, Monomotapa.

Índice

Dedicatória.....	V
Agradecimentos.....	VII
Lista de Abreviaturas.....	IX
Resumo.....	XIII
Abstract.....	XIV
Índice.....	XV

I

Introdução.....	1
------------------------	----------

II

D. João III e a relação estabelecida com a Companhia de Jesus, no quadro do Padroado Português, a partir de 1540	14
1. Primeira globalização e novas missões.....	15
2. Primeira Província da Companhia de Jesus.....	20

III

Gonçalo da Silveira, um início de vida atribulado e sua formação religiosa	26
1. Filho do Conde da Sortelha.....	26
2. Formação inicial e entrada para a Companhia de Jesus. Exercícios Espirituais.....	27
3. Prepósito da Casa de S. Roque.....	32

IV

Primeira Missão: O Estado da Índia e a ação da Companhia de Jesus

.....	35
1. Gonçalo da Silveira, Provincial 1556-1559.....	35
2. Algumas expectativas quanto às missões a empreender.....	36
3. Passagem pela ilha de Moçambique.....	37
4. Uma nova realidade. Chegada a Goa. As novas missões. Relação com o Governador da Índia Francisco Barretto e com o Vice-Rei D. Constantino de Bragança.....	39
5. Visitas às casas e missões jesuítas na Índia.....	44
6. Rigorismo na conquista espiritual.....	47
7. Batismos solenes.....	51
8. Objectivos principais e dificuldades da ação.....	54
9. Preparação para outras missões.....	58

V

Segunda Missão: primeiras missões dos Jesuítas na Costa Oriental de África a partir da ilha de Moçambique.....

.....	62
1. Uma nova realidade, transmitida pelas viagens de exploração dos portugueses.....	63
2. Inhambane e junto do Reino de Tongue, primeiro objetivo.....	68
3. Embaixador e sacerdote.....	71
4. Império Karanga/Monomotapa, o principal objectivo de conquista espiritual, no interior de África.....	79
5. Ao encontro com o Império Monomotapa, ou Karanga.....	81
6. Pregação, baptizados em massa, e evangelização descendente.....	89
7. Acolhimento e martírio.....	93

VI

**Principais impactos da súbita morte de Silveira na Companhia de Jesus
e no Império Português**

.....	106
1. Martírio e Beatificação.....	106
2. Conquista falhada de Francisco Barreto 1569-1573.....	111

VII

Conclusões.....	118
------------------------	------------

Fontes e Bibliografia.....	123
-----------------------------------	------------

Anexos.....	143
--------------------	------------

I

Introdução

Em 2021 será o 500.º centenário do nascimento de Gonçalo da Silveira, S.J., uma figura marcante para a Companhia de Jesus, para a Igreja Católica em Portugal e em África, e em termos gerais de historiografia, sendo visto como uma figura com forte impacto em meados do século XVI. A sua acção como missionário suscitou abundante análise histórica, a produção de estudos e biografias, no início do século XVII e ainda no decurso dos séculos XIX e XX.

Contudo, verificamos que há factos ou aspetos das missões em que esteve envolvido, nomeadamente em África, que permanecem ainda um pouco obscuros. Nesta investigação pretendemos averiguar a autonomia dos agentes missionários face à Coroa portuguesa e outros interesses imperiais, através de uma figura como Gonçalo da Silveira, lançando um novo olhar sobre as missões que este abraçou.

Assim, importa interrogar as fontes e a historiografia e identificar a sua relação antes de mais com a Companhia de Jesus e a sua espiritualidade. Sabemos hoje que as primeiras missões protagonizadas por Gonçalo da Silveira em África, em 1560 e 1561, com os seus dois companheiros revelam que estas não foram as que mereceram a maior prioridade desde a sua chegada à Índia em 1556, no quadro da estratégia global da Província para as missões definidas, iniciadas por Francisco Xavier em 1542.

Aqui será também relevante saber como o missionário Gonçalo da Silveira via a sua missão, as circunstâncias das missões que dirigiu, comparando a sua ação, e as suas diferentes experiências missionárias, quer a anterior na Índia, quer a seguinte em África. Para esse efeito, consideramos muito relevante as fontes documentais e a epistolografia existente, para além de outros documentos, de que podemos dispor.

Desse conhecimento, que importa aprofundar, pretende-se saber articular as ações dos missionários e aferir qual o conhecimento que estes dispunham dos povos a quem pretendiam converter, saber quais eram as suas características culturais e sociais essenciais, e relevar os estudos ou análises de tipo antropológico que formularam quanto aos povos e nativos africanos das regiões de missão na África Oriental ou Austral.

Aqui procuramos relevar e identificar a organização económico-social dos povos africanos com quem interagiram aqueles os missionários jesuítas nessa altura e naquela geografia, da relação que estes estabeleceram com os nativos, e destes com aqueles, do papel que atribuíam à sua missão, dos meios de que dispunham e dos resultados obtidos no quadro do Estado Português da Índia.

Assim, propomo-nos desenvolver não apenas um estudo centrado em Gonçalo da Silveira, mas enquadrá-lo num contexto mais vasto de movimentos como aqueles que envolvem a concepção de temas como a missionação, entendido como fenómeno global – no contexto da primeira *globalização* - e os modelos que foram ensaiados nas missões por parte dos jesuítas naqueles territórios de África Oriental.

É importante por isso aquilatar como outros historiadores viram a acção e os resultados quanto às missões que Gonçalo da Silveira protagonizou em África e se estas podem ser consideradas ou vistas como uma conquista ou uma missão. Por outro lado, tentaremos identificar que metodologias foram usadas nessas missões.

Nesse contexto, será importante perceber quer os aspectos mais ligados a uma posição de conquista espiritual mais militante, quer na relação mais aberta “*ao outro*”, em que aquele missionário sugere por exemplo, alterações no calendário litúrgico, ou perceber melhor a sua acção que depositava esperança na capacidade transformadora da sua missão, mesmo perante obstáculos de índole cultural e social enormes, quase aparentemente intransponíveis.

Ainda numa primeira fase, relativa à estadia de Gonçalo da Silveira enquanto provincial e deslocado da África Oriental, iremos abordar se a sua acção se traduziu numa clara consonância com as prioridades de afirmação dos poderes e políticas definidas pelos Vice-Reis e Governadores do Estado Português da Índia, naquele período, em que se aliava a um forte proselitismo religioso, e partindo de uma inicial contemporização com as práticas religiosas encontradas, para uma evolução até uma mais acentuada intolerância perante hindus, muçulmanos, ou cristãos-novos, e como se articulava com as prioridades definidas pelo Padre Geral, em Roma.

Numa segunda fase, iremos abordar as missões prosseguidas em território na África Oriental e a partir da Costa de Moçambique, num contexto completamente distinto. Como veremos, essas missões decorreram num território para além da zona de influência dos poderes militar ou naval das forças portuguesas, que ali pura e simplesmente não existiam, e não poderiam interferir diretamente na acção missionária.

Assim veremos que, tal como noutros espaços geográficos, foram muito relevantes para o bom prosseguimento das missões empreendidas os conhecimentos e o apoio de comerciantes de origem portuguesa, que faziam trajetos para o interior, usando as vias fluviais do Zambeze. Deste modo, Gonçalo da Silveira conseguiu finalmente chegar ao planalto central, junto daquilo que hoje é território de Moçambique e do Zimbabwe e na altura era território dominado pelo Império Karanga, chefiado pelo Monomotapa.

Como referem vários autores, a delimitação do objecto da investigação reflete uma escolha e contém um risco. Com efeito, quase todas as acções humanas implicam interação com outros homens, cujos efeitos e alcance não podem ser vistos no imediato.

Relevando para mais que o período em causa, e as missões chefiadas por Gonçalo da Silveira em África nos posicionam no centro do século XVI, e sendo múltiplos os desafios colocados à apreciação plena e profunda quanto às primeiras missões jesuítas desenvolvidas em territórios então designados como de Inhambane e do Reino de Tongue (ou Otongue, hoje território de Moçambique); ou noutra zona mais no interior, do planalto central, percorrendo alguns percursos do rio Zambeze, ou os rios também conhecidos ou designados na altura por Rios de Cuama, Rios de Sofala, ou ainda Rios de Sena.¹

O objecto do nosso estudo, situa-nos, no centro da expansão e da História Moderna e dos Descobrimentos, e também da História Social e Política da Expansão, tema que tem merecido muita atenção dos historiadores.²

Pensamos que, à semelhança de alguns investigadores como Nuno Vila-Santa, é possível e desejável cruzar as diversas conjunturas políticas e sociais, com as dimensões religiosas e estudos biográficos efetuados.³

São abundantes as investigações⁴, teses de mestrado, ou de doutoramento, os estudos, ou textos que foram apresentados em conferências ou colóquios, organizados por múltiplas entidades ou unidades de investigação, em que as dimensões religiosas⁵ da

¹ Cfr. Eugénia RODRIGUES, “Rios de Sena”, in <http://www.eve.cham.fcsh.unl.pt>.

² Nuno VILA-SANTA, *D. Afonso de Noronha, Vice-Rei da Índia, perspectivas políticas do Reino e do império em meados de Quinhentos*, CHAM, 2011, pp.11-21.

³ Idem, ob. cit., p.16.

⁴ Vd. Eugénia RODRIGUES, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena. Os Prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, INCM, dez.2013, pp.14, e 20- 22. ; a autora identifica a experiência missionária de Gonçalo da Silveira no Reino do Monomotapa (1.ª Edição). No entanto, na obra referida, o espaço dado a Gonçalo Silveira e às suas missões não é central ao desenvolvimento da obra.

⁵ N. VILA-SANTA, op. cit., p.16.

Expansão Portuguesa, para além de outros aspetos principais⁶, são abordados ou se manifestam.

Por isso, as indicações ou exemplos que aqui damos são meramente exemplificativos, e temos consciência de serem sempre incompletos.

Naturalmente que fenómenos específicos como as naturezas jurídico-políticas e funcionais, assim como as relações económico-políticas do Estado Português da Índia, e a natureza do Padroado Português tiveram influência decisiva na ação empreendida pelos missionários em vários continentes, marcando os homens, mas também a Igreja, mormente na zona de África que é objecto da nossa atenção.

Actualmente podemos afirmar com segurança que a evangelização foi claramente um traço identificador dos Impérios Ibéricos - pese embora as suas diferenças - e o carácter missionário e apostólico da Companhia de Jesus é reconhecível na análise efetuada por vários historiadores.⁷

Há estudos ou obras de carácter geral que tivemos presentes e reputamos importantes na pesquisa efetuada, algumas das quais se nos afiguram hoje como clássicas, de que são exemplo algumas das obras de Charles Boxer, *O Império Marítimo Português (1415-1825)*, ou a *Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)*⁸, que nos revelam várias dimensões da realidade Estado da Índia, criado no Século XVI mas com projeção nos séculos seguintes, em que as diferentes dimensões se cruzam, designadamente quanto ao sistema de conquista, que também se projetava no campo religioso.⁹

Relativamente à *missionação* em geral e compreensão da respetiva periodização, não faltam estudos de carácter geral. Entre os mais relevantes, e recentes em Portugal, estão seguramente alguns estudos e obras apresentados por João Paulo Oliveira Costa, e por Luís Filipe Thomaz, os quais integram a bibliografia que apresentamos

⁶ Eugénia RODRIGUES, “*Embaixadores e intérpretes na corte dos Mutapa*”, in Actas do Congresso Internacional comemorativo do nascimento de D. João III, Lisboa, e Tomar, 2002, CHAM e CEPCEP, 2004, pp.753-779.

⁷ V. João Paulo Oliveira COSTA, “*Diáspora Missionária*”, in História Religiosa de Portugal, Vol., II, Lisboa, Círculo de Leitores, CER, 2000, pp.255-313. Estudo no qual o autor aponta para as dinâmicas universalistas da missionação, dos diferentes modelos existentes e sua evolução, sugerindo uma periodização para a Expansão Portuguesa, claramente identificando um grande surto missionário no século XVI, portador de um novo modelo e uma nova visão, para o período 1540-1622, quer para um “*eurocentrismo militante*”, quer para “*as dissonâncias*” que também existiram (pp.174-178).

⁸Sobre o desenvolvimento da temática “a aliança estreita e indissolúvel entre a cruz e a coroa, o trono e o altar, a fé e o império, era uma das principais preocupações comuns aos monarcas ibéricos, ministros e missionários em geral”- cfr. Charles Ralph BOXER, *A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)*, Edições 70, 2013, pp. 87-94.

⁹ O Império português é visto como uma talassocracia, a partir do reinado de D. Manuel I (cfr. C. R. BOXER, *A Índia Portuguesa em Meados do século XVII*, Edições 70, Lisboa, 2015 (1982), pp. 11-38).

subsequentemente. As quais reputamos fundamentais para a compreensão do fenómeno missionário no quadro da Expansão Portuguesa, e das políticas e acções missionárias empreendidas no quadro do Estado da Índia. Estas obras integram, portanto, a bibliografia geral, das quais se nos impõe destacar e identificar, neste momento, as seguintes:

De Luís Filipe Thomaz, citaremos: “Expansão portuguesa e europeia – reflexões em torno da génese dos descobrimentos”, in *Studia*, n.º47 Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Lisboa, 1989 (pp.371 a 415), “Descobrimientos e Evangelização, da cruzada à missão pacífica” in *Congresso Internacional de História ‘Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas’*, - Actas, Vol. I, UCP/CNP/CDP/FEC, Braga,1993 (pp.81 a 129); *De Ceuta a Timor*, Ed. Difel, Carnaxide, 1994; “Estado da Índia” e “Damão” in *Dicionário de História dos Descobrimientos Portugueses* (1994), 2 vol. Círculo de Leitores/Ed. Caminho, Lisboa 1994; “Missões”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal* Vol. III (2000), (pp.205-221).

Relativamente a obras, estudos ou investigações em que a expansão do Cristianismo melhor é abordada, ainda que noutros espaços geográficos, encontramos por exemplo a obra *O cristianismo no Japão e o episcopado de D. Luís Cerqueira (de 1998)*, de João Paulo Oliveira Costa. Contém notas, referências e reflexões muito significativas sobre a Companhia de Jesus e certas dimensões a reter, como sejam os modelos de evangelização e a corresponsabilidade da Coroa quanto aos resultados do trabalho apostólico, os esforços contínuos quanto às missões realizadas no continente africano, as dificuldades encontradas para esse trabalho, seja devido ao clima, seja ao pouco interesse dos chefes africanos nas mensagens anunciadas, ou a confusão da evangelização com a expansão do Estado¹⁰.

E a reter ainda o emblemático texto sobre a “diáspora missionária”, no II vol. da HRP, 2000, que tem uma interessante periodização desta realidade histórica no quadro da expansão portuguesa.

Por seu lado, A.R. Disney, no seu livro *História de Portugal e do Império Português* (2010), apresenta entre outros relevantes aspetos uma movimentada abordagem do Estado da Índia, que ajuda a compreender a evolução deste Império.

Um outro olhar completamente distinto sobre o Império Português da Ásia é traçado por Sanjay Subrahmanyam na sua obra *O Império Asiático Português (1500-1700). Uma história política e económica* que constitui, nas palavras do próprio autor, “uma

¹⁰ Cfr. João Paulo Oliveira COSTA, “O Cristianismo no Japão e o episcopado de D. Luis Cerqueira”, 1998, pág. 85.

contribuição para o debate alargado sobre a natureza dos impérios europeus na primeira fase da Idade Moderna” e em que as dimensões religiosas e o papel da Companhia de Jesus na Ásia também é afluada¹¹.

Outras obras e estudos de carácter mais específico sobre a actividade da Companhia de Jesus, como empreendimento global, das missões que estão no centro das suas opções, ações e realizações, sinalizamos como fundamentais as seguintes obras: de Dauril Alden, *The Making of an Enterprise, The Society of Jesus in Portugal, Its Empire and Beyond, 1540-1750*, de 1996; ou o livro de John O’Malley, *Jesuits*, de 1993.

As reflexões tecidas por este último autor sobre a espiritualidade, a base da formação dos jesuítas, e o seu discernimento no quadro da missão apostólica, ajudam a compreender ou aferir das suas motivações, de que eram portadores, e da compatibilidade das ações que em concreto foram tomadas com os princípios da espiritualidade inaciana.

Consideramos ainda como muito relevantes para a compreensão do período histórico e a temática da investigação que nos propusemos efetuar, os estudos apresentados por vários investigadores no Congresso Internacional de História sobre *Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas*, organizado pela Universidade Católica, a Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e a Fundação Evangelização e Culturas (Actas, Braga, 1993), cujo volume II incide sobre *África Oriental, Oriente e Brasil*.

Neste contexto, destacamos particularmente algumas das temáticas introduzidas, sobre “*Proyeccion misionera de Goa en algunas regiones africanas: Mozambique y Madagascar*”, por Angel Santos Hernández, S.J., nas quais se particularizam as missões de jesuítas, de um lado; e de outro lado, as missões promovidas por dominicanos e outras ordens religiosas. Ainda a reter os estudos e as propostas de Elisa Maria Lopes da Costa, sobre “*Frei João dos Santos e a sua Etiópia Oriental e vária História. Uma proposta de leitura*”, embora relativa a uma fase posterior da história à vida de Silveira, mas cujos ecos perduraram; e de José Feliciano Castilho, o estudo sobre “*Os Encontros e Desencontros das Missões. Uma leitura sociológica sobre o Leste Africano no século XVI*”.¹²

Também de enorme importância são os ricos contributos contidos nas publicações dos Anais de História de Além-Mar (anexados e referenciados a outras bases de dados

¹¹ Cfr. Edição Difel, 1995, pp. 2, 118-129, e 315.

¹² Cfr. op. cit. pp.9-76.

internacionais), de que destacamos a edição que incidiu sobre a temática “*Religião e Alteridade no Mundo Ultramarino Ibérico*”.¹³

Outros textos selecionados mostram abertura a outras dimensões do fenómeno missionário, no leste africano do Século XVI, por exemplo o interessante texto de Manuel Lobato “*Entre Cafres e Muzungos. Missionação, Islamização e Mudança de Paradigma religioso em Moçambique nos Séculos XV a XIX*”, de 2012.¹⁴

Da Coleção Estudos e Documentos, destacamos a publicação do CHAM/FCSH-UNL/UA, de 2011, sobre “*Representações de África e dos Africanos na História e Cultura, Séculos XV a XXI*”, edição da responsabilidade de José Damião Rodrigues e Casimiro Rodrigues (Ponta Delgada, em 2009). Das comunicações ali apresentadas, chamou-nos particularmente a atenção, os contributos dados por Ana Cristina Roque, sobre “*Portugueses e Africanos na África Austral no Século XVI: da imagem da diferença ao reforço da proximidade*”.

Da mesma autora, relevamos ainda a sua investigação “*A Costa Oriental de África na primeira metade do Século XVI segundo as fontes portuguesas da época*”, que constituiu a sua tese de mestrado de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, de setembro de 1994.¹⁵

Os dois estudos referidos nos dois parágrafos precedentes, além de conterem uma importante bibliografia da historiografia associada ao tema e ao período e geografia humana e social da costa oriental africana, permitem uma melhor compreensão das primeiras interações entre portugueses e africanos na primeira metade do Sec. XVI, com base nas fontes primárias disponíveis.

Incontornáveis e imprescindíveis para a compreensão do fenómeno missionário em África estão ainda outras obras: assim vemos a obra de Paul Schebesta, SVD, *Portugal: a Missão da Conquista no Sudeste de África, com o subtítulo: História das Missões da Zambézia e do Reino Monomotapa (1560-1920)*¹⁶.

O autor, de nacionalidade checa (1887-1967), foi missionário, historiador, antropólogo e linguista, depois de ter vivido em África durante alguns anos, faz uma análise

¹³ Cfr. AHAM, XVII, 2006. pp 1, e 389-395. Como bem se refere na Introdução “a Religião é um campo particularmente interessante para estudar relações interculturais, dado que as normas e os valores religiosos são muitas vezes (ou sempre) prescritivos e absolutos.”

¹⁴ Vide Actas do Congresso Internacional *Saber Tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência*, IICT, 2012, pp.1-14.

¹⁵ In Repositório da FCSH-UNL.

¹⁶ O original da obra, em alemão, data de 1966. A edição portuguesa, foi iniciativa dos Missionários do Verbo Divino, em 2011.

crítica do colonialismo e dos sucessivos fracassos das missões moçambicanas. E faz uma interessante análise dos pressupostos ideológicos da “*Conquista*”¹⁷ levada a cabo por Portugal, valorizando as culturas dos grupos étnicos existentes e as primeiras tentativas de missão empreendidas por diversas ordens religiosas.

Um outro livro que nos chamou particular atenção foi a obra *L’Empire du Monomotapa, du XV ao XIX siècle*, da autoria de W. G.L. Randles (1975).

Este autor fez uma investigação interessantíssima sobre as fontes, referente ao tema tratado no seu livro, que permite identificar as bases fundamentais desse Império e a intervenção dos portugueses a partir do Século XVI. Contém uma boa bibliografia com obras e artigos sobre etnografia e arqueologia. Ajuda a compreender o contexto humano, social e político que os portugueses foram encontrar na África Austral no Século XVI.

Outra obra que nos parece bem interessante e sugere outras leituras, foi apresentada por Nogueira da Costa, e tem o título: *O Caso do Muenemutapa, penetração e impacto do capital mercantil português em Moçambique nos séculos XVI e XVII*, Cadernos da UEM (1982). Assumindo a sua formação ideológica (de acordo com o materialismo histórico e dialético), o autor propôs-se sobretudo analisar os factores de “*incoerência induzidos pela penetração mercantil e responsáveis por um acentuado processo de destruturação da formação social*” estudada¹⁸. Embora reconhecendo ter recorrido sobretudo a materiais ou fontes primárias portuguesas, sugere outro tipo de abordagem, em que procura analisar as rivalidades suscitadas a partir da ocupação portuguesa de Sofala e a resistência árabe para que as relações comerciais diretas fossem asseguradas com as formações africanas. As disputas para o controlo e domínio das vias de escoamento do ouro e marfim do interior e acesso às fontes produtoras, estão ali equacionadas. Por outro lado, o autor fez a associação do assassinato de Gonçalo da Silveira ao resultado dessa disputa e como preparação ideológica à dominação económica dos portugueses¹⁹. Poderá encerrar a chave para a compreensão do que aconteceu efetivamente? Este é um tema que iremos ponderar no nosso estudo.

Não podemos deixar ainda de destacar que ao longo do tempo foram escritas várias biografias de Gonçalo da Silveira.

¹⁷ Obra citada, pág. 495. Assim, para o autor em sentido lato era “*a exploração do interior de territórios para fins comerciais, sem a integração em Portugal.*” Seguramente essa visão foi influenciada pela sua experiência pessoal na Zambézia. Nessa altura era muito visível a posição socioeconómica da colonização levada a cabo por Portugal (entre 1911 e 1916), e nos séculos anteriores.

¹⁸ Nogueira da COSTA, op. cit. pp. 18.

¹⁹ Cfr. Idem, op. cit, pp.20-22.

Desde logo, foi publicada pelo Padre Nicolau Godinho, S. J. uma primeira biografia daquele jesuíta e missionário escrita em latim, em Lyon (de 1612)²⁰.

No início do século XX, não podemos deixar de ter presente uma obra de Hubert Chadwick, S. J., *Life of Veneravel Gonçalo da Silveira of the Society of Jesus, Pioneer of South Africa, from original sources*, New York, Cincinnati, Chicago, Benziger Brothers (1910); e uma outra biografia de Bertha Leite, *D. Gonçalo da Silveira*, da A.G.U. (1946).

Mais recentemente, foi publicado o livro, também de cariz biográfico, sobre Gonçalo da Silveira, com o título: *Gonçalo da Silveira, Proto-mártir da África-Austral (1521-1561)*, S. J., da A.O (2006), da autoria de Francisco Correia S.J. Remetendo para alguma epistolografia significativa.

Outros estudos em que foi central a vida de Gonçalo da Silveira, as respetivas investigações foram divulgadas em exemplares da *Revista Brotéria* e encontram-se refletidas nas escolhas que fizemos, contidas na listagem da bibliografia em anexo.

Relativamente às temáticas contidas em estudos ou investigações relativas à realidade humana, cultural e histórica sobre a África Oriental, alguns desses estudos ou comunicações foram apresentadas na revista *Studia*, estando igualmente identificadas e contempladas em lista que apresentamos, integrando o acervo de documentação de referência do CHAM, e com acesso fácil e pesquisa.

Um dos últimos estudos apresentados sobre Gonçalo da Silveira e a sua missão junto do Monomotapa, em 1561, foi publicado nos *Cahiers d'Études Africaines*, em 2015, por Gai Roufe, e diz respeito a “*The Reasons for a murder, local cultural conceptualizations of the Martyrdom of Gonçalo da Silveira in 1561*”, o que mostra que o tema não está esgotado, tentando o autor fazer uma abordagem sobre outras razões subjacentes ao assassinio daquele missionário.

A investigação a desenvolver ficaria incompleta se não tivéssemos igualmente em conta algumas outras obras que oferecem outras perspectivas sobre o fenómeno missionário, e sua dimensão global, mas que aparece também abordado nas histórias dos novos países de missão.

No caso de Moçambique, integrando o espaço regional das primeiras missões africanas, destacamos a obra de Elikia M' Bokolo, *África Negra, História e Civilizações até*

²⁰ Isto é, esta obra foi publicada 51 anos após a morte de Gonçalo da Silveira, a qual foi dedicada ao Padre Geral Claudio Aquaviva, e posteriormente traduzida para espanhol por Nicolau Cienfuegos, bem como para alemão.

ao século XVIII²¹, em que a dimensão missionária é associada à ocupação ou colonização, assente numa ideia de violência, e na qual é questionada de certo modo a noção de *globalização* como noção eurocêntrica²². Esta obra, ainda que de carácter geral para toda a África permite a identificação das sociedades africanas e das grandes mudanças operadas no Índico a partir do Século XVI, quer relativamente ao comércio português, quer às rupturas que o mesmo gerou e aborda “o desmantelamento do Reino do mwene mutapa”.²³

Outras duas obras igualmente muito interessantes, mais recentes, e de carácter geral, são as refletidas na obra de Malyn Newitt, *História de Moçambique*²⁴, de 1997, e o livro *Missions and Empire*, da Oxford History, de 2008²⁵.

No primeiro livro o autor faz também uma abordagem historiográfica do interior de Moçambique a sul do Zambeze no século XVI, quer quanto às suas etnias dominantes, quer ao comércio, quer quanto à penetração portuguesa para o interior. Neste livro, o autor aborda a “conquista portuguesa” na chamada “Carangalândia”, identificando muitas das fontes portuguesas com relevância – como a *Ethiopia Oriental*, de João dos Santos, a qual também entendemos de imprescindível consulta. Este autor qualifica as primeiras experiências missionárias na região como um fracasso.²⁶ Por outro lado, a obra *Missions and Empire* contém uma reflexão crítica sobre a história da missionação no quadro dos impérios modernos (séc. XV-XVIII), e da história global.²⁷

Por fim, relevando a ação de Gonçalo da Silveira como provincial em Goa, a partir de 1556, não podemos deixar de ter presente mais duas obras:

Como pudemos constatar pela investigação efetuada, os batismos gerais (batismos solenes) não foram adotados unicamente pelos jesuítas, mas também utilizados por

²¹ Edições Colibri, 2012.

²² A esse propósito põe em causa que tenham sido os europeus que tivessem “aberto” a África para a história, e frisando que a África estabeleceu relações contínuas com outras partes do mundo, mesmo antes da presença de europeus (cfr. op. cit., pp. 32, e 247 e seguintes).

²³ Um dos aspectos importantes que este autor identifica e valoriza na historiografia africana, a partir dos anos 1950/1960 - que corresponde ao período da independência de muitos países africanos – é a importância das fontes orais, que cruza com as tradicionais ou fontes escritas. Efetivamente as culturas dos povos bantos da costa oriental de África e do planalto central não conheciam escrita no decurso do Século XVI, aquando da penetração para o interior dos comerciantes portugueses e dos primeiros missionários.

²⁴ Cfr. op. cit., pp.46 a 67, e 82 a 101.

²⁵ Editada por Norman Etherington.

²⁶ Malyn NEWITT, *História de Moçambique*, Publicações Europa-América, 1997, pp. 62-63, 97., e 102-101. Relativamente à natureza das relações entre africanos e portugueses, vejam-se os considerandos tecidos pelo autor quanto à incapacidade de fundar uma igreja local; ou sobre as missões no Zambeze e seus resultados, vejam-se as apreciações contidas na mesma obra.

²⁷ O autor reconhece algumas diferenças significativas entre os diferentes impérios europeus, em que as missões não tiveram o mesmo impacto durante a chamada Idade Moderna. Cfr. Norman ETHERINGTON, *Missions and Empire*, Oxford University Press, Companion Series, 2008, pp 2-3.

outras ordens religiosas na Índia, como bem refere Frei Paulo da Trindade (1570/1651), na sua obra *Conquista Espiritual do Oriente*.²⁸ Por fim, noutra obra de Catarina Madeira Santos, *Goa é a chave de toda a Índia. Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*, a autora abordou algumas das dimensões ou sinais da corte e seus cerimoniais em Goa, nomeadamente quanto à importância das festas religiosas, e dos batismos gerais realizados.²⁹

Além da leitura de obras e textos que irão servir de base para o nosso estudo e investigação, indicados no ponto relativo a fontes e bibliografia, procuraremos traçar uma abordagem mais próxima da figura de Gonçalo da Silveira, da sua vida e da sua ação, dispondo ainda de abundante documentação, incidindo particularmente nas cartas ou correspondência que identificamos.

Nomeadamente dispomos de epistolografia impressa, publicada por Joseph Wicki, S.J., nos *Documenta Indica* (DI)³⁰, relativamente aos anos de 1556 a 1563, por exemplo, que integram correspondência de Gonçalo da Silveira e dos seus companheiros, ou outros seus contemporâneos. Estes documentos, muitas vezes citados pelos investigadores nas suas obras, permitem seguir de perto os acontecimentos, traçando com bastante proximidade o percurso daquele Jesuíta e das missões que empreendeu, assim como das motivações que o determinaram e das dificuldades enfrentadas.

Contudo, como sublinhava o Padre António da Silva Rego, não se pode ignorar – apesar do interesse objectivo destas fontes historiográficas primárias, cujos originais estão disponíveis em vários locais como a Biblioteca Nacional da Ajuda de Portugal (BAL), ou no Arquivo Romano da Companhia de Jesus (ARSI) – que muitas destas cartas ou

²⁸ Frei Paulo da TRINDADE, *Conquista Espiritual do Oriente*, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, MCMLXII, Vol. I, pp.325-329, 330-334.

²⁹ Catarina Madeira SANTOS, *Goa é a chave de toda a Índia. Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*, Lisboa, CNPCDP, 1999. Ainda com muito interesse para o estudo de Goa, como o centro político e religioso do Estado da Índia, deverá ser vista a investigação de Ângela Xavier Barreto, *A Invenção de Goa. Poder Imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Imprensa do Instituto de Ciências Sociais, 2008.

³⁰ DI, também disponível em <http://www.sjweb.info/arsi/>

documentos eram “*cartas de edificação*”, destinadas a ser lidas publicamente nos refeitórios e casas da Companhia de Jesus, e, portanto, nas mesmas alguns assuntos eram omitidos muitas vezes nos seus relatos, de factos ou pessoas, que não conviria recordar.³¹

Por outro lado, as cartas gerais ou nas cartas anuais, constituíam grandes sínteses das principais actividades dos religiosos em termos anuais, mas às quais poderia por vezes escapar a dimensão do conhecimento direto dos acontecimentos relativos às missões que descreviam.³² Mesmo assim, aqueles relatos podem ser confrontados com dados disponíveis de outras fontes e são imprescindíveis aos estudos historiográficos sobre as missões empreendidas pelos jesuítas.³³

Dispomos ainda de outros documentos, seleccionados da obra de António da Silva Rego, nomeadamente nos volumes V, VI, VII e VIII da “*Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*” (DHMPPO)³⁴, objecto de publicação da Fundação Oriente (FO) e Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses (CNPCDP). Entre estes documentos, podemos aceder a correspondência escrita por Gonçalo da Silveira, ou que lhe era dirigida, ou que tinha como alvo da sua atenção as missões que este abraçou.

Alguns dos documentos identificados neste estudo, têm assim origem no Arquivo Histórico Ultramarino, na Torre de Tombo, na Biblioteca da Ajuda, na Biblioteca Nacional de Lisboa, ou na Biblioteca da Brotéria. E, ainda, no Archivum Romanum Societatis Iesu (ARSI), e na Postulazione da Cúria, em Roma.

Relativamente à epistolografia mais significativa e ligada à ação de Gonçalo da Silveira, para este estudo, elaboramos igualmente um Anexo (1)³⁵.

³¹ DHMPPO (1548-1550), VOL. IV, pp. XI-XIII. Em todo o caso, como sublinhava A. da Silva Rego, na sua Introdução “(...) *O valor real e objectivo desta correspondência que, pelo facto de ser de edificação, não deixa de representar uma ótima contribuição para a ciência da história, etnológica, religiosa e social.* (...)”. E mais adiante, referindo-se a S. Francisco Xavier, “*como se verá pelas páginas deste volume, insistiu várias vezes sobre o assunto, recomendando e ordenando a escrita de cartas completas, com notícia de tudo o que pudesse concorrer para a edificação dos confrades, tanto na Ásia, como na Europa.*”.

³² Cfr. DHMPPO, vol. VI, da FO/CNPCDP, Lisboa, 1993, pp. X-XI - Introdução de António da Silva Rego.

³³ Contudo, outros autores como Russell-Wood, no seu livro *O Império Português em Movimento, 1415-1808, O Mundo em Movimento*, não deixa de destacar e reconhecer “*a qualidade, riqueza e diversidade das informações estão presentes nas crónicas, narrativas de viagens, relatos de embaixadas, cartas de jesuítas, diários e correspondência oficial.*”

³⁴ Edições fac-similadas de 1551 – Vol. V (1551-1554), VI (1555 e 1556). e de 1552 - Vol. VII (1959), e Vol. VIII (1560-1561).

³⁵ Anexo 1: Epistolografia, nomeadamente sobre as missões na Índia de 1556 até setembro de 1559, e na Costa Oriental de África entre 1560 e 1561.

Todas as fontes disponíveis e identificadas nesta investigação, primárias e secundárias, tem o objectivo de melhor compreender o religioso e missionário Gonçalo da Silveira e as missões jesuítas que este empreendeu, sobretudo em África, e cujo eco perdurou durante tanto tempo, suscitando a abertura de um processo apostólico para a sua beatificação (nunca concluído); e também para a compreensão de um tempo que foi o das referidas missões, que deram azo, algum tempo decorrido, à instrumentalização das mesmas para fins políticos.

II

D. João III e a relação estabelecida com a Companhia de Jesus, no quadro do Padroado Português, a partir de 1540

Como se pode verificar pelo objecto do nosso tema, a vida de Gonçalo da Silveira (1521-1561) irá coincidir com os reinados de D. João III (1521-1557), e de D. Sebastião (1557-78), um tempo de profundas mudanças, na Europa, e no mundo.

Com efeito, veremos que as missões que este acabou por protagonizar, se desenvolvem em dois períodos, de 1556 a 1561. Um primeiro período, no qual exerceu as funções de provincial, a partir de Goa; e, num segundo período, depois de deixadas as funções de provincial, em que foram desenvolvidas duas missões para as quais foi enviado por comissão do Padre António Quadros³⁶, tendo-se deslocado até à ilha de Moçambique com dois companheiros jesuítas e, a partir dali para as missões perto de Inhambane, em Tongue (ou Otongue, consoante as fontes).

E em seguida, dirigiu-se para o interior do planalto central, junto do Reino do Monomotapa, que se materializou entre 1560 e 1561, portanto bastante para fora da intervenção de qualquer poder colonial ou longe da capacidade de intervenção do *Estado da Índia*.³⁷

Ora, numa primeira abordagem ao tema, não podemos deixar de destacar que a partir da bem-sucedida viagem de Vasco da Gama à Índia em 1497-1499, a coroa portuguesa adotará múltiplas iniciativas numa busca incessante de maior afirmação do poderio militar e naval para a manutenção de um império sob domínio português. Esse

³⁶ DI IV, 52, carta do Padre Gonçalo da Silveira aos companheiros de Coimbra, de Goa, de 25 de novembro de 1559.

³⁷ Como refere Luis Filipe Thomaz, “a expressão «Estado da Índia», designava, no século XVI, não um espaço geograficamente bem definido, mas o conjunto dos territórios, estabelecimentos, bens, pessoas e interesses administrados, geridos ou tutelados pela Coroa portuguesa no Oceano Índico e mares adjacentes ou nos territórios ribeirinhos, do Cabo da Boa Esperança ao Japão”. Mais adiante, e na mesma obra, o mesmo autor sublinhava a sua natureza, e traços fundamentais, “ (...) mais do que sua descontinuidade espacial, é a sua heterogeneidade das suas instituições e a imprecisão dos seus limites, tanto geográficos como jurídicos que o tornam insólito.” E também sublinhava “o Estado da Índia é na sua essência uma rede, isto é, um sistema de comunicação entre vários espaços” – cfr. Luís Filipe THOMAZ, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, Cap. VI, 1994, pp207-210

domínio irá traduzir-se na abertura de uma via marítima, permitindo à Coroa portuguesa beneficiar dos proveitos do domínio do comércio das especiarias com o Oriente. Assim, esse domínio irá manifestar-se a partir daquela data, afirmando-se cada vez melhor, mediante a construção ou estabelecimento de uma rede de feitorias e fortalezas³⁸, bem como da construção e manutenção de um poder naval dominante, estabelecendo relações diferenciadas com alguns potentados locais, quer em África, quer na Península do Hindustão. Essa estratégia da Coroa no Oriente foi desenvolvida com a intervenção direta do Governador ou Vice-Rei designado para o efeito, que dispunha de poderes delegados.

Nessa relação, em que os objectivos de conquista e militares foram determinantes, foi sendo estabelecido também um conjunto de laços e relações comerciais e interculturais, que no tempo de D. João III já atingiam a China e o Japão.

Com efeito, como sublinhou Luís Adão da Fonseca, aquela viagem que abriu o caminho marítimo para a Índia (1497/1499), teve profundos efeitos colaterais, alterando os equilíbrios estratégicos do Império Português, quer relativamente à Coroa castelhana, quer relativamente aos países do Norte da Europa, e das respetivas marinhas.³⁹ Isto é, a partir dessa viagem inaugural de descoberta e abertura para o Oriente, e a que se seguiram outras para o Japão e para a China, pelos portugueses foi protagonizado pela primeira vez na história um enorme movimento ou fluxo de pessoas e bens, a que se seguem os de outras potências marítimas europeias, abrindo-se uma nova história também para a Ásia, que ficou sujeita a um sistema de dominação global, com efeitos múltiplos.

1. Primeira globalização e novas missões

Esse processo de aproximação dos portugueses e europeus ao Oriente, iniciado ainda em finais do século XV, acentua-se no reinado de D. Manuel e desenvolve-se no

³⁸ A ocupação de Sofala e início da construção da fortaleza principiaram em 21 de setembro 1505, segundo Alexandre Lobato, que citava Góis e Castanheda- vide “A expansão Portuguesa em Moçambique”, AGU, 1954, Em 1507, D. Manuel indicaria ao seu Vice-Rei que fundasse uma feitoria na ilha de Moçambique (pp. 95, e 214).

³⁹ Cfr. Luis Adão da FONSECA, “*A Primeira Expansão Portuguesa e a Globalização: do Poder Naval à consciência da Unidade do Mundo*”, ICSP, UL, 2005, pp.14. João Paulo Oliveira COSTA, *Os Descobrimientos Portugueses. Uma História do início da Globalização*, Atlântico Press, 2018, p.144.

reinado de D. João III, em que intervêm múltiplos factores: poderes e dimensões políticas, factores económicos, militares, tecnológicos e religiosos.

É nesse tempo que se vai materializar na cartografia, v. g, no mapa de Cantino⁴⁰, que terá sido desenhado em Lisboa, a representação visual da primeira globalização, exprimindo também um novo processo cultural e de conhecimento em vários planos, que se abre à consciência de um mundo globalizado, onde estão expressas geografias incorporadas pelas navegações portuguesas, quer na América, quer no Oriente, e as mesmas podem ser vistas em articulação e interação, num espaço de dimensão mundial, entre todos os continentes, e em que os oceanos funcionam como espaços de circulação, de acordo com a experiência europeia da altura.

Além da expressão geográfica da nova globalização, a ideologia dominante impulsionada pela Coroa portuguesa é assumida desde logo na titulação do próprio monarca, que com D. Manuel I é visto como «*Senhor da Conquista, Navegação e Comercio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia.*».⁴¹ Esta titulação exprime um objectivo, ou melhor vários objectivos, e traça as estratégias de aproximação e relação a estabelecer – de alianças e conquistas – , noutros continentes ou geografias e, em todas, a intervenção do monarca na definição dessa estratégia é decisiva.

Ainda que não seja considerado como sendo um conceito antigo, o vocábulo “globalização” parece remontar aos fins do século XIX quando, em 1892, na revista “*Harper`s Magazine*” o termo “global” foi usado; já mais recentemente o termo globalização é usado com entrada em vários dicionários para exprimir a “*crescente conectividade refletida nos intensos fluxos de informação, tecnologia, capital, bens e serviços e pessoas através do mundo*”⁴², manifestando um processo histórico que é

⁴⁰ Que terá sido criado em Lisboa, em 1502, por autor desconhecido, e esse mapa existiria na Casa da Índia. Uma réplica terá sido levada clandestinamente para Itália, e comprada pelo Duque de Ferrara.

⁴¹ Cfr. João Paulo Oliveira e COSTA, *D. Manuel I*, Círculo Leitores, 2005, pp. 175-178. Como refere o autor, “a política expansionista manuelina foi, pois, um processo dinâmico e complexo, que assentava num plano ambicioso, com forte componente económica, mas que se ajustava a expectativas ideológicas que roçavam a utopia. Talvez por isso mesmo – porque o plano era inacabável e estava eivado de uma religiosidade mística – D. Manuel prosseguiu sistematicamente novos empreendimentos (...) sempre insatisfeito com os resultados alcançados.” Entre as principais características desse projecto foram destacados “três aspectos principais: o conceito de poder imperial, as ideias messiânicas e o sonho da Grande Cruzada para reconquistar Jerusalém. “ É nesse contexto, que foi admitido no seu tempo que D. Manuel assumisse um título imperial. O título que o monarca assumiu em 1499, referido em texto, contém uma explícita dimensão imperial e uma dimensão económica, que se pretendia consagrar.

⁴² Cfr. Jorge Nascimento RODRIGUES e Tessaleno DEVEZAS, in “*Portugal o Pioneiro da Globalização*”, Centro Atlântico, V. N. Famalicão, 2007, pp. 22-26, e 124-140; Joel Silva Ferreira MATA, da Universidade Lusíada do Porto, in “Portugal e a primeira etapa da Globalização: contributos e problemas”, in Actas do I Congresso Internacional sobre questões socio-económicas territoriais, São Luis, Maranhão, Edição Associação AGIR – Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sócio-Cultural, 2011, pp.125-138.

produto do mundo moderno, cuja primeira vaga tem precisamente a ver com as consequências das viagens oceânicas iniciadas pelos portugueses no início do século XV, e continuada nos séculos seguintes.

Para outros historiadores, como João Paulo Oliveira Costa e Teresa Lacerda, na obra “A Interculturalidade na Expansão Portuguesa (séculos XV-XVIII)”⁴³, na expansão portuguesa são destacáveis duas variáveis fundamentais: por um lado, o facto de a expansão portuguesa ter originado novos fluxos de pessoas que permitiram “*descomparticipação do mundo*”, e permitiram estabelecer novas e profundas relações interculturais e sociais, criando-se novas sociedades; por outro lado, o facto de se terem estabelecido os primeiros contactos com outras sociedades humanas desconhecidas, em que o comércio acaba por ter uma importância decisiva pela primeira vez na definição de alguns princípios de direito internacional à escala global, e da nova realidade que foi gerada, permitindo pensar pela primeira vez o mundo na sua globalidade.

E é essa marca que é desenhada progressivamente no contexto da primeira globalização, fomentada pela expansão portuguesa, gerando múltiplas interações culturais e interações sociais, que mostram que ter-se-á dado uma revolução geográfica, e também de conhecimento cultural e científico, em que a língua portuguesa se veicula como um instrumento fundamental e uma das marcas da colonização, quer em África, quer na Ásia.

Mas dessa expansão, outra das suas marcas fundamentais, é sem dúvida também a presença de religiosos e missionários, a qual se vai intensificar, a partir do reinado de D. João III, com o incentivo crescente ao mais alto nível por parte da Coroa, e fomentando as partidas regulares de novos missionários, em termos anuais, que foi vista como uma nova diáspora missionária.

Essa diáspora acentua-se a partir de 1541, com o envio dos primeiros missionários jesuítas para o Oriente, destacando-se a partida do primeiro grupo, desde Lisboa, onde segue também o padre navarro Francisco Xavier.⁴⁴

Gonçalo da Silveira, como veremos, será um dos missionários jesuítas, agora já na década de 50 do século XVI, 15 anos depois do primeiro grupo de jesuítas, que partirá

⁴³ João Paulo Oliveira e COSTA e Teresa LACERDA in “*A Interculturalidade na Expansão Portuguesa (séculos XV-XVIII)*”, ACIME, 2007, pp. 25-35. Vide conceito de “*Globalização- um conceito com História*”. Vide também J. P. O. e COSTA, op. cit. p. 144.

⁴⁴ Vide António LOPES, “*Jesuítas missionários partidos de Lisboa 1541-1750*, no 5.º Centenário dos Descobrimentos”, Brotéria, vol. 133, n.º4, pp.286-313.

para o Oriente (partida e viagem em 1556)⁴⁵, e representa um missionário de um tipo novo, numa ordem religiosa vocacionada para a missão, cujo carisma a identifica e apresenta como um empreendimento global⁴⁶. É precisamente no contexto missionário que os jesuítas podem também ser vistos como *construtores de uma nova globalização*⁴⁷, em que a difusão do cristianismo representa uma dimensão primordial.

Com efeito, esta evangelização, com o significado de anúncio de uma Boa Nova, vai assumir um cariz completamente distinto daquele que existiu nos primeiros séculos de expansão do cristianismo⁴⁸, cuja difusão assentava essencialmente na proclamação da palavra, quer num mundo judaico, de credo monoteísta, quer no quadro do Império Romano onde as práticas politeístas dominavam, disseminando-se ali progressivamente, de forma mais marcante dentro de um mundo essencialmente urbano.

Na verdade, não se pode ignorar o carácter definidor da identidade do cristianismo, nem compreender as motivações primordiais e as realizações e empreendimentos desses missionários, sem pensarmos no cristianismo como uma religião com vocação universal, cujo sucesso da sua primeira expansão, assentou não em qualquer poder, mas na difusão da palavra de um novo credo. As missões dos primeiros séculos tiveram que enfrentar frequentes interdições e perseguições no quadro do Império Romano, num mundo em que o politeísmo era dominante, nas sociedades onde chegou pela primeira vez.

E o seu carácter universal manifesta-se nos textos fundadores que anunciam essa Boa Nova, contida nos Evangelhos, e igualmente nas Cartas Paulinas, em que a salvação messiânica, prometida no Antigo Testamento, anunciada por Jesus Cristo, é semeada pelos primeiros apóstolos. É esta a mensagem que será divulgada pela Igreja Católica nos séculos seguintes.

Assim podem ser vistos, como poderiam ser desafiantes e suscitar a escuta, a adesão, ou a oposição dos ouvintes, o anúncio de uma mensagem transcendente, cuja divulgação crescerá, mas num processo muito lento, durante muitos séculos, com o

⁴⁵ Cfr. Parte IX – (anexo 5) – ARSI-GOA 28, elenco dos jesuítas partidos entre 1541-1561 (manuscritos).

⁴⁶ Dauril ALDEN, *The Making of an Enterprise, The Society of Jesus in Portugal, Its Empire and Beyond, 1540-1750*, Stanford University Press, 1996, pp. 54-55. Esta é seguramente uma das obras fundamentais de referência sobre a Companhia de Jesus, na qual também se contém um breve comentário à figura de Gonçalo da Silveira, e à primeira missão jesuíta em Moçambique, chegada em 1560.

⁴⁷ José Eduardo FRANCO e Carlos FIOLEAIS, *Jesuítas construtores da Globalização*, CTT, 2016.

⁴⁸ Em que o anúncio da Boa Nova se manifestava por vezes num compromisso ou numa abertura às práticas, costumes ou tradições dos diferentes povos.

baptismo e a adesão crescente de pessoas, de vários povos, línguas, etnias, ou condições sociais, na orla do Mediterrâneo.

Quer relativamente à forte noção de envio missionário (Mc 16, 15-18)., quer relativamente dos destinatários do envio (cfr. Mt 28,18-20), quer da novidade que constituiria essa mensagem, presente nos Evangelhos, podemos verificar que muitos destes textos estabelecem uma nova ordem de valores e opções.

Poderíamos escolher muitos outros textos para evidenciar essa ordem de valores, mas entendemos suficientes apresentar alguns pequenos excertos, que mostram o colossal desafio que constituiria quer para os missionários o anúncio da nova mensagem de que foram portadores, quer a sua aceitação para os povos destinatários dessas missões.

“(...) Em Nazaré, foi à sinagoga e levantou-se para fazer a leitura do livro do profeta Isaías, “O Espírito do Senhor está sobre mim, pois Ele me ungiu, para anunciar a Boa Nova aos pobres: enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos, a recuperação da vista; para dar liberdade aos oprimidos e proclamar um ano de graça da parte do Senhor.”- Lc. 4, 14-22^a.

Por outro lado, estas novas mensagens dos Evangelhos comportavam em si um espírito de cariz universalista e igualitário, os quais podem vistos condensados em textos como os contidos no Sermão da Montanha, sobre as Bem-Aventuranças - Mt. 5, 1-48; ou Jo, 15, 16-17.

Ora, a dimensão missionária e o papel adquirido pela Igreja no quadro dos descobrimentos portugueses tem um carácter absolutamente específico, distinto dos três primeiros séculos.

A esse propósito e avaliando o feixe de motivações que inspiraram os principais protagonistas portugueses ao longo do tempo, determinando as suas opções geoestratégicas no quadro da expansão marítima e imperial, o historiador Charles Boxer destacou no seu livro *O Império Marítimo Português (1415-1825)*⁴⁹ - ainda que de forma simplificada - os quatro principais motivos que inspiraram os dirigentes portugueses do início da expansão (fossem reis, príncipes, nobres ou mercadores), por ordem cronológica, mas sobrepostos e em diversos graus, *“(...)Um zelo de cruzada contra os muçulmanos; 2) O desejo de se apoderarem do ouro da Guiné; 3) A demanda do Preste João; 4) A procura das especiarias orientais.”*

Por outro lado, podemos identificar que se criou uma relação intensa no quadro das acções da Coroa portuguesa com o Papado no quadro da referida expansão, uma vez

⁴⁹ C. R. BOXER, op. cit., pp. 35.

que aquelas ações postulavam a sua validação, integrada no conjunto das relações internacionais então também estabelecidas. Nesse contexto pode ser vista a aprovação de variadíssimas bulas emitidas pelos Papas, nas quais é associada a Igreja, ou as ações missionárias às acções dos monarcas portugueses na referida expansão, no quadro do chamado Padroado Português⁵⁰.

Assim podem ser vistas a Bula *Inter Caetera*, de 13.03.1456, na qual o Papa Calisto III, confirmou o estabelecido anteriormente pela Bula *Romanus Pontifex*, e a pedido do Rei D. Afonso V, e do infante D. Henrique, concedendo à Ordem de Cristo, da qual aquele era administrador e mestre, a jurisdição espiritual sobre todas as regiões que fossem conquistadas pelos portugueses no presente e no futuro.⁵¹

2. A Primeira Província da Companhia de Jesus

Algum tempo depois, já no séc. XVI, o Rei D. João III, vai pedir a Inácio de Loyola, no quadro do Padroado Português, que alguns jesuítas venham para Portugal, onde estes permitiram criar uma das suas primeiras províncias.

E será a partir de Lisboa, que esta nova ordem religiosa vai protagonizar acções missionárias, em conjunto com outras ordens religiosas, mas com um cunho especial, em vários pontos do Império Português.⁵²

Como sublinha Nuno da Silva Gonçalves⁵³ no seu estudo sobre “*Baltazar Telles, Chronista da Companhia de Jesus*”, promovido no Colóquio “*Quando os frades fazem História*”, coube ao Padre Baltazar Teles, nascido em 1535 e posteriormente superior da Casa Professa de S. Roque, a iniciativa da primeira publicação de uma crónica que registasse e divulgasse na sua globalidade a actividade apostólica da Província Portuguesa

⁵⁰ A. da Silva Rego “*Les Missions Portugaises (aperçu General)*”, Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1958, pp.8-15, sobre as noções principais sobre o Padroado Português.

Nuno da Silva GONLALVES, “Padroado”, in Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa, Lisboa: Centro de História de Além-Mar, <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve>

⁵¹ Vide C. R. Boxer, op. cit. pág.39.

⁵² Cfr. DI III, docs. 49 e 50.

⁵³ Nuno da Silva GONÇALVES, “*Baltasar Teles, Chronista da Companhia de Jesus*”, in “*Quando os frades faziam história*”, dir. de José Adriano Freitas Carvalho, Porto: Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade, 2001, pp. 95-100.

cfr. - anexo 6, como rosto da primeira página do referido livro. Ali figura além de Inácio de Loyola, Padre Geral, o primeiro provincial português Simão Rodrigues.

da Companhia de Jesus, de que resultou a “*Crónica da Companhia de Jesus, na Província de Portugal*”, de 1645.

Dessa crónica resultam algumas notas caracterizadoras fundamentais, desde a aprovação do instituto da Companhia de Jesus, da sua “*Fórmula*” que data de 1539, e a sua confirmação realizada pela Bula do Papa Paulo III, *Regimini militantes ecclesiae*, de 27.09.1540.⁵⁴ Posteriormente, aquela “*Fórmula*”⁵⁵ foi confirmada pelo Papa Júlio III, e constituindo os objectivos principais da Ordem a defesa e propagação da fé e o aperfeiçoamento das almas na vida e doutrina cristã, e este novo instituto tendo sido confirmado durante o Concílio de Trento, no qual estiveram presentes e intervieram vários jesuítas.⁵⁶

Os instrumentos principais para suportar a ação dos novos religiosos eram essencialmente a prática regular de Exercícios Espirituais (EE),⁵⁷ a pregação, a educação cristã das crianças e dos humildes, a administração dos sacramentos e a prática das obras de misericórdia, como as visitas a doentes nos hospitais, assim como um forte compromisso inicial que implicava a adopção de voto especial de obediência ao Sumo Pontífice, para além dos tradicionais votos de castidade, pobreza e obediência comum.⁵⁸

Estes instrumentos e meios, atrás referidos, viriam a ser desenvolvidos nas chamadas Constituições da Companhia, em 1556, que foram aprovadas definitivamente aquando da 1.ª Congregação Geral, realizada em 1558.

⁵⁴ Cfr. Francisco RODRIGUES, *História da Companhia de Jesus na Assistência em Portugal, 1540-1560*, Tomo I, Vol. I.– A Fundação da Província Portuguesa, Tomo I, A Fundação da Província Portuguesa, 1540-1560, p. 181. A primeira província administrativa da Companhia data de 25 de outubro de 1546.

⁵⁵ Cfr. anexo 2 com a “*fórmula*” de Francisco Xavier de 15 de março de 1540, manuscrito que integra a *História Societatis 1.ª*, 24. Neste documento consta a expressa disposição de estar ao serviço do Papa, inclusivamente para missões fora de Itália, e quanto à eleição de Inácio de Loyola para o governo da Companhia.

⁵⁶ F. RODRIGUES, op. cit., p.182.

⁵⁷ Nestes Exercícios, aprovados pelo Breve de Paulo III, *Pastoralis Officii*, de 31 de Julho de 1548, cujo método foi criado por Inácio de Loyola, aquando da sua estada em Manresa, estava um conjunto de meditações e de proposições, um modo de examinar a consciência, de meditação, e contemplação, que estariam e estão no centro da Espiritualidade Inaciana, e que muito iriam pautar e influenciar as opções e ações dos religiosos da Companhia de Jesus. Nesse contexto podem ser vistos as regras sobre “*O Principio e Fundamento*” (23.1 a 3), sobre a principal finalidade do homem: “*O homem é criado para louvar, fazer reverência e servir a Deus Nosso Senhor e, mediante isto, salvar a sua alma*”; e as regras estabelecidas “*para o sentido verdadeiro da Igreja militante*”, nos últimos dos quais está o convite, entre outros, para obediência à Igreja hierárquica (354), o de pobreza, de castidade e de outras perfeições (357); e ainda estar pronto para aprovar e louvar tanto constituições e recomendações, como costumes dos superiores (362) – cfr. Inácio de LOYOLA, *Exercícios Espirituais*, Editorial A.O., Braga, 2016, pp- 11.

⁵⁸ Cfr. anexo 3 - ARSI, Acta de 22 de abril de 1541, da eleição de Inácio de Loyola e tomada de votos (manuscrito). Aqui estão expressos os votos de pobreza e obediência, e o voto especial de obediência dos companheiros ao Papa.

Importa, portanto, pensar nesses objectivos da nova ordem religiosa da Companhia de Jesus⁵⁹ e a sua ligação primordial aos objectivos identitários do Cristianismo, expressos nos primeiros textos referenciais, que aqueles pretendiam difundir de forma renovada, agora num contexto completamente distinto.

Refletindo precisamente sobre os temas das missões em África e no Oriente⁶⁰, Caio Boschi alertava com pertinência para o carácter totalizante da religião e do seu impacto nas relações sociais, sobre a origem dos valores cristãos e o seu carácter de universalidade; reconhecia ainda que os valores europeus tinham colidido com os valores das sociedades nativas e ainda que o trabalho evangelizador tinha tido o efeito “*subverter(ia) a ordem social dos países asiáticos.*”

Ora, é no quadro da nova “diáspora missionária” iniciada em 1541 que partiu o primeiro grupo, chefiado por Francisco Xavier (num grupo de 4 religiosos), a que se sucederam outros grupos nos anos seguintes. No ano de 1556, partiu também Gonçalo da Silveira, (9º grupo enviado para o Oriente, constituído por 14 jesuítas) mostrando bem o empenhamento da Companhia de Jesus na presença no Oriente, sendo que a distribuição desses missionários era feita a partir de Goa, pois que a partir de 1530 esta cidade passou a ser centro do Estado da Índia que se estendia desde o Cabo da Boa Esperança até às Molucas, à China (Macau) e ao Japão.⁶¹

Essa partida não pode, contudo, deixar de ser vista num contexto internacional de grande mudança, que pressionou o Rei D. João III, a tomar decisões cruciais na sua governação que perdurariam nos séculos seguintes,⁶² como seria, por exemplo, a

⁵⁹ Fernanda Maria Guedes de CAMPOS, *A ordem das Ordens Religiosas. Roteiro Identitário de Portugal (séculos XII-XVIII)*, Edição Caleidoscópio-Edição e Artes Gráficas, SA, 2017, pp. 411-422. Sobre os momentos mais marcantes do modelo fundacional da Companhia de Jesus, entendemos importante a consulta deste estudo. Sobre as *Estratégias fundacionais*, podem ser vistos pp 414-418.

Como bem refere a respectiva autora, no ano do próprio reconhecimento da Companhia de Jesus, ou seja em 1540, chegam a Portugal os primeiros jesuítas, “*ligados ao papado, apresentam-se como um novo modelo de organização – uma Sociedade e não uma ordem regular – e novas linhas de acção viradas para a missionação e para o ensino. Tiveram grande aceitação por parte de D. João III e o apoio do Cardeal D. Henrique, o que lhes permitiu uma rápida expansão e relevância de actuação para em todo o território português. Contribuíram expressivamente para a consolidação dos ideais de Trento, mantendo forte hegemonia através de uma rede de Colégios que formava e orientava religiosos e leigos.*”

⁶⁰ Caio BOSCHI, “*As Missões em África e no Oriente*”, in *História da Expansão Portuguesa*, de Francisco Bettencourt e Kirti Chaudhuri (Dir.), Lisboa, Círculo de Leitores, Vol. II, 1998, pp. 403-418.

⁶¹ GOA28, anexo 5 (manuscritos). Cfr. António da Silva REGO, DHMPPO, doc. 24, oriundo da BAL, Códice 49IV-49 (lista de enviados).

⁶² Para a melhor compreensão da mudança das dinâmicas estruturais da expansão, que se deram durante o Reinado de D. João III, quer no “*teatro euro-mediterrânico*”, quer quanto às decisões sobre outras novas ações noutras geografias, nomeadamente quanto à nova visão estratégica do novo monarca no quadro do Império, deveremos ter presentes o texto “*O Império Português em meados do século XVI*”, de João Paulo Oliveira e COSTA, Anais de História de Além-Mar, vol. III, 2002, pp. 87-121.

emblemática decisão de abandono de várias praças portuguesas em Marrocos, e a grande aposta feita na colonização do Brasil.

A historiografia identifica ter sido experimentada nesse reinado uma mudança geo-estratégica⁶³, e destacando-se precisamente nessa viragem, o convite para a vinda dos Jesuítas para Portugal, bem como a vinda e instalação da Inquisição. Foi ainda foi durante o reinado de D. João III que se viveu e manifestaram grandes divisões político-religiosas geradas na Europa com a chamada Reforma, e enfrentada esta por vários movimentos e medidas da Contra-Reforma⁶⁴, surgindo associados à realização do Concílio de Trento (1543-1563), no qual participaram vários jesuítas, como o Padre Polanco, e o Padre Lainez, que viria a ser o segundo Padre Geral da Companhia de Jesus.

Com efeito, não podemos deixar de lembrar aqui os impactos ou consequências das posições adotadas por Lutero em 1517, no caso, com a publicação das suas 95 teses ou proposições, afixadas no Castelo de Wittemberg, em que este denunciou o comércio das indulgências por parte de muitos religiosos da Igreja, e não sancionado pelo Papado. A posição ali adoptada viria a gerar a sua subsequente excomunhão, e um cisma na Igreja.

Ora, naquele Concílio, como bem refere Manuel Clemente, in *A Igreja no tempo. História Breve da Igreja Católica*, “pretendeu-se dar uma resposta doutrinal aos desvios da fé e às rupturas ideológicas”, de um lado; de outro, houve o propósito de “também definir um clero renovado, presente no meio do povo, solícito e dedicado exclusivamente ao seu ministério.”⁶⁵

No mesmo sentido, da viragem da governação joaninha, poderá ser lido o texto de Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português. 1500-1700. Uma História Política e Económica*, Difel, 1995, pp 114-116, na qual o autor desenvolve a tese dos dilemas que D. João III teve que enfrentar, considerando que quase até ao fim dos anos 1530, o caracteriza a primeira metade do “reinado o desejo de «europeizar» Portugal e promover uma forma de Humanismo do Renascimento na vida intelectual”, traduzido na ordem que transmitiu a Damião de Góis “ a convidar homens como Erasmo a vir a Portugal”. Porém, como também ali é referido, na segunda fase do mesmo reinado as posições conservadoras tornar-se-iam dominantes. Para este mesmo historiador, os sinais simbólicos da alteração da política social de meados do século XVI são precisamente a presença dos Jesuítas e da Inquisição (cfr. op. cit. pp.116-119).

⁶³ Em que tinha “o seu eixo fundamental nos oceanos”, um ocidental, que tinha o eixo fundamental no sul do Atlântico, em particular na América Portuguesa, e outro oriental, que visava integrar os circuitos comerciais dos oceanos Índico e Pacífico, e nos quais o comércio das especiarias era determinante - cfr. texto referido nota anterior p.116.

⁶⁴ John O'MALLEY, *The first Jesuits*, Harvard University Press, 1993, pág. 71, refere “like other Christian thinkers, the Jesuits believed that heresy was essentially the result of some moral lapse.(...) They tended, especially in the first years, to see themselves as essentially peacemakers and promoters of reconciliation in all sectors of society, as the Formula suggest”

⁶⁵ Cfr. Manuel CLEMENTE., *A Igreja no Tempo. História breve da Igreja Católica*, Lisboa, Grifo, 3ª edição, 2010, p.79.

Em todo o caso, o cristianismo foi visto como sendo “*um elemento essencial da ideologia dominante e constituía um traço fundamental da ideologia expansionista portuguesa, e o seu principal factor de coesão*”⁶⁶. Alguns historiadores como Luis Filipe Thomaz, interrogando-se sobre as causas do novo proselitismo religioso, reconhecia que um dos traços seria “*mais evidente é a influência da Contra-Reforma, o impacto do Concílio de Trento, e sobretudo, a chegada à Índia dos primeiros jesuítas em 1542, pois estes tinham uma organização muito mais eficaz do que os religiosos que os tinham precedido*”⁶⁷, introduzindo para este efeito as suas estratégias de evangelização.⁶⁸

Na mesma ordem de ideias do aqui sublinhado, referia Sanjay Subrahmanyam no seu livro *O Império Asiático Português 1500-1700. Uma História Política e Económica*⁶⁹, “*os jesuítas e a Inquisição são dois dos mais significativos símbolos da mudança da política social dos meados do século XVI.*”

Contudo, como este mesmo historiador esclarece, embora a opinião popular tenha associado os jesuítas à Inquisição, as duas instituições defenderam muitas vezes pontos de vista diferentes⁷⁰, e mesmo, convirá sublinhar alguns dos primeiros Jesuítas como Santo Inácio de Loyola, seriam confrontados com as análises por parte da Inquisição quanto aos princípios que enformavam esse novo instituto e seus objectivos e acção.⁷¹

Como veremos, o início da vida de Gonçalo da Silveira, coincidiu com o início do novo reinado e governação de D. João III, em 1521. Mas o seu conhecimento direto da Companhia de Jesus - que tinha sido aprovada em 1539 e confirmada no ano seguinte por

⁶⁶ Cfr. L. THOMAZ, *De Ceuta a Timor*, Difel, 1994, p.249

⁶⁷ Idem, op. cit., pp. 249 e .253.

⁶⁸ A importância dos modelos de organização introduzidos pela nova ordem, foram especialmente bem tratados por John O` Malley na referida obra *The first Jesuits*, publicada pela Harvard University Press, e citada em nota anterior. Assim, podem ser vistos o capítulo 2 “*Taking shape for Ministry*”, pp. 51 a 90. Ali é sublinhado a forma como a Companhia de Jesus rapidamente recrutou os seus membros, a importância dos Exercícios Espirituais, como instrumento de ajuda para predisposição de adesão ou recrutamento de novos membros: “*The Exercises early on proved a helpful instrument to dispose individuals to consider joining. After the Jesuits opened their first school in 1548, they began to recruit over 50 percent of their novices from their students, but they also gained them in other ways, sometimes through the most casual encounters.*” O mesmo autor sublinha o caráter específico da nova ordem religiosa, uma ordem que não se fechava nos conventos, mas cujo vocação era estar em todo o mundo em missão, foi também sublinhado quando cita a expressão de Nadal “*We are not monks... the world is our house*” (pp.67-68).

⁶⁹Cfr. S. SUBRAHMANYAM, op. cit. p. 119.

⁷⁰ Cfr. idem, p. 154.

⁷¹ Como refere Dauril Alden, embora o padre Simão Rodrigues tivesse sugerido que os jesuítas beneficiassem de uma associação à Inquisição, na sua estrutura da sua administração, foi recusado por Inácio de Loyola: “*Since the King (D. João III) insisted that its administrator be answerable to him and not to the father general, Loyola declined the offer.*” Cfr. D. ALDEN, op. cit., “*Relations Between the Society and Portuguese Inquisition*”, Appendix C, pp. 670-673.

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Breve Papal - só ocorrerá porquanto este frequentava a escola do Mosteiro de Santa Cruz e com a chegada dos primeiros jesuitas a Coimbra, em 1542.

III

Gonçalo da Silveira, um início de vida atribulado e sua formação religiosa

1. Filho do Conde da Sortelha

Como referem as várias fontes históricas, Gonçalo da Silveira, nasceu em Almeirim, em 23 de fevereiro de 1521, numa localidade frequentada por D. João III e a sua Corte, que ali permaneciam algum tempo, e na qual estavam nessa altura os seus pais.

Este seria o 10.º filho de Dom Luís da Silveira (1482-1534), primeiro Conde de Sortelha, casado com Dona Brites Coutinho, sendo que aquele recebeu essa dignidade em 1522.⁷² D. Luís da Silveira era descendente de uma família cujos antecessores já tinham prestado serviços a outros monarcas da Casa de Avis, de quem haviam recebido várias mercês.⁷³

A sua mãe veio a morrer desse parto, e quem irá assumir a guarda e educação do jovem Silveira nos primeiros anos será a sua irmã, Dona Felipa de Vilhena, que casou com Luís Alvares de Távora, Senhor de Mogadouro e de S. João da Pesqueira.

O seu pai exercera as funções de diplomata, nomeadamente como embaixador em Castela⁷⁴, e tendo sido também Guarda-Mor da Casa Real. A sua influência e da família na corte eram conhecidas, uma vez que exercera as funções de embaixador, e visto que D. Luís da Silveira era um homem da confiança de D. João III, no quadro de uma difícil

⁷² Vide na Torre de Tombo (ANTT), Armário Jesuítico, os seguintes documentos: Sobre a Casa dos Condes de Sortelha e dos Senhores de Góis. História Administrativa, biográfica e familiar, 1570-08-02, PT/TT/AJCJ (...). PT/TT/CCSSG.

<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1222241>

- Registo – instrumentos em publica forma de testamentos do primeiro Conde de Sortelha, D. Luis Silveira, (...) PT/TT/CCSSG/L01

⁷³ Padre António Carvalho COSTA, *Corografia Portuguesa*, Officina de Valentim da Costa Deslandes, Impressor de Sua Magestade, Lisboa Tomo II, ano MCCCVIII, pp.178-177, 397.

⁷⁴ Balthazar Telles, *Chronica da Companhia de Jesus*, de 1645, p. 113: Aqui sublinha-se outra acção da diplomacia Joanina na qual este D. Luis da Silveira esteve envolvido: Foi-lhe entregue a missão de tratar e concluir o casamento da Imperatriz D. Isabel, irmã de D. João III, com o Imperador Carlos V.

e multifacetada diplomacia que foi empreendida no quadro europeu, cujo desenvolvimento e suporte político foi desenhado por aquele monarca.⁷⁵

Como sublinha Pedro Cardim, no estudo “*A diplomacia portuguesa no tempo de D. João III. Entre o Império e a reputação*”⁷⁶, D. Luís da Silveira “*constituía um bom exemplo de um diplomata recrutado entre aqueles que integravam o núcleo doméstico da Casa Real, (...) esteve envolvido em conversações sobre a questão das Molucas junto da corte de Castela*”.⁷⁷ Nesse âmbito foi negociada uma compensação financeira avultada a pagar por parte de Portugal, fixada em 350.000 cruzados para garantir a posse efetiva das respetivas ilhas.

2. Formação inicial e entrada para a Companhia de Jesus. Exercícios Espirituais

Relativamente aos primeiros anos de estada em Mogadouro, as informações disponíveis são escassas, mas apontam para uma educação tradicional e um primeiro ensino em casa, de um jovem do seu tempo, oriundo de uma família influente junto da coroa, a que se seguiu uma educação, com um enquadramento religioso inicial por parte dos Franciscanos do convento de Mogadouro.⁷⁸

Por alguns biógrafos, desse tempo ficou registado que o jovem Gonçalo da Silveira teria demonstrado sinais de uma vida piedosa.⁷⁹

Assim, depois da frequência nos primeiros anos na escola junto desse Convento Franciscano de Mogadouro⁸⁰, será encaminhado por seus irmãos para o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, para ali prosseguir os seus estudos.

⁷⁵ Sobre alguma da actividade diplomática definida por D. João III, e que envolveu a participação de D. Luís Silveira, pode ser vista a Crónica escrita por Francisco de ANDRADE, 1540-1614, *Crónica do muyto alto e poderoso Rey destes Reynos de Portugal Dom João III, deste nome*, Lisboa, Jorge Rodriguez, 1613, pp. 12v, in PURL, 13803. Nesta obra, o autor reserva o Cap. XVI, para descrever que “El Rey propõe no concelho o casamento da Infanta dona Isabel sua irman, há sobre elle diferentes pareceres, as razões de ambas as partes, el Rey se resolve a manda Luís da Silveira a Castela por embaixador.”

⁷⁶ Pedro CARDIM, “*A diplomacia portuguesa no tempo de D. João III. Entre o Império e a reputação*” in “Congresso Internacional comemorativo do nascimento de D. João III”, Lisboa e Tomar, 2002, ACTAS, do CHAM e CEPCEP, 2004, pp. 627-660.

⁷⁷ P. CARDIM, op. cit. pág. 643. Conforme é ali apontado, esse litígio entre Castela e Portugal iria a culminar na celebração do “*Tratado de Saragoça, em abril de 1529, através da qual Carlos V, a troco de uma avultada indemnização (350 mil cruzados), cedeu os seus direitos à posse daquelas ilhas.*”

⁷⁸ A aprendizagem dos moços-fidalgos na primeira metade do século XVI “*fazia-se, de igual modo, em terras de província, com o apoio régio ou por encargo do respectivo concelho*” - cfr. Joaquim Veríssimo SERRÃO, *História de Portugal*, Vol., III, 1980, pág. 372-375.

⁷⁹ DI, III, José WICKY, pp.6*-7*; H. CHADICK, op. cit. pág. 3 e 4; B. LEITE, *D. Gonçalo da Silveira*, A. G.C., Lisboa, 1946, p.42.

⁸⁰ Fernanda Maria Guedes de CAMPOS, *A Ordem das Ordens Religiosas, Roteiro Identitário de Portugal (seculos XII-XVIII)*, Edição Caleidoscópico, 2017, pp. 296.

A escola do Mosteiro de Santa Cruz possuía naquela altura prestígio pela qualidade do seu ensino, e em regra era frequentada pelos filhos da nobreza do reino, e sendo conhecida por dispor de uma boa escola pública e uma boa livraria.

Foi neste contexto, aquando da frequência da escola do Mosteiro de Santa Cruz, que o jovem Silveira acabou por conhecer alguns jesuítas que ali estavam hospedados – e a sua espiritualidade - os quais tinham chegado a Coimbra, em 1542, ao Colégio de Jesus.⁸¹ Foram estes novos religiosos, recentemente chegados a Coimbra, vindos com o expresso apoio de D. João III, que vieram exercer uma séria atração sobre o jovem Silveira, ali colocado para fazer os seus estudos.⁸²

Nesse contexto, e depois de muita ponderação Gonçalo da Silveira, irá entrar como noviço para a Companhia de Jesus, em 9 de junho de 1543, vindo do Mosteiro de Santa Cruz⁸³, em Coimbra, juntamente com outros jovens fidalgos ou da nobreza que entraram na mesma altura para o Noviciado. À data, a responsabilidade máxima pelas diferentes missões dos jesuítas em Portugal⁸⁴, estava a cargo do padre Simão Rodrigues, que chegara a Lisboa, em 17 de abril de 1540, juntamente com Paulo Camerte. Ao padre Simão Rodrigues, juntar-se-ia pouco tempo depois o navarro padre Francisco Xavier, o qual partiria um pouco mais tarde para a Índia. Simão Rodrigues tinha sido escolhido e nomeado por Inácio de Loyola para assumir a direcção das acções da Companhia de Jesus em Portugal e para instalar em Lisboa a nova Casa - a qual viria a ser das primeiras fundadas fora de Roma - e obter a utilização da Igreja de Santo António. Este último virá a ser nomeado como o primeiro Provincial, em 25 de outubro de 1546.

⁸¹ O Colégio de Santo Antão em Lisboa tem fundação em 1542, e no mesmo ano o Colégio Jesus, de Coimbra, conhecido como do Santíssimo Nome de Jesus ou das Onze Mil Virgens, com início de construção em 1547. Por seu lado, o Colégio do Espírito Santo de Évora tem fundação em 1551, e a Casa Professa de S. Roque em 1553 – cfr. D. ALDEN, op. cit. pp. 28-31 e F. M. G. CAMPOS, op. cit., pp. 412-422.

⁸² Cfr. O'Malley, ob. cit. pág. 59, sublinha: *“In Portugal and northern Italy more Jesuits came from noble, wealthy, or aristocratic families than was true in other parts of Europe, and in those regions practically none except the lay Brothers came from the lower social ranks.”*

⁸³ Como refere Saul António Gomes, na *História Religiosa de Portugal*, (Dir). de Carlos M. Azevedo, Círculo de Leitores, 2000, vol. I, p.339 e segs, os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho (posteriormente Congregação de S. Cruz de Coimbra) eram *“prestigiados na cura animarum, no meio da assistência, admirados pelos seus rituais e cerimónias religiosas bem organizadas, que sensibilizaram muito os fiéis que querem receber os benefícios espirituais por seu intermédio, em vida e depois da morte. Os Cónegos Regrantes especializam-se também na vida cultural, implantando nos seus cenóbios escolas públicas e boas livrarias como aconteceu em Santa Cruz (...). Neste convento «se ministrava um ensino desde o básico, com a aprendizagem da gramática e da leitura do saltério, até aos níveis mais elevados e complexos com a leitura da Sacra Página.”* Sobre as estratégias fundacionais que presidiu à ereção do Mosteiro de Santa Cruz, e dos grandes movimentos reformadores que levaram à instituição da Congregação de Santa Cruz de Coimbra, que se iniciou em 1527 por iniciativa de D. João III, pode ser vista a obra de Fernanda CAMPOS, op. cit. 2017, pp.110, e 114-119.

⁸⁴ Cfr. J. V. SERRÃO, op. cit. pp.344-347.

Pouco tempo depois da sua entrada no Noviciado, o jovem Gonçalo da Silveira irá efetuar os primeiros “*Exercícios Espirituais*” ao Porto⁸⁵ com o Padre Diogo Mirão, o primeiro Reitor do Colégio de Jesus, os quais lhe permitirão fazer o percurso espiritual proposto por Inácio de Loyola, e no qual sentirá que a sua ligação com Deus se irá fortalecer, experimentando uma consolação interior e fazendo o respectivo discernimento.

Dessa primeira fase de formação e estada no Noviciado e dos seus frutos irá dar conhecimento a seu cunhado D. Luís Alvares e sua irmã, numa carta que lhes dirigiu, mostrando os seus pensamentos fundamentais nesse momento, pedindo para não esperarem receber melhor novidades de si mas antes “*falar sempre com eles do meu (seu) Deus, seu bem e de todo o mundo*”.⁸⁶

Foi no quadro dessa experiência enquanto noviço que Gonçalo da Silveira, irá experimentar uma alteração da sua visão do mundo, que se refletirá na relação com a família, nomeadamente com a sua irmã e seu cunhado D. Luis, no sentido do desinteresse pelos bens materiais e busca de um sentido de pobreza. Esse pensamento exteriorizou-se mesmo no uso de roupa, experimentando o abandono de objectos de uso pessoal que não traduzissem a austeridade que pretendia cultivar, e numa nova relação com Deus, no sentido de uma nova e rica descoberta interior. Desta mudança interior apercebeu-se desde cedo o Reitor Padre Diogo Mirão, o qual exprimiu numa carta por si escrita os desejos e sentimentos mais profundos que este novo noviço estava a evidenciar, reconhecendo-lhe os seus frutos.⁸⁷ Numa carta datada de 1 de Outubro de 1543, dirigida a Inácio de Loyola, o Padre Diogo Mirão, reitor e mestre de noviços, descrevia o clima vivido e as expectativas relativas a Gonçalo da Silveira, que nessa altura estudava Lógica, referindo:

Digo Padre mio, que esperamos que mediante con la gracia del Senor, que ha de scoger muchos servus suyos por estas partes, que de veres le sirvan y queran levar su Cruz. (...). Don Gonçalo confunde a todos: El Senor lo tenga sempre de su mano.⁸⁸

⁸⁵ Cfr. Nicolau GODINHO, “*Vita del P. Gonsalvo Silveria, Sacerdote della Compagnia di Giesu: Martirizzato nella Città di Monomotapa*”, Roma, 1615, pp. 13, e 20-30; Telles, ob. cit., pág. 113 e segs.

⁸⁶ Cfr. carta integrada por Berta Leite in “*D. Gonçalo da Silveira*”, A.G.C., Lisboa, 1946, pp. 232-233.

⁸⁷ Cfr. H. CHADWICK, ob. cit. pp. 8-9.

⁸⁸ “*Epistolae Mixtae*”, Tomo I, pp.141-142.

É desta fase de noviciado que pode ser vista a apreciação que o mesmo padre Mirão fazia junto do Padre Inácio de Loyola, na mesma carta de 1 de outubro de 1543, na qual se distinguia a atitude deste novo noviço, entre outros estudantes que ali estavam, como Melchior Nunes.⁸⁹

Na mesma carta para Inácio de Loyola, acima citada, o Padre Diogo Mirão exprimia a opinião de que este parecia ser possuidor de grandes dons.⁹⁰

A expressão dessa mudança interior terá sido captada numa outra carta do jesuíta António Araoz, a Inácio de Loyola, segundo o qual também o prior de Roncesvales João Silveira, tio de Gonçalo, o pensaria deixar como seu herdeiro.⁹¹

Esse noviciado irá durar dezoito meses, durante o qual Silveira irá fortalecer a sua vontade de ter uma forte vida espiritual, afastando assim as sugestões dos seus parentes que tinham colocado reticências à sua entrada para o noviciado e a sua vocação como jesuíta.⁹²

Para concluir a sua primeira fase na Companhia de Jesus, Silveira, juntamente com outros companheiros, em 1 de novembro de 1544, irá fazer os votos simples de pobreza, castidade, e obediência⁹³, que constituem o compromisso solene vindo da fundação, e deixando-os mais abertos e seguros para enfrentarem os próximos passos.

Esta fase do noviciado em Coimbra foi marcado por um forte tempo de estudos, e sendo os noviços mesmo exortados e incentivados à perfeição dos dons por Inácio de Loyola, que exprimiu o seu pensamento numa carta enviada de Roma, aos Padres e irmãos que ali estavam.⁹⁴

⁸⁹ Nesta carta o Reitor exprime como funciona o noviciado, as disciplinas ou áreas de estudos dos noviços, nos quais refere expressamente que existem “*quatro lógicos: Roxas, Hercules, Melchior Carneiro, Don Gonçalo.*” Para além de outros estarem distribuídos por dialética (8), gramáticos (9), e teologia - Cfr. carta de Diogo Mirão, in *Epistolae Mixtae*, Monumenta Historica S. J., Tomo I, doc. 10, pág. 142.” () ; H. CHADWICK, op. cit. p.9; B. LEITE, op. cit., p.60.

⁹⁰ Cfr. H. CHADWICK, op. cit. pág. 10;

⁹¹ E. M, op. cit. pp.221-223. Nesta carta de António Araoz a Inácio de Loyola, de 29 de junho de 1545, referindo-se a João de Silveira, Prior de Roncesvales, tio de Don Gonçalo, este “*sentyo la mutacion de Don Gonçalo porque pensaba dexarle heredero. Agora, no solo es nuestro afectado, mas avn muy benefactor.*”

⁹² Cfr. N. GODINHO, op. cit. pág. 14-20, sobre o novo modo de vida; Leite, op. cit. pág. 58.

⁹³ Cfr. Francisco RODRIGUES na *História da Companhia de Jesus na Assistência em Portugal*, Tomo I, pág. 157 e 159 sobre uma das principais características do noviciado da Companhia de Jesus introduzido por Inácio de Loyola, refere este ser constituído “por dois anos inteiros de provação ou noviciado, decorridos os quais, o aspirante faz os três votos simples de Religião, com a promessa de se incorporar mais tarde à Companhia no grau de coadjutor ou professo conforme parecer aos superiores”.

⁹⁴ Cfr. carta de Inácio de Loyola, datada de 7 de maio de 1547, in *Epistolae Mixtae*, I, pp. 495-510. Nesta carta Inácio de Loyola mostrava-se estar informado do fervor religioso dos noviços e dos jesuítas que ali estavam, sugerindo diretrizes a observar trabalhando “para conservar o fervor santo, (...) no estudo das letras como das virtudes”, ou sugerindo moderação quanto aqueles que ardiam “em desejos de mortificação” durante os tempos de estudos.

Ainda em 1548, o jovem jesuíta é designado mestre de noviços no Colégio de Jesus em Coimbra.⁹⁵

Contudo, estes estudos no noviciado ainda irão prosseguir cerca de cinco anos mais, e Gonçalo da Silveira e alguns outros companheiros, irão ser depois enviados até Gândia, mas passando por Cidade Rodrigo, Salamanca e Ávila uma vez que inicialmente tinham recebido uma carta a indicar que deveriam ir até Valência onde deveriam esperar a chegada do padre Provincial Simão Rodrigues. Será ali em Gândia, que irá passar os próximos tempos a fazer a sua formação em teologia, no Colégio criado pelo Duque de Gândia⁹⁶ Francisco de Bórgia, com estatuto elevado a Universidade⁹⁷.

Em 25 de fevereiro de 1550, é-lhe outorgado a graduação como bacharel, e, não muito tempo depois, nesse mesmo ano, é-lhe conferido o grau de doutor, o que mostra uma impressionante rapidez e consideração pelo seu trabalho. Pouco tempo depois, regressou a Portugal, na altura da Páscoa.⁹⁸

Por outro lado, nos anos seguintes Silveira irá desmultiplicar-se em outras missões internas, com as novas idas ao Douro e Minho, com passagens pelo Porto, e Braga, onde também se empenhou e assegurou pregação e fez confissões, bem como em Tomar.⁹⁹

Mais tarde será o referido Padre Diogo Mirão, agora na qualidade de provincial, a escrever ao Rei D. João III, em maio de 1552, em que irá realçar as suas qualidades como trabalhador incansável, e reconhecer a necessidade que tiveram outros companheiros de trazerem Gonçalo para descansar uns dias. Com efeito, os seus companheiros aperceberam-se que Silveira enquanto estava em Tomar, numa missão no interior, este evidenciava estar num estado de quase exaustão na sequência do exigente trabalho apostólico que ali fazia. Assim, trouxeram-no para o Colégio de Coimbra, de modo a recobrar forças do cansaço que mostrava.¹⁰⁰

Em 1552, era Reitor do Colégio de Coimbra o Padre Manuel Godinho, e provincial o Padre Diogo Mirão. Ora, nessa altura o ambiente escolar estava ali também

⁹⁵ Cfr.: Epíst. Mixtae, vol. I, p.532.

⁹⁶ Cfr. TELLEZ, op. cit. Liv. II, pp.502-503.

⁹⁷ Este reconhecimento data de 1547, depois da criação como Colégio em 1546.

⁹⁸ Cfr. Epíst. Mixtae, II, pp. 377, carta do Padre Francisco Brandão a Inácio de Loyola, de 10 de Abril de 1550. Nesta carta, é referido o percurso efetuado por Gonçalo da Silveira e alguns companheiros até Gândia, com passagem por Salamanca, Ávila, Alcalá, Guadalajara, e Valência, e na mesma está expresso que em Avila “predico il padre Don Gonçalo com molta satisfatione”.

⁹⁹ TELLEZ, op. cit. pp.560-563.

¹⁰⁰ Cfr. Carta de 20 de maio de 1552, ao Rei D. João III, in LEITE, B., op. cit. pág.237.

pautado pelo cultivo das virtudes da oração e das mortificações, quer privadas, quer públicas, quer por parte do Reitor, quer por parte dos alunos.¹⁰¹

Era nesse contexto também que o prestígio dos jesuítas na sociedade e na corte ia aumentando, surgindo em 1552 um convite do Rei D. João III ao Padre Diogo Mirão¹⁰² para confessor e para que os jesuítas pudessem colaborar como inquisidores do Tribunal do Santo Ofício, autorizado em 1536, e trazido para Portugal, de que foi Inquisidor-Mor o Infante Cardeal Dom Henrique até 1539. Esse convite para colaboração com a Inquisição foi recusado e unicamente aceite a função de confessor, depois do padre Mirão, ter obtido a posição de Inácio de Loyola, Padre Geral em Roma¹⁰³. Ora, a posição de Inácio de Loyola, respondendo à pretendida colaboração com a Inquisição, e quanto à eventual obtenção das respetivas dignidades foi considerada por aquele como incompatível com as outras tarefas consideradas primordiais, como a pregação e a confissão, que os novos religiosos teriam que assegurar, sustentando que os membros da Companhia não “*tivessem poder para relaxar hereges a perder a vida, pois desejava que os acompanhassem com charidade*”.¹⁰⁴

3. *Prepósito da Casa de S. Roque*

Correspondendo a um pedido da Companhia de Jesus e à vontade expressa de D. João III, no dia 1 de outubro de 1553, a ermida de S. Roque era solenemente entregue aos Padres da Companhia de Jesus, presidindo à cerimónia religiosa o Rei e a Rainha, e outras

¹⁰¹ Cfr. TELLEZ, op. cit. Cap. I, 4, 5, 6, 7 e 8. Essas mortificações eram expressas no próprio refeitório do Colégio e depois publicamente.

¹⁰² O padre Diogo Mirão era de origem castelhana (Diego Miron), era reitor do Colégio de Valência, e por nomeação do Prepósito Geral Inácio de Loyola, substituiu no fim do ano de 1552 o Padre Simão Rodrigues como provincial. Segundo refere Dauril Alden, na sua obra “*The Making of an Enterprise, The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond, 1540-1750*”, Stanford University Press, 1996, pág. 288, sucedeu num contexto “*the greatest purge ever to occur in the assistancy took place in Portugal, (...) Following the disgrace of the founding provincial Simão Rodrigues.*” Por outro lado, o Dr. Miguel Torres, ex-Reitor do Colégio de Salamanca foi chamado como visitador para colocar a província portuguesa na ordem, uma vez que tinham sido recebidos relatórios em Roma que evidenciavam que tinha sido colocada em causa a disciplina que se pretendia assegurar, o que ditará mais tarde a expulsão daqueles que foram incapazes de respeitar essa disciplina.

¹⁰³ Cfr. carta de Inácio de Loyola de 1 de fevereiro de 1553 ao Padre Miron, transcrita por Tellez, ob. cit. Vol. II, pp.7-9.

¹⁰⁴ Cfr. TELLEZ, op. cit, Tomo II, Liv. IV, Cap. II, pág. 8, 10 e 11.

altas dignidades, como D. Pedro Mascarenhas. Este trazia as chaves da referida ermida que era inaugurada, a que se seguiu uma missa solene e pregação.

Esteve presente o Padre Francisco de Borja, antigo Duque de Gândia, que estava em Lisboa, e fez a pregação solene nesse dia.¹⁰⁵ A sua pregação obteve enorme eco, numa assembleia em que estava a família real em peso e numerosos membros da nobreza do reino. Foi o Padre Nadal que celebrou a missa e recebeu os votos segundo as fórmulas que tinham sido escritas para o efeito.

Na descrição da entrega solene da posse e propriedade de S. Roque, fica absolutamente clara a vontade expressa do rei D. João III, da Rainha D. Catarina, e da corte de darem expresso apoio a essa obra da Companhia de Jesus, que viam como uma obrigação, e da influência e prestígio que os jesuítas gozavam então em toda a cidade. Como sinal dessa confiança e proximidade na corte, poderá ver-se que o Padre Miguel Torres, colateral do Provincial, era chamado frequentemente pela família real ao Paço.¹⁰⁶

Conforme se descreve numa das cartas escritas posteriormente, Gonçalo da Silveira chamou a atenção, e por mostrar que «*tiene grã facilidade y copia y devotion en el predicar (...)*»¹⁰⁷.

Na pequena ermida de S. Roque, o padre Gonçalo da Silveira professou então, juntamente com outros dois jesuítas, o Padre Gonçalo Vaz e o Padre António Quadros,

¹⁰⁵ Cfr. Litt. Quadr. II, doc. CCLV, pp. 436-446. Nesta carta do Padre Mirão, de Lisboa, datada de 10 de outubro de 1553, dirigida ao Padre Inácio de Loyola faz-se alusão às atribulações decorrentes das condutas do Padre Simão Rodrigues, que foi enviado como provincial para Valência. E da satisfação sentida posteriormente quer com a ajuda do Rei D. João III, da Rainha e dos Infantes, para as obras e empreendimentos a cargo da Companhia, quer em Lisboa, quer em Évora, para além do bom acolhimento da cidade aos actos litúrgicos e pregação por parte dos companheiros, referindo explicitamente a atenção aos sacramentos por parte dos membros da família real. Também é referido que alguns padres jesuítas passaram a ser regularmente os seus confessores e a fazer mesmo os “Exercícios”. Também alude à entrega da posse da ermida de S. Roque, e dos votos solenes feitos nessa ocasião.

¹⁰⁶ Cfr. TELLEZ, op. cit. Tomo II, pp.91-112. No Capítulo XX descreve-se os começos da fundação da Casa de S. Roque, da Ermida desse Santo e do lugar onde estava aquela e onde hoje está a Igreja, e no Capítulo XXI descreve-se as dificuldades que houve para entregar essa Ermida e das intervenções de D. João III e D. Pedro de Mascarenhas para superar os problemas que se punham.

¹⁰⁷ Cfr. Litt. Quadr. III, doc. CCCXXII, (ARSI), pp. 134-135, carta de Joannes Nunez, do dia 3 de Setembro de 1554, por comissão do Padre Mirão, ao Padre Geral Inácio de Loyola, em Roma, reconhece-se que «*El Rey e Reyna y Infantas e otros grandes cada dia mas se van aficionando a nuestra Companhia, y mostram obra que nuestro Senor les dá à sentir en sus coraçones...*».

Na mesma carta, acima referida, agora do Padre Diogo Mirão, de 10 de Outubro de 1553, dirigida a Inácio de Loyola, e numa carta de 14 de Janeiro de 1554, do Padre Francisco Vieira, também dirigida a Inácio de Loyola, faz-se a descrição da entrada solene em S. Roque da entrega das chaves, da cerimónia religiosa, bem como várias doações do Rei, de mais de 100 ducados para obras com azulejos, objetos litúrgicos, rendas e até outros fins. Também alude à actividade religiosa, e à atração e aumento de devoções que sucedeu a seguir, designadamente a confissões, e à doutrina, mesmo por parte da Rainha e das infantas. Nessa carta é reconhecido explicitamente, a doação por parte da Infanta Dona Maria de uma casa em Almeirim e de uma Igreja em Santarém aos jesuítas (in Litt. Quadr. II, pp. 436-46, e pp. 534-539).

tendo recebido do Padre Nadal os votos dos novos professores – que tinham formulado os votos comuns, e o voto de obediência ao Papa - em nome do Geral da Companhia de Jesus. O Padre Silveira foi então também designado para primeiro superior ou Prepósito de S. Roque (entre 1553 e 1556), em cujo espaço pretendeu “*exercer os ministérios espirituais*”¹⁰⁸.

Mais tarde D. João III irá mostrar a clara necessidade de apoiar a construção de uma Igreja mais ampla e espaçosa, e com uma casa anexa, que pudesse acolher os jesuítas que ali tinham sido colocados a prestar serviço. Assim, no princípio do mês de janeiro ano de 1555, lançaram-se os primeiros alicerces para a nova Igreja de S. Roque, cuja primeira pedra foi benzida em 27 de junho de 1556, por D. João Nunes Barreto, Patriarca da Etiópia.

Para o novo Prepósito, esta missão concretizou-se, assegurando este as múltiplas funções de um Reitor de S. Roque, nomeadamente pregando e celebrando missa aos domingos, e dias santos, escrevendo, confessando, desempenhando essas funções durante cerca de dois anos e meio, antes de ser nomeado por Inácio de Loyola, agora para outra missão, esta mais exigente na Índia, que se veio a concretizar apenas no ano de 1556.¹⁰⁹

Segundo Tellez, progressivamente os Padres Gonçalo da Silveira e Gonçalo Vaz iam sendo considerados cada vez mais acentuadamente como os grandes oradores¹¹⁰, que atraíam multidões, que se dirigiam até à ermida de São Roque para ouvir os seus sermões ou a pregação de doutrina¹¹¹.

¹⁰⁸ CHADICK, op. cit. pág.27, e RODRIGUES, op. cit., Livro IV, pág. 629.

¹⁰⁹ Litt. Quadr., II, pág. 536.

¹¹⁰ F. RODRIGUES, op. cit. Vol. IV, pp. 629-631.

¹¹¹ TELLEZ, op. cit. Tomo II, pp. 127-170. Esta parte da obra de Tellez integra na prática uma biografia do Padre Gonçalo da Silveira, na qual o autor apresenta as suas principais virtudes ou qualidades, quer anteriores quer posteriores à sua partida para a Índia. Contudo, relativamente às qualidades de orador atribuídas a Gonçalo da Silveira, entendemos que a sua reputação era fundamentada, embora, não tivéssemos encontrado na pesquisa que efetuamos quaisquer dos *sermões* que tivessem escritos por este; igualmente não encontramos a indicação de que tivessem sido publicados esses sermões, que tivessem sido referidos por outros investigadores, ou mesmos nas biografias que consultamos. Em todo o caso, este jesuíta tinha capacidades oratórias reconhecidas por outras pessoas, nomeadamente pelo Padre António Quadros, seu colega em Coimbra, e que com ele privou em Goa, sucedendo-lhe como Provincial da Índia, em 1559. Confirmando essa reputação de orador, quer na pregação, quer na doutrinação, que terá sido uma das suas principais paixões, referidas pelo próprio, poderão ser vistas também as notas e referências contidas no texto de J. Vaz de Carvalho no texto “*D. Gonçalo da Silveira e a sua missão, no IV Centenário do seu martírio*”, publicada no Vol.. LXXII, março de 1961, n.º3 da Brotéria.

IV

Primeira Missão: O Estado da Índia e a ação da Companhia de Jesus

1. Gonçalo da Silveira, Provincial 1556-1559

Em 30 de Março de 1556, ¹¹²partia de Lisboa para a Índia um grupo de 14 jesuítas¹¹³, entre os quais alguns iriam integrar as novas missões que se destinavam à Etiópia, e cujo envio tinha sido previamente articulado entre Inácio de Loyola, D. João III e o padre Diogo Mirão¹¹⁴, então Provincial em Portugal.

Essa decisão mostrava já haver um conhecimento bastante próximo das necessidades e dificuldades que ali iriam ser encontradas, bem como as da Província de Goa. Uma vez que a informação recolhida anteriormente era que o Imperador da Etiópia, embora tivesse recebido antes alguns enviados portugueses, chefiava um país que era cristão, cuja aliança se pretendia assegurar, mas que seguia uma orientação ou entendimento monofisita, considerada cismática, sem qualquer obediência ao Papa, em Roma. Por outro lado, aqueles enviados transmitiram que também ali se associava àquela crença a adopção de algumas práticas e costumes característicos de outras religiões, como a hebraica, que praticavam a circuncisão ou a observância de sábado, ou a prática de alguns sacramentos, que mereciam reparo por parte da Igreja Católica, uma vez que o batismo era repetido anualmente, e não era observada a sua administração como um sacramento que deveria ser realizado uma única vez. ¹¹⁵

¹¹² Com chegada a Goa 6 de setembro seguinte.

¹¹³ Entre estes 14 jesuítas, o irmão João Rodrigues faleceu na viagem no oceano Índico; os irmãos Gonçalo Cardoso, Francisco Lopes, António Fernandez – que seriam ordenados antes de partirem de Goa – e o Padre Bispo André de Oviedo, que foram para o Preste João, conforme se extrai da leitura do doc. 80 integrado no DI III, pág.471; cfr. BAL, Códice 49-IV-49, doc. 24, pp.154-164, vol. VI da DPHMPO, Lisboa 1993.

¹¹⁴ O Padre Diogo Mirão sucedeu a Simão Rodrigues, primeiro provincial de Portugal, a partir de 1551. A partir de 1555 sucede-lhe o Padre Miguel Torres, como provincial, até 1561.

¹¹⁵ Vide descrição das orientações de Inácio de Loyola, para o Patriarca e outros jesuítas que iam para essa missão, e que são salientadas por Nuno da Silva GONÇALVES, no texto “*Inácio de Loyola, D. João III e a Missão da Etiópia*”, in *Actas do Congresso internacional de História, Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas*, Vol. II, UCP, CNPCDP, FEC, Braga 1993, pp. 89-100.

A estratégia concebida para aquela missão pelos jesuítas a partir de Goa, era então uma proposta de gradualismo numa aproximação, quer no campo educativo, com a fundação de escolas e colégios, quer mediante a doutrinação, no sentido de cativação do Preste e dos ouvintes, para preparar o regresso à reunião com o Papado e suas orientações.

Nesse grupo que partiu de Lisboa seguia Gonçalo da Silveira¹¹⁶, designado como Provincial por Inácio de Loyola, que ficaria em Goa, responsável pelo acompanhamento dessa missão junto do Preste, e para além de outras missões no Oriente.

2. Algumas expectativas quanto às missões a empreender

Aquilo que podemos perguntar é quais eram as expectativas e como estes missionários viam então a missão para a qual foram designados, e em especial o Padre Gonçalo da Silveira.

Embora tivessem embarcado em 28 de março de 1556, partiram a 30 de março seguinte, divididos em três naus.¹¹⁷

No ano anterior também tinha partido outro grupo de jesuítas, com o mesmo fim e por mandado do Rei D. João III. Conforme exprimia numa carta o Infante D. Luís ao Vice-Rei D. Pedro Mascarenhas, na Índia:

“S. A. vos manda este ano doze padres da Companhia de Jesus que são para converter o mundo e certo que os deveis mais de estimar que muita gente de guerra.”¹¹⁸

Como se depreende claramente do teor de uma carta de D. João III dirigida ao Padre Melchior Carneiro, Vice-Provincial da Índia, este expressava que o envio destes padres era vocacionado para que se focalizassem no ensino do latim no Colégio de S. Paulo, de Goa, e principiarem escolas à semelhança daquelas que já existiam no Reino, e que outros seriam para ficar na Índia até ao ano seguinte, mas para poderem posteriormente ir para o Preste.

¹¹⁶ Cfr. DI, III, doc. 52, p. 271. Curiosamente, numa carta do Padre Mirão para o Padre Inácio de Loyola, datada de 6 de agosto de 1555, este manifestava a opinião de que lhe parecia inconveniente a ida do Padre Gonçalo da Silveira, como provincial, mas que este deveria decidir e ordenar.

¹¹⁷ Cfr. anexo GOA 28 (manuscrito), Arquivo da Postulazione, em Roma. Vide D. I., III, 87 - Carta do Padre Miguel Torres, Provincial Lusitânia ao Padre Inácio de Loyola, em Roma, de 7 de Abril de 1556, pág. 43; e n.º86, pp. 471 e 473 com elenco dos membros enviados em 1556 para as missões do Oriente, Lisboa, Março de 1556.

¹¹⁸ Ver DI, III, 49. Carta do Infante D. Luis, de Lisboa, a D. Pedro Mascarenhas, em Goa, de 23.03.1555; - DI, III, doc. 50. João III ao Padre Melchior Nunes Barreto, S.I, Vice-Provincial.

Isto é, as prioridades principais da Coroa e da Companhia exigiam uma aposta na missão junto do Preste e, por outro lado, o reforço da capacidade formativa do ensino nos Colégios da Companhia, e das missões existentes a partir de Goa.¹¹⁹

O padre Gonçalo da Silveira, além de manifestar numa carta que esteve entre Janeiro e Abril de 1555 a fazer a sua preparação daqueles que partiriam¹²⁰., noutra carta escrita mais tarde, desde Cochim, expressa as qualidades daqueles que devem ser enviados, sugerindo que fossem enviados aqueles que mostrassem “disposição para a virtude forte e flexível se determinarem como cumpre na execução”, isto é, para poderem cumprir as missões da Companhia. Ora, as prioridades manifestadas por D. João III, acima referidas, irão coincidir também com o provincialato de Silveira, como se verá mais adiante.¹²¹

3. Passagem pela Ilha de Moçambique

Depois de uma longa viagem, as naus acabariam por chegar à ilha de Moçambique, no dia 25 de julho, para fazer escala e reabastecimento, onde ficaram 18 dias.

A viagem destes jesuítas, que integrava Silveira, foi considerada pelos próprios viajantes como rigorosa, incluindo o calor excessivo que suportaram aquando na passagem nas imediações da Guiné, mas sem problemas significativos.¹²²

As vicissitudes dessa viagem estão também relatadas numa carta do Padre Francisco Rodrigues, aos seus companheiros em Portugal, desde Goa.¹²³

¹¹⁹ Cfr. Goa 8, 1, fl. 99r-102v, e DHMPPPO, Vol. VI, doc. 28, pp.202-210.

¹²⁰ Litt. Quadr, III, pp.315, e B. LEITE, op. cit. pp. 253-254

¹²¹ Cfr. DHMPPPO, doc. 28, pp.202-210.

¹²² Cfr. D.I., III, 91, pp 502-503. Descrição contida na carta de Padre André Gomes aos padres e irmãos jesuítas de Coimbra, de 4 de novembro de 1556.

¹²³ DI - III, 90, p. 488 e seguintes. Com a descrição contida na carta do Padre Francisco Rodrigues, enviada aos Jesuítas, desde Goa, datada de 2 de novembro de 1556. Também poderá ser vista a descrição da viagem noutra carta datada de janeiro de 1557, desde Cochim, dirigida por Gonçalo da Silveira ao Padre Gonçalo Vaz, in DHMPPPO, Vol. VI, doc. 27.

188 e 189, fala das dificuldades enfrentadas “*as angústias e a agonia em que se veem os passageiros*” e a dificuldade de as representar e descrever para quem estava em Portugal.

Gonçalo da Silveira, pouco depois da chegada a Moçambique dirigiu-se prontamente até à pequena Ermida de Nossa Senhora do Baluarte, com seus companheiros, onde rezou missa.

Na ilha de Moçambique, os jesuítas presentes, durante a sua estada, dedicaram-se a um trabalho de visitas e acompanhamento dos doentes que ali aportaram, à confissão e realização de missas diárias, a que assistiram os tripulantes e passageiros, e alguns portugueses que ali se encontravam.

Nesta estada, Gonçalo da Silveira e o Padre Francisco Rodrigues, seu-colateral e seu companheiro, que também consigo viajava para Goa, terão tido uma primeira aproximação a muçulmanos da ilha de Moçambique, onde havia uma mesquita. Assim, e como conta o Padre Francisco Rodrigues, foi travado um primeiro diálogo com um muçulmano da ilha sobre as crenças e sobre as verdades que este professava. Nesse diálogo com os mouros da mesquita - que a descrição efetuada revela - aqueles foram questionados sobre o conhecimento da sua lei (Alcorão), daquilo que era a sua verdade e o que é pecado, de quem era “Mafamede”, e foram consideradas como um erro as suas crenças. Foi nesta situação que Silveira e outros companheiros se aperceberam, pela primeira vez e diretamente das dificuldades da conversão de um muçulmano ao cristianismo, e da diferença das suas experiências pessoais, das de outras tradições culturais e religiosas que se misturavam naquele contexto, e que alguns africanos não queriam abandonar.¹²⁴

Estes são apenas alguns ecos dos resultados alcançados nessa altura perante um mundo islamizado que ali encontraram aqueles jesuítas na ilha de Moçambique. Com efeito, fazia-se sentir nessa zona geográfica a forte presença e influência do islamismo, - já experimentada pelos portugueses cerca de cinco décadas antes, nas primeiras viagens de Vasco da Gama e Pedro Alvares Cabral - que estava fortemente implantado em toda a costa oriental de África.¹²⁵ Essa influência do islamismo evidenciou-se particularmente

¹²⁴ Cfr. DI III, doc. 90, pp 488-500. Nesta carta, datada de 2 de Novembro de 1556, do jesuíta Padre António Rodrigues, aos seus companheiros em Portugal, este descreve um debate que houve com os mouros da mesquita da Ilha do Moçambique aquando da sua viagem de Portugal para a Índia.

¹²⁵ O impacto da influência muçulmana na Costa Oriental de África e em particular na Ilha de Moçambique, foi sentida logo durante as primeiras viagens de Vasco da Gama e Pedro Alvares Cabral à Índia. Mas a presença subsequente de portugueses na Ilha de Moçambique não impediu até a persistência ali de mercadores árabes e de muçulmanos. Nesse sentido, tem interesse a carta do Xerife Mahomed Elalui de Moçambique, dirigida ao Rei D. Manuel I, em que este morador de Moçambique pede a proteção ao Rei e que este “envie carta que já tinha pedido, pela qual segura da invasão e hostilidade da vossa gente do Estado da Índia, e que possa navegar livremente num navio com toda a segurança”, datada de 17 de maio de 1517 – Doc. e tradução in ANTT, Documentos em caracteres árabes provenientes do Oriente, PT/TT/CART/891.1.

na zona mais próxima e sob influência do sultanato de Quíloa, que Vasto da Gama logo na sua primeira viagem até à Índia ali tinha encontrado¹²⁶, e foi sentida a hostilidade pelos portugueses, embora estes tivessem sido recebidos inicialmente bem.¹²⁷

4. Uma nova realidade. Chegada a Goa. As novas missões e a relação com o Vice-Rei da Índia e com a Coroa

Já em Goa, onde chegaram as naus em 6 de setembro de 1556, Silveira procurou ir rapidamente de encontro aos seus companheiros que estavam no Colégio de S. Paulo e encontrou-se pouco tempo depois com o Padre António Quadros¹²⁸, e com o Governador Francisco Barreto.¹²⁹

O novo provincial mostrou conhecimento e rápido interesse na identificação das necessidades e quanto às exigências específicas das comunidades e missões jesuítas que foi encontrar, da natureza e da diversidade dessas missões, com quem pretendia dinamizar e transmitir uma verdade religiosa universal, tendo presente a relativa escassez dos recursos existentes, espalhados por vários pontos do Oriente, muito afastados geograficamente entre si.

Contudo, tinha atrás de si, como os seus companheiros, a experiência de que era um enviado para um empreendimento global, o qual, constituía um projecto fundamental da Companhia de Jesus - para o qual tinha sido designado pelo Padre Geral em Roma. Esse empreendimento estava intimamente ligado e dependente das relações estabelecidas, com a Coroa portuguesa no quadro do Padroado Português.

É no âmbito desse Padroado que o rei D. João III se tinha responsabilizado, afirmando a diversos títulos a vontade de prestar apoio material e financeiro ao crescimento das missões jesuítas, tendo em vista a dilatação da Cristandade, a qual por sua vez constituiria igualmente uma forma de melhorar e fortalecer a coesão interna no quadro do império português.

¹²⁶ Alexandre LOBATO, *A Expansão Portuguesa em Moçambique, de 1498 a 1530*, AGU, Lisboa, de 1954, pp.163 e 168, aponta precisamente para as observações de Álvaro Velho sobre os homens de Moçambique, e a descrição dada por João de Barros, da povoação ali encontrada, das casas e mesquita, e do seu Xeque.

¹²⁷ Luís F. THOMAZ, *l'Expansion Portugaise dans le monde, XIV-XVIII siècles, les multiples facettes d'un prisme*, Chandeigne, Paris, 2018, pp.116.

¹²⁸ Padre António Quadros foi Provincial a partir de 1559, sucedendo a Gonçalo da Silveira.

¹²⁹ Entre 1555-1558.

Vejamos agora o seguinte quadro, que permite identificar a evolução dos efetivos das missões jesuítas no Oriente:

ANEXO 1: Missões jesuítas no século XVI no Oriente¹³⁰

Missões Jesuítas	1549	1555	1557	1559	1560	1607
	Total	Total	Total	Total	Total	Total
		Fonte: DI III Doc. 72	Fonte: DI III Doc. 118	Fonte: Catálogo de 12Nov.1559 ¹³¹ DI IV Doc. 37	Fonte: DI IV 1557-1560 Doc. 117	
Goa	20	38 ¹³²	69 ¹³³	68	76 ¹³⁴	184
Japão		11	7	8	9	140
Molucas	8	7	9	5	5	6
Malaca	3		2	5	4	8
Coromandel				1		
Cabo Comorim		2	6	5	9	37
Coulão¹³⁵		2	2	3		
Cochim	-	7	2	7	7	60
Tana	-	3	3	5	4	14
Baçaim	2	5	5	5	3	24
Damão	-	-	-	2	2	8
Ormuz	1	2	3	3		0
Etiópia	-	7	6	6	5	5
S. Thomé	-	2	2	2	2	
Mocambique	-	-	-	-	3 (1)=4	5
TOTAL	34	84	116	125	132	559

O quadro acima apresentado, mostra claramente que o tempo de Gonçalo da Silveira como Provincial (1556 e 1559) corresponde a um crescimento bastante acentuado dos efetivos da Companhia de Jesus no Oriente, mas que persistia reduzido para as necessidades e exigências das missões, espalhadas num mapa geográfico extraordinariamente vasto em extensão, com efetivos distribuídos por missões muito dispersas, e integrando missões que evoluíam em contextos culturais completamente distintos, exigindo um esforço comunicacional gigantesco.

Efetivamente, além de ser o centro político do Estado da Índia, Goa constituía já naquela altura (fim de 1556) igualmente o principal centro das missões jesuítas do mesmo Estado, além de ser a cabeça de uma nova diocese desde 31 de janeiro de 1533,

¹³⁰ Cfr. também o quadro definido por Dauril Alden, *The Making of an Enterprise*, ob. cit., *Table 3.1. Expansion of The Society in the State of India and Beyond: administrative units and dependencies, 1549-1607*, pág. 46. Nesta obra, são identificados pelo autor os anos de 1549, 1559, 1571, 1582, 1587, 1601 e 1607. Relativamente ao número de jesuítas servindo na Assistência Portuguesa, entre 1549 e 1760, poderá ser visto o quadro apresentado por Alden, na obra citada, no seu Appendix D, pp.674-676.

¹³¹ Elaborado por Luís Fróis, V. DI, IV, p 305.

¹³² DI III, doc. 72, pp 409-411. Inclui Padres, irmãos, e noviços.

¹³³ cfr- DI III, doc. 118., pp. 783-791. Inclui 15 padres, 20 irmãos e 34 noviços –

¹³⁴ DI III, doc. 117, pp 863 . No Colégio de S. Paulo 16 eram sacerdotes e 56 irmãos.

¹³⁵ Coulão tinha uma feitoria desde 1505, e um forte desde 1518. Em 1661 foi cedido aos Países-Baixos.

confirmada por uma outra bula papal no ano seguinte¹³⁶. O quadro aqui acima apresentado mostra uma diáspora missionária que irá crescer na segunda metade do século XVI e início do século XVII.

Na verdade, era em Goa que estavam concentrados os maiores efetivos da Companhia de Jesus no Estado da Índia, e a partir da qual irradiavam missões com características muito distintas em função dos locais, regiões ou países onde se inseriam. Desde a Etiópia, até às Molucas e ao Japão, distribuindo-se por muitos outros locais acima assinalados, tudo num contexto ou numa paleta multicultural, social e económica, e até de crenças e religiosas de povos e nações muito diferenciadas.

Deve notar-se que a dimensão da população da cidade de Goa não deveria ser muito diferente em 1556 daqueles efetivos que foram os resultados ou indicações prestados por D. Gaspar, arcebispo de Goa, em carta datada de 20 de novembro de 1561, dirigida ao Rei D. Sebastião. O referido arcebispo tinha informado então o monarca que a cidade de Goa nesta última data teria cerca de 4343 vizinhos, dos quais deste 1478 seriam portugueses e 145 mestiços, e no termo da cidade e aldeias vizinhas seriam 7025 vizinhos. O então Arcebispo de Goa estimava igualmente haver cerca de 12.000 cristãos (sem soldados) e 80.000 almas cristãs.¹³⁷

Se olharmos para os efetivos do Colégio de S. Paulo¹³⁸ em Goa, nessa altura, este já integrava um conjunto de alunos com origens culturais e étnicas muito distintas. Para esse efeito, podemos ver a lista que integra o catálogo dos meninos do Seminário de S. Paulo, elaborado em novembro de 1556.

Verificamos que aquele Colégio integrava 110 meninos de origens muito distintas, desde *portugueses (19)*, *castiços (10)*, *mestiços (15)* *malabares (13)*, *canarins (21)*, *chinas (5)*, *bengalis (5)*, *mouros (5)*, *pegus (2)*, *cafres (3)*, *guzerates (1)*, *arménio (1)*, *decanins (4)*.¹³⁹

¹³⁶ Pela Bula papal *Romani Pontificis Circumspecti de Clemente VII*, confirmada no ano seguinte. Por estas, a respetiva jurisdição ia desde o Cabo da Boa Esperança, até às Molucas e o Japão.

¹³⁷ Cfr. DI V, doc. 35 A. pp, 228-230 - Carta de D. Gaspar a D. Sebastião, sobre a Cristandade. Neste documento, verificamos que o arcebispo pede ao monarca que é necessário crescer o gasto para a conversão dos gentios que o Rei seria obrigado a suportar. Em todo o caso, refere algumas medidas a tomar, e que se derrubaríamos os pagodes “*quando a razão o pedir*”.

¹³⁸ O Colégio de S. Paulo, fundado por impulso do vigário geral Miguel Vaz Coutinho, começou por ter o objectivo de formar estudantes com várias origens, para servirem como padres seculares junto de populações indígenas. Os Jesuítas tomaram posse formal deste Colégio em 1551. Era constituído por várias unidades, como a Residência, oficinas, a que se veio a juntar um orfanato, um catecumenato e um noviciado, e um hospital nas imediações – vide Alden, op. cit., p. 43-45.

¹³⁹ Cfr. DI III, doc. 89, pp. 487-488.

Assim, o Colégio de S. Paulo constituía um centro de ensino e formação religiosa¹⁴⁰, com o qual a Companhia de Jesus pretendia ter um efeito dinamizador no futuro¹⁴¹, pois os meninos e religiosos a formar teriam ainda o conhecimento das suas línguas nativas, de uso muito útil nas várias missões constituídas ou a realizar, para as quais era constantemente pedido o envio de novos missionários da Europa. Contudo, sendo insuficiente, eles eram sempre vistos como um recurso para suprir uma lacuna que urgia também colmatar a partir de Goa, depois da formação, ou ordenação¹⁴², no quadro da dispersão geográfica onde ficavam as missões.

Como refere João Paulo Oliveira e Costa na sua obra *O Japão e o cristianismo no Século XVI, ensaios de História Luso-Nipónica*, “o primeiro presbítero indiano foi o padre André Vaz, foi ordenado em Goa em 1558, e nos anos seguintes outros indígenas foram aceites. Estas experiências ao nível do clero secular não eram, contudo, seguidas pelas ordens religiosas nas missões do Padroado do Oriente”. Como também refere o mesmo autor no mesmo estudo, embora “os primeiros gerais da Companhia de Jesus,

¹⁴⁰ Cfr *Constituições do Colégio de S. Paulo*, Goa, de 27 de junho de 1546, em DI, I, doc. 14, pp. 111-127. Neste documento eram definidas as regras fundamentais de funcionamento, quanto a doutrina e ensino, como gramática, outras ciências, artes, lógica, filosofia e teologia, os ofícios que deviam ser observados, e a manutenção do Colégio. Por outro lado, definiam-se as idades quer para o acesso dos jovens, que não devia ser inferior a 13 anos, quer quanto às ordenações, que não deveriam ser efetivadas antes dos 25 anos de idade.

Note-se que D. João III, em 8 de Março de 1546, tinha determinado a concessão de 800.000 réis de tença anual para a sustentação do referido Colégio, que seria pago mediante as suas rendas da cidade de Goa (DI I, doc.12).

¹⁴¹ O Colégio dispunha ainda de uma tipografia, conforme se evidencia pelas descrições contidas nos documentos seguintes: DI IV, doc. 54 (4), e 104 (20.21). Foi neste tempo do mandato de Gonçalo da Silveira que iriam ser editadas algumas obras muito relevantes para as missões da Província de Goa e Estado da Índia.

Sobre o desenvolvimento da evangelização e importância da Imprensa nos séculos XVI e XVII na Índia, importa relevar o estudo apresentado por Carmo Silva, com o tema “*Evangelização e Imprensa nos séculos XVI e XVII na Índia*”, que foi publicado nas Actas do Congresso Internacional de História sobre “*Missionação Portuguesa e encontro de Culturas*”, vol. II, organizado pela UC/CNPCDP/FEC, Braga 1993, pp.125-145. Como explica a autora o primeiro catecismo em Tamul, ou seja, «*Cartilha em Tâmil e Português*», foi impressa em Lisboa em 1554, constituindo o primeiro livro em língua indiana a ser impresso não só em Portugal como na Europa. No mesmo ano foi enviado de Goa um catecismo escrito por Francisco Xavier com propósito de ser impresso por não haver ali uma tipografia.

A tipografia de que beneficiou a Companhia de Jesus em Goa, chegou ao Oriente em 6 de setembro de 1556, e era destinada em princípio à actividade na Abissínia. Porém, uma vez que a conjuntura política e militar nessa região era desfavorável, acabou por ficar instalada no Colégio de São Paulo o Velho, e a sua utilização foi assegurada pelo irmão João Bustamante, que tinha acompanhado o Padre Gonçalo da Silveira na viagem até Goa. Torna-se interessantíssimo verificar algumas das primeiras publicações saídas dessa tipografia, nomeadamente catecismos em concani ou cartilhas de doutrina, situação referida pelo Padre Luis Fróis posteriormente, numa carta datada de 14 de novembro de 1559. A importância do trabalho de evangelização ser feita na língua da terra foi posteriormente confirmado nos primeiro e terceiros concílios provinciais de Goa, realizados respetivamente em 1567 e 1585. Uma segunda tipografia funcionaria em Goa entre 1561-1573, com um impressor de origem italiana e outro de origem alemã, o primeiro de nome João Quinquêncio, o segundo de nome João Emdem (cfr. obra cit. pág.127 e 139).

¹⁴² João Paulo Oliveira e COSTA, *O Japão e o cristianismo no Século XVI*, ensaios de História Luso-Nipónica», Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Lisboa, 1999, p. 298.

nomeadamente Inácio de Loyola e Francisco de Bórgia haviam mostrado alguma abertura quanto à admissão de indianos; entendiam, contudo, que os candidatos deviam começar por frequentar um colégio (...)”. Essa ideia não recebeu acolhimento na Índia pelos seus primeiros provinciais.

Um dos principais alvos e preocupações de Gonçalo da Silveira foi precisamente a identificação de problemas e novas necessidades de funcionamento no Colégio de S. Paulo, cujas instalações e funcionamento procurou melhorar.

Os primeiros tempos de permanência em Goa, ainda no final de 1556, foram preenchidos também por parte de Gonçalo da Silveira com pregações aos domingos e feriados, com confissões, e visitas aos doentes ao hospital¹⁴³ - tal como ali faziam outros seus companheiros.¹⁴⁴

Note-se que anteriormente à chegada de Gonçalo da Silveira, como provincial, já tinham sido adotadas algumas medidas por parte da Coroa visando aumentar as condições ou meios das missões no subcontinente indiano. D. João III, ou até D. Afonso de Noronha, Vice-Rei, tomaram inúmeras decisões que se traduziram num significativo apoio material ou vantagens relativamente à ação da Companhia de Jesus, de que são exemplo paradigmático a doação dos Colégios de S. Paulo em Goa, e de Baçaim, quer das rendas respetivas, as quais estão refletidas em várias cartas que nessa altura foram enviadas.¹⁴⁵

Nessa altura em Goa já se manifestava estar mais dificultado o exercício de outros cultos não cristãos, uma vez que tinham sido tomadas medidas por parte de D. João III e pelo Governador no sentido de não ser autorizado o seu funcionamento público, ou serem destruídos templos hindus e expulsos os donos das terras respetivas, impedindo assim o exercício dos chamados cultos gentílicos. Por outro lado, manifestava-se alguma animosidade contra as práticas de muitos cristãos-novos que detinham posições de relevo no comércio local.

Outro campo das primeiras preocupações do novo provincial foi apreciar as situações e procurar dar resposta a algumas preocupações advindas das informações

¹⁴³ Tal como já tinha acontecido com Inácio e Loyola e outros dos seus companheiros anteriormente, um dos campos de missão que os membros da Companhia de Jesus deveriam e iriam abraçar era precisamente a visitas a hospitais. Neste sentido se pode ver também o reiterar das recomendações anteriores por parte do Padre P. Lainez, datada de Roma, agosto de 1558, quando este recomenda para a conversão dos infiéis e conservação dos princípios na Índia a visita a hospitais – DI. IV, doc. 13.

¹⁴⁴ DI IV, doc. 26, p.26 - carta do padre Francisco Peres, de Cochim, em 13 de janeiro de 1558 ao Padre Miguel Torres, Provincial de Portugal.

¹⁴⁵ Vide DI II, doc. 48 e doc. 49, p 189 e p. 193 - Cartas de D. João III, de 20.02.1551, com a doação perpétua do Colégio de S. Paulo; DI II, n.º 43, pp. 180, n.º62 e n.º63, de 27.01.1552, cartas de D. Afonso de Noronha,

prestadas pelo Padre Gonçalo Rodrigues, que tinha regressado recentemente da Etiópia. Este tinha informado que havia sinais da resistência do Preste João em aceitar fazer-se obediente às orientações propostas por Roma, que visavam terminar com as heresias e o monofisismo que ali eram aceites e observados genericamente. Essa circunstância, aliada à identificada presença das forças turcas que dominavam e impediam os acessos marítimos àquele Reino, terão contribuído para uma alteração do plano que previa a partida imediata do grupo de missionários jesuítas em missão – com a protelação da partida da missão e do seu embarque, imposta pelo Governador do Estado da Índia – o que gerou insatisfação por parte de Gonçalo da Silveira.

Com efeito, segundo as informações recolhidas pelo mesmo Padre Gonçalo Rodrigues, no seu regresso de África, este indicava que se manifestaram dificuldades por parte do Preste João em aceitar as novas propostas e orientações que os jesuítas ali tinham apresentado aquando da sua anterior estada, pelo que a partida de um novo grupo de missionários inicialmente previsto para ali ir ser enviado em missão, ficou adiado até Fevereiro seguinte.¹⁴⁶

5. Visitas às casas e missões jesuítas na Índia

Pouco tempo depois, o Governador pediu ao novo Provincial que este o acompanhasse até Baçaim¹⁴⁷, na costa ao Norte de Goa, onde havia sinais de guerra. O que este viria a fazer, acompanhando-o, como veremos, aproveitando para visitar as comunidades cristãs de Chaul e Taná. As visitas e acompanhamento das casas e comunidades jesuítas constituíam igualmente uma das principais atribuições a realizar por um provincial.

Assim, ainda em 1556, o provincial Gonçalo da Silveira, integrado na fusta de D. Francisco Mascarenhas, acompanhará o Governador Francisco Barreto na ida a Baçaim, com passagem em Chaul, onde ficou ali oito dias, a que se seguirá uma ida e visita a Taná, aonde permaneceu uns dias, numa localidade onde também existia uma missão da Companhia de Jesus.¹⁴⁸

¹⁴⁶ Cfr. DI, III, doc. 91, pp. 502-503, carta de 6 de novembro de 1556, de Goa.

¹⁴⁷ Cfr. ANEXO anterior (1), com Missões jesuítas no século XVI no Oriente. São ali referidos os efetivos de cada uma das missões, incluindo em Baçaim.

¹⁴⁸ A ligação íntima entre as diversas actividades existentes nas “fortalezas, cidades e povoações da Índia oriental” e a presença religiosa nas diversas localidades, está muito bem exposto na cartografia, nas cartas

Um dos momentos marcantes desta viagem, por ter suscitado muito acolhimento, de acordo com as descrições efetuadas posteriormente, foi seguramente a entrega ou confiança aos jesuítas de um hospital local (em Chaul), que ficaria ao cuidado destes, e de um peditório que foi realizado pelo novo Provincial pelas ruas da referida localidade.

Ora, esse peditório realizado Gonçalo da Silveira pelas ruas de Chaul não agradou ao Governador Francisco Barreto, como aquele refere numa carta de janeiro de 1557, por si enviada para Lisboa, a um dos seus companheiros em Lisboa, nos seguintes termos:

(...) Pedimos o Irmão e eu por cada hum sua rua. A primeira esmola foi de portuguez, que me deu alguns bazaruquos, a segumda foi de hum bramene gentio, que me deu tres ou quatro bazaruquos ; a terceira, estando pedimdo, dá comigo de rostro hum hörnern omrrado, damdo-me os agradecimentos por hum officio que Ihe o Senhor Governador tornara por eu intrevir nisso: este me parece que se vio afrontado de me ver pedir.(...)

Relativamente ao acolhimento em Chaul, referia também na mesma carta, comparando com a sua experiência nas cidades do Porto e Lisboa:

(...) Asi fiz ho princípio en Chaul, e digo a V. R. que parecia a devacão de Lixboa, tão fréquente e de tanta gente de toda a sorte: parecerão-me na devacão com hos do Porto, que eu tenho por mais e milhores devotos que os de Lixboa. Hé [a] gente daquela cidade mui omrrada e riqua, e certo que me spantei de ver a multidão de homens e molheres portuguesas naquela terra; gente que não se contentava com ouvir, mas com vos buscar e perguntar mui particularmente e notar hos avisos de devacão e salvação. Fiquei-me hai sete ou 8 dias sem ho Governador. Eram has confissões tamtas de homens e de molheres, que nem me podia valer. (...) ¹⁴⁹

De Chaul a viagem prosseguiu para Tana, com chegada a 25 de novembro seguinte, cuja presença, pelas informações disponíveis mereceu um ótimo acolhimento. Esse acolhimento foi saudado publicamente pelos residentes locais com tambores e música, a que se seguiria uma pregação de doutrina por Gonçalo da Silveira, numa cerimónia religiosa a que assistiram o Governador, e mediada na própria língua local por um irmão jesuíta. Aquela cerimónia religiosa viria a integrar o batismo geral de 45

e plantas onde constam representadas as igrejas e casas de apoio respetivas, como as relativas a Baçaim, Tana, Chaul e Damão, constantes da edição prefaciada por Luis Silveira do *Livro das Plantas nas Fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental com as descrições do marítimo dos Reinos e províncias onde estão situadas e outros portos principais daquelas partes*, e publicada pelo IICT, 1991, – pp57, 62, 64, 67, 74, 77, e 88, o qual reproduz o Códice n.º1471 da Biblioteca do Paço Ducal da Vila Viçosa ¹⁴⁹ Cfr. DI. III, doc. 102, pp.622-637. Carta do Padre Gonçalo da Silveira, de Cochim, datado de Janeiro de 1557, dirigido ao Padre Gonçalo Vaz de Melo, em Lisboa.

novos cristãos, expressão da pública adesão de novos convertidos.¹⁵⁰ O Padre Silveira, também acrescentava na mesma carta:

(...) Fui ter lá dia de Santa Caterina quando eles não cuidarão, e logo festejamos o dia e preguei; os cristãos me fizeram grande festa com seus tamburis e buzinas. A música não era tam boa, mas o sabor déla era mui grande. À tarde se ajuntarão grande número de christãos e christãs da terra, e deles cathecuminos, os quaes assentados por sua orden, hum Irmão lhes pregava e fazia doutrina na propria limgoa, tam embebido e com tanto fervor e tão ordenados meneos, como V. R. a esses cortesões. (...)

(...) digo de caminho que ver a deliquadeza e primor com que se qua festejam as festas, fiquan as de Lixboa aimda que sejam as de Sam Roque parecendo d'aldea : porque velos temos de charamelas, doçainas e violas d'arco, hé para aver doo das trombetas de laa; ver hos bosques trasladados nas ruas e terreiros, fica huma famquaria ho embamdeirar de laa. (...)

Posteriormente regressará de Baçaim, no início de 1557, de onde partirá para Cochim, na costa do Malabar, onde também funcionava uma comunidade jesuíta.

Aqui irá enfrentar novos desafios, aquando da sua estada nesta cidade.

Nesta cidade de Cochim, o novo provincial Gonçalo da Silveira, foi-se inteirando das dificuldades existentes, na respectiva Província e das locais, e isso mesmo exprimia-se na correspondência que recebia e enviava, logo no início da sua missão, quer ao Padre Inácio de Loyola, em Roma, quer ao Provincial em Portugal, quer a outros jesuítas, em Lisboa.¹⁵¹

¹⁵⁰ Vide C. M. SANTOS, op. cit. 1999, pp. 270-272. A autora destaca a importância da organização das festas religiosas e do seu valor simbólico. Assim, nessa obra refere que “os governadores aproximam-se das festividades eclesíásticas e ganham um lugar nuclear no seu desenvolvimento. Entre as obrigações dos vice-reis, Diogo de Couto destacava, exactamente, a de favorecer e honrar as igrejas «em suas festas», o que incluía visitas à misericórdia e hospitais, a distribuição de esmolas, assim como o empenhamento na conversão dos infiéis. São precisamente estes espaços públicos de teatralização do poder do governo que destacaremos de seguida. (...). As procissões inseriam-se primordialmente no cerimonial eclesíástico, mas, na verdade, nelas participavam não só o clero como os representantes do poder civil: os oficiais da Câmara e o próprio vice-rei.(...) no *Livro de Privilégios da cidade de Goa* encontra-se transcrito o regimento que regulava a procissão em Lisboa e que deveria ser também aplicado em Goa. Da procissão fazia parte a exibição de mistérios, danças e mascaradas.”

¹⁵¹ Cfr. DI III, doc. 101, 102, e DHMPPO, Vol. VI, doc. 30.

6. Rigorismo na Conquista Espiritual

Assim, em carta ao Padre Geral, dirigida a Inácio de Loyola, desde Cochim, datada de janeiro de 1557, expôs as condições ou qualidades que deveriam reunir aqueles jesuítas que fossem enviados para o Oriente. O seu entendimento era de que aqueles deveriam apresentar “*fervor para a mortificação e padecimento por amor e glória de Deus*”¹⁵², e que também deveriam ser instruídos na doutrina cristã e com capacidade de “*aprendizagem de línguas, bons pregadores, bons confessores, e pessoas de letras*”. Por outro lado, explicava outro tipo de problemas e em particular a dificuldade local para realizar as exigências da Quaresma, pois o clima e a época do ano, recomendavam segundo o mesmo a sua realização noutra calendário, sendo conveniente “*repartir a Quaresma*” pelo ano, e o que o jejum deveria ser feito em meses menos quentes.¹⁵³

Por outro lado, expunha a previsível partida para breve dos jesuítas que seguiriam para o Preste, levados pelo Governador Francisco Barreto.

Noutra carta, esta escrita agora pelo Padre Melchior Carneiro, em 20 de dezembro de 1557, expunha-se ao Cardeal D. Henrique, a necessidade de a Inquisição vir para

¹⁵² Conforme Francisco RODRIGUES, S. J. mostra sobre as decisões fundamentais e votos expressos dos jesuítas – in “*História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*”, Tomo I, Apostolado de Imprensa, Porto, 1931, pp. 140-142, e 2146 - estes princípios foram incorporados logo nas Constituições, nomeadamente quanto às obras espirituais e as corporais a serem empreendidas, e identificados os meios respectivos para esse fim, estando ali claro que as missões figuravam no centro da acção da Companhia, uma vez que o seu campo de acção era o mundo.

F. Rodrigues, ob. cit. Tomo I, pp. 128-130, sublinhava que os primeiros textos das Constituições foram iniciadas por Inácio de Loyola em 1547, que em 1550 os submeteu a exame a aprovação da Companhia. A primeira edição das Constitutiones Societatis Jesu, foi feita em Roma no ano de 1558. Ao texto inicial de S. Inácio, deram contributos vários jesuítas portugueses, como Simão Rodrigues, e os textos das Constituições foram analisados e aprovados na primeira Congregação Geral (cfr. pp. 130-131).

Cfr. O texto de Nuno Gonçalo MONTEIRO, “*O Reino Quinhentista*”, sobre o *Catolicismo Tridentino*, na História de Portugal, Coord. Rui Ramos, Esfera dos Livros, Lisboa, 3.^a edição, 2010, pág. 241-242, no qual também aborda o impacto da cultura da Contra-Reforma no império ultramarino, em especial dos jesuítas. Sobre a mesma temática, e as dificuldades das missões católicas quer na Índia, quer em África, poderá ser vista que foi tratada por C. R. BOXER, na sua obra “*O Império Ultramarino Português (1415-1825)*”, Edições 70, 2015, pp. 77-93. Como este autor refere, do Concílio Provincial de Goa, cujas decisões foram promulgadas pelo Vice-Rei em Goa em 4 de Dezembro de 1567, postulava três princípios ou ordens de valores fundamentais: « 1- *Todas as religiões que não a fé católica apostólica romana ortodoxa definida pelo Concílio de Trento eram intrinsecamente erradas e nocivas em si mesmas: 2 – A Coroa Portuguesa tinha o inelutável direito de espalhar a fé católica apostólica romana e o poder secular do Estado podia ser utilizado para sustentar o poder espiritual da Igreja; 3 – A conversão não podia ser feita pela força, nem por ameaças de força «porque ninguém chega até Cristo pela fé a não ser que seja conduzido pelo Pai Celeste com amor voluntário e graça preveniente».*

¹⁵³ Vide DI, III, 101, p.610 e DHMPPPO Vol. VI 28.

Goa¹⁵⁴, para que houvesse uma actuação firme contra os cristãos novos, que eram vistos como uma ameaça, e contra os brâmanes.¹⁵⁵

Do mesmo modo, desde Cochim, o Padre Silveira expunha em duas cartas dirigidas ao Padre Miguel Torres, nesse mesmo ano, o entendimento que tinha quanto ao levantamento de processos de devassas e prisão de certas pessoas, e as atitudes políticas que deveriam ali ser tomadas quanto aos cristãos-novos que denunciava.¹⁵⁶

Deve notar-se aqui que o início de um maior rigorismo na conquista espiritual, que envolvia igualmente uma pressão exercida sobre algumas pessoas de castas hindus que possuíam as suas propriedades, tinha começado antes da chegada de Gonçalo da Silveira a Goa em 1556.

Exemplo dessa actuação, podemos ver numa carta de D. João III ao Padre Gaspar Barzeu¹⁵⁷, que foi vice-provincial e Reitor do Colégio de S. Paulo, que o monarca confirma a renda que foi dos pagodes de Goa, que lhe foi dada pelo Governador Jorge Cabral, em 8 de maio de 1550.¹⁵⁸

Além da medida acabada de referir, poderíamos dar outros exemplos, como a que consta numa carta datada de 16 de janeiro de 1556, na qual o Governador Francisco Barreto, ordenava ao tanadar-mor¹⁵⁹ da ilha de Goa, Luís Pinto de Almeida, para este fazer o tombo das terras, hortas e palmares e quaisquer outras propriedades que pertencem ao Colégio de S. Paulo de Goa, Divar e Chorão, e outras ilhas, por serem de pagodes e seus ministros, conforme provisão de el-Rei, de que lhe tinha sido feito doação.¹⁶⁰

Na verdade, como bem sublinha Luis Filipe Thomaz, mediante acordo entre a Igreja e Estado, começou por ser adotada em Goa uma política de “cristianização

¹⁵⁴ Segundo refere o Padre Baltazar da Costa, em carta datada de 4 de dezembro de 1562, o primeiro auto de fé de inquisição foi feito esse ano a convite do arcebispo e inquisidor-geral, portanto em momento posterior à morte de Gonçalo da Silveira, que ocorreu em março de 1561 – DI, V, doc. 88, pp.598-599.

¹⁵⁵ Cfr. Carta de Padre Belchior Carneiro SJ, ao Cardeal D. Henrique, datada de 20 de dezembro de 1557, in DI, IV, doc. 1, na qual se sugere um “*perdão geral do passado até à introdução da Inquisição*”.

¹⁵⁶ DHMPPO, Vol. VI, doc. 30, pp 216-231, e doc. 31, pp 232-238.

¹⁵⁷ Este era de ascendência flamenga, e entrou para a Companhia de Jesus, no Noviciado de Coimbra em 1547, como ele próprio refere numa carta dirigida a Inácio de Loyola, de Goa, de 16 de dezembro de 1551, depois de ter estado, em Ormuz, numa missão ordenada pelo Padre Francisco Xavier – cfr- DI II, doc.56, págs. 215 a 267. Nesta carta traça as principais acções que desenvolveu enquanto ali esteve, designadamente com os muçulmanos, judeus, e persas, e também fala no envio do padre André Fernandes para a Mesopotâmia em missão, ficando-se com uma ideia geral dos principais desafios que ali enfrentou enquanto missionário jesuíta. A seguir seria enviado para a missão jesuíta no Japão.

¹⁵⁸ Cfr. DI, III, doc. 21.

¹⁵⁹ Responsável nas aldeias e encarregado da recolha das rendas.

¹⁶⁰ Cfr. DI, III, doc. 77, p.447.

Importa ainda ver no mesmo sentido, a carta de Francisco Barreto, sobre tombos de terras, de 16 de janeiro de 1556; e a carta de D. João III, de 12.03.1556, confirmando doações e provisões para o Colégio de Goa, conforme se pode ver nos DI, III, doc. 78 e 83.

extrema”¹⁶¹, que se refletiu em medidas como a destruição de templos hindus, e a interdição pública de idolatria.

Como observou Joseph Wicki¹⁶², várias outras leis foram decretadas com o objectivo de proteção das missões na Índia, entre as quais se podem ver o alvará de Francisco Barreto, de 17 de dezembro de 1555, em Goa, para o pai dos cristãos ser juiz dos cristãos em certos casos;¹⁶³ ou outra carta do mesmo Governador, de 15 de novembro de 1557, em nome de El-Rei, na qual se determinava para que nenhum oficial se servisse de brâmanes, e os ofícios fossem dados a cristãos¹⁶⁴; ou uma lei aprovada em Lisboa, em 23 de Novembro de 1559, na qual se determinava que os filhos dos gentios, que ficassem órfãos em idade que não pudessem ter uso de razão, fossem levados ao colégio de S. Paulo, e batizados.¹⁶⁵

Por outro lado, estando agora em Cochim, em 1557, Gonçalo da Silveira imprimiu um novo dinamismo às cerimónias litúrgicas locais e quanto à catequeses dos gentios, orientando e ordenando que ali, na Igreja local, naquela cidade, fosse exposto o Santíssimo Sacramento e realizadas pregações aos Domingos e dias de festa.

Foi precisamente nesta mesma cidade que ocorreu um episódio relevante e marcante para os jesuítas que estavam em missão ”¹⁶⁶. Com efeito, uma séria suspeição foi suscitada contra os cristãos-novos e judeus da cidade de Cochim¹⁶⁷, que foram

¹⁶¹ Cfr. L. THOMAZ, “L’Expansion Portugaise dans le monde, XIV-XVIII siècles, Paris, Chandeigne, 2018, pp. 159-160. Nesta obra, o autor considerou que “En dépit de tous les efforts des ordres religieux et de l’Inquisition pour étendre à la Province du Nord, qui était aussi sous pleine souveraineté du Portugal, la politique de cristianization à outrance adoptée à Goa, des gouverneurs et la Couronne y on été plus mesurés, et la proportion des chrétiens ne semble pas y avoir jamais dépassé les 20%.”

¹⁶² PDI IV, p.9*

¹⁶³ in APOV/1, n.156.

¹⁶⁴ In APO, V.1, n.195.

¹⁶⁵ In APO, VI, n.287.

¹⁶⁶ Vide I. ZUPANOV, *Missionary Tropics, The Catholic Frontier in India (16th-17th Centuries)*, The University of Michigan Press, 2005, . 10. Nesta obra, a autora refere: “*Silveira wrote an indignant letter to Lisbon pointing out that the purging of the New Cristians was necessary because of the “abominations that can be found in the spirits of Cochin against Our Lord Jesus Christ, and it is clear that the Jews and the Muslims (mouros) who live arround us and deal with us deride our religion.”*”

¹⁶⁷ Como lembrava o Padre Melchior Carneiro, numa carta datada de 20 de dezembro de 1557, desde Goa, dirigido ao Cardeal Dom Henrique, em Portugal, os judeus possuíam em “Cochim de Cima” a sua sinagoga. Na mesma carta, Melchior Carneiro dá conta de que em Cochim tinha sido lançado na Sé um escrito assinado “*As Tribos de Israel*”, manifestando ainda preocupação quanto aos cristãos de S. Tomé, para “*impedir que não crescesse entre eles uma heresia antiga que eles têm de Nestor*”.- cfr. DI, IV, doc. 2, pp 5-13.

Contudo, não se fica, com uma ideia precisa dos termos ou conteúdo desses escritos, pelo teor desta carta quanto aos alegados “escritos blasfemos”. Em todo o caso, mostra algumas das preocupações contra actividades de cristãos-novos ali presentes. Outras das situações problemáticas a ser enfrentadas na altura eram as dificuldades resultantes da influência que poderiam ter os Nestorianos, considerados hereges.

acusados de terem colocado “*escritos blasfemos*”, os quais tinham sido encontrados na porta ou numa arquinha da Igreja de Santa Cruz de Cochim.¹⁶⁸

As suspeições levantadas, com base nesses escritos que foram encontrados nessa Igreja, e as medidas que foram sugeridas para responsabilizar os seus supostos autores, vieram a criar a forte oposição do capitão de Cochim, Diogo Álvares Teles, e do Governador Francisco Barreto.¹⁶⁹ Estes últimos perceberam que poderiam suscitar-se fortes perdas numa ação mais dura que viesse a ser empreendida, caso esta fosse aceite e aplicada de forma radical, como foi sugerida, uma vez que os judeus ou cristãos-novos tinham muita influência no comércio local. Uma ação mais enérgica foi assim abandonada, com a aparente insatisfação e a oposição de Gonçalo da Silveira.

No entanto, nem todos os locais onde estavam instalados na Índia os portugueses podiam ou tomaram medidas no sentido combater o hinduísmo - porque tinham e desejavam manter as alianças forjadas com os potentados locais -, uma vez que os portugueses e cristãos constituíam ali uma clara minoria, como se verificou em Cochim e Couião.

Assim, por isso mesmo foi adotada uma visão e actuação mais pragmática.

Por outro lado, a situação em Cochim era distinta de outros locais, como na Costa da Pescaria, onde o cristianismo se difundiu entre os pescadores de pérolas, os quais tinham sido ostracizados quer por hindus, quer por muçulmanos, e perto dos quais se fixou uma pequena missão jesuíta, que tentou que estes fossem protegidos. Esta actuação e aproximação, veio a fomentar muitas adesões ao cristianismo, com novas conversões e baptizados, sendo reconhecidas as obras resultantes das acções empreendidas posteriormente. É nesse contexto, revelador das aproximação a uma nova cristandade, mas também da subsistência de inúmeras dificuldades, que pode ser apreciado o teor da carta geral do Padre António Costa, por comissão do Padre Gonçalo da Silveira, de 26 de dezembro de 1558, quando se refere a actuação do Padre Anrique Anriquez “*tem acrecentado muyto a christandade daquela terra, que he grande// e tendo entre si muytas*

¹⁶⁸ Cfr. DI, III, doc. 116, relativo a uma carta, datada de 19 de dezembro de 1557, de Gonçalo da Silveira ao Padre Miguel Torres, Provincial de Portugal. Na qual se refere que esse escrito foi encontrado durante as festas do Corpo de Deus. E que houve uma reunião com o Padre Melchior Carneiro e com o Vigário Geral Pedro Gonçalves para discutir o assunto. Embora o capitão Álvaro Teles tivesse ordenado algumas devassas e vinte reclusões, posteriormente, o Governador veio a ordenar a libertação dos presos.

¹⁶⁹ Sobre a primeira devassa contra os cristãos-novos de Cochim ocorrida em finais de 1557, e da resistência do então capitão de Cochim Diogo Alvares Teles, e sobretudo do governador Francisco Barreto, a que fossem presos cristãos-novos em Cochim e Goa, vide o estudo de Nuno Vila Santa “A coroa e o Estado da Índia nos reinados de D. Sebastião e D. Henrique: política ou políticas?,” publicado in *Lusitânia Sacra*, 29, (Janeiro-Junho 2014), 41-68 (pág. 47).

dissençõens e debates, que o demonyo ordena, para que não se feítue a salvação das almas.” Assim como reporta a ação de outros jesuítas, em localidades distantes, como do Padre João de Mesquita em Punicale, que se traduzia em pregações, no ensino de doutrina e na celebração novos baptizados.¹⁷⁰

7. Batismos solenes

Um dos traços mais marcantes da actuação dos missionários jesuítas nos anos que decorreram entre 1556 e 1560¹⁷¹, está espelhado numa carta do Padre Luís de Fróis, datada de 13 de novembro de 1560, na qual descreve aos seus companheiros em Portugal os resultados da missão e os principais métodos para a difusão do evangelho e da doutrina cristã.¹⁷²

Era assim corrente, como descreve o Padre Luís Fróis, os irmãos jesuítas irem às aldeias das ilhas de Goa ao domingo de manhã, dois a dois, para divulgação do evangelho e da doutrina cristã. Um dos alvos prediletos dessas missões - para quem eram chamados também os irmãos jesuítas para a sua concretização - eram os meninos ou jovens das aldeias, os quais eram trazidos para as Igrejas ou para o Colégio de S. Paulo, para o ensino das orações e doutrina cristã. Para esse efeito, faziam-se acompanhar de intérpretes, que assim serviam de mediadores com os ouvintes.

Como era relatado nessa carta do Padre Luís Fróis, de novembro de 1560, era transmitido que se tinham realizado cerimónias religiosas muito participadas, e com grande solenidade – geralmente ligadas às festas mais significativas do ano litúrgico como a Páscoa, ou o Pentecostes. Deste modo, o crescimento dos que foram baptizados tornou-se cada vez mais expressivo: foram sucessivamente baptizadas 1081 pessoas, em 1557, 1916 pessoas em 1558¹⁷³ e 3.261 pessoas em 1559.

¹⁷⁰ Cfr. DHMPPO, Vol. VI, doc. 53, pp. 445-446.

¹⁷¹ Que corresponde na sua essência ao tempo do provincialato de Gonçalo da Silveira, entre 1556 e 1558.

¹⁷² Vide DHMPPO, Vol. III, doc. 19, e DI IV, doc. 88.

¹⁷³ Cfr. DPHMPPO, Vol. VI, 1993, doc. 54, p. 479. Numa carta geral do padre Pero de Almeida, de Goa, datada de 20 de dezembro de 1558, entre outros assuntos, este enunciava o aumento da cristandade, em particular os batismos solenes realizados, distribuídos entre os meses de janeiro e dezembro desse ano, que no seu conjunto atingiram cerca de 1900 pessoas, e da realização das cerimónias religiosas a que presidiu o Governador de então. Nessa mesma carta dava-se conta de algumas medidas tomadas como o *“desfavorecimento dos gentios e impedir-lhes os seus ritos e costumes para o qual trabalharão os padres com os que governaram a terra”*, ou que *“nenhum gentio servisse officio nenhum de república (...)”*.

Esses factos projetavam um dinamismo relativamente importante das ações missionárias da Companhia de Jesus naquela altura¹⁷⁴, sobre a conversão de nativos, mas que naturalmente não era atribuível unicamente apenas à ação de Gonçalo da Silveira, mas igualmente aos diferentes jesuítas e irmãos que estavam distribuídos pelas diferentes missões, muito afastadas geograficamente.¹⁷⁵

A esse propósito, e apreciando o fenómeno das *conversões maciças*, o historiador Luís Filipe Thomaz sublinhava que as “*a prática das conversões maciças não desenraizava o indivíduo da comunidade, permitindo a preservação de numerosos elementos locais, como é por exemplo o caso do regime do sistema de castas em Goa.*”¹⁷⁶.

Como bem referiu Catarina Madeira Santos, os batismos solenes¹⁷⁷, a que muitas vezes presidia o Governador, “encontravam-se sobredeterminados por uma função política”, e muitas vezes representava outros papéis, ora porque “era o padrinho de batismo de reis gentios convertidos, ora de homens simples, que em grandes grupos recebiam o sacramento”.

Entretanto, na primavera de 1558 chegava a Goa D. Constantino de Bragança, como novo Vice-Rei do Estado da Índia.

Caracterizando essa chegada, e as actividades dos jesuítas que ali estavam, o jesuíta Padre António Costa, em carta datada de 26 de Dezembro, esclarecia que os sacerdotes se empenhavam no Colégio de Goa na pregação e confissão, em que se

¹⁷⁴ Vide H. CHADICK. J., “*Life of Venerable Gonçalo da Silveira*”, Benziger Brothers, 1910, p.41.

¹⁷⁵ A estratégia missionária que apostava nos *batismos gerais* como um dos métodos missionários, não foi, contudo, exclusiva da Companhia de Jesus na Índia, uma vez que outras ordens religiosas também seguiram uma estratégia semelhante. Assim, se pode ver os *batismos gerais* dos novos convertidos efetuados *com pompa* pelos religiosos Franciscanos, como está bem patente na descrição contida no documento n.º75 do DPHMPPPO, Vol. V, pp.395-462, com a epígrafe «*Notícia do que obrarão os frades de S. Francisco, filhos da Província do Apóstolo S. Thomé no Serviço de Deos e de S. Magestade, que Deos Guarde, depois que paçavão a esta Índia Oriental*»; este documento tem por base o manuscrito existente na BAL, Fundo Geral, n.º177, datado de 1722, e sobre actividades religiosas ocorridas na Índia desde 1506. Nesse documento destaca-se o pioneirismo dos franciscanos na Índia quanto à difusão do Evangelho, tendo sido enviados oito religiosos, encabeçados pelo Padre Frei Henrique de Coimbra, que acompanharam a armada de Pedro Alvares Cabral.

¹⁷⁶ Vide L. THOMAZ, “Missões”, DHRP, pp. 48-317.

¹⁷⁷ Cfr. C. M. SANTOS, op. cit.,1999, pp.273-310. É neste contexto, que pode ser vista a descrição do batismo da filha de Meale, princesa e filha de rei e neta do Haldão (Bijapur), realizado em 1557, durante o provincialato de Gonçalo da Silveira, e que foi feita por Fr. Luís Fróis, no DI, III, Doc. 113, Goa, 12.12.1557, pp.738.-743

Simbolicamente este batismo era então visto como uma derrota para hindus e muçulmanos, e uma exaltação do cristianismo:” Mostrou-se o Guovernador tão favoravel nesta obra e tão deseioso de por sua parte ser mui ; ilustrada e emgrandescida a comversão desta senhora, que sem duvida se emxergou bem nelle quanto em isto era conforme com a vontade e intenção de nosso christianissimo Rei de Portugal”.

evidenciavam os Padres Gonçalo da Silveira e o Padre Francisco Rodrigues¹⁷⁸, destacando em particular “*os fervores costumados*”, ou entusiasmo que pessoalmente Silveira mostrava nessa pregação com especial evidência.¹⁷⁹

Pouco depois da chegada, o novo Vice-Rei D. Constantino de Bragança¹⁸⁰ (1558-1561), iria desenvolver uma série de acções políticas e militares, em várias áreas geográficas do Império Português no oriente, que se refletiram também nas relações estabelecidas com os Jesuítas e respectivas missões.

Precisamente no primeiro ano das suas funções como vice-rei, D. Constantino de Bragança pediu que Gonçalo da Silveira o acompanhasse numa expedição militar que seria desencadeada ao norte de Baçaim. Assim, juntamente com outros religiosos, o Padre Provincial acompanhou e assistiu¹⁸¹ à tomada da cidade de Damão¹⁸², no golfo de Cambaia, já anteriormente atacada por forças portuguesas. Com efeito, embora essa cidade tivesse sido cedida pelo Rei de Cambaia aos portugueses, essa cedência não se verificou de imediato e voluntariamente, uma vez que as guarnições muçulmanas que a ocupavam tinham recusado fazer essa entrega.

Ora, a ocupação militar de Damão só acabou por ser efetuada mais tarde, no dia 2 de fevereiro de 1559, dia da Purificação de Nossa Senhora, o que constituiu a primeira grande vitória militar de D. Constantino de Bragança. Este chefou uma força militar baseada numa grande armada, constituída por cerca de 100 navios de diferentes dimensões. Essas forças quase que não tiveram que se envolver em grandes combates militares diretos, uma vez que os ocupantes da cidade e respectiva fortaleza acabaram por abandonar a sua defesa, perante a percepção do uso da força que então ali foi demonstrado.

¹⁷⁸ Cfr. Catálogo dos membros da Província Indica, datado de Goa, de 12 de novembro de 1559. Ali se refere expressamente que Silveira lê *lógica, prega e confessa*. E do mesmo modo se expressa que o Padre Francisco Rodrigues lê *casos, prega e confessa*. - DI, IV, pp301 a 306.

¹⁷⁹ Cfr. DI – IV, doc. 26

¹⁸⁰ Vide Manuel Faria e SOUSA, *Ásia Portuguesa*, 3 volumes, Tomo I, e Tomo II, oficina de Henrique Valente, Lisboa, 1666, BNL, Res-752-a-3.

¹⁸¹ Cfr. DI, IV, p. 271-278. Carta de Luis Fróis, desde Goa, datada de 12 de novembro de 1559, dirigida aos irmãos na Europa. Nesta é descrita a ida de Silveira com o Governador e a conquista da cidade, com a missa que foi rezada por Silveira na mesquita.

¹⁸² Cfr. Diogo de COUTO, “*Da Ásia*”, *Década Sétima, parte Segunda*, Edição na Regia Oficina, de 1783, livro VI, Capítulos I, II e III. No capítulo II, descreve-se a armada com que partiu para Damão, no capítulo II a tomada de Damão, e nas partes III e V a tomada de Damão, e desembarque.

Esta cidade acabou por constituir a sua primeira grande acção como vice-rei do Estado da Índia, a que seguirão outras, nomeadamente no Ceilão – cfr. Roger Lee de Jesus, “*Damão*” Dicionário da Expansão Portuguesa, Círculo de Leitores, 2016, pp.170-171.

Para celebrar essa vitória, vista como uma glória pelos ocupantes, o Vice-Rei D. Constantino de Bragança pediu a Gonçalo da Silveira que este oficiasse a missa na mesquita local. Simbolicamente esta designação de Gonçalo da Silveira, para a sagração e primeira missa na mesquita de Damão transformada, representava também o superior reconhecimento das funções do provincial jesuíta por parte da suprema autoridade do Estado da Índia¹⁸³, para além da derrota militar e política das forças locais.¹⁸⁴

8. Objectivos principais e dificuldades da ação

Embora impelidos por um novo dinamismo espiritual, focalizado em missões muito diferenciadas e dispersas, a ação dos jesuítas aquando do mandato de Silveira como provincial da Índia, evidenciou um crescimento lento, mas gradual da cristandade junto das populações das localidades próximas onde estavam as cidades e entrepostos portugueses, e onde se localizavam as missões jesuítas.

Essa estratégia missionária passava, como vimos, pelo fomento do ensino e educação de crianças e jovens, pela pregação, e pelo fomento da participação e assistência nas cerimónias religiosas realizadas, tendo tido também expressão em múltiplos batismos gerais e no crescimento dos batizados realizados por jesuítas a partir de 1556.

¹⁸³ Na tomada de Damão também estiveram presentes alguns padres franciscanos. A tomada de Damão também seria descrita por Frei Paulo da Trindade na sua obra *Conquista Espiritual do Oriente, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1962*.

No Vol. II, da referida obra, publicado em 1964, Frei Paulo da Trindade (1570-1651), seguindo de perto a descrição de Diogo de Couto, *Decada Sétima da Ásia, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1616, Liv. VI, cap. 5, pp106-108*, descreve a participação de Fr. Belchior de Lisboa, que também acompanhou o vice-rei na tomada de Damão. Não faz qualquer alusão à participação de Gonçalo da Silveira na tomada da referida cidade, e na primeira missa celebrada por este na mesquita local com a presença do vice-rei. Exaltando contudo a participação de Fr. Belchior de Lisboa no bênção da fortaleza de Damão: "Levava o vice-rei diante de si a bandeira de Cristo e um devoto crucifixo arvorado na sua hástea que levava nas mãos o nosso custódio o P. Fr. Belchior de Lisboa, e tanto que se viu dentro, pondo ambos os joelhos em terra deu muitas graças a Deus por aquela mercê que lhe fazia, e mandou logo benzer a fortaleza e lhe pôs o nome Nossa Senhora da Purificação, em memória do dia em que a tomou que foi o segundo dia de fevereiro, dia da mesma Senhora, do ano de 1559." (*Conquista Espiritual do Oriente, Vol. II, Cap.18, pp. 82-85*).

Aparentemente, pelas descrições de Fr. Luis Fróis (DI, IV, p. 271-278), de 12 de novembro de 1559, jesuíta, e, da descrição de Frei Paulo da Trindade, escrita na terceira década do Seculo XVII, na obra *Conquista Espiritual do Oriente*, havia uma competição pela evocação de factos que fossem considerados edificantes na conquista espiritual, que acompanhou a conquista militar.

¹⁸⁴ DI, IV, doc. 36, p. 271, 278 e 282. Neste documento, embora reconhecendo que estavam presentes outros religiosos, o pedido do Vice-Rei D. Constantino para que o Provincial oficiasse a missão na mesquita local, foi apresentada como o cumprimento de uma missão e por o Padre Silveira estaria preparado por estar em jejum, deste modo sagrando o edifício da mesquita como igreja católica.

Inicialmente havia a crença de que na verdade não haveria grandes dificuldades às missões que foram lançadas em diversos pontos geográficos¹⁸⁵, mas rapidamente as dificuldades foram surgindo, uma vez que a maioria da população abraçava o hinduísmo, assente num sistema de castas¹⁸⁶, cujas práticas foram rapidamente combatidas, mas muitas vezes persistiam, apesar dessa pressão. Por outro lado, a adesão ao cristianismo foi fomentada de outras formas diretas ou indiretas, com a adopção de alvarás, leis e benefícios materiais que foram aprovados ora pelo Governador Francisco Barreto, num primeiro momento, quer mais acentuadamente pelo Vice-rei D. Constantino de Bragança. São exemplo paradigmático algumas das medidas então tomadas, como a proibição de ritos gentílicos, a proibição de manutenção de templos hindus e a ocupação das terras que estavam afetas ao uso dos templos ou pagodes, que por sua vez foram progressivamente destruídos, ou ainda a determinação aprovada decretando a proibição de queima das viúvas hindus.¹⁸⁷

¹⁸⁵ Alguns autores referem, como Stephen NEILL, na sua “*A History of Christian Missions*”, p. 131, que alguns missionários sofreram uma evolução da sua visão após os primeiros contactos com os nativos, que se traduziu numa mudança sobre a natureza do trabalho missionário, com grande significado para o conjunto futuro do empreendimento. Foi o que sucedeu com Francisco Xavier nos seus contactos iniciais no Japão, que provocou essa mudança. Para este autor, não foi assim na Índia, e nos primeiros anos que ali esteve, a atitude do mesmo missionário, que «*in earlier years he had been inclined to accept uncritically the doctrine of tabula rasa – the view that in non-christian life and systems there is nothing on which the missionary can build (...)*». Terá sido essa atitude que foi mantida perante os pescadores do Sul da Índia, que eram gente simples e não letrados.

¹⁸⁶ A conversão ao cristianismo não dependeu unicamente dos missionários. Essas dificuldades eram também culturais, e foram expressas nalguns estudos, que abordavam as estratégias missionárias de outros jesuítas, como Francisco Xavier; o qual teve uma actuação ou abordagem diferente na Índia, e no Japão, onde a seguir esteve também em missão; e mesmo na Índia, não foi idêntica a sua actuação em todas as regiões ou locais onde esteve. Assim, a esse propósito H. Dan TAM, na revista Brotéria, volume 163, de Nov-Dez. 2006, pp. 620, aponta para uma tese com a qual não concordamos, mas que ainda assim, dela deixamos aqui um registo: “*fundamentalmente a missão de Francisco Xavier nas Índias Orientais foi uma luta inglória. O seu fracasso pode ser atribuído ao Evangelho que ele pretendia difundir e à sua notória incompatibilidade com a cultura nativa. A mensagem e os materiais de doutrina por ele usados eram rígidos e inflexíveis. Além disso, Xavier abordava os temas estoicamente e com uma rigidez que era altamente desagradável para os locais. (...) A tarefa de Xavier foi certamente dificultada pelas suas próprias deficiências linguísticas, e os tradutores complicaram ainda mais a sua tarefa ...*». Com efeito, embora seja verdade que as dificuldades resultantes da diferenças de línguas e referências culturais constituíssem obstáculos à difusão da Boa Nova do Evangelho, e à sua compreensão – em diferentes territórios e continentes - , a divulgação da nova fé constituiu também motivo de atração e curiosidade, e em alguns locais como no Japão, a ação dos missionários conheceu adesões significativas, tanto assim, surgiu mais tarde uma reação do poder político local que sentiu necessidade para intervir – cfr. João Paulo Oliveira COSTA, *O Japão e o Cristianismo no século XVI*, Ensaios de História Luso-Nipónica, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Lisboa, 1999, pp. 43.

¹⁸⁷ Vide DHMPPO, Vol. VIII, doc. 14, pp. 40-42. Além das medidas acabadas de referir, outras foram significativas, mormente as dos alvarás com os castigos previstos para quem impedisse a conversão de “*gentios ou outros infieis*”; ou o patrocínio e pagamento das actividades dos arcebispos de Goa, e do Cabido da Sé de Goa, por parte do Rei Dom Sebastião – cfr. DHMPPO, docs. 4, 8 e 9.

Contudo, como sublinhou Luis Filipe Thomaz, na sua obra *“l’Expansion portugaise dans le monde”*¹⁸⁸, «dans les places ou les portugais étaient les hôtes de rois hindus alliés, comme Cochin ou Kollam, la politique d’extirpation de l’hinduísmo menée à Goa était tout à fait impossible, et le nombre de chrétiens demeura relativement modeste».

Por outro lado, além de Goa e Cochim, a expansão do cristianismo foi assegurada noutros lugares, talvez com maior duração, em locais em que a presença do Estado da Índia era mais fraca. Foi o caso das comunidades de Paravas¹⁸⁹, da Costa da Pescaria, ao norte de Ceilão e a sul da Costa do Coromandel. Aqui, mediante acordos celebrados com as autoridades portuguesas de Goa, era-lhes assegurada alguma proteção aos seus interesses. Essa situação favoreceu a adesão de alguns milhares de pessoas, que foram batizados na sequência desses acordos. Foi também ali que os jesuítas instalaram pequenas comunidades para o seu acompanhamento.¹⁹⁰

Foi no quadro da relação criada nessas condições que Gonçalo da Silveira, como Provincial, estabeleceu ainda comunicação com o Padre Enriques, a quem este pediu apoio para a sua missão ali instalada.¹⁹¹

Note-se que, para a realização das suas actividades ou missões, os jesuítas de Goa beneficiaram da instalação de uma tipografia em Goa, aí estabelecida em 1556, a qual permitiu a impressão de vários livros como o livro *Doutrina* de S. Francisco Xavier,

¹⁸⁸ Cfr. op. cit. p 160.

¹⁸⁹ Cfr. S. NEILL, em *“A History of Cristian Missions, The Penguin History of the Church”*, Vol. Six, pp127-128.

¹⁹⁰ Vide Sanjay Subrahmanyam, *L’Empire Portugais d’Asie, 1500-1700*, Points, Paris, 2013, p.439. O autor estima em 20.000 os batismos tiveram lugar aos meses seguintes à celebração do acordo de protecção com os portugueses.

¹⁹¹ Cfr. DI IV, doc. 3., pp. 27-34. Nesta carta ao Padre Geral, em Roma, datada de 13 de Janeiro de 1958, o Padre Annrique Henriques, desde Manakkulide, manifesta algumas dificuldades nas missões locais, como as *“dificuldades das confissões na língua da terra”*, o *“desejo que fossem dadas ordens de se juntarem as pessoas necessárias para se tirarem as orações”*, e referindo ainda que os *“ cristãos da casta paravás, são quasi todos pescadores de peixe”*.

posteriormente difundido para diversas regiões do mundo, assim como a publicação de catecismos¹⁹², posteriormente traduzidos noutras línguas¹⁹³, como o tâmil.¹⁹⁴

Contudo, importa reconhecer que muitas das dificuldades e problemas enfrentados por Gonçalo da Silveira quanto à missão na Índia, durante o período que foi provincial, já tinham sido identificados no período anterior por Francisco Xavier e, mesmo viriam a ser também sublinhados no período subsequente à sua estada naquela região¹⁹⁵, como poderemos constatar pela leitura de textos de Alexandre Valignano, S. J. visitante da Índia Oriental a partir de 1573.¹⁹⁶

¹⁹² Sobre a importância das missões junto dos cristãos Tâmil, em que houve necessidade de fazer adaptações noutra linguagem, e em especial do papel de Francisco Xavier, importa destacar a posição expressa por Inês Zupanov, na obra *“Missionary Tropics, The Catholic Frontier in India”*, University of Michigan, 2008, p.243, e em particular sobre a sua posição de que aquele missionário tinha sido *“the first jesuit missionary in Asia, was ready to teach the world Portuguese if that was how the Christianization of the world was to proceed, but he was also “indiferente” enough- in the jesuit sense of the word – to adopt and adapt any other language if necessary.”*

Mais adiante acrescenta que foi Xavier, em 1542, escreveu um “Small Catechism”, um pequeno livro de orações, mais tarde acrescentado num “Big Catechism”, em 1546-47, aquando da sua estada em Ternate. Como a mesma autora refere, foi em 1556, em Goa, que veio a ser feita a impressão desse livro, mais tarde usado por todos os missionários jesuítas *“as a manual for teaching Christian doctrine, and in 1556, with the introduction of printing press in Goa, it became one of the first books printed in Asia.”*

¹⁹³ Como vem referido no Volume IV dos Documenta Indica, o goez Emmanuel de Oliveira, converso do bramianismo, traduziu vários livros sagrados. –cfr. p. 14*

¹⁹⁴ Cfr. C. R. BOXER, *A Igreja e a expansão ibérica (1440-1770)*, edições 70, 2000, p.52-53.

¹⁹⁵ Vide estudo de João Francisco MARQUES *“A evangelização da Índia no Epistolário de Afonso de Albuquerque. Cotejo e problemas”*, publicado nas Actas do Congresso Internacional de História da Missão Portuguesa e encontro de Culturas, Vol. II, Braga, 1993, pp. 217-259. Podemos encontrar pontos de contacto sobre temas como *“batismos em massa”*, *“colaboração existente entre o poder civil e militar”*, o problema da poligamia, a consideração de que os deuses pagãos são demónios (pág. 241), a alfabetização de crianças, o recrutamento condicionado à adesão ao cristianismo (pág. 228), a falta de homogeneização cultural e religiosa (pág. 237), constituindo um óbice ao modelo de pregação dirigido às grandes massas, a necessidade de interpretes, etc.

¹⁹⁶ Como se sabe Valignano (1539-1606), foi visitador com mandato para a Índia de 24.09.1573 até 31.10.1595, e para a China e Japão até à sua morte. Relativamente às dificuldades como que a Companhia se defrontava nas actividades missionárias na Índia, entre muitos outros aspectos, Valignano referia as enormíssimas distâncias que distavam dos colégios e casas da Índia (exemplo entre Goa e Cabo Comorim 150 léguas; entre Goa e Malaca 600 léguas de distância), a falta de comunicações, e o clima, no qual tinha forte impacto o regime de monções, que impediam frequentemente as deslocações entre os diversos pontos desses territórios. Para além da *«diversidade de las gentes, reinos, cualidades, costumbres e lengua»*), e relativamente aos hindus fazia um juízo muito negativo, considerando *“(…) es comum a toda esta gente ser de poco primor y poca capacidade y parece, como dice Aristóteles, de sua natureza nacida para servir...”*. (Alexandre VALIGNANO, *Sumário de las Cosas de Japon* (1583), Monumenta Nipponica Monographs (n.º9), Sophia University, Tokio, 1954, Introduccion, pp. 17, 19,20, e 22).

Sobre as populações de outras etnias e religiões, Valignano apontava alguns determinantes para algumas das dificuldades da conversão:

“(…) son difícilísimos para se convertir y mucho más dificultosos som los moros y comúnmente ninguno se convierte por moción interior del espíritu ni por razón, mas huir de alguna pena o dano temporal o esperar algún premio y favor.” - op. cit., pág. 24*.

9. Preparação para outras missões

Embora nas cartas enviadas pelos Provinciais da Índia ao Provincial de Portugal¹⁹⁷ e seus companheiros se enfatizassem os resultados e benefícios das missões que eram desenvolvidas no quadro do Padroado e em missões próximas ou integrando o Estado da Índia, mesmo assim, não eram escondidas muitas das dificuldades existentes, nem os estilos ou atuações de cada um dos missionários, que eram distintas, e adaptadas também em função das necessidades, características e cultura dos povos perante os quais desenvolviam a sua ação.

Com efeito, numa carta, datada de 17 de novembro de 1559, escrita pelo Padre Francisco Rodrigues¹⁹⁸, desde Goa, ao Padre Geral Lainez, em Roma, se reconhecia e enfatizava as virtudes de Gonçalo da Silveira, “*das virtudes que se já se viam nele, qua se vem muito mais: amigo da abstinência, da oração e recolhimento (...) e nesta parte tem muito edificado aos que sabem como nele se há.*”. E mais adiante referia que havia então requerido ao P. Provincial que o mandasse para Moçambique, “*porque se pretende fazer-se ali hum rei christao e com o seu reino, e alega ho como está malquisto e ho pouco produto que nesta terra pode fazer, estando da maneira que está, e na verdade assim se vê.*”

Nesta carta, mostrava-se que nessa altura os desejos mais profundos de Silveira apontavam já para o seu envolvimento num novo projecto, agora em Moçambique, desejando aproveitar a informação favorável obtida, de que um Rei local – o Rei de Tongue - estaria disponível para ali abraçar o cristianismo.

Outras razões adiantadas na mesma carta explicam alguns mal-entendidos e palavras trocadas entre Gonçalo da Silveira e o Vice-Rei, incluindo aquando da estada em Damão, perante terceiras pessoas: não escondia que «*o Vice-Rei lhe dissera más palavras*». Ainda ali se refere também outra situação de desagrado quanto a algumas pregações do Padre Silveira, que teriam escandalizado principalmente os frades de S. Francisco e de S. Domingos porque “*pregando na Sé no dia da visitação de Santa Isabel (...) dizem que disse muitas coisas contra os frades nas suas visitações(...)*”.¹⁹⁹ Tratava-

¹⁹⁷ Vide DI IV, doc. 58. Nesta carta, datada de 13 de dezembro de 1559, de Roma, subscrita pelo Padre Polanco, e dirigida ao Padre Gonçalo da Silveira, esta contem instruções sobre as condições e regularidade com que as cartas deveriam ser escritas: para a Província mensalmente, e quanto às condições das que deviam ser escritas para Roma.

¹⁹⁸ Cfr. DI IV, doc. 45, pp 376-377.

¹⁹⁹ DI IV, doc. 45. Contudo, o texto não permite clarificar bem as circunstâncias ali adiantadas, nem o conteúdo dos sermões que terão merecido desagrado.

se assim de um reconhecimento explícito de existência de algum mal estar ou discordâncias quanto a estratégias ou no tratamento de alguns outros assuntos com outras ordens religiosas, como com os Padres Franciscanos e Dominicanos.

Uma apreciação similar manifestou o Padre António Quadros, designado novo provincial a partir de 1559, numa carta dirigida ao Padre Geral Lainez, em Roma, datada de 18 de novembro de 1559. Nesta carta foi relatando, sindicando ou emitindo um juízo crítico sobre as actividades mais evidentes nas quais todos os jesuítas estavam envolvidos nessa província. Igualmente realçava as virtudes ou qualidades que reconhecia em Gonçalo da Silveira, a que sucedeu como provincial; mas, ainda assim não escondia - surpreendentemente para nós, face ao comedimento com que eram feitas apreciações ou juízos mais críticos ou severos dos seus membros - que considerava que aquele “*era muito áspero na pregação e conversação*”.²⁰⁰

Aliás, essa situação foi mesmo mais tarde reconhecida pelo próprio Silveira, quando numa sua carta admitia expressamente o seu estilo ter chocado contra outras sensibilidades ou interesses, que se podiam também ligar de algum modo aos seus sermões por estes não terem obtido a aceitação geral, e que se encontra refletido em várias cartas, incluindo dos padres António Quadros, e do padre Francisco Rodrigues²⁰¹.

Por seu lado, o Padre António Quadros, em outra carta dirigida ao Padre Geral Laynez, de 18 de novembro de 1559²⁰², desde Goa, fazendo uma apreciação dos companheiros da província da Índia, não deixa de confirmar as qualidades que todos reconheciam a Silveira como “*mui firme na Companhia, e mui aproveitado en as virtudes e conhecimento das coisas espirituais, letrado e bom pregador, e prudente nas coisas universais*», também reconhece assim, «*nas particulares desfalece muito, tem condição muito áspera e repentina*²⁰³, (...).”²⁰⁴

Poucos dias depois, em 25 de novembro de 1559 – e não muito tempo depois de ter passado alguns meses no noviciado de Goa - é agora o próprio Gonçalo da Silveira

²⁰⁰ Sobre o facto de G. Silveira não ter obtido dos seus sermões o aplauso geral vide DI Vol. IV, p.12*; e ainda D.I. IV, docs. 45, e 47.

²⁰¹ Cfr. DI, IV, doc. 45, pp 376-381, carta do padre Francisco Rodrigues ao padre Geral Lainez, desde Goa, 17 de novembro de 1559; doc. 49, pp. 415-416, carta de Padre Melchior Carneiro, ao Padre Geral Laynez, desde Goa, 20 de novembro de 1559; Doc. 36, pp. 273-279, carta do Padre Luis Fróis, de 12 de novembro de 1559, aos seus companheiros em Portugal.

²⁰² DI, IV, doc. 47.

²⁰³ DI IV, doc. 47 p.397

²⁰⁴ Na mesma linha é a apreciação do Padre Melchior Carneiro ao Padre Geral Lainez, datada de 20 de novembro de 1559, sublinhando as qualidades e características principais que reconhecia no Padre Gonçalo da Silveira – cfr. DI, IV, doc. 49.

que escreve duas cartas relevantes, que apontavam para os tempos que se aproximavam, ou seja para a uma nova missão, projeto que lhe foi entregue pelo novo provincial Padre António Quadros. Nas quais anuncia que dali a pouco tempo, seguiria para a África Oriental. Uma destas missivas é dirigida ao Padre Geral, Lainez, em Roma²⁰⁵, e outra, aos membros da Companhia em Coimbra²⁰⁶.

As razões deste convite para Silveira ser enviado chefiando este novo empreendimento, devem ser associadas ao facto de em Goa ter sido criado um maior interesse pela região, depois de recebida recente informação favorável à criação de uma nova missão. Esta informação tinha sido trazida por Frei António Pegado, vigário dominicano chegado a Goa e que tinha passado antes por Moçambique, Melinde e Mombaça, indicando que este recolhera informação de que o rei de Tongue (ou Otongue)²⁰⁷, perto de Inhambane, estaria receptivo a fazer-se batizar e acolher os missionários agora na costa oriental de África; outra razão seguramente poderá encontrar-se no facto de o Padre Gonçalo da Silveira manter a reputação de como bom pregador.

Também indicava que tinha sido recebida uma informação favorável quanto à nova missão do novo bispo de Cochim D. Jorge Temudo, o qual tinha entretanto chegado do Reino.²⁰⁸

Silveira irá descrever aos seus companheiros de Coimbra, na sua referida carta, datada de 25 de novembro de 1559, as razões do seu optimismo quanto à missão *na Cafraria*: “*da fremosa e gloriosa missão que Deus Nosso Senhor agora novamente inspirou e meteo nas mãos à nossa doce Companhia*”.²⁰⁹ Mais salientava essa grande missão ou empreendimento iria começar por um Reino em Inhambane, descrevendo a situação geográfica respetiva, os interesses económicos da gente local, que estava disposta a trocar ouro por contas ou tecidos (panos), e a receptividade da população para receber essa missão: “*disposição pera receber o conhecimento de Jesu Christo Noso Deus e Senhor, tem huma grande avemtajem a totalas outras jentilidades que há por estas partes as quais quasi todas são já corrompidas do infernal ffromento de Mafamede, e aimda misclaadas de judeos pestíferos(...)*”.

Por outro lado, referia outra condição que considerou favorável : “ *quanto a ritos supersticiosos do paganismo, em comparação ainda dos gentios puros, como os desta*

²⁰⁵ DI, IV, doc. 51

²⁰⁶ DI IV, doc. 52

²⁰⁷ Cuja localidade integrava o também chamado Reino da Gamba.

²⁰⁸ Cfr. DI IV, doc. 56, carta de Gonçalo da Silveira ao Padre Lainez, Goa, 27 de novembro de 1559.

²⁰⁹ DI IV, doc. 52, pp.435.

terra malavar, etc, são os cafres simplicísimos; e parece que tem pouuquo arreigado o engano da idolatria”, isto é que os gentios não mostravam que seriam mais difíceis no trabalho apostólico do que aquele que já era efetuado no quadro da Índia.

Indicava ainda aos seus companheiros que a seguir a esse empreendimento, se seguiria uma missão ainda bem mais importante junto do Reino do Monomotapa.

As razões justificativas da nova missão e a deliberação para essa missão, segundo o próprio Gonçalo da Silveira também referiu, resultaram também de análise conjunta e consulta do novo padre provincial António Quadros.

Assim, como se pode verificar pela leitura dos documentos acima referidos, é também revelado, que para esta missão até Moçambique iria ser acompanhado pelo Padre André Fernandes²¹⁰, e pelo irmão André da Costa²¹¹, o que veio a acontecer.

Em todo o caso, lendo esta carta de 25 de novembro de 1559, escrita pouco tempo antes da partida para Moçambique, depreendemos da mesma, que Gonçalo da Silveira entendia que inexistiam obstáculos de maior à missão que iria desenvolver, mostrando-se sentir preparado para a chefiar, e interpretou os sinais e informações recebidos de África como encorajadores quanto aos seus resultados.

²¹⁰ O Padre André Fernandes (1518-1598), nasceu em Campo Maior, Elvas, em 1518, e foi soldado antes de ingressar na Companhia de Jesus. Foi jesuíta desde 1550. Foi enviado como irmão pelo Padre Gaspar Barzeu numa expedição em 1551 até Catifa e Basra (DI, II, doc.56, pp. 259), e em 1553 enviado de Goa a Lisboa, e no ano seguinte até Roma, onde desempenhou as funções de procurador da Província de Goa. Foi ordenado sacerdote em 1559, missionário na Índia e na África Oriental (Tongue), onde se manteve aqui até 1562. Foi aqui que tomou conhecimento da morte de Silveira ocorrida em março de 1661, junto do reino Karanga/Monomotapa. Regressou à Índia em 1562, por determinação do Padre António Quadros, então provincial, em Goa. O Padre António Quadros considerou essa missão como estéril e determinou o seu regresso – v. DI V, doc. 91. Para um mais detalhado desenvolvimento, poderá ser visto o texto de António Garcia, S.J., *História de Moçambique Cristão*, Vol. I e II, Livraria Cruz, Braga, 1972, pp.98 e 99, e DI IV pp..521; e DI II, doc. 56, pp.259.

²¹¹ Relativamente ao irmão André da Costa, também poderá se vista na mesma obra citada na nota anterior pp.99-100.

V

Segunda Missão: primeiras missões dos Jesuítas na Costa Oriental de África, a partir da ilha de Moçambique

As missões para que foi designado Gonçalo da Silveira, decorreram num quadro completamente novo, partindo do pressuposto que haveria boa receptividade quer por parte do Rei de Tongue, quer do Rei ou Imperador Monomotapa, o último dos quais diria aquele jesuíta cujo «*poder se diz que são minas e cerras d'ouro.(...) Dizem que não está lomge de receber a ffé.*»²¹², constituindo este reino então o mais importante e poderoso, localizado no planalto central do sudeste africano e cuja região era então também designada por Cafraria²¹³.

A partida do primeiro grupo de jesuítas, como se viu pela descrição anterior, constitui a primeira missão jesuíta em Moçambique, junto do Reino Karanga ou Monomotapa, sem ignorarmos que os jesuítas já estavam envolvidos noutra missão junto do Preste João, na Etiópia²¹⁴, as quais em conjunto eram englobadas na designada mais tarde por Frei João dos Santos, como *Ethiópia Oriental*.²¹⁵

²¹² DI IV, doc. 52, pp 437-438

²¹³ Num estudo de Manuel Lobato, este sublinha “*a inadequação do cristianismo às realidades política, social e cultural de Moçambique, perante a receptividade aos sincretismos islâmicos (...)*.” Por outro lado, da leitura das fontes documentais retirou este autor a opinião de que “*em sociedades que assentam em relações de parentesco, nas quais as estruturas políticas são de carácter tribal e a vida urbana pouco desenvolvida, o cristianismo, quando em competição com o Islão, não se apresenta como grandemente viável. A principal razão parece residir no facto das relações de parentesco construídas sobre a poligamia regulam não apenas a circulação de riqueza, através do sistema de dar e tomar mulheres, mas moldam também o sistema político e as estruturas de poder que se baeiam nas alianças familiares e nos laços consanguíneos. (...)*”. No mesmo texto refere os termos ou significações de “preto”, ou “kafre”, que tem sido interpretado por diversos historiadores, de forma diversa ao longo do tempo – cfr. Manuel LOBATO, “*Entre Cafres e Muzungos, Missionaçã, Islamizaçã e mudança de paradigma religioso no norte de Moçambique nos séculos XV a XIX*”, in Actas do Congresso Internacional Saber Tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência, IICT, 2013, pp.1-14.

²¹⁴ Cfr. Frei João dos SANTOS, O.P, *Ethiópia Oriental*, Lisboa, 1609, reimpressa em 1891, Melo d’Azevedo, pp. 39-41 Esta obra reveste muito interesse uma vez que o autor tendo vivido e visitado várias regiões da Africa Oriental, faz uma apreciação critica das terras, costumes, e dos reinos onde passou, a partir de Sofala. Mereceu-nos especial atenção os livros Primeiro, Segundo e Terceiros, que contêm observações interessantíssimas sobre as características e história dos Reinos de Quiteve, e dos Reinos do Manomotapa, das terras do Mocaranga e sua divisão (pp. 29 a 334);

Sobre o sentido e etimologia de “Éthiopie”, que quer dizer África em geral, ver L. Thomaz, em *l’Expantion Portugaise dans le Monde, Chandeigne*, Paris, 2018, p. 231.

²¹⁵ Cfr. Angel Santos HERNANDEZ, S. J., “*Proyección misionera de Goa en algunas regiones africanas: Mozambique y Madagascar*”, in Actas do Congresso Internacional de História sobre “*Missionaçã Portuguesa e encontro de Culturas*”, Vol. II, Braga, UCP/CNPCDP/FEC, 1993, pp-10-47. Como bem refere

Estas missões terão a particularidade de se irem desenvolver fora do quadro da capacidade de intervenção do Estado da Índia, em regiões onde então não existiam forças militares²¹⁶, e onde os missionários jesuítas irão apenas contar, para chegar ao destino e lá permanecer, com a ajuda de alguns portugueses que ali viviam, e que exerciam actividades comerciais junto dos reinos referidos, num quadro cultural distinto.

1. Uma nova realidade, transmitida pelas viagens de exploração dos portugueses

Dispomos hoje de abundante historiografia, quer portuguesa, quer estrangeira, que evidencia bem a evolução do conhecimento progressivo que os portugueses e europeus tiveram da zona geográfica conhecida como Império do Karanga ou Monomotapa.

Assim, exemplar desse conhecimento – contribuindo para a compreensão da relação estabelecida dos portugueses no interior de Moçambique, nas primeiras três décadas do século XVI - constituem as apreciações contidas na investigação efetuada por Alexandre Lobato, na obra “*A expansão portuguesa em Moçambique, de 1498 a 1530*”, relativamente ao período de 1498 a 1530 (Livro I), quer relativamente ao descobrimento e ocupação da costa, quer relativamente à política da capitania de Sofala e Moçambique, entre 1508 e 1530 (livro II)²¹⁷.

Citando as fontes respetivas, suportado em Castanheda, Álvaro Velho, Correia, e Damião de Gois, Alexandre Lobato considerava inequívoco a importância de Sofala, a qual “*era central no grande comercio do ouro, que se resgatava por fazendas de Cambaia e era monopólio dos mercadores mouros da India*”.²¹⁸ Assim, desde cedo, ainda no reinado de D. Manuel I, o domínio desse comércio constituiu um objectivo que a Coroa portuguesa prosseguiu, uma vez que pretendia garantir uma função decisiva na organização administrativa do império no oriente. D. Manuel I determinou por isso a

este autor, “*Sobre a projeção missionária a partir de Goa nos seculos XVI e XVII.*” a Província jesuíta da Índia, foi criada em 10 de outubro de 1549, e abarcava todos os territórios não só da Índia, todos os territórios desde o Cabo da Boa Esperança até ao extremo oriente.

²¹⁶ Contrariamente à opinião quanto ao modo como deveria acontecer a entrada de Jesuítas na Etiópia. O Padre Melchior Carneiro, em carta de novembro de 1559, dirigida ao Padre Geral Diogo Lainez, por exemplo advogava que só uma intervenção militar permitiria a entrada de missionários na Etiópia, uma vez que os portos da ilha de Massava e Arquiço (no Mar Vermelho) e Baroa estavam dominados pelos Otomanos- cfr. DI, IV, doc. 49, p 411.

²¹⁷ Publicado pela AGU, 1954.

²¹⁸ A. LOBATO, op. cit. pág. 53.

construção das fortalezas de Sofala e de Quíloa, que iriam constituir bases imprescindíveis ao comércio dos portugueses no Índico.

Como também referia Alexandre Lobato, pretendia-se que Sofala constituísse uma fortaleza²¹⁹ que “*funcionasse como centro de distribuição do ouro oriundo do interior, e ajudasse a encontrar fundos para a aquisição das especiarias da Índia*”.

É precisamente essa ocupação e domínio dos novos circuitos comerciais que dali partiam para o interior, que continuam a preencher a preocupação de alguns comerciantes portugueses, como António Caiado, e outros²²⁰, que Gonçalo da Silveira irá encontrar no ano de 1560, mais no interior quando se dirigiu a Sena e Tete. E daí foi conduzido para a região do interior do planalto, até chegar ao centro do Império Karanga. A actividade desses comerciantes irá contribuir assim, para o comércio da costa com o hinterland, das quais estes portugueses irão beneficiar, potenciando o desvio parcial das rotas que anteriormente eram dominadas por comerciantes Swahilis. Será com o contributo e apoio inestimável desses comerciantes portugueses estabelecidos nas rotas para o interior do planalto que Gonçalo da Silveira irá contar para chegar junto do Império Monomotapa.

A importância da organização das sociedades do planalto central e das regiões costeiras, das suas estruturas e mutações no quadro África Oriental e Central, foi também objecto de muita atenção por parte de W.G.L. Randles, na obra “*L’Empire du Monomotapa, du XV ao XIX siècle*” (1975).

Nesta obra, tendo presente as fontes disponíveis, quer nacionais, quer estrangeiras, o autor expõe de forma clara as origens deste reino africano, da sua fundação e a sua evolução, relevando ainda o conhecimento do interior por parte dos portugueses desde Diogo de Alcáçova (em 1506), considerando que este terá sido o primeiro a descrever as terras do interior, a partir de uma carta escrita por este desde Cochim, dirigida ao rei de

²¹⁹ O início da sua construção é de 21 de setembro de 1505 – Cfr. A. LOBATO, op. cit. pág. 95.

²²⁰ Vide uma muito elucidativa tese de Mestrado, a qual constitui uma referência primordial, e completíssima para o conhecimento dessa matéria. Assim, a sua autora refere concretamente: “Assim, da correcta identificação e apresentação da bacia do Zambeze se depreende que os portugueses, aquando da publicação do primeiro volume das Décadas, tinham um conhecimento experienciado desta região. Data de 1531 o estabelecimento dos portugueses em Sena e do início da segunda metade do século XVI, o estabelecimento de António Caiado em Massapa, a sudeste de Tete, nas margens do Mazoe.” (cfr. pág. 303). Será este António Caiado, que também exercendo as funções de “capitão das portas” permitira o acesso e conduzirá Gonçalo da Silveira ao Zimbábue, onde estava o Monomotapa e a sua corte, e referido nas cartas que integram os DI V, doc. 22, e na qual relatará as circunstâncias vividas por Gonçalo da Silveira. Também a actuação deste António Caiado é referida detalhadamente noutra carta” - Ana Cristina Ribeiro Marques ROQUE, “A Costa Oriental de África na primeira metade do século XVI segundo as fontes portuguesas da época”, setembro de 1994, FCSH-UNL.

Portugal, em 20 de Novembro de 1506.²²¹ Nessa investigação foi abordada de forma clara a responsabilidade dos portugueses que, a partir do início do século XVI, irão conhecer a geografia e a história humana, social e política da costa oriental de África e das zonas geográficas próximas do rio Zambeze, chegando a ser afluente a experiência missionária de Gonçalo da Silveira junto do Imperador Monomotapa, para o convencer a ser baptizado.²²²

Igualmente o estudo “*Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*” (1988) de Maria Emília Madeira Santos, constitui seguramente uma dessas obras em que é abordada essa questão, que ajuda a definir o contexto geográfico, social, económico, político, artístico e religioso das regiões geográficas para onde foram direccionadas as primeiras missões jesuítas, na costa oriental de África, junto de Inhambane, e a seguir, a missão junto do Império Karanga (Monomotapa).

Esta autora, por seu lado também refere “*a primeira notícia mais extensa sobre o Império Monomotapa, foi trazido à cultura europeia em 1518 por Duarte Barbosa*”²²³ e que, mais tarde, em 1552, João de Barros, baseado em testemunhos escritos e orais, completa a referência de Duarte Barbosa.

Efetivamente, o que é que nos mostram estes autores?

De um lado, num dos testemunhos documentais mais antigos, expresso no «*Livro em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente*»²²⁴, Duarte Barbosa, faz uma interessante descrição de Sofala e da importância que tinha no início do século XVI, relativamente ao comércio do ouro, oriundo do interior do Reino do Monomotapa, o qual era vendido como moeda de troca aos mouros da costa, referindo-se ainda ao comércio de marfim realizado nas proximidades. Assim como faz uma impressionante descrição do “*grande Reino de Benomotapa*”, e do “*Zimbaoche*.”

²²¹ Cfr. A. LOBATO, op. cit., pp. 16 a 38.

²²² Cfr. idem, p.45.

²²³ Maria Emília Madeira SANTOS, “*Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*”, 1.ª Edição, Lisboa, IICT-CECA, 1988, pp. 75 a 78.

²²⁴ Este livro terá sido terminado em 1516. Publicado pela Agência Geral das Colónias (AGC), em 1914, pp.16, 18, e 19. Notemos que Duarte Barbosa exerceu as funções de escrivão da feitoria de Cananor, e foi cunhado de Fernão de Magalhães, que acompanhou na sua viagem de circum-navegação começada em 1519 e com chegada em 1522. Era assim uma pessoa bem informada, especialmente conhecedora da geografia humana e política da região.

Por seu lado, na sua obra *Da Ásia, Década Primeira, Parte II*²²⁵, João de Barros faz uma descrição bastante detalhada da região do Reino de Sofala e das minas de ouro, bem como dos costumes da gente e do seu príncipe Benomotapa, das minas de Manica, dos Botongas, do reino Bútua, vassalo de Benomotapa, e faz uma descrição sumária do “Reino de Symbaboe”; chegando a retirar a conclusão que considerava que a sua gente era “*de maior entendimento do que a que corre contra Moçambique, Quíloa e Melinde*”.

No mesmo texto²²⁶, João de Barros descreve o Império Monomotapa²²⁷ como que estando favorável a acolher uma nova religião, entendendo que seria gente que «*é mui disposta para converter à nossa fé, porque creem em um só Deus, a que eles chamam Muzimo, e não tem ídolo, nem cousa que adorem*».

Outro aspecto relevante, foi o do relacionamento comercial estabelecido pelo referido Império com o exterior, cujos usos e costumes pediam que adquirissem «*panos de algodão, que fazem na terra e outros que lhe vem da Índia*», assim como *vendo o «Benomotapa, Rey da terra, posto que senhor de tudo, é como Imperador. (...)*».²²⁸

Outros factos e conhecimentos sugestivos que foram transmitidos nessa obra de João de Barros, são os relativos às casas²²⁹ e construções, às insígnias do poder real e à forma e condições com que era feita a guerra.

Como igualmente é descrito por Maria Emília Madeira dos Santos, na obra acima identificada, o movimento para o interior de exploradores e comerciantes portugueses que progressivamente foram estabelecendo contactos comerciais com o interior, cada vez mais intensos, motivou ou justificou o interesse que alguns portugueses tiveram então, e do motivo pelo qual estes se vieram a instalar em Tete e em Sena. Assim, fica claro que em meados do século XVI, alguns portugueses já tinham atingido a região de Zumbo, na fronteira de Moçambique com o atual Zimbabwe.

Sobre essa mesma matéria, também foi destacado por Ana Cristina Roque, num outro estudo efetuado, citando a “*Relaçam de Martim Fernandez de Figueiroa (1505-*

²²⁵ A edição que reportamos desta obra foi impressa em Lisboa, e republicada na Oficina Tipográfica, no ano de 1766.

²²⁶ Da Ásia, Década II, p. 381

²²⁷ Sobre a civilização do Monomotapa-Zimbabwue pode ser visto o texto “Monomotapa”, de António Ferrinha, in DHD, Vol. II, pp759-762.

²²⁸ Década II, pp 381-383.

²²⁹ Obra citada, p.384, “*As casas geralmente são de mudar de feição (...), muitos paus arrimados a um esteio e por cima cobertos de sebe, barro e colmo*”; “*as insígnias do seu estado real hé uma enxada mi pequena com um cabo de marfim, que trás sempre na cinta (...) e outra insígnia he uma ou duas azagaias(...)*”; “*entre eles não há cavalos e por isso a guerra que Benomotapa faz hé a pé com essas armas, arcos de flechas, azagaias de arremesso, adagas, machadinhas de ferro, ...*».p.386.

1511”), e outra documentação do mesmo período, esta “*evidencia que com o mesmo objectivo o bergantim de Sofala realizava regularmente viagens ao longo da costa e subindo o rio*”, em que estavam envolvidos portugueses oriundos de Sofala.”²³⁰

Ora, umas décadas mais tarde (1560) na sua viagem de Moçambique para o Reino de Monomotapa, Gonçalo da Silveira, irá encontrar precisamente alguns portugueses em Tete e Sena²³¹, nas margens do Rio Zambeze.²³²

²³⁰ Ana Cristina ROQUE, “*Portugueses e africanos na África Austral no Século XVI: da Imagem da diferença ao reforço da proximidade*”, in “*Representações de África e dos Africanos na História da Cultura, Séculos XVI a XIX*”, edição de José Damião Rodrigues e Casimiro Rodrigues, CHAM, Ponta Delgada, 2011, pp. 89 a 105.

²³¹ Cfr. DI V doc. 55, carta do Padre Luis Fróis, datada de 15.12.1561.

²³² Um dos mais completos e recentes estudos sobre a região da costa oriental de África foi apresentada por Ana Cristina Roque na sua tese de mestrado. Ali se destaca: “*Nunca esteve, de facto, nos objectivos dos portugueses e no que respeita à costa africana do Índico o conhecimento da terra e das gentes por si só. Mesmo do ponto de vista religioso nunca esta região, ao longo desta primeira metade do sec. XVI, foi objecto de um programa de evangelização, como o que se levará a cabo no Oriente, nem mesmo quando, já na segunda metade do século, os missionários portugueses se começam a fixar na Costa Oriental africana e se inicia a evangelização da região de Inhambane com o Padre Gonçalo da Silveira. Na globalidade da documentação referenciada poucos são os documentos onde é evidente a preocupação em descrever e caracterizar as sociedades que habitam as costas africanas do Índico. (...)*”. Entre os vários autores citados, estão precisamente João de Barros (na Década Primeira) e a sua Ásia, Duarte Barbosa, Castanheda. Esta investigadora, destaca com particular cuidado as diferentes décadas do Século XVI em que se firmou progressivamente esse conhecimento, apelando a todas as fontes documentais que encontrou. Salientamos pelo seu especial interesse, quanto ao conhecimento do Império Monomotapa, e das fortes relações comerciais estabelecidas com o exterior e a costa oriental de África, a presença muçulmana nesse comércio, as duas viagens feitas por António Fernandes ao Monomotapa, descritas por Gaspar Veloso, contida numa carta para el-Rei (1515-16), e por João Vaz de Almada – Alcaide-Mor da fortaleza de Sofala. Nesta carta de Gaspar Veloso, como se pode verificar da sua leitura, é já feita uma descrição detalhada dos Reinos que existiam ao tempo entre Sofala até ao Monomotapa, e as relações estabelecidas entre esses reinos, bem assim como as distâncias entre os mesmos, medidas pelas jornadas (dias de caminho) entre os vários reinos. Por seu lado, não deixa de ser interessante ver na carta de João Vaz de Almada, de 26 de Junho de 1516, que, com base na informação de António Fernandes (língua), o reino de Monomotapa era referido que este ficava a quarenta léguas de Moçambique para o interior do Rio Cuama. Cfr. Ana Cristina Ribeiro Marques ROQUE, “*A Costa Oriental de África na primeira metade do século XVI segundo as fontes portuguesas da época*”, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Departamento de História, 1994; vide texto “*Sociedades e Ambiente, da Costa Oriental africana na documentação português*”. – Cfr. Parte I, pp. 129, 130, 252 ; e Anexo 4 Documentos, pp. 553 e segs.

2. Inhambane e junto do Reino de Tongue, primeiro objetivo

Assim, em 5 de janeiro de 1560 partia de Chaul²³³ o navio que transportava os três missionários jesuítas até Moçambique, sendo acompanhados nessa viagem por Pantaleão de Sá, novo Capitão de Sofala e Moçambique.²³⁴

Note-se que a cidade de Chaul constituía o ponto de partida usual dos navios portugueses que demandavam a costa moçambicana, para o exercício do comércio entre a Índia e a costa oriental de África.

Mapa 1.

Fonte: Integrado no livro “Da Ásia” de João de Barros, Década Primeira, Parte Segunda

Edição: Regia Officina Tipográfica, ano 1777



Neste mapa, cuja autoria não é identificável, figura claramente Chaul, no Decão, e Moçambique e o seu canal, na Costa Oriental de África.

²³³ Cfr. DI. IV, doc. 65, carta escrita por Gonçalo da Silveira desde Moçambique ao Padre António Quadros, Provincial.

Esta cidade e porto da costa indiana do Decão, situada “na margem norte do Rio Kundolika, a sul de Bombaim, tinha fácil acesso das mercadorias produzidas no interior até à costa, de onde eram distribuídas por mar até destinos no Malabar, em Cambaia, no Mar Vermelho e no Golfo Pérsico, integrando o sistema comercial do Indico”. Tiago Machado CASTRO, Dicionário da Expansão Portuguesa, 1415-1660, Círculo de Leitores, 2016, p. 274,.

Importa destacar ainda outro estudo de Manuel Lobato sobre as relações comerciais estabelecidas entre a Índia e a costa africana. O qual, por sua vez sublinha que «as fontes portuguesas do início do Século XVI contêm abundantes referências à presença mercantil da Índia nos portos leste-africanos.». E ainda que, «na década de 1560 Chaul superou Baçaim e Diu no comércio com a costa africana, dois navios asseguravam as ligações anuais de Chaul para Moçambique e Sofala, enquanto outros demandavam os portos swahili. No último quartel do século XVI o “navio do trato de Chaul” ligava este porto a Quelimane, na foz do Zambeze, fazendo escala em Moçambique» - Cfr. Manuel LOBATO “Relações comerciais entre a Índia e a Costa africana nos séculos XVI e XVII. O papel do Guzerate no comércio de Moçambique”, in www.academia.edu, 157-173.

²³⁴ Cfr. DI, IV, doc. 52 - carta de Gonçalo da Silveira aos irmãos em Portugal, de nov.1559, de Goa.

Essa viagem foi feita com vento forte, a que se seguiram alguns dias de grande acalmia, com fortíssimo calor, não deixando no percurso de ter sido asseguradas por aqueles jesuítas as orações, as missas e pregação, aos domingos e dias de festas, segundo o próprio Silveira referiu, numa carta da ilha de Moçambique, datada de 12.02.1560²³⁵, em que também dá conta de ter ali encontrado de novo Francisco Barreto.²³⁶

Tendo chegado à ilha de Moçambique a 5 de fevereiro de 1560, enquanto ali permaneceu, voltou a celebrar algumas missas e a confessar na capela de Nossa Senhora do Baluarte, e nessa ilha de Moçambique foram negociadas as provisões para a viagem que os três missionários jesuítas iriam fazer em breve até Inhambane. A partir daí, pouco tempo depois, Gonçalo da Silveira tomou uma decisão que surpreendeu algumas pessoas, dizendo preferir viajar num pangaio, e não num navio para o interior, tendo sido acompanhado nessa viagem por dois portugueses, um dos quais era criado do capitão Pantaleão de Sá, para os guiar e apresentar.

Pelo que deixou escrito o Padre André Fernandes, que acompanhava Silveira, a viagem fez-se num *zambuco* até Sofala, e essa viagem durou 27 dias; durante a qual os missionários jesuítas fizeram jejum por estarem na Quaresma, que os viria a enfraquecer, nomeadamente ao irmão Costa, o qual, face ao seu estado de saúde, foi dispensado do jejum por Gonçalo da Silveira. Três dias após a chegada a Sofala (onde ficaram 5 dias), o Padre Gonçalo da Silveira encontrou-se subitamente muito mal, situação que foi associada pelos seus companheiros ao jejum e ao seu trabalho, tendo estes por isso pensado que o pior lhe poderia ter acontecido.²³⁷

É interessante referir que os três missionários jesuítas na região de Inhambane foram encontrar cinco portugueses a comerciar por conta do Rei de Portugal.²³⁸ Como foi descrito noutra carta, agora de autoria do Padre André Fernandes, este sublinha: “*chegamos a terra, ao lugar de Ynhambane, donde achamos 5 portugueses fazendo fazenda d'El-Rei, e o capitam d'elles muito doente. Depois em terra se achou o Padre ainda alguns dias muito mal, e o Irmam não muito bem*”.²³⁹

²³⁵ DI IV, doc. 65.

²³⁶ Nuno Villa SANTA, “*Francisco Barreto*”, in EVE, sobre a figura de Francisco Barreto, Governador da Índia entre 1555 e 1558.

²³⁷ Cfr. DI IV, doc. 71, carta de André Fernandes, de 24 de junho de 1560, desde Tongue, dirigida ao Padre António Quadros, provincial.

²³⁸ DI, IV, doc. 73

²³⁹ idem

Esta situação com que foram defrontados mostrava claramente como eram então extraordinariamente difíceis as condições climáticas da região, assolada pela malária - situação que ainda hoje subsiste em toda a região do Zambeze - , provocando frequentes e fortes febres, que a todos atingiu, que puseram de imediato em risco a vida deste grupo de missionários jesuítas, situação que pôs seriamente em risco o êxito da missão que tinham abraçado.

Pela descrição do Padre André Fernandes, de 26 de junho de 1560²⁴⁰, quer das cartas do Padre Gonçalo da Silveira, constata-se que aqueles missionários, passado alguns dias depois da chegada (no dia 10 de Abril chegou o padre André Fernandes, no dia 27 de Abril chegou o Padre Gonçalo da Silveira) e depois de uma difícil caminhada para o interior, foram recebidos por Gamba, Rei de Tongue, que desde logo manifestou vontade de ser baptizado, e os seus súbditos.

Essas cartas, evidenciam também de forma clara que aqueles missionários depositavam confiança na eficácia de um modelo de «cristianização descendente», nas quais as opções de um rei ou chefe eram determinantes para obter a rápida adesão dos seus homens às propostas que aqueles tinham ido apresentar.²⁴¹

Contudo, embora nalguns desses documentos (cartas) se tivesse manifestado as qualidades mais visíveis *da terra e das gentes*, do interesse dos nativos para serem cristãos, contraditoriamente mostravam que subsistiam traços culturais que dificultavam claramente uma adesão efetiva ao cristianismo, visto que estava identificado que, entre outros aspectos, a poligamia era prática corrente e visto como um sinal de prestígio cultural, subsistindo «*as superstições, de sortes e feitiços*», ou o costume ou hábito do irmão tomar ou fazer sua a mulher do falecido (levirato), tudo isso considerados por esses jesuítas como “erros” a alterar.²⁴²

²⁴⁰ Idem

²⁴¹ Essa estratégia ou empenho de «evangelização descendente» foi praticada noutras geografias, com outros povos, e em épocas diversas.

Como bem anotou Luís Filipe Thomaz, empenharam-se também, «*preferentemente, em conquistar os chefes e formar elites, tentando cristianizar de cima para baixo as sociedades. Não se ativeram, contudo, à evangelização «descendente», que fazia depender a conversão do povo da prévia conversão do soberano; mas quase sempre tentaram influenciar o poder de forma a obter dele um mínimo ao menos de benevolência para com a sua acção.(...)*». Cfr. Luis Filipe THOMAZ, “*Descobrimientos e Evangelização. Da cruzada à missão pacífica*”, Congresso Internacional de História. Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas, Universidade Católica, Vol. III Braga, 1993, pp. 78-129.

²⁴² DI IV, doc. 77, carta de Gonçalo da Silveira para os padres e irmãos de Goa, desde Moçambique, depois de tornar de Inhambane.

Ali encontraram um português mulato de nome João Raposo, que tendo nascido em Sofala, o qual passou a fazer as funções de língua junto dos jesuítas, e apoiou os missionários recém-chegados que tinham sido acometidos de fortes febres.

3. Embaixador e sacerdote

Segundo referiu o Padre André Fernandes na mesma carta, o Rei Gamba terá manifestado contentamento com o facto de ter recebido uma carta do Vice-Rei que lhe foi entregue por Gonçalo da Silveira.

Este facto mostra que havia interesse para o acolhimento da missão, e que o Rei de Tongue recebia Gonçalo da Silveira também como um enviado da maior autoridade portuguesa do Estado da Índia; por isso, este missionário jesuíta também de certo modo se apresentava perante aquele rei como investido de funções diplomáticas.²⁴³

Ora no decurso das sete semanas seguintes, terá havido um árduo trabalho por parte dos três jesuítas presentes, mormente quanto à pregação e catequese, tendo em vista os batismos a serem realizados. O Rei de Tongue, recebeu o baptismo, tomou o nome de Constantino, e a sua mulher também tomando o nome de Catarina, assim como receberam o baptismo alguns dos seus filhos e dos seus súbditos. Aproximadamente 400/450 pessoas foram baptizadas, num reino em que foi estimado como tendo “*dez ou doze mil almas*”.

244

A magnitude desta missão parece-nos enorme, quer pela rapidez com que foi precedido o batizado de tantas pessoas, quer pela dificuldade de transmitir as mensagens fundamentais que justificavam e precediam esse baptismo, numa língua que os missionários não conheciam, tendo de recorrer a intérpretes (os chamados “línguas”). Aquela rapidez na catequese sumária efetuada num curto espaço de tempo, num contexto cultural e social adverso, que nada tinha a ver com o ambiente cultural europeu da época, denota também um claro sentido de urgência na missão a empreender e de alguma falta de visão do choque cultural que constituía a adesão ao cristianismo, que requeria também muito mais tempo.

²⁴³ Cfr. DI IV, 70A. Carta de Constantino, Rei de Tongue, a Dom Constantino de Bragança, datada de 20 de maio de 1560.

²⁴⁴ Cfr. DI IV, doc. 71 e doc. 77; também deverá ser vista a carta de Gonçalo da Silveira, datada de 9 de agosto de 1560, aos padres e companheiros de Goa.

Naturalmente que os nativos já tinham contactado com alguns portugueses com quem tinham estabelecido algumas relações comerciais e, por outro lado, estavam positivamente influenciados com a educação ministrada pelos portugueses quanto a um dos filhos do Rei Gamba, que tinha sido levado para Moçambique, pelo capitão-mor Sebastião de Sá, em 1559.²⁴⁵

Assim, tendo em vista a sua actuação global, além de missionário que se apresentou empenhado a acompanhar e realizar os baptismos que até ali tinham sido conseguidos, podemos verificar que Gonçalo da Silveira, quando se apresentou perante o Rei Gamba, de Tongue, manifestou-se satisfeito pelos resultados alcançados na sua dupla qualidade de sacerdote e representante diplomático do Vice-Rei da Índia D. Constantino de Bragança.

Numa carta datada de 8 de Agosto de 1560²⁴⁶, desde a Ilha de Moçambique, dirigida aos seus companheiros em Goa, e quando se preparava para rumar sozinho até ao Reino ou Império do Monomotapa, que se situava em territórios na margem sul do rio Zambeze, Gonçalo da Silveira relata ainda alguns traços das acções mais recentes e resultados obtidos, e expectativas relativamente ao trabalho ainda a desenvolver em Tongue pelos seus dois companheiros que ali ainda iriam permanecer. Estes ficavam com a incumbência de continuarem o trabalho missionário que tinham começado pouco tempo antes, no mês de junho desse mesmo ano, enunciando também Silveira as razões que justificavam o trabalho ou missão que estava agora em vias de começar, para atingir o centro do Império Karanga.

As missões do Padre André Fernandes e do irmão André da Costa era agora concluir a construção de uma nova Igreja, com a evocação da Assunção da Mãe de Deus, e de uma casa.

Nessa carta, Silveira também contava aos seus companheiros que no caminho até Moçambique procedeu ao batismo de mais 3 Xeques (régulos) dos seus lugares, de etnia Botonga, pois os do Reino de Tonga eram de etnia Mokaranga, referindo que a distância de Inhambane até Tongue seriam 30 léguas. Nessa missiva, o padre Silveira também sublinhava as dificuldades enfrentadas, fazendo a descrição do fortíssimo ataque de sezões que sofrera, que quase puseram em risco a sua vida, para além de descrever as doenças que acometeram também os seus dois companheiros.

²⁴⁵ DI IV, doc. 63 e 73 e 77. Cfr. B. LEITE, op. cit. 148-149.

²⁴⁶ DI IV, doc. 77, carta de 9 de agosto de 1560.

Estes dois companheiros jesuítas ficariam assim em Tongue com o fundamento de que se tornava necessário “*administrar aquela nova igreja, e de suaves esperanças e riquos frutos, porque todas aquelas terras alem de Tongue ficam abaladas, pera entrarem no curral divino*”, como referia Gonçalo das Silveira na mesma carta.²⁴⁷

Outro seu companheiro, descreveria mais tarde os acontecimentos recentes de que tinham recebido notícia:

*(...) E achegando a Ynhambane aonde já estava o Padre André Fernandez que o veyo loguo buscar, e achou-o tão fraquo e dibilitado do caminho, que se deixou ahi cair sobre huma pouca d'area, e, sem poder alevantar a cabeça, esteve falando hum pouco com o Padre André Fernandez, e depois o levarão sobraçado para a borda do rio, aonde quiz estar até à noite. Porem de todos estes trabalhos resultante tou a saude corporal dos Padres e Irmão, e a espiritual d'el-rey, que loguo se fez christão, (...) Da jornada para Moçambique trouxe o Padre Dom Gonçalo hum principe para o fazer christão, filho de outro rey maior que o de Ignambane, cuja converção lhe parecia facil”, e ficava juntamente o Padre Dom Gonçalo dahy para se partir caminho do grande e poderoso rey de Manamotapa, para intentar sua conversão. O caminho hé trabalhoso por ser de dous meses e meyo por hum rio acima, mas a esperança do que laa se pode fazer faz ao Padre dar pornenhumas as dificultades e periguos delle. Laa encomendem a Deus todos estes negocios e impresas, como o peso e calidade dellas requiere. O Padre vay soo para cometer hum imperio, porque os dous companheyros que consiguo levava foy necessario deixá-los em o novo reino christão. Disto não escrevo mais, porque tudo vay largamente escrito nas cartas que de laa vierão. (...).*²⁴⁸

Portanto, depreende-se das fontes documentais recolhidas, que a curta missão realizada em Tongue, durante a estada de Silveira, este tinha apostado na administração do sacramento do baptismo ao rei respetivo, à sua mulher, e a cerca de 400 pessoas, à catequese dada e ao acompanhamento das ações necessárias ao lançamento de uma nova missão que foi iniciada, a qual exigiu o início da construção de uma nova Igreja e uma

²⁴⁷ Carta do Irmão Baltazar Costa, desde Goa, ao Padre Marco Nunes em Portugal, datada de 16 de novembro de 1560. Este descreve a permanência dos dois companheiros que tinham ficado em Tongue, e da maior importância que consistia a viagem e conversão do Imperador Monomotapa, muito mais poderoso do que o anterior, e dos riscos maiores em que consistiu essa viagem.

Veja-se igualmente a carta, datada de 1 de dezembro de 1560, de Luis Fróis, de Goa, aos seus companheiros de Portugal. Nesta expõe-se entre outros assuntos o desenvolvimento da missão em Moçambique e a ida de Gonçalo da Silveira para o Monomotapa. DI. IV, Doc.90, pp. 702- 705, e doc. 94, pp. 721-745.

²⁴⁸ DI IV, doc.94.

casa para a residência dos missionários. Estes objectivos, concebidos num contexto cultural e social adverso, não constituíam contudo o desígnio maior da sua missão, pois o seu objectivo maior estava localizado mais longe, junto do chamado império Monomotapa, visto por este com uma preeminência sobre o Reino de Tongue.

Com o decorrer do tempo, para os jesuítas que ficaram em Tongue, não acompanhando o Padre Silveira na outra missão junto do Monomotapa, as dificuldades na construção e manutenção da missão começaram a parecer imensas.

Com efeito, o Padre André Fernandes, numa carta ao irmão Gaspar em Portugal, desde Tongue, de 3 de junho de 1561, não deixou de enfatizar as superstições infinitas que via que estarem enraizadas nas gentes da Cafraria onde então se encontrava, que muito o impressionara.²⁴⁹

Essa missão manter-se-ia, como veremos, até pouco tempo depois do conhecimento da morte súbita de Gonçalo da Silveira, que iria ocorrer em Março de 1561, e com a constatação da degradação da evolução do estado de saúde dos Padres André Fernandes e do irmão André Costa.

Quase no fim do ano de 1562, quando já se encontrava de novo em Goa, depois do regresso de Tongue determinado pelo provincial Padre António Quadros, o Padre André Fernandes iria reconhecer com humildade²⁵⁰ - agora com conhecimento direto do assunto - o fracasso ou a inexistência de condições mínimas para o prosseguimento daquela missão naquela região. De um lado, considerou que o Rei de Tongue se mostrou desinteressado e alheio às consequências da aceitação do cristianismo como tinha sido apresentado pelos três jesuítas aquando da sua estada; por outro lado, enfatizou a dureza excessiva da referida missão, pelas exigências impostas em termos sanitários e alimentares, que ali não eram assegurados e punham em causa a sobrevivência dos missionários.

Uma das primeiras reconstituições históricas dessa missão, constam da biografia escrita inicialmente em Latim, em 1612 com o título “Vita del P. Consalvo Silveria, in urbe Monomotapa martyrum passi”, e traduzida para espanhol, publicada em 1614 (cfr.

²⁴⁹ Cfr. DI V, doc. 26 e 38.

²⁵⁰ DI V, doc. 91 Nesta carta do P. André Fernandes, de 5.12.1562, desde Goa, para os Padres da Companhia de Jesus em Portugal, descreve os costumes, tradições do Reino de Inhambane, a alimentação, feitiçaria prevalecente, casamentos, e as principais razões para o seu regresso “*somente sentia não serem cristãos como deviam (...)*”, por esta razão e “*por carta de obediência*” veio dali. Fica-nos, porém, uma interessante descrição de usos e costumes locais, nomeadamente descrevendo como era feita a caça por parte dos nativos, assim como a morte de um elefante, descrevendo o gosto dos nativos para cantar e dançar. Creio que esta carta exprime ainda assim, nessa parte, algum fascínio por alguns costumes locais, de que é expressão essa descrição duma cena de caça.

Bibliografia), e italiano em 1615, em Roma, republicada como “*Vita del P. Gonsalvo Silveria, sacerdote della Compagnia di Giesu: Martirizzato nella città de Monomotapa*” na qual são descritos os costumes do país, e onde o autor refere que a maior parte dos cafres eram Botongas.²⁵¹

As dificuldades dessa missão, e as caraterização humana, social, geográfica e cultural, bem como o percurso efetuado Gonçalo da Silveira e seus dois companheiros no século XVI, viriam a despertar o ulterior interesse de outros historiadores, nomeadamente por António Pereira de Paiva e Pona, da Sociedade de Geografia de Lisboa, que em 1893 publicou o estudo «*Dos primeiros trabalhos dos portugueses no Monomotapa. O padre D. Gonçalo da Silveira, 1560*».²⁵²

Por seu lado, Paul Schebesta, da Congregação do Verbo Divino (SVD), que pertencia ao grupo de missionários da referida ordem religiosa que foram trabalhar para Moçambique em 1912, na zona da Zambézia, foi seguramente uma das pessoas que melhor ficou a conhecer a região e se debruçou criticamente sobre a Zambézia, a região e os seus grupos étnicos. A obra que publicou posteriormente, denominada «*Portugal: A missão da Conquista no sudeste de África*»²⁵³, beneficiou do conhecimento profundo da região e das investigações que veio a efetuar posteriormente. Este conhecimento permitiram-lhe descrever com realismo o contexto quer da região, quer da cultura do império do Monomotapa e ainda apreciar o desenvolvimento que tiveram as missões na região, em especial em 1560/61, quer a missão de Gonçalo da Silveira em Inhambane, quer no Monomotapa (1560/61).²⁵⁴

²⁵¹ Particularmente impressionantes são as descrições contidas nas páginas 116 a 139 do mesmo livro (partes II a V), sobre a estada em Tongue, quanto aos costumes do país e batizados do Rei e Rainha.

²⁵² Neste estudo, apresentado em sessão do Congresso Internacional dos Orientalistas, o autor traça a evolução do conhecimento progressivo do interior africano por parte dos portugueses, e dos dois seus grandes impérios, quer a norte do rio Zambeze, conhecido pelos portugueses como Marave, e a sul do Zambeze, conhecido por Monomotapa, bem como dos reinos do Litoral, ou Xequês da Costa de Moçambique, suportado nas principais fontes coevas. Aqui o autor refere os contactos de João de Empoli, em 1503, Duarte Barbosa, em 1516, com o seu Livro “*Livro em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente*”, as descrições de Simão Botelho em 1554, sobre as fortalezas de Sofala e de Moçambique, e dos contactos dos portugueses com esses territórios, a relação estabelecida dos portugueses na região de Inhambane, que, segundo parece pela descrição efetuada, ali se estabeleceram em 1544, e depois em Sena e Tete- cfr. obra citada, pp. 5-12. Também indica que António Colaço, nos Anais da Índia e do Japão, ainda nos anos de 1600-1601 e 1607-1608, terá escrito sobre a vida de Gonçalo da Silveira (p.16). Contudo, aquilo que nos parece mais relevante, é a reprodução e publicitação das principais cartas dos jesuítas que contem os factos mais significativos que enquadraram as missões em Tongue e Monomotapa, e que constam de páginas 19 a 101, e que iremos ver publicados nos DI. – Cfr. António Pereira de Paiva e PONA, “*Dos primeiros trabalhos dos Portugueses no Império do Monomotapa: o Padre D. Gonçalo da Silveira, 1560*”, in *10.ª Sessão do Congresso Internacional dos Orientalistas*, Lisboa, Imprensa Nacional, Sociedade de Geografia, Lisboa, pp. 5-17.

²⁵³ Cfr. op. cit., VB, 2011.

²⁵⁴ Cfr. op. cit., pp. 23 a 107.

Relativamente à apreciação efetuada sobre os Tonga e as razões do alegado falhanço do cristianismo nessa região de África, reconhece esse autor que a poligamia ali existente, não era considerada como tendo uma valorização negativa - como era então vista pelos europeus - uma vez que os africanos valorizavam acima de tudo a descendência. Por outro lado, no tocante ao casamento do levirato, Schebesta esclarecia que este era *considerado «um dever sagrado, e, por isso, a mulher do irmão falecido cabe ao irmão sobrevivente»*.²⁵⁵

Schebesta enfatiza ainda o facto de o culto dos mortos ser um assunto muito valorizado entre os negros e também entre os Tonga, entendendo que essa atenção se devia ao facto *de «considerarem que aqueles se interessavam sobre a sorte dos sobreviventes.»*²⁵⁶

Este autor destacou também o facto de também de os missionários terem observado, que os negros à época das primeiras missões possuíam como traço cultural enraizado a crença na existência de “*Mulungo*”, que representava uma entidade superior em que tinham fé e que invocavam, sobretudo em períodos de aflições, como quando havia secas; reconheceu ainda a força que ali tinham as bruxarias, como um fenómeno geral da região do Zambeze, e sendo os adivinhos considerados *«como pessoas respeitáveis entre os nativos»*. Algumas destas características, foram mais tarde, já no início do Século XVII abordadas por Frei João dos Santos no seu livro “*A Ethiópia Oriental*”, sobre os cafres de Quiteve.²⁵⁷

Por outro lado, avaliando as razões determinantes do “*fracasso da missão em Tongue*”, Schebesta entendeu que *«os missionários acreditavam inicialmente numa conversão autêntica e de boa fé por parte dos indígenas, mas que esta evidenciava ingenuidade; por outro, estes pensavam que os presentes e dádivas dos missionários não teriam fim. Daí que a decepção fosse sentida por ambas as partes»*. Atribuindo ainda o autor que parte da dificuldade de comunicação e de adesão pudesse ter estado na *«dificuldade dos intérpretes não transmitirem fielmente aquilo que os missionários ensinavam»*²⁵⁸. Para nós, afigura-se-nos que foi seguramente mesmo uma das

²⁵⁵ Cfr. idem pp.54

²⁵⁶ Cfr. idem pp. 55-56.

²⁵⁷ Este Reino situava-se no interior da região de Sofala, e ao norte do Reino Botonga, que ficava ao sul do rio Sabi. No Capítulo XIV “*De algumas leis que os cafres tem, e das sortes de que usam e lançam em todos os seus tratos.*”. Ali refere: *«alguns cafres há que são grandes feiticeiros e falam com o diabo a quem chamam mestre das feitiçarias (...)*». Cfr. Fr. J. SANTOS, *op. cit.*, I parte, Cap. XIV, *Biblioteca dos Clássicos Portugueses, Lisboa, 1891, pp. 89-91*

²⁵⁸ Cfr. idem pp. 90, 91 e 92.

dificuldades da doutrina e catequese que foi comunicada, mas não a razão principal do fracasso da missão jesuíta.

Com efeito, as razões desse fracasso podem ser associadas a causas múltiplas, interligadas. De um lado, os valores ancestrais que os nativos possuíam, a que estes se mantinham ou se sentiam fortemente ligados, designadamente quanto à valorização e ao uso e posse de bens materiais, quanto à valorização do papel dos feiticeiros e à poligamia prevalecente; por outro lado, subsistia uma dificuldade de comunicação por parte dos missionários dos princípios e realidades do cristianismo, cujas referências fundamentais os nativos ignoravam. Tornava-se ainda plausível que os nativos estivessem mais interessados no estabelecimento de relações comerciais com os portugueses, e pretendiam retirar benefícios das mesmas, o que não sucedeu subsequentemente aos grandes baptismos efetuados. Assim, se poderá explicar a alteração de atitude do Rei de Tongue relativamente à continuação da presença desses missionários, que não foi apenas de indiferença, mas passou mesmo a ameaça direta ao Padre André Fernandes; situação por este verbalizado numa das suas cartas, que acima já referimos, e quiçá decorrente do facto de aquele Rei ter atribuído aos missionários ineficácia para obter a protecção divina contra as adversidades da natureza que assolaram a zona geográfica respectiva.²⁵⁹

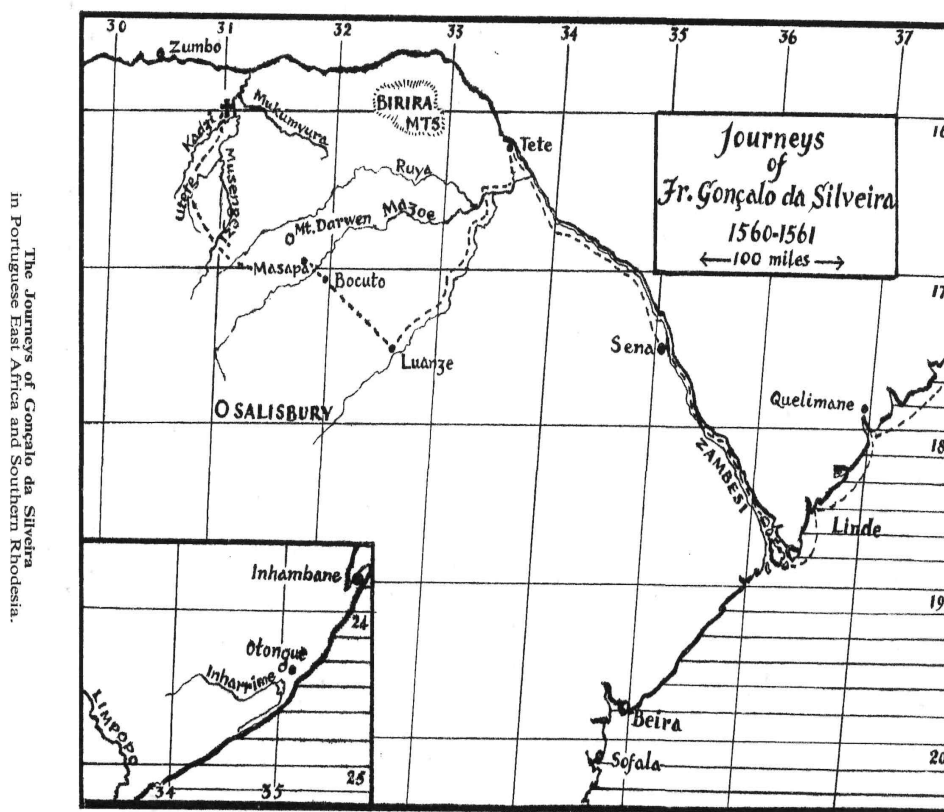
Acompanhando a viagem de efetuada desde Tongue, verificamos que a mesma, constituiu num desafio enorme para Gonçalo da Silveira, até este atingir o Zimbabwe do Monomotapa. Temos também presente que entre a costa e a região de Tete, eram centenas de quilómetros a percorrer, dos quais entre Sena e Tete distavam cerca de 250 km²⁶⁰, numa viagem feita de barco, e entre a localidade onde estava o Monomotapa eram cerca de 300 Km a ocidente de Tete, feitos essencialmente a pé.

²⁵⁹ DI V, doc. 91.

²⁶⁰ Cfr. P. Schebesta, op. cit. p.95

MAPA 2

Percursos de Gonçalo da Silveira na Africa Oriental, Tongue e Monomotapa



Fonte: REA, W.F., S.J.1960, Rhodesiana, n.º of The Rhodesiana Society, 1961, pág.26

4. Império Karanga/Monomotapa, o principal objectivo de conquista espiritual, no interior de África

Este Império Karanga, também identificado como Império Monomotapa na cartografia dos Séclos XVI e XVII, no final do ano de 1560, já era bastante conhecido dos comerciantes portugueses que estavam instalados e viviam em Sena e Tete. Estes participavam no comércio dos produtos principais do interior do planalto onde se situava aquele Império, principalmente ouro e marfim, que eram trocados essencialmente por panos de algodão oriundos da Cambaia ou Guzerate, e contas, que os povos bantos da região apreciavam em especial, por os considerarem bens de prestígio.

Gonçalo da Silveira beneficiou dessa rede de contactos, para além do apoio inicial para a viagem a partir da ilha de Moçambique, que lhe terá sido prestada pelo capitão-mor de Sofala e Moçambique, Pantaleão de Sá, o qual, além do mais lhe forneceu panos de algodão para este poder ofertar ao Senhor Monomotapa. O padre Silveira também utilizou o conhecimento desses comerciantes e respectivas rotas, que constituía um factor decisivo no seu percurso para o interior, quer de barco, quer a pé, em várias etapas, até uma zona longínqua. Este seria o primeiro missionário jesuíta a subir o Zambeze e penetrar no interior de África numa missão católica, num mundo bastante afastado. Essa zona geográfica foi despertando a curiosidade dos portugueses que desde a primeira viagem de Vasco da Gama à Índia (1497/1499), haviam tomado conhecimento dessa realidade.

Com efeito, os reis de Portugal, D. Manuel I e D. João III, nos anos seguintes iriam tomar várias medidas político-administrativas para assegurar que fossem criadas algumas fortalezas e feitorias na costa Oriental de África, para que constituíssem suporte não só nas rotas marítimas para a Índia, mas que poderiam adicionalmente canalizar em parte os benefícios do comércio oriundo do interior africano²⁶¹, que se evidenciava existir na região do Zambeze.²⁶²

²⁶¹ Uma grande parte do comércio português na África Oriental no Séclo XVI estava fora do controlo das vias oficiais. E segundo estimativas efetuadas por Alexandre Lobato, por volta de 1510 cerca três quartos do comércio estavam em mãos privadas, incluído os homiziados, os capitães e os oficiais de feitoria – cfr. Eugénia RODRIGUES, “*Portugueses e Africanos nos Rios de Sena: os Prazos da Coroa*”, Lisboa, INCM, 2013. p. 74..

²⁶² Como refere Nogueira da Costa, os panos e missangas trazidos da Índia destinavam-se a ser trocadas localmente por ouro e marfim. Ora “*o grosso daquelas mercadorias, após ter passado pela Ilha de Moçambique, local onde se pretendia realizar o controlo do comércio português em terras moçambicanas, era enviado para Quelimane, donde seguia, rio Zambeze acima, para as feitorias de Sena e Tete. Nestas feitorias (...), “a mercadoria era então redistribuída a mercadores particulares, regra geral a crédito, para*

Contudo, não seria Silveira o primeiro jesuíta a beneficiar de uma rede de contactos dos comerciantes para chegar a uma missão longínqua. Nesse sentido, podemos ver o exemplo anterior dos jesuítas portugueses noutras regiões, como no Japão, e da viagem empreendida por Francisco Xavier desde Malaca até à China (em 1552), também transportado por um mercador português, acabando este por vir a falecer na Ilha de Sanchoão, praticamente sozinho e doente.²⁶³

As principais fontes primárias que permitem acompanhar esse percurso até à missão junto do Monomotapa, continuam a ser algumas cartas de jesuítas e de alguns comerciantes da época, como pode ser evidenciado pela consulta do anexo IX, contendo a epistolografia mais significativa dos anos de 1560, 1561, e 1562, que reunimos e que foram igualmente a fonte essencial com base na qual que se tem sustentado a historiografia mais importante até à actualidade.

Também podemos identificar alguma cartografia, que permite verificar e localizar algumas das regiões e pontos percorridos pelos missionários, primeiro pelos três missionários jesuítas até Tongue e, por outro lado, acompanhar o percurso efetuado por Silveira até ao centro do Império Karanga, no interior e na margem sul do Rio Zambeze, num percurso unicamente por si efetuado (cfr. mapa 2, que antecede, e nos anexos 9, 10 e 13).

ser vendida a retalho no sertão". (...) daquelas localidades os "mercadores portugueses deslocavam-se ao interior onde em pequenas feiras era realizado o trato", que estava sujeito a tributação, cuja pagamento à autoridade local se chamava uma «curva». ". Vide N. da COSTA, "O Caso do Muenemutapa", sobre UEM, MAPUTO, 1982, pp. 23-36, sobre "A penetração e impacto do capital mercantil em Moçambique nos Séculos XVI e XVII".

O próprio autor esclarecia no início do seu estudo que este tinha por objectivo fundamental estudar a formação social Chona, cujo espaço geográfico era ocupado pelos povos da mesma língua, que se estendia do Rio Zambeze ao Limpopo, e até ao Índico.

²⁶³ Sobre essa viagem importa ter presente um estudo de Rui Manuel Loureiro, na qual o autor sublinha: "para além dos mercadores e das autoridades régias, a Companhia de Jesus tentava impor-se como um terceiro poder, que pretendia mobilizar apoios dos outros dois grupos em função de objectivos muito próprios. Ao aliar-se tão intimamente aos mercadores, no seu projeto de conquista espiritual da China, o Padre-Mestre, sem dívida, indisputava contra si uma parte do funcionalismo régio". Com efeito, a viagem foi empreendida na nau de Diogo Pereira até Malaca, e impedido este de prosseguir até à China por D. Álvaro de Ataíde, capitão-do-mar em Malaca; esta viagem prosseguiu agora com a nau capitaneada por Luis de Almeida. Cfr. Rui Manuel LOUREIRO, "A Conquista espiritual do Imperio do Meio, 1549-1552", in *Fidalgos, Missionários e Mandarins. Portugal e a China no seculo XVI*, Fundação Oriente, 2000, pp.462 e 468.

5. Ao encontro do Império Monomotapa, ou Mocaranga

Depois de ter regressado à ilha de Moçambique, onde permaneceu de novo uns dias, Silveira embarcou em direção à foz do Rio Cuama, partindo em 18 de setembro de 1560, e nesse percurso em direção ao Império²⁶⁴ Monomotapa ou Mocaranga²⁶⁵ irá ser surpreendido e sofrer várias vicissitudes.²⁶⁶ Consigo iam também seis portugueses, entre os quais um de nome António Dias, que iria fazer as funções de intérprete.

Antes da partida, para apoiar a missão que iria ser empreendida por Silveira, Pantaleão *de Sáa*, capitão-mor de Sofala e Moçambique ordenou que fossem reunidos alguns presentes que tinha recebido do Vice-Rei da Índia (na expressão do Padre Luís Fróis, umas “pessas” ou panos de algodão), para que fossem transportados nessa viagem para o Monomotapa e a este pudessem ser oferecidos pelo missionário jesuíta.²⁶⁷

²⁶⁴ Esta definição de Império como realidade política-estadual mais poderoso da região, com características identificáveis perante outros estados vizinhos, com autonomia daquele, é atribuído a portugueses e árabes, identificando-se o território respectivo, com o mesmo nome do seu soberano, como imperador. Sobre a fundação desse Império, mantém todo o interesse a obra de W. G. L. RANGLES *L' Empire du Monomotapa, du XV ao XIX siècle*, Mouton, 1975. Nesta obra o autor traça a evolução da hegemonia do potentado Monomotapa no planalto e até à costa africana do Índico, quer quanto à organização social, política e fiscal desse Estado (Cap.VI), quer quanto à Religião (Cap. VII).

²⁶⁵ Entre os estudos mais detalhados da realidade “Reino do Monomotapa Mokalanga” importa destacar a realizada por Schebesta (1966), que apresentou os dados mais caracterizadores da evolução desse reino entre o século XV e o Século XVIII, identificando a história dos soberanos de Monomotapa, e referindo, de acordo com as fontes portuguesas, o soberano que veio a ser baptizado por Gonçalo da Silveira em 1561, teria o nome de “*Chisamarengu Nogomo*” (foi batizado com o nome D. Sebastião), que terá subido ao trono em 1560, e seria um jovem adolescente. Como se pode verificar da leitura da referida obra de Schebesta, não foi fácil estabelecer a *Cronologia dos Benenotapas* de 1460 a 1760, subsistindo ainda dúvidas ou interrogações sobre os diferentes reinados desta dinastia. Cfr. P. Schebesta, op. cit., pp.66.

²⁶⁶ Um dos estudos mais recentes sobre os Estados a sul do Rio Zambeze entre os Séculos XVI e o Século XIX, foi efetuado por Malyn Newitt, com o título “*Estados do Sul da Zambézia e Comércio do Oceano Índico, 1450-1900*”(tradução em Português), em Maio de 2018, e foi publicado na Enciclopédia de Pesquisa Oxford da História Africana. Aqui o autor refere que vários Estados floresceram na área imediatamente ao sul do rio Zambeze, e foram governados por dinastias Karanga, as quais foram herdeiras culturais do Grande Zimbabué. O autor apresenta o *Mocaranga* como o mais importante dos estados identificados, cujos governantes tinham o título de Monomotapa, também chamado por *Mwene Mutapa* ou *Munhumutapa*.

²⁶⁷ Vide DI V, doc. 54, pp.333-340. A descrição dos acontecimentos é feita, numa carta de 15 de dezembro de 1561, de Goa, do Padre Luís Fróis aos seus companheiros na Europa. Nesta carta, os dados ou factos são apresentados pelo padre Luis Fróis com as informações recolhidas dos testemunhos de quem acompanhou toda a viagem de Gonçalo da Silveira até ao Reino Monomotapa (passando por Sena e Tete), nomeadamente junto de um indiano de nome Calisto, seu serviçal, e que este tinha trazido desde Goa, e que regressara a Goa após a morte de Silveira. Outros dois documentos são especialmente relevantes quanto à descrição da missão protagonizada por Silveira junto do Monomotapa, concretamente os contidos com os n.ºs 55 (pp 349-353), e n.º22 dos DI V: o primeiro, uma carta do Padre Luís Fróis igualmente datada de 15 de dezembro de 1561 dirigida ao irmão Toscano, em Portugal (recebida em 1562), e o segundo, uma carta de António Caiado, comerciante e “capitão de portas” (de 22 de março de 1561), publicada nos DI V, doc. 22 pag.125 e segs. Foi em grande parte com base nessa epistolografia, que foram analisados os acontecimentos pela historiografia que abordou as primeiras missões junto do Monomotapa.

Outros documentos que aludem a essa missão de Silveira estão contidos nos DI V, doc. 56, carta do Padre Luís Fróis ao irmão Gonçalo Vaz, de Goa, em Dezembro de 1561; e o Doc. 53, com a carta do Padre João

Pouco tempo depois da partida, cerca de 150 milhas da ilha de Moçambique, a pequena embarcação onde ia o grupo foi atingida por um ciclone²⁶⁸, vindo-se que esta esteve em risco de naufragar.

Perto do Rio Mafute (Makura), não longe de Quelimane e da foz do Cuama, todos desembarcaram e ali mesmo o Padre Silveira improvisou um altar, no qual rezou uma missa de “Acção de Graças” por se terem salvo. Nesse local iriam permanecer três dias, e, pela descrição dos seus companheiros de viagem, sofreu uma forte insolação que fortemente o atingiu na cabeça, sem protecção, ficando cheio de grandes bolhas.

Passados aqueles dias, partiam de novo até à foz do Rio Quelimane, onde de novo pararam. Esse rio, juntamente com a ilha de Luabo, e outros rios, faziam parte do chamado delta do Zambeze, o qual era designado na altura pelos portugueses como *Rios de Cuama*. No percurso em direcção ao Cuama, seriam bem recebidos por um chefe banto local, de nome Mingoachane, que era muçulmano e que mantinha os rituais da circuncisão. Embora este chefe banto tivesse sido bastante receptivo a acolher Silveira, e dizendo que este seria autorizado a fazer pregação – com “*licença para fazer cristandade*” –, o missionário jesuíta indicou que tinha que prosseguir o caminho para o interior, relegando para momento posterior a administração de novos batismos.

Com efeito, o mesmo prosseguiu rapidamente em direcção ao encontro de Monomotapa, por entender ser esta uma prioridade de missão mais relevante, pelo impacto que esta poderia ter em toda a região. Assim, pouco depois partiram de novo em direcção à costa de Luabo, no delta do Zambeze, onde voltaram a ser atingidos por outra tempestade, pelo que também ali tiveram de se proteger, ficando na baía de Linde treze dias.

Como referem vários historiadores, nessa zona desde Luabo e para o interior do Zambeze começava a sentir-se a influência territorial e política do Império Karanga. Antes da embarcação começar a subir o rio em direcção a Sena, numa pequena localidade que ficava na costa sul do Rio Zambeze, Gonçalo da Silveira ordenou uma pequena

Batista, italiano, ao Padre Miguel Torres, Provincial de Portugal, datada de 12.12.1561, na qual recorda a viagem de Lisboa até Goa, com passagem na Ilha de Moçambique a 11 de julho, na qual tomaram conhecimento da morte de Silveira, entretanto ocorrida (março de 1561).

²⁶⁸ Esta descrição é feita pelo Padre Luis Fróis, na carta de 15 de Dezembro de 1561 – DI, V, doc. 55. Esta seria uma *fusta*, uma embarcação de médio-porte, com remos, por vezes dispunha de uma vela redonda e um tendal à popa. Sobre as características das *fustas* poderá ser visto: Francisco Contente DOMINGUES, “fusta”, DHDP, Vol. I, Caminho, 1994, p.439. Como refere Eugénia Rodrigues a actividade dos sertanejos portugueses nos Rios de Cuama era significativa, e “*em 1562, quando já iam três fustas por ano ao delta do Cuama, a Rainha Regente (D. Catarina) assinou vários alvarás estabelecendo o monopólio régio de todo o comércio dos Rios de Cuama e outros de Sofala e remetendo a elaboração do seu regimento para o vice-Rei da Índia.*”. E. Rodrigues, “Portugueses e Africanos nos Rios de Sena”, op. cit. p.77.

paragem, na qual rezou missa, pedindo pelo sucesso do empreendimento que dentro em pouco pretendia começar a realizar.

De Linde, a comitiva de Silveira prosseguiu de barco para Sena, tendo aquele pedido para que lhe colocassem um toldo sobre a fusta, debaixo da qual permaneceu em silêncio e recolhido em oração, em retiro, e parte do tempo em leitura, sem falar com ninguém durante oito dias, e comendo quase nada. Cerca de oito dias de viagem depois, a fusta chegou finalmente a uma localidade da ilha de Inhamgoma, relativamente perto de Sena, onde Silveira, apercebendo-se da proximidade do fim desta etapa, pediu aos seus acompanhantes que se ajoelhassem, pedindo a proteção divina e rezando um Pai Nosso e uma Avé-Maria pela conversão do Rei Monomotapa.²⁶⁹

Como sublinhou Paul Schebesta²⁷⁰, o rio Zambeze era “*navegável durante todo o ano a partir de Luabo até Sena, fazendo-se a viagem em casas flutuantes ou em pirogas por entre margens arborizadas*”. Daí que então tivesse sido escolhida a via mais fácil e rápida de acesso ao interior, por Silveira, a qual era aliás conhecida como a via de escoamento dos produtos da costa para o interior e vice-versa, do interior para a costa, funcionando a localidade de Sena como um pequeno entreposto, com a dimensão de uma pequena aldeia, junto da qual permaneciam alguns portugueses, dispendo de casas cujas construções eram rudimentares, as quais estavam cobertas por colmo.

Daí a alguns dias Silveira e seus acompanhantes chegariam a Sena, onde viviam cerca de 10 a 15 portugueses, e “*cristãos da Índia*” (canarins) - pela descrição do Padre Luis Fróis - e ainda largas centenas de nativos e escravos que aqueles portugueses possuíam, que foram estimados em cerca de quinhentas pessoas.

Os portugueses de Sena ficaram satisfeitos com a chegada do Padre Silveira e prontificaram-se logo a construir uma choupana para o abrigar, na qual este passou a rezar missa todos os dias. Este aproveitou os dias ali passados para os ensinar também, doutrinando, ou administrando os sacramentos, enquanto ia aprendendo algumas palavras da língua Mocaranga (Chona),²⁷¹ falada nessa região.

²⁶⁹ Cfr. DI V, doc. 54 p.337, 338, carta do Padre Luís Fróis.

Toda esta viagem, desde a ilha de Moçambique até Sena, e dali até ao Kraall do Monomotapa, pode ser lida na *História General de Missiones*, que claramente segue também a descrição de Fróis, mas num registo apologético. Cfr. Baron de HENRION, *História General de Missiones*, Barcelona, 1863, pp, 651 a 658.

²⁷⁰ V. P. Schebesta, op. cit., p.94.

²⁷¹ Sobre esta matéria importa citar aqui António Rita Ferreira, o qual registou: “os povos de língua Xona-Karanga – talvez originários da bacia do Congo – chegaram no início do primeiro milénio supondo-se serem os responsáveis pelo período III do Grande Zimbabwe, cujas datações vão de 1075 a 1440 D.C. Infere-se que constituíam uma aristocracia bem organizada dominando os povos do período II. As suas habitações eram maiores e de mais perfeita construção. Foram os iniciadores dos amuralhamentos. A sua *olaria típica*:

Assim, enquanto aguardava pelo contacto que o levaria até ao Reino Monomotapa, o Padre Silveira apercebeu-se que os portugueses que ali estavam, viviam ligados maritalmente com as mulheres da terra sem qualquer laço de casamento e, não vendo essas situações como desejáveis face aos princípios propostos pela religião católica, prontamente os convenceu a casar, batizando ainda os negros que eram escravos desses portugueses e das suas famílias.

Não deixa de ser surpreendente de novo a actuação de Silveira perante estes portugueses que ali viviam, com os bantos da região, pois toda a sua actividade foi realizada em apenas os dois meses em que ali permaneceu.

Informado e conhecendo as condicionalidades e dificuldades da entrada no Reino Monomotapa, Silveira enviou uma mensagem no sentido de aquele autorizar a sua entrada naquele reino, que foi facilitada pelo facto do português António Caiado²⁷², comerciante, ser representante do Monomotapa e ser seu homem de confiança pois exercia as funções de “capitão das portas”.

Por outro lado, através de um mensageiro, o Padre Silveira enviou uma carta de Sena para Tete, para que fosse contactado o português Gomes Coelho que ali vivia, pedindo-lhe ajuda, uma vez que havia informação de que este conhecia a língua nativa (Karanga ou Chona) e tinha uma relação amistosa com o Monomotapa.

Aquando da permanência em Sena, Silveira deslocou-se ainda cerca de uma légua (cerca de 4.824m) a visitar um povoado onde vivia um chefe local designado por Luís Frois «*el-rey de Inhameor*», o qual também estava sujeito à suserania do Monomotapa. Este chefe local manifestou vontade de ser batizado, juntamente com a mulher e filhos. Contudo, o Padre Silveira mostrou não ser desejável que aqueles batizados fossem de imediato realizados, uma vez que deveria ser precedido de um tempo de preparação e catequese - que não seria possível fazer -, e, por outro lado, entendia que era desejável e conveniente que o Monomotapa tivesse essa precedência, sendo natural que posteriormente este viesse a constituir exemplo e indicação para os seus súbditos.

vasos finos e bojudos, de gargalos verticais, sem decoração mas com polimentos. “ - cfr. António RITA-FERREIRA, *Povos de Moçambique. História e Cultura*, Edições Afrontamento, Porto, 1975, pp. 115-117.

²⁷² O Padre Francisco Correia esclarece que António Caiado tinha sido anteriormente professor do Colégio das Artes de Coimbra (antes ainda deste ter sido entregue aos jesuítas por D. João III), tendo-se tornado mais tarde comerciante, e ido para Africa. Cfr. Francisco CORREIA, S.J., *Venerável Padre Gonçalo da Silveira, proto-mártir da Africa Austral (1521-1561)*, AO, Braga, 2006, pág.. 50. A mesma informação consta in Paul Schebesta “Portugal: a Missão da conquista no Sudeste de África “(MVD), Lisboa 2011, pp.. 96, nota 204.

Quando pouco tempo depois Gomes Coelho chegou a Sena vindo de Tete, foi então organizada a viagem para o centro do Império Monomotapa²⁷³, uma vez que nada impedia que a mesma prosseguisse, depois da autorização obtida. Assim, foi empreendida a viagem até Tete – que constituía também em tempos recuados uma pequena aldeia que funcionou como uma feira²⁷⁴ -, que durou cinco semanas, num grupo integrado por alguns portugueses e bantos, os quais transportavam a maioria dos bens que Silveira levava.

Pela descrição de Fróis, percebe-se as inúmeras dificuldades da longa viagem, uma vez que parte da viagem entre Sena e Tete foi feita a pé, outra parte teve que ser feita de barco, ou no meio das águas de vários rios e outras linhas de água do percurso, que também tiveram que atravessar. Silveira, tinha sempre como preocupação transportar consigo as alfaias ou ornamentos da missa:

(...) Levava o Padre somente consigo os ornamentos da missa às costas, e muitas vezes passava ribeiros com agoa pello pescoso e os ornamentos com sua pedra d'ara, calix e todo mais aparelho da missa à cabeça, ou alevantados ñas mãos, e assi caminhava. Outro rio passou, que por ser muy largo e o Padre ir carregadoe nao poder nadar, meteram-no os cafres em huma panella muito grande, larga por sima, e hião todos nadando apegados a ella, até que o puzerão da outra banda do rio. ²⁷⁵(...)

Entretanto, a comitiva de Silveira, agora acompanhada de António Caiado²⁷⁶ (tendo Gomes Coelho ficado em Tete), chegou no dia 24 de dezembro a uma terra cujo nome era Quiticui, já perto do centro do Império Monomotapa. Como referiu Fróis:

(...) Quiticui (que hé hum lugar perto de Manamotapa), na vespera de Natal; ali disse o Padre todas as tres missas daquela solemne festa, com grandissima consolação sua e dos portugueses que com elle hião, e dahi se foy pera Manamotapa a primeira oitava do Natal. (...)

²⁷³ P. Schebesta estimou que a distância de Sena à residência do Manomotapa, seriam cerca de 300 km a ocidente de Tete, e essa residência era designada por Zimbabué, ou gutta (kraal) nas imediações do rio Senguedzi. A viagem de Sena até Tete seriam cerca de 250 km, parte da viagem feita a pé, outra parte feita de barco (cfr. ob. cit, pp. 93, 95, e 96).

²⁷⁴ Esta pequena localidade e feira, realizada regularmente, é descrito por M. NEWITT nos seguintes termos: “*À semelhança de Quíloa e Sofala, Angoche e Quelimane, Sena e Tete não eram mais simples colónias geridas por mercadores estrangeiros. (...) Elas dependiam igualmente da agricultura praticada nas terras contiguas do hinterland e do comércio vindo do interior trazido pelas caravanas de mercadores, que alimentava o fluxo do comércio praticado no Indico.*” - Malyn NEWITT, *História de Moçambique*, Edições Europa América, p.31.

²⁷⁵ Cfr. DI V, doc. 54, pág.339, Carta do padre Luis Fróis, de 15 de dezembro de 1561.

²⁷⁶ Idem, pp..340.

Ora, o padre Luis Fróis não nos indica qual o percurso ou rota concreta seguida por Silveira e seus acompanhantes entre Tete e Quiticui (Monomotapa). Duas das hipóteses mais plausíveis das rotas seguidas que vieram a ser apresentadas posteriormente, foram as seguintes:

Paul Schebesta sugere que a viagem de Tete para o Zimbabué terá sido feita pelo caminho mais curto, pelo rio acima (Zambeze), na direcção das quedas de Cabora-Bassa, até onde a carga podia ser transportada de barco²⁷⁷, com o caminho a seguir a ser percorrido a pé para ocidente, passando por Chicova²⁷⁸, e daí pelo Rio Sengedzi até à residência de Monomotapa.

Contudo, W. F. Rea apresentou a tese de que o percurso que foi percorrido desde Tete em direcção a sudoeste, numa linha ou rota que passaria perto da feira de Massapa²⁷⁹, uma vez que esta já era conhecida dos comerciantes portugueses.

W. F. Rea,²⁸⁰ embora tenha colocado várias hipóteses para os percursos ou rotas que poderiam ter sido seguidas a partir de Tete, sugeriu como sendo o mais provável aquela que implicou a travessia do Rio Mazoe (a outra rota seria mais a norte, com passagem perto de Chicova). Embora subsistam muitas incertezas sobre as rotas ou caminhos que foram efectivamente seguidos, caso tivesse sido seguida a rota mais a sul, torna-se plausível que, neste caso, um dos rios atravessados possa ter sido o rio Mazoe, antes de chegar ao Monomotapa.

Essa chegada, na parte final do percurso, será acompanhada por António Caiado, ocorrendo na véspera de Natal, tendo o Padre Silveira experimentado por isso uma grande satisfação por essa chegada, pelo que, como refere na carta o Padre Luís Fróis, aquele rezou três missas:

(...) ali disse o Padre todas as tres missas daquela solemne festa, com grandissima consolação sua e dos portugueses que com elle hião, e dahi se foy pera Manamotapa a primeira oitava do Natal. Chegando à cidade, mandou-o el-rey loguo visitar, em que lhe mandava o rey huma soma d'ouro e muitas

²⁷⁷ In *Portugal: a missão da conquista no Sudeste de África*, pp 95-96

²⁷⁸ Chicova era uma povoação “atualmente Chicôa ou Chikowa, localizada na zona do lago de Cabora-Bassa, na margem sul do rio Zambeze (...), o geónimo designava ainda a serra próxima e a área envolvente (as terras de Chicova). A região era dominada pela chefatura Tauara (tawara), sediada em Inhasse, a residência do mambo (chefe) da Chicova, um súbdito do Monomotapa. (...)” E. RODRIGUES, “Chicova”, EVE/CHAM.

²⁷⁹ H. Chadwick, op. cit., 81.

²⁸⁰ W. F. REA, S. J. Publication n.º 6 of Rhodesiana Society, Salisbury, Southern Rhodesia, 1961, pp.27-28. Contudo, fica-nos sempre uma incerteza quanto à rota seguida, uma vez que não é referida nas fontes principais, constituídas pelas cartas do Padre Luís Fróis e António Caiado.

vaquas e gente pera seu serviço, porque lhe tinham dito os portugueses, que lá estavam, que além do Padre ser hum hõrner sancto e de grande virtude, que era tão bem muito nobre e das principais pessoas da India. (...)

Como se depreende do exposto, António Caiado já tinha informado o Monomotapa sobre quem era Gonçalo da Silveira, não apenas como sendo um sacerdote jesuíta que vinha em missão, mas também como uma pessoa ilustre e oriunda de uma família nobre e representante das máximas autoridades de Portugal e do Vice-Rei da Índia.

Aquelas ofertas e abertura à chegada do ilustre visitante, que o potentado regional mostrou por intermediação de António Caiado, representavam na cultura local um gesto de deferência e de reconhecimento - oferta de bens ou vantagens -, manifestavam igualmente alguns dos atributos mais importantes do poder e da riqueza do Imperador Monomotapa e dos grandes senhores da sociedade e cultura Karanga²⁸¹, como sejam a posse de riqueza²⁸² materializada em ouro, posse de mulheres (poligamia prevalecente), e de gado vacum. A posse e serviço de mulheres²⁸³ (e a poligamia) representavam a força e importância da fecundidade na cultura Karanga, para além da definição das linhagens que iriam exercer o poder.²⁸⁴

²⁸¹ Cfr. Sobre a importância da localidade e da feira de Massapa no século XVI, na qual residia o “capitão das portas» e na qual abordada a sua competência e autoridade, sobre brancos e negros que ali chegavam, ou habitavam nas imediações, e a quem competia, por mandado do Monomotapa, a cobrança de taxas (“curvas”) sobre os produtos importados do exterior poderá ser visto W. G. L. Randles, *L'Empire du Monomotapa, du XV au XIX siècle*, Mouton, 1975, pp. 47, e 96.

²⁸² Veja-se a esse propósito a apreciação de Schebesta, que refere a propósito, na anterior missão junto de Tongue, sobre o comportamento que se tinha alterado na relação dos nativos com os missionários que ali estavam, que os negros dessa região “*eram apreciadores e riqueza e ostentação, demonstração de poder e vaidade*», e que “*a vida pobre e mortificada que os missionários levavam, em vez de os impressionar positivamente, exercia neles um efeito negativo*” - P. Schebesta, op. cit., 91.

²⁸³ Para além de serem as mulheres que asseguravam no essencial as actividades produtivas, seja na agricultura, seja na olaria, seja na produção de têxteis locais (cfr. W. G. L. RANGLES, op. cit., pp. 71 e 105).

Reveste muito interesse o estudo de Ana Cristina Roque sobre a *caracterização das “sociedades do planalto Zimbabweano”*, integrado na sua tese de mestrado. Como bem se depreende do que a autora destaca, João de Barros já tinha um conhecimento bastante detalhado da vida social e política da sociedade e do Império Monomotapa, designadamente quanto aos costumes sobre estrangeiros ou vassallos que recebia na sua própria casa, tal como viria a acontecer mais tarde com o Padre Gonçalo da Silveira. Assim pode ser visto o trecho do livro, *Asia, Década I, Livro 10, Cap. I*, págs. 378, 379, sobre a caracterização dos edifícios/casas, e da relação protocolar quando recebia estrangeiros na sua casa: “*cá o maior ornamento que tem em casa, são uns panos de algodão, que se fazem em terra de muitos lavores (...) serve-se de joelhos, e com salva (...)*”; ou quando Barros também escreve: “*(...) E por acatamento seu diante dele (...) todos estão assentados, e se alguma pessoa lhe fala em pé, são portugueses, e os mouros, e alguns seus.*” - (págs. 381, e 383). A. C. ROQUE “*A Costa Oriental de África na primeira metade do século XVI segundo as fontes portuguesas da época*”, DH/FCSH/UNL, 1994, pp. 439 a 457.

²⁸⁴ Ora, “os panos e missangas e missangas trazidos pelos mercadores estrangeiros, uma vez consumada a troca, perdem a qualidade de mercadorias, passando à categoria de bens de prestígio”. – vide N. da Costa, op. cit. 1982, pp. 25.

Assim, como é sublinhado na carta de Luís Fróis acima citada, a recusa desses presentes por parte de Silveira à sua chegada, representou um mistério, e constituiu uma surpresa ou fonte de incompreensão para o Monomotapa. Este, na companhia de sua mãe, no dia 26 de Dezembro de 1561 acabou por acolher o visitante, a quem convidou para entrar e sentar-se, conversando com este no interior de sua casa, num gesto inusual²⁸⁵, tendo Caiado ficado à entrada da porta, mediando o diálogo como intérprete:

(...) Foy o Padre visitá-lo levando-lhe algumas pessos. Recebeo el-rey com grande guosto e contentamento, e com lhe fazer a maior homrra que dizem os portugezes nunca averfeito a outro hörnern, que foy metê-lo dentro em huma casa sua, aonde nao emtra ningem, e ali fez assentar ao Padre em huma alcatifa junto consiguo de huma banda, e sua mãy da outra, e Antonio Cayado era a lingoa que falava da porta. E el-rey lhe fez loguo quatro perguntas: a primeira quantas molheres queria; a se queria ouro; a terras; a vaquas, que valem tanto na terra como o mesmo ouro (segundo dizem os portuguezes que de lá vem). E como o Padre lhe respondeu que nenhuma cousa quería mais que a Sua Alteza, espantado disto disse aa lingoa: «Ora, nao é pocivel, senão que hörnern que não quer nenhuma cousa destas que lhe offereço, sendo tão natural a todos o desejo délas, que nao é como os outros homens, senão que naceo das ervas e délas teve seu principio »; e fez-lhe no fim grandes oferecimentos de tudo o que ouvesse mister.(...).²⁸⁶

²⁸⁵ Os rituais de acesso nas casas do Monomotapa, está ligado à cultura desse reino, como bem refere P. Schebesta, na obra acima citada. Assim, este autor sublinha: «*A cultura Monomotapa pertence ao círculo das culturas sacrais régias, das quais havia várias em África. O seu centro era o soberano; era um rei-deus com poder absoluto sobre a terra e as gentes. Não podia ser profanado; era difícil poder vê-lo e só era possível um encontro com ele, observando um cerimonial tradicional. Os requerentes e os convidados para as audiências aproximavam-se do rei-deus descalços, rastejando de joelhos e com a cabeça inclinada. A este cerimonial eram submetidos os mouros e também os brancos, para não falar dos negros. (...)*». Assim, aparentemente Gonçalo da Silveira, terá escapado a essa tradição cultural mais antiga, aquando da sua chegada.

Quanto à organização social, política e fiscal das sociedades do planalto Reino Karanga, esta está bem descrita por Randles, o qual aliás cita várias outras fontes primárias. Evidenciando que, a criação de gado, nomeadamente de gado bovino constituía uma das fontes principais da alimentação e de uma economia agrícola - W. G. L. RANDLES, op. cit, 1975, pp. 82 a 112.

Sobre a estrutura da economia da sociedade Chona ou Karanga também poderá ser vista a obra de Ana Cristina Roque, op. cit., 1994, parte II, pp. 269.

²⁸⁶ DI V doc. 54, pp 341-342

6. Pregação, batizados em massa e evangelização descendente

Contudo, como refere Fróis na sua carta, datada de 15 de dezembro de 1561²⁸⁷, no seu primeiro encontro Silveira ofereceu também ao Monomotapa²⁸⁸ os bens que trazia da ilha de Moçambique (panos),²⁸⁹ o que se traduzia num gesto de cortesia apreciado na corte Karanga.

O supremo chefe Karanga, passado algum tempo, voltou a chamar à sua casa²⁹⁰ Silveira, para com este falar, uma vez que tinha sido avisado por alguns dos seus homens que este, estando a officiar uma missa na sua choupana, foi visto que tinha consigo uma imagem que despertou a sua curiosidade, que o Monomotapa desconhecia completamente; mas nada mais era do que uma pequena imagem com a representação de Nossa Senhora, que Silveira tinha trazido e transportara nesta missão, estando exposta aquando das missas que celebrou.²⁹¹ Essa curiosidade foi aproveitada por Silveira para mostrar a imagem e fazer alguma catequese, explicando quem era a mãe de Jesus, explicando ao Monomotapa o significado dessa imagem, procurando então fazer a doutrinação elementar sobre o assunto com a ajuda de Caiado como intérprete. Esta imagem terá sido deixada em seguida pelo Padre Silveira na habitação do Monomotapa, a pedido deste.

No decurso dos diálogos estabelecidos por Silveira com o Monomotapa, e como este se mostrasse interessado e recetivo a ser batizado, procedeu a alguns dias de doutrinação daquele e de sua mãe, duas vezes ao dia. Assim, decorridos cerca de 25 dias da chegada (aproximadamente dia 20 de janeiro de 1561), administrou então o batismo

²⁸⁷ DI, V, doc. 54.

²⁸⁸ Ou Chisamharu Nogomo, referido por Schebesta, na obra acima indicada, pág. 66.

²⁸⁹ Não existe qualquer referência nas cartas de Luis Fróis, ou de António Caiado, o português que serviu de interprete junto do Monomotapa, que indique que o Padre Gonçalo da Silveira, era também portador de qualquer carta do Vice-Rei da Índia. Contudo, temos de admitir, dada o forte entrelaçamento de interesses e actividades existente, entre os objectivos missionários dos Jesuítas que estavam em Goa e o Vice-Rei do Estado da Índia, a cumplicidade respectiva podia alimentar ou admitir o interesse político objectivo desse Vice-Rei no êxito da missão que Silveira tinha assumido, com intensidade, apesar de todas as dificuldades e adversidades. Com efeito, a abertura religiosa por parte do Monomotapa, constituiria ou seria vista como um aumento da influência política do Estado da Índia, e do Reino Português, tal como era assumido no quadro do Padroado Português.

²⁹⁰ Segundo João de Barros, nas suas Décadas da Ásia (década I, Livro I, livro X, Capítulo I, «o Symbaoé (...) quer dizer corte»). Cfr. RANGLES, op. cit., pp. 83.

²⁹¹ Cfr. H. CHADICK, op. cit., pp. 84-85

solene ao Imperador e a sua mãe, seguido também dos principais elementos ou chefes locais “*Fumos*” ou “*Nkosis*”.²⁹²

Não deixa de ser surpreendente a rapidez com que Silveira se aprestou a celebrar estes batizados, que para eram para ele o culminar de uma meta que buscava ardentemente atingir, como se depreende do texto de uma das suas últimas cartas por si escritas ainda em Goa, em 25 de novembro de 1559, antes da sua partida para a costa oriental de África.²⁹³ Assim, nessa carta - dirigida a Diego Lainez, Padre Geral em Roma - enfatizava a sua futura missão junto em África, a proposta de conversão dos gentios, para além de indicar os companheiros que levava consigo - escreveu:

(...) Y confío en Dios que nesta misión él y nosotros, sus companeros, probaremos deveras y consumaremos la profición com perfectos y gloriosos fructos.(...)

Noutra carta, para o mesmo Padre Geral, agora desde a ilha de Moçambique, exprimia o sentimento de satisfação por saber que as conversões na Ehtiópia (África) iriam decorrer finalmente, minimizando as crenças, superstições e usos dos nativos que iria encontrar. Assim, dizia:

(...) como el anno de 1559, fuimos embiados de la Companhia a las partes de Ignambane a proponer la santa fee a los gentiles, hombres negros, llamados mocarangas.

(...) P. Siéntome (bendito sea el nombre virtuosissimo de Jesús y el de Maria olorosissimo) muy conhortado para concluir el resto de mi perra vida en esta negociación de la conversión de la Ethiopia y perigrinación por ella; y no sólo me hallo aconsolado y quieto, mas riquo, alleluia (...).

(...) Padre mio, nuestra profesión es una chatinaria e, que acá llaman y allá mercantia, de almas con el capital de la divin[a] sangre. Los de la Compafiia somos chatines o mercaderes deste trato. Yo, mi P. R.mo, he dado en la vena del guiado de la beata obedientia. (...)²⁹⁴

²⁹² Vide RANGLES, ob. cit. pág. 83; e António GOMES, págs 193 e 204, do texto “Viagem que fez o Padre Gomes, da Companhia de Jesus, ao Imperio de Monomotapa, e assistência que fez nas ditas terras d. Algús annos”, de 2 de Janeiro de 1648, publicada na Revista Studia n.º3, com notas de E. A. Axelson.

²⁹³ Cfr. DI IV, doc. 51. Carta ao Padre Lainez em Roma; Cfr. DI, doc. 65. Carta ao Padre António Quadros, de 12.02.1560, desde a ilha de Moçambique.

²⁹⁴ DI IV, doc. 76, pp. 586-588. Carta desde Moçambique, 8 de agosto de 1560

Entretanto no batismo celebrado pelo Padre Silveira, este deu ao Imperador o nome de Sebastião (nome do Rei de Portugal), e a sua mãe o nome de Dona Maria. Pelo que vem referido por Luís Fróis, esse batismo foi acompanhado de um momento de especial regozijo e festa. O contentamento por parte do Monomotapa manifestou-se também com a oferta de cem vacas que o Padre Silveira fez logo entregar a Caiado, para que este distribuísse pela gente da terra para repartição da carne em pedaços, ou esta fosse seca.²⁹⁵

Ao batismo daquele Imperador, também se seguiu o batismo de cerca de duzentos e cinquenta a trezentas pessoas (não foi possível apurar quanto tempo ou dias terão durado esses batismos), o que não deixa de ser impressionante, pela sua rapidez, por ser naquele local, a milhares de quilómetros de Goa, numa cerimónia não completamente inédita. Contudo, repetia-se assim uma situação anterior a que Silveira já assistira em Tongue, presidindo ao baptismo de um Rei se suceder também o batismo de muitos dos seus súbditos, conhecido por “cristianização descendente”, pois este aumento da cristandade estava dependente, mais do que tudo, da autorização, do exemplo e influência do seu soberano.²⁹⁶

Essa estratégia missionária de envolvimento do poder máximo do senhor local Karanga (ou Mocaranga), evidenciava por trás si um desejo de eficácia por parte do missionário que via como necessário uma rápida adesão ao cristianismo de todo um povo a partir do detentor do poder máximo regional. Note-se que essa concepção era muito derivada da percepção europeia da época e da primeira metade do Século XVI em que havia uma concepção e adesão à necessidade de ligação da Igreja Católica ao Estado, não se podendo ignorar que a estratégia missionária da Companhia de Jesus via com naturalidade o apoio da Coroa às missões do Padroado Português, as quais eram manifestamente evidentes no reinado de D. João III, num entrelaçamento ou cumplicidade de interesses comuns.

Por outro lado, Silveira mostrava que tinha subjacente em si uma ideia estruturante de missão evangelizadora que pressupunha - mesmo naquele território e perante aquele povo e país distante, com uma cultura que integrava valores comunitários completamente distintos dos europeus – que seria possível moldar e imprimir o cristianismo nos seus

²⁹⁵ Cfr. DI V, doc. 54, pp.333-349.

²⁹⁶ Cfr. Marília Simões LOPES, “Congo”, DHDP, Vol., I, Círculo Leitores, 1994, pp.284-286. L.F. THOMAZ, op. cit., Paris, 2018, pp.109-110.

habitantes, sem obstáculos intransponíveis.²⁹⁷ Era um entendimento que alguns jesuítas, como ele, inicialmente tinham experienciado aquando da estada na Índia, e de que eram portadores, mas que foram muitas vezes modificados perante o confronto com novas realidades que encontraram, cujas circunstâncias humanas, culturais, sociais e políticas, dos territórios onde eram colocados não conheciam ou não compreendiam completamente.

Com efeito, nalguns casos esses seus companheiros alteraram posteriormente o seu entendimento da missão e dos melhores meios da evangelização a ser realizada. Experimentando também, noutros contextos geográficos, culturais e sociais e políticos, fazer uma abordagem que implicou aceitar a acomodação cultural²⁹⁸, como fez o Padre Francisco Xavier, quando esteve no Japão, depois da sua experiência anterior na Índia, nomeadamente na Costa da Pescaria.

Naturalmente, esses batizados foram realizados com bastante rapidez²⁹⁹, num período curto - antecedidos de pregações e orações - que sempre integravam a simbologia respectiva, de difícil interpretação ou compreensão pelos karangas presentes.

²⁹⁷ Como bem sublinhou Stephen Neil sobre o Padre Francisco Xavier, e sobre a mudança que operou nele os primeiros contactos com os japoneses, este alterou o entendimento inicial quanto à natureza do trabalho dos missionários cristãos. E sobre a alteração da sua visão sobre a missão, reconhece expressamente: “ *In earlier years he had been inclined to accept uncritically the doctrine of tabula rasa – the view that in non-Christian life and systems there is nothing on which the missionary can build, and that everything must simply be levelled to the ground before anything Christian can be built up. This was the general view of the Spanish missionaries in Latin America and West Indies; in his dealings with the simple and illiterate fishers in South India, Xavier had seen no reason to modify it.*”. S. NEIL, op. cit., Londres, 1990, pág. 132.

²⁹⁸ Para uma reflexão sobre a evangelização dos séculos XV e XVI, e diferentes realidades, pode ser visto, entre outros textos, um texto apresentado por João Paulo Oliveira e Costa, sobre a “Acomodação Cultural”. De um lado, quando refere nos pequenos núcleos urbanos das comunidades coloniais “*foram estabelecidos os principais centros missionários e se concentrava a maioria do clero, era possível reproduzir o quotidiano civil e religioso da Europa.*”. E mais adiante acrescentava: “ *O cisma que abalou a Igreja no século XVI e a reação católica expressa no Concílio de Trento acenturaram a visão eurocêntrica e criaram uma convicção relativamente generalizada que o sucesso da evangelização passava pela capacidade de reproduzir no Ultramar as práticas dos cristãos europeus, esquecendo, assim, que estas não eram mais que o resultado da cristianização dos ritos e cultos pagãos, conseguida havia cerca de um milénio*». De outro lado, ou com outra visão “*foram precisamente os padres da Companhia que apostaram num método de missionação diferente. (...) A acomodação cultural preocupou-se, pois, em tornar o Cristianismo o menos europeu possível, começou por questões menores, como o traje ou a alimentação dos religiosos, mas depois passou a coisas mais profundas, como sucedeu no caso da China, em que Mateus Ricci aceitou participar em homenagens a Confúcio (...)*».- João Paulo Oliveira e COSTA “Acomodação cultural”, in EVE.

²⁹⁹ Cfr. C. R. BOXER, ob. cit., 2013, pp.104-106, sobre a temática “*qualidade e quantidade dos convertidos*”, nomeadamente sobre as perspectivas da conversão em massa de todos os súbditos dos governantes, designadamente do “imperador” Monomotapa, muito frequente a partir do imperador Constantino. Mas, como refere este autor, esse paradigma foi seguido por outras ordens religiosas e não apenas pelos jesuítas.

Àqueles batizados presididos e oficiados por Gonçalo da Silveira, não foram postas quaisquer dificuldades na sua administração - pela descrição efetuada, até suscitou grande adesão - mas seguramente confrontou todos os que assistiram aos mesmos batizados com uma cerimónia religiosa completamente inédita, difícil de interpretar, nomeadamente sobre a simbologia da água derramada sobre as cabeças de todos os batizados. Essa cerimónia mostrava, ao menos temporariamente, a influência que, num espaço de tempo breve aquele português, vindo de fora, e de um sítio longínquo, aparentemente tinha exercido sobre o próprio Monomotapa, até ali considerado por todo o seu povo como senhor absoluto e juiz supremo, quase como “deus-rei.”

7. Acolhimento e Martírio

Inesperadamente, a experiência de alguma exaltação experimentada por Silveira, na sequência de uma grande vitória e conquista espiritual que tinha alcançado tão rapidamente junto do Senhor Monomotapa, como potentado local, que exercia uma influência político-económica importantíssima em toda a região³⁰⁰, nomeadamente perante os reinos vizinhos, foi em breve posta em causa. As circunstâncias subjacentes a essa alteração são afloradas pelo padre Luís Fróis³⁰¹, com base nos testemunhos recolhidos em Goa, posteriormente, quer com base numa carta escrita por António Caiado, sem data, mas plausivelmente ainda da segunda metade de Março de 1561.³⁰² E o que evidenciam todas essas fontes?

Que decorrido algum tempo após os batizados do Monomotapa e de sua mãe, a que seguiram o batizado de mais de 250 pessoas do reino respectivo, alguns «engangas

³⁰⁰ Malyn Newitt, lembra: “As várias monarquias carangas tinham uma estrutura segmentária. As dinastias reinantes mantinham uma supremacia precária sobre chefes territoriais cujo poder assentava com firmeza nos cultos dos espíritos e num controlo apertado dos agricultores de subsistência das aldeias. Essa supremacia era mantida através de casamentos, da nomeação de chefes territoriais para importantes posições rituais dentro da monarquia e de um controlo sobre os mercadores vindos da costa.” M. NEWITT, *História de Moçambique*, Europa América, 1995, pág., 83

³⁰¹ DI, V, doc. 54, e doc. 55. Carta datada de 15.12.1561, para os seus companheiros em Portugal, e da mesma data, dirigida esta ao Irmão Toscano. A primeira carta do Padre Fróis foi escrita a mandado do padre Provincial António Quadros, como ele refere no seu início, depois de ter ouvido várias pessoas, de onde recolhera as informações dos factos relatados -cfr. primeira carta, na qual se diz: “(...) o que se segue de sua morte no-lo contou o moço do Padre Dom Gonçalo (Calisto) que de lá veio, e dis que lho contarão os moços de António Caiado, que lá dormiram aquela noite os quais lhe dicerão que o padre andara junto da casa passeando em hum terreiro até perto da meia noite, como quem se aparelhava para tão gloriosa jornada.” (Doc. 54, pág. 346).

³⁰² Cfr. DI V, doc. 22, pp. 125-129. Esta carta terá sido cópia de uma outra, escrita por Caiado, e transcrita por Luis Fróis, para reconstituição dos acontecimentos.

mouros» - que na expressão de Luís Fróis seriam «*os maiores feiticeiros*», - com influência junto do jovem imperador, sentindo-se prejudicados ou vendo com maus olhos a influência que Silveira tinha sobre o mesmo, urdiram uma cilada, montando uma intriga política³⁰³, instigando ou tentando demonstrar que contra aquele potentado pairava a ameaça de intervenção militar externa, na qual estava implicado o Padre Silveira, a mando do governador de Sofala e do Vice-Rei da Índia, que iria depô-lo, que poria termo à sua vida, valendo-se para o efeito das informações que Silveira iria fazer chegar ao exterior.

Além de também terem sugerido que havia uma aliança estratégica do rei de Quiteve³⁰⁴, designado na carta por “*Cheputo*”, que também estava interessado na sua deposição e na sua substituição. Assim, para pôr termo a essa ameaça, o Monomotapa tinha determinado a morte praticamente imediata do Padre Silveira, mandando informar este da decisão a António Caiado, para que, caso este tivesse coisas suas na casa de Silveira, “*as mandasse lá buscar*”. Por outro lado, alguns dos conselheiros do chefe Karanga, terão-he sugerido que o Padre Silveira era apenas um feiticeiro e essa influência se demonstrava pela água que tinha lançado sobre todos aqueles que tinham sido batizados, colocando-os sob domínio dos portugueses, alertando para as grandes calamidades que surgiriam também por influência daquele padre.

António Caiado apercebendo-se pela informação por si obtida da brutal e inesperada decisão do Senhor Monomotapa, e que o Padre Silveira corria risco de vida e que estava completamente alheio à situação, ainda terá conseguido de imediato uma conversa com o Monomotapa, o qual lhe deu a entender que poderia alterar essa decisão; também visitou a mãe do potentado, para tentar que seu filho fosse dissuadido de determinar aquele desfecho.

A dramática situação é reproduzida na carta de António Caiado, de março de 1561³⁰⁵, que citamos a seguir, e é completada noutra carta do Padre Luís Fróis:

(...) A rezão por que o matarão foi por induzimento e malícia dos mouros, os quais dixerão tantas cousas dele a el-rei que logo no mesmo dia o mandava matar. A mym tanto que mo diserão, fez revogar a sentença, mas nao aproveitou pelas cousas que os mouros já tinhão metidas em cabeça ao rei, das quais aqui direi algumas. Dixerão-lhe os emgangas mouros — que sao os maiores feiticeiros da terra, os quais deitão sortes com quatro paos — que o

³⁰³ Cfr. CHADICK, op. cit, pp. 90. Este atribui especial influência a “*Minguane by name, a Caciz or Mohammedan priest who had recently come up-country from Mozambique(...)*”.

³⁰⁴ O Reino de Quiteve confrontava com o Império Karanga situado este a Noroeste.

³⁰⁵ DI V doc. 22, pp 126-127.

Padre vinha por mandado do Governador da India e do capitão de Çofala pera ver a terra e se avia muita gente nella pera lhe logo tornar a mandar recado e vir grande exercito pera matarem a el--rei e lhe tomarem o reino. E que o Padre vinha por mandado do Cheputo pera que dissesse aos morefos, que como o não vinhão tomar por senhor e tinhão por rei a quem o não era de derecho? Que o Padre trazia detriminado matar a el-rei e a todos os da terra com dizer que se fizessem christãos, e, como lhe lançassem agoa pela cabeça e lhe dissessem as palavras dos läogariros, que logo ficavão debaixo de sua mão pera não serem contra elle. E que asi fizerão em Sofala e lha tomarão; que olhasse Manamotapa o que fazia, porque este era o costume do Padre, e que o botar a agoa pela cabeçaera o tungo ' com que tomavão a terra, e principalmente as palavras que lhe dizia quando lhe botava a agoa. Diserão-lhe mais que o Padre vinha do Cheputo e que la fora primeiro que qua viesse e que la deixara sua gente, e que vinha só pera que cuidassem que era hörnern que se vinha pera el-rei, e que emtão faria o que quisesse. Acrecentarlo mais estes emganas que o Padre era moró que trazia o sol e a fome, e hum osso de finado e outras muitas mezinhas pera tomar esta terra e matar a el-rei. Tanto que lhe diserão isto, logo o mandava matar e me mandou dizer que, se eu tinha em casa do Padre alguma cousa, que a recadasse, porque o quería mandar matar. (...).

Perante essa situação, e depois de falar com o jovem Monomotapa e a sua mãe, Caiado apercebeu-se que a decisão tomada em conselho dos chefes locais não iria ser alterada, indo então ao encontro de Silveira, com quem esteve a conversar e ao qual se confessou, chorando com ele.³⁰⁶

Pela descrição de Caiado, o Padre Silveira ainda terá mostrado vontade de convocar os portugueses que ali estavam, confessar e dar-lhes a comunhão, acabando por só ter tido oportunidade de os confessar. Ainda pediu para batizar alguns dos portugueses que ali viviam. A estes distribuiria depois alguns dos seus bens pessoais, como também vem referido na mesma carta:

(...) Ho mesmo dia que o matarão, me mandou o Padre, o ornamento da missa, scilicet, vestimenta e calix, e outras cousasque eu direi na lembransa que fiz por sua morte. Ho mesmo dia fez alguns sincoenta cristãos e lhe deu a quem hum panno, a quem ametade e a outros huma motaxa " de contas, de que el-rei houve menencia, e a todos os que se fizerão christãos lhe mandou tomar os pannos, e correrão muito risco de os mandar matar a todos.(...)

³⁰⁶ DI V, doc. 22., pp. 125-129. Carta de Caiado, dirigida a Gaspar Gonçalves, seu amigo.

E, como se pode constatar da mesma carta, apesar do brutal anúncio do seu fim, o Padre Silveira ainda tinha reagido mostrando alguma serenidade, de certo modo não mostrando qualquer azedume ou revolta perante o acto do jovem Imperador Monomotapa, exteriorizando o seguinte:

(...) António Caiado, certo que melhor aparelhado estou eu para morrer que os mouros que me hão-de matar. Eu perdoho a el-rei que é moço e a sua mãe, porque os mouros os emganarão (...).

Em qualquer caso, nesta carta de Caiado, captou-se a intensidade do momento vivido por Silveira, indicando curiosamente que Silveira tinha ainda escrito duas cartas que pretendia enviar para Índia, e para Sofala, sendo portador da mesma um tal António Vaz, que as entregou a Caiado para que este as fizesse chegar ao destino³⁰⁷. Por outro lado, essa carta diz-nos, como se referiu, que aquele ainda rezou uma última missa já depois de ter tido a notícia da sua condenação à morte, com base em fundamentos que sabia serem falsos, estando ciente da sua impotência, acabando por adormecer dentro da sua choupana vencido pelo cansaço.

Pelas descrições do Padre Fróis, contidas na sua carta datada de 15 de dezembro de 1561, alguns homens de confiança do Monomotapa, um dos quais entre «*nobres da família d`el-rey*», de nome “*Mocurume*”, viriam buscar ali o Padre Silveira, ao fim do dia 15 de Março de 1561, ou principio do dia 16 de Março³⁰⁸, e pouco depois provocaram a sua morte, aplicando-lhe brutais golpes sobre o corpo, seguido de um rápido estrangulamento com um laço.

Pouco tempo depois, o corpo de Silveira foi então arrastado e transportado até ao Rio Musengezi³⁰⁹, para onde lançaram o seu corpo, de cujo rasto nada ficou.

Estava cumprida a sentença do chefe máximo Karanga.

Pela mesma carta do Padre Luis Fróis, de 15 de dezembro de 1561, dirigida ao Irmão Toscano em Portugal³¹⁰, percebe-se que quem terá dissimuladamente assistido aos últimos momentos de Silveira, teriam sido alguns homens de confiança de Caiado, um dos quais de nome António Vaz.

³⁰⁷ DI V doc. 54. Estas cartas nunca chegaram ao destino, e terão ficado perdidas na viagem de fusta para Moçambique.

³⁰⁸ DI V doc. 54 p. 346; CHADICK, op. cit. p. 91;

³⁰⁹ Chadick, op. cit, 1910, p.115: “*the facts show that in 1560-61, The Monomotapa’s kraal was situated “close by” the river Musengezi, probably at N`Pande.*». Cfr. DI, V, Doc. 54, pp.346.

³¹⁰ DI V, doc. 22, e doc. 54, pp. 345-346.

Na mesma carta, esclarece que a brutal notícia do martírio de Silveira tinha provocado uma grande comoção, qual era o entendimento que todos viam daquela morte e daquele companheiro que não teria tido qualquer hipótese de fuga, situação descrita nos seguintes termos:

(...) na comum voz do povo hé chamado e tido por santo e mártir glorioso, e en moçambique que lhe quiseram fazer os fidalgos uma solene procissão, e vestirão-se de festa por seu bem-aventurado fim; e de feito o fizerão, se não lhe foram os nossos à mão. Qua em casa não se disse até aguora misa nem evangelho por ele, antes creio que todos muyto de coração lhe roguão as suas orações que interceda no devyno conspecto por nossas necessidades.»

Mais acrescentava que tinha falado ainda com Bastião de Sáa, Capitão de Cofala, que nesse ano voltava para o Reyno, dizendo que este sabia “arezoadamente daquela terra, e afirmou que hé uma das cousas mais impossíveis que se podiam dar en manamotapa era cuidar que hum homem que poderia salvar-se fogindo (...).³¹¹

Pela descrição contida na carta do padre Luís Fróis, cerca de dois ou três dias depois da brutal morte do Padre Silveira, alguns portugueses que ali estavam, terão chamado a atenção ao Monomotapa para as possíveis represálias por parte dos portugueses, advinda do conhecimento da morte injustificada que tinha sido provocada, e que poderia ser enviada uma armada da Índia para o destruir³¹². Assim, num contexto de pressão exercida e da chamada de atenção que lhe fora efetuada sobre a sua actuação, talvez com receio das sequelas que poderiam ocorrer na sequência do acto que ele próprio tinha determinado, o Monomotapa ter-se-ia mostrado arrependido do seu gesto, chegando ao ponto de também mandar executar alguns dos seus homens que estiveram envolvidos nessa acção.

As descrições destes últimos factos, constantes das cartas do Padre Luis Fróis desde Goa e de Caiado, e deste território Karanga, mostram-se contudo incompletas ou imprecisas, devendo ser vistas com prudência, uma vez que o relato da morte do Padre Silveira também se baseia em outras fontes oculares, mas não estão identificadas – apenas se sabendo que o fiel acompanhante Calisto tinha regressado a Goa mais tarde - , não

³¹¹ DI V, doc. 55, p.350.

³¹² DI V doc. 54 p. 348; DI. VIII, doc. 41. Na verdade, só bastante mais tarde iria ser encarregue Francisco Barreto para chefiar uma força militar contra o Monomotapa (1569). A partida da expedição deu-se a 19 de abril de 1569, de Belém, depois de ouvida a Mesa de Consciência e Ordens, e da decisão do Rei D. Sebastião, segundo se refere na carta do Padre Francisco Monclaro.

sendo possível reconstituir completamente todos os passos dos fundamentos da decisão do Imperador e daquilo que sucedeu subsequentemente.

Sabemos que em 1 de dezembro de 1561³¹³, há uma primeira referência do Padre Luis Fróis à morte atribulada do Padre Silveira junto do Monomotapa, na qual ele descreve a chegada de umas naus que tinham trazido outros companheiros seus que vinham da Europa para Goa, que tinham recolhido também notícias de Moçambique, onde tinham passado no mês de julho desse mesmo ano.

Estes companheiros, oriundos de Portugal traziam consigo informações da Cafraria, mas as cartas seguintes (ambas datadas de 15 de Dezembro de 1561), integram mais detalhes, evocam a mesma brutal situação, sobre a tragédia que tinha vitimado o padre Silveira, que tão fortemente empenhado na missão junto do Monomotapa, e na qual depositava enormes esperanças, apesar de todas as dificuldades por que passara até chegar ao centro do Zimbabwe.

Como referem vários historiadores, o martírio e morte do Padre Gonçalo de Silveira constituindo além de uma brutalidade, tornou-se totalmente incompreensível para quem, poucos meses antes (cerca de três meses) tinha sido aparentemente bem recebido pelo jovem Monomotapa e obtido sinais tão encorajadores pelos baptizados efetuados, iniciando naquela região de África uma nova evangelização.

Contudo, depois de recebida em Goa a notícia da morte do Padre Silveira, podemos verificar que o Provincial António Quadros, em Goa, de um lado procurou de imediato apurar os factos. Por outro lado, avaliando a situação, vendo que não haveria um obstáculo intransponível ao relançamento dessa missão, tomou a decisão de enviar para Moçambique dois jesuítas de confiança, logo que passasse a respectiva monção, para prosseguir aquela missão iniciada pelo malogrado Padre Silveira, anterior provincial. Este último era conhecido pelas suas fortes convicções religiosas e estava fortemente empenhado em realizar as missões para as quais tinha sido nomeado em África, como vimos, a primeira em Tongue, a segunda junto do Monomotapa.

Ora, pela mesma descrição do Padre Luís Fróis - apesar do choque provocado - depreende-se que a ideia inicial quer do Provincial Padre António Quadros, quer do Vice-Rei era dar continuidade àquela missão,³¹⁴ parecendo assim não ter ficado esmorecida

³¹³ DI V, doc. 41, p.251

³¹⁴ Cfr. DI V, doc. 54 pág. 348, na qual se diz: « O Padre Provincial, allem do Conde Vice-Rei o desejar muito, estaa com grande vontade e alvoroço esperando a monção para mandar alguns Padres e Irmãos aaquele Imperio e monarchia tamanha, levar adiante o que se tem começado.»

pela tragédia ocorrida a ideia da importância da continuidade da missão a empreender que tinha sido iniciada e brutalmente interrompida. Curiosamente a apreciação negativa da acção brutal do Monomotapa, que tinha vitimado o Padre Silveira, estava mitigada uma vez que aquele tinha mostrado sinais de arrependimento, e por haver sinais de aquele ter ficado «envergonhado e pesaroso».

Outra leitura se impõe efetuar aqui. Depreende-se de uma carta escrita pelo Padre António Quadros (provincial), de 18 de janeiro de 1563, que o Vice-Rei D. Francisco Coutinho tinha também determinado o envio de um embaixador junto do Monomotapa, por este se ter mostrado arrependido, propondo o acompanhamento pelos padres jesuítas Luís de Góis e Pedro de Tovar.³¹⁵

Porém, essa embaixada não teve condições para prosseguir aquando da sua chegada a Moçambique, uma vez que se criaram ali atritos com Pantaleão de Sá, na altura capitão-mor de Moçambique e Sofala, e esse embaixador, os quais tinham interesses económicos próprios e antagónicos na venda de mercadoria (nomeadamente venda de panos oriundos da Índia); assim, Pantaleão de Sá, sentindo-se prejudicado por aquela missão, acabou por impedir o prosseguimento dessa embaixada, e como referia o Padre Quadros “*porque com o embaixador mandava muitas fazendas que abatião as do capitão de lá , nao quis elle deixar passar o embaixador com as fazendas. E como elle pretendia mais seu proveito que tudo, nao quis hir sem ellas e, trabalharão de hir sem o embaixador, não poderão, e asi se tornarão a Goa*”.³¹⁶

Por outro lado, nessa altura, o Padre António Quadros, como provincial, evidenciava ser conhecedor da decisão que o rei de Portugal, tinha ordenado que fosse feita uma expedição militar contra o Monomotapa, a qual era vista pelo monarca português não só como a melhor solução para submeter aquela região, mas também justificava que o Provincial entendesse que não voltasse a mandar tão rapidamente missionários àquela região. Como foi referido: “*Depois de virem nao mandei Padres àquela terra, por parecer assi melhor porque detrimina El-Rei de a mandar conquistar, que hé o melhor meio de todos pera ella se reduzir a nossa santa fee, e depois de tomada a guardarem, que hé muito dificultoso na gente della, porque hé mui barbara.(...)*”³¹⁷

³¹⁵ António GARCIA, S. J. “História de Moçambique Cristão”, Livraria Cruz, Braga, 1972, pp. 110-113.

³¹⁶ A. SCHEBESTA, op. cit. 2011, pp.. pág.107.

³¹⁷ DI V, doc. 111, pp. 739. Carta dirigida ao Padre Geral Lainez, desde Cochim, de 18 de janeiro de 1563.

Podemos assim concluir, que em 18 de janeiro de 1563, em Cochim, o Padre Provincial tinha uma nova perspectiva da missão dependente dos resultados da expedição militar que se estaria a ser preparada para ser enviada por ordem do monarca português.

De todos os factos acima expostos sobre as eventuais motivações ou fundamentos decisivos para a decisão brutal do martírio de Gonçalo da Silveira, pudemos depreender que pesaram fortemente nessa decisão as intervenções de vários homens influentes do círculo do Monomotapa. Parece evidenciado que as razões determinantes para esse desfecho foram de índole política, mesclado por fundamentos de interesse económico e persistência de valorização de crenças ancestrais e superstições, para o que contribuiu fortemente a influência dos chamados “ngangas”, ou mouros, com interesses económicos subjacentes, que ali estavam e tinham enorme influência no referido soberano.³¹⁸ Aqueles “ngangas”, teriam interesses económicos próprios, tornando-se plausível que estivessem também interessados em tomar iniciativas para afastar a influência ou presença portuguesa na região, a qual podia ser vista como prejudicial, tanto mais que era conhecido o impacto dessa presença na Costa Oriental de Africa, particularmente a partir da construção da fortaleza de Sofala³¹⁹, com início a partir de 25 de setembro de 1505, de que foi encarregue Pero de Anaia, depois de um acordo com o chefe local.³²⁰

Apreciando estes mesmos acontecimentos, Schebesta foi de entendimento de que nada constava que Silveira aquando da sua estada junto do Monomotapa tenha entrado «em conflito religioso com os mouros»³²¹, sendo para este «mais aceitável que D. Gonçalo tivesse feito admoestações aos mercadores portugueses devido às relações de

³¹⁸ A. Rita-Ferreira debruçou-se sobre a natureza e características dos interesses e poderes instalados na região, dizendo: “é de crer que os comerciantes árabes e portugueses irmanados nos mesmos interesses lucrativos, convivessem em aberta hostilidade nos mercados dispersos do interior. A chegada de D. Gonçalo da Silveira à corte do Mwune Mutapa, em 1561, parece ter perturbado este amigável *modus vivendi*. Supõe M. D. D. Newitt que a forte personalidade e os sólidos ideais religiosos do missionário amedrontaram a comunidade maumetana que teria convencido o monarca a ordenar a sua execução.” A. RITA-FERREIRA *Povos de Moçambique, história e cultura*, Edições Afrontamento, Porto, 1992, pág. 121

³¹⁹ Manuel LOBATO, “Sofala”, DEP, 1415-1600, Círculo Leitores, pp.962-963.

³²⁰ Também Eugénia Rodrigues, reconheceu a importância estratégica da feitoria de Sofala, quanto ao comércio canalizado do interior do planalto, e da rivalidade existente entre os portugueses e muçulmanos para o domínio do comércio do ouro, que foi ambicionado como um monopólio régio, nunca conseguido. No entanto também refere, que “a fundação da feitoria de Sofala, levantara primeiro a oposição de uma facção dos mercadores muçulmanos e, logo depois, todos se aperceberam de que esse entreposto não significava apenas a participação dos portugueses no comércio, mas era um elemento da construção do seu exclusivo comercial»; também reconheceu que “tudo indica que o domínio territorial da Africa Oriental não fazia parte do projecto português nos inícios de quinhentos. *Evidentemente, nesta altura, como também é claro para os anos seguintes, os portugueses antes queriam negociar com o mutapa, com autoridade sobre os alegados súbditos, do que com exigências de múltiplos governantes.*» - Eugénia RODRIGUES *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena. Os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*, INCM, (2013), pp. 69-70.

³²¹ P. SCHEBESTA, op. cit., 2011, pp 105.

camaradagem que estes mantinham com os colegas negociantes mouros». Contudo, mesmo que eventuais admoestações tivessem ocorrido – o que seria compatível com o estilo pessoal de Silveira enquanto Jesuíta no período anterior na Índia - esta última tese ignora que os portugueses ou muzungos que viviam perto da Corte do Monomotapa, eram indivíduos sobre os quais os missionários tinham um grande ascendente e a quem deveriam respeitar, porquanto representavam simbolicamente as maiores autoridades portuguesas do Estado da Índia.

Relativamente a este facto do assassinato do Padre Gonçalo da Silveira, pelas fontes disponíveis também se pode constatar que alguns dos seus companheiros jesuítas que iam de Portugal para Goa, em 1562, em julho desse ano³²², quando aportaram na ilha de Moçambique tomaram conhecimento da morte atribulada de Silveira. Contudo, essas notícias da morte do padre Gonçalo da Silveira, já eram conhecidas em Goa pelo menos desde meados do ano anterior, traduzindo-se posteriormente em inúmeras referências ou comentários pessoais, designadamente dos seus companheiros jesuítas, alguns dos quais o conheciam de longa data, como o Padre António Quadros, este desde os tempos do noviciado em Coimbra.

Em várias dessas apreciações dos factos, efetuadas pelos jesuítas em Goa, aquela situação foi tomada como sinal inequívoco de que o Padre Silveira tinha sofrido o martírio pela difusão da fé, chocando a todos, mas que constituía um exemplo e sinal visível da doação de vida de um missionário que para eles tinha ficado fiel à sua vocação. Assim se compreende as referências tecidas pelo Padre Pelágio Correia, contidas numa carta escrita desde Cochim, em 12 de janeiro de 1562, dirigida a Frei Toscano, em Portugal.³²³

Por outro lado, também não podemos ignorar, que tal como os jesuítas que iam em missão para locais tão distantes, como era o caso do Padre Gonçalo da Silveira, estes partilhavam a convicção e sabiam que nas missões para onde iam corriam grandes riscos, inclusivamente de perderem a vida. E sabiam que caso isso viesse a acontecer, essa situação era encarada ou concebida como uma dádiva/doação, que integrava a sua missão.

³²² DI V 78. Como se refere nesta carta, na ilha de Moçambique onde chegaram em 13 de Julho de 1562, onde ficaram 27 dias (com chegada a Goa em 4 de setembro de 1562), encontraram dois outros jesuítas os padres Pero de Tovar e Luís e Góis, que ali estavam em missão, por mandado do Provincial António Quadros, e cujo destino seria dar continuidade à missão junto do Monomotapa (que acabaram por não realizar). Na viagem da ilha de Moçambique para Goa, estes jesuítas, irão ser acompanhados pelo Padre André Fernandez, que regressara de Tongue, e tinha sido acompanhado por Pantaleão de Sá, desde Inhambane, quatro dias antes, «(...) por ser mais serviço de Deus».

³²³ DI, V, doc. 68, pp.478-481, carta datada de 12 de janeiro de 1562, na qual Silveira é visto como um exemplo a seguir pois “*melhor hé andar ensinando o Pater Noster e Credo e baptizando em Manomotapa, China, Japam, Sacatorá e, no fim, seguir a este Santo.*”

Essa visão da vida, como doação e serviço – gravada no lema da Companhia de Jesus, que assumia que tudo deveria ser feito para *Ad Majorem Dei Gloriam* - estava portanto no centro da espiritualidade inaciana.

Aquela visão quanto ao sentido do serviço e da finalidade principal da missão de todos os companheiros, depreende-se do teor da carta o Padre Geral Diogo Lainez aos Padres e irmãos da Província da Índia, de 1 de dezembro de 1558³²⁴, na qual este chamava a atenção para a responsabilidade dos missionários jesuítas, nos seguintes termos:

(...) O privilégio dos obreiros serve, que nos é concedido mui especialmente não somente obrar muito bem, mas ainda padecer muito mal por Nosso Senhor pondo além da industria, também a vida em tantos contínuos perigos seu serviço e modo muito particular, imitando no exercício e merecimentos a seus santos apóstolos; e levando seu nome, e conhecimento aos gentios, vivendo e morrendo entre eles por sua Glória, e ainda das almas que mais o ama; e assim ainda na caridade com que vos amamos, em contudo em muitos desejos de participar convosco outros de tão alta missão. E que a todos os que desejão se concede esta mercê tereis nelles muitos companheiros. (...)
Roma, Servo de Deus em Jesus, Diogo Lainez (...).

Deve dizer-se, contudo, a morte do Padre Silveira foi vista também por outros investigadores como representando realidades ou enfoques diferentes, designadamente a de Nogueira da Costa”, o qual encarou a desfecho respectivo num palco da confrontação e “*penetração do capital mercantil português no Muenemutapa, precedida por uma longa luta entre portuguesas e árabes*”. Assim, para este investigador, “*os mercadores portugueses disputavam já não somente o controlo das vias de escoamento do ouro e marfim do interior, mas o próprio acesso às fontes produtoras.*”³²⁵

O entendimento deste último autor, certamente influenciado pela sua formação ideológica de raiz³²⁶, entendia que a coroa portuguesa «*procurava o estabelecimento de alianças e a realização de acordos preferenciais com a classe dominante local que reconhecesse ao capital mercantil português o estatuto de parceiro exclusivo nas relações comerciais.*». É nesse contexto que o mesmo investigador concluiria que o assassinato em 1561 do padre Gonçalo da Silveira constituiria “*um primeiro revês*” de um novo domínio que se pretendia estabelecer na região que, “*com a conversão do Muenemutapa e sua família ao cristianismo, (se) preparava ideologicamente o terreno à*

³²⁴ Cfr. Goa 37, e D.I. IV, 109-113.

³²⁵ “N. da COSTA, op. cit. 1982, pp.18-21.

³²⁶ Idem, pp. 11-13.

dominação económica dos mercadores seus conterrâneos(...); vindo a coroa portuguesa a exigir mais tarde, “*através da embaixada enviada por Francisco Barreto ao Muenemutapa a expulsão dos árabes ao seu território*”. Como refere o mesmo autor, os portugueses obteriam esse resultado “*apenas em 1629*³²⁷, *com um tratado firmado em 24 de maio desse ano, em que foi concedido ao Muenemutapa o prazo de um ano para expulsão definitiva dos muçulmanos de seus domínios*”.³²⁸

Este enfoque para o enquadramento do desfecho da missão de Gonçalo da Silveira, foi, contudo, objecto de mais recentes estudos, mormente por Gai Roufe ³²⁹, no qual concebe uma tese diferente, contrapondo-a a outras, que considerou erradas. Para este autor, algumas das explicações para o assassinio de Silveira derivariam em larga medida do texto apresentado por Caiado e que haveria um largo consenso nos modernos estudos académicos de que Silveira havia sido visto como um feiticeiro, “*which was the main reason for his murder (Rea 1960:32-33; Axelson 1973:149; Randles, 1975:44; Newitt 2004:149; Rodrigues 2004:762)*”; e na visão de outros académicos “*Silveira was a Portugueses agente who was sent to pave the way for portugueses economic and colonial interests in the region (Chirenje1973:39,42;Beach 1980:123; Nicolalides 2011)*”. Para além disso também reconheceu que para outros como “*Africanists Scholars as early form of resistance against the Portugueses presence and against the missionrary efforts initiated by Silveira*.”³³⁰.

Ora a tese deste autor defendia que aquele assassinio ocorrera num preciso contexto cultural, e devendo ser visto como ordenado por pessoas possuindo um “*an extraordinary complex cultural worldview*”. Neste estudo, o autor pretendeu mostrar que Silveira foi morto por uma razão específica:

“was killed because was regarded as a traitor and belived to be possessed by de spiritu of the Dzivaguru-Karuva and Chicara, who whas sent by a fumo named Capote, of Mongazes group. Following the murder, there were no repercussions for the Portuguese in the Zimbabwue

³²⁷ Este tratado data de 1607, foi celebrado entre os portugueses e o Monomotapa Gatsi Lucere, e está inserto na Década XIII de Bocarro, sob o Título de «*Treslado da escritura e doação que o Imperador Manamotapa mandou fazer neste campo de um rio por nome Manzovo*», in Bocarro, ob. cit., pp.548-552.

³²⁸ Cfr. N. da COSTA, op. cit., pp 15, 21, e 34 e 58.

³²⁹ “Gai ROUFE, *The Reasons for a Murder. Local Cultural Conceptualizations of the Martyrdom of Gonçalo da Silveira In 1561*”, *Cahiers d’Études Africaines*, LV (3), 219, 2015, pp.467-487.

³³⁰ Elikia M. BOKOLO, “*África Negra*”, edições Colibri, 2012, p.412, “*A execução, por ordem do imperador, do missionário Gonçalo da Silveira (1561), acusado de ser um muroyi (feiticeiro), forneceu-lhes o pretexto de uma expedição punitiva que permitiu a destruição das capitais de Quiteve e Manica.*”

of the Monomotapa and the region, suggesting that in the local perception the act was not associated with the Portuguese as a group. ³³¹

Contudo, esta não foi a leitura assumida pela Companhia de Jesus, quer em Goa, quer na Europa, sendo antes entendido como um sinal das exigências que eram assumidas pela Companhia de Jesus em terras de missão eram duras e que implicavam sacrifícios frequentes, constituindo aquele sacrifício um exemplo ou referência fundamental para os seus próprios companheiros espalhados pelo mundo.

Também não foi a leitura da Coroa, em Lisboa, que acabou algum tempo depois por determinar uma expedição militar contra o Monomotapa, tendo sido encarregue da sua chefia, num primeiro momento Francisco Barreto³³², depois de ser ouvido a Mesa da Consciência e Ordens.

Ora, avaliando as fontes disponíveis e a historiografia, podemos ter sido confrontados com acontecimentos com contornos culturais, influências políticas³³³ e económicas, que se agregaram para justificar uma súbita alteração da política do imperador Monomotapa, relativamente à presença e continuidade de Gonçalo da Silveira na região, interpretando-a como um sinal de ameaça (pelo menos pode ter sido assim interpretado) para o poder do senhor Karanga.³³⁴ Aliás os sinais transmitidos, foram

³³¹ V. G. ROUFE, op. cit., pp. 482, e 473. O autor neste estudo tentou estabelecer a relação “The Mongas, The Dzivaguru-Kavura Cul and the local perception of Gonçalo da Silveira”, nomeadamente abordando a cosmologia dos Chonas em que “*diferente categories of persons are perceived as possessing supernatural powers*”, e que no caso Silveira foi associado a Dzivaraguru, que seria associado “*one of the most common spirit cults among the population of Southern bank of the Zambesi basin*”.

³³² Nomeado como capitão-mor da empresa do Monomotapa, por alvará de 18 de março de 1569.

³³³ Sobre a dimensão do “*Diálogo e a interação sócio-cultural, religiosa e linguística*” no quadro da Expansão Portuguesa, vide o estudo de João Paulo Oliveira e COSTA e Teresa LACERDA, “A Interculturalidade na Expansão Portuguesa, Seculos XV-XVIII, edição ACIME, Paulinas Editora 2007, pp.99-100. Nesta investigação os autores destacam que “depois do Concílio de Trento (1543-1563) e da chegada dos jesuítas a Goa, em 1542, o proselitismo religioso ganhou terreno, destruindo-se templos hindus, queimando-se livros sagrados, proibindo-se qualquer pratica religiosa para lá do Catolicismo, o que suscitou mesmo um movimento de latinização da igreja siro-malabar, presente na India havia séculos e que acabara de entrar em comunhão com o Papa, por meados do século XVI. Estes e outros aspectos de fricção cultural permitem-nos concluir que a interculturalidade também nasceu de manifestações que apelidamos hoje de intolerantes.”

³³⁴ Para uma leitura diferenciada sobre a acção missionária e a questão dos confrontos religiosos e dos confrontos culturais, deverá ser visto o estudo de José Fialho Feliciano, o qual abordou o tema “*Encontros e desencontros das missões. Uma leitura sociológica sobre o Leste Africano no século XVI*”, publicado nas Actas do Congresso Internacional de História Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas, Actas, Vol. II: Africa Oriental, Oriente e Brasil, Universidade Católica Portuguesa, Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Fundação Evangelização e Culturas, Braga, 1993, pp-67-76. O autor equaciona que “*a actividade missionária anuncia não apenas um conteúdo teológico de fé, mas encerra igualmente um quadro de referências do mundo, da vida e da morte e uma grelha de referências de identidade e de valores éticos que constituem categorias e evidências da sua cultura de origem*”, considerando que implica uma mudança e que “*a conversão é a renúncia à sua religião, à sua cultura e ainda à sua situação social e à sua própria sociedade (...)*”.

variados e sendo súbitas as mudanças do senhor Monomotapa, que parecem pouco coerentes entre si.³³⁵

³³⁵ Cfr. Manuel LOBATO, “*Entre Cafres e Muzungos, Missionaçã, Islamizaçã e mudançã de paradigma religioso no norte de Moçambique nos séculos XV a XIX*”, in *Actas do Congresso Internacional Saber Tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência*, IICT, 2013, pp.1-14. Neste estudo, o autor sublinha “a inadequaçã do cristianismo às realidades política, social e cultural de Moçambique, perante a recetividade aos sincretismos islâmicos (...)”. Por outro lado, da leitura das fontes documentais retira este autor a opinião de que “em sociedades que assentam em relações de parentesco, nas quais as estruturas políticas são de carácter tribal e a vida urbana pouco desenvolvida, o cristianismo, quando em competiçã com o Islã, não se apresenta como grandemente viável. A principal razão parece residir no facto das relações de parentesco construídas sobre a poligamia regulam não apenas a circulaçã de riqueza, através do sistema de dar e tomar mulheres, mas moldam também o sistema político e as estruturas de poder que se baeiam nas alianças familiares e nos laços consanguíneos. (...)”.

VI

Principais impactos da súbita morte de Silveira na Companhia de Jesus e no Império Português

1. Martírio e Beatificação

A morte de Gonçalo da Silveira, além da comoção que provocou nos seus companheiros, suscitou forte impacto na Europa e na Coroa Portuguesa.

Como referem inúmeros autores, Luis de Camões chegou mesmo a evocar a situação num dos cantos da sua obra *Os Lusíadas*, aludindo à trágica situação que o Padre Gonçalo da Silveira vivenciara, alimentando e dando ainda mais eco ao feito ou da sua acção para os seus contemporâneos, dizendo:

*Vê do Benomotapa o grande império,
De selvática gente, negra e nua,
Onde Gonçalo morte e vitupério
Padecerá, pola Fé santa sua.
Nace por este incógnito Hemispério
O metal por que mais a gente sua.
Vê que do lago donde se derrama
O Nilo, também vindo está Cuama.
(Canto X, 93, Lusíadas).³³⁶*

As circunstâncias da sua morte foi desde logo visto pelos seus companheiros e pela Igreja Católica como o exemplo de um novo mártir, cuja vida deveria servir ao menos de edificação para muitos outros religiosos.

³³⁶ Cfr. B. LEITE, op. cit. pág. 211 e 215, e Francisco Correia, op. cit. 2006, pp. 48; Luis DEMONY, “*Dom Gonçalo da Silveira, Primeiro mártir pela Cristandade em terras de Moçambique*” Editorial Ática, Lisboa, 1940, pag.4.

Note-se, porém, que logo em 1561, o Provincial Padre António Quadros determinou que o padre Luís Fróis procedesse à recolha de dados e coligisse uma pequena história da vida de Gonçalo da Silveira, o que este fez sob o título “³³⁷*Vida do Servo de Deus Gonçalo da Silveira, sacerdote Professo da Sociedade de Jesus*”, traduzida para italiano em 1916 e cuja versão consta no arquivo da Postulazione, em Roma.³³⁸

Nesse texto, o Padre Luís Fróis começa por esclarecer (versão italiana do original da carta)³³⁹.

(...) “*Pax Christi*

(...) *Si offre larga matéria per iscriveri all felice transito e fortunato fine del nostro caridissimo padre Don Gonçalo; ma raccontari cio da motte persone etni modi differenti, ingianne il Ver. Patre provinciale che il vero equanto vi fosse di più si vero di raccogliesse e da lettera che tal reudessimo regno di Manomotapa seris un tale ad un sua amico, como tal comantaonte della nave che colá posto il padre Don Gonçalo com cui tratam, e da un giovanne chelo stesso padre conducera seco e che Mozzambique avesso condotto il padre Lina a questo Collegio di Goa.*

(...)

Da questo Collegio de S. Paolo di Goa 18 di Dicembre 1561”

Independentemente de qualquer processo de beatificação em curso, em 1614³⁴⁰ o padre Sebastião Gonçalves, jesuíta, no tomo I da sua *História dos Religiosos da Companhia de Jesus na Índia*³⁴¹, não deixava de reservar espaço para a “*missão do padre Gonçalo da Silveira fez ao reino de Monomotapa*”, seguindo de perto um registo de certo modo apologético da acção, mas perfeitamente compreensível no quadro da mentalidade da primeira metade do século XVII.

Efetivamente, pudemos constatar que em 1631 foi instruído um processo apostólico na Cúria Eclesiástica de Évora³⁴² sobre o martírio do Servo de Deus Gonçalo

³³⁷ O manuscrito em língua italiana tem o nome “transunto del Processo Apostolico istruito nella Curia eclesiastica di Evora sul martirio del servio di Dio Gonçalo da Silveira, sacerdote professo della Companhia di Gesù, 1631”. O manuscrito integra o doc. 15 do Arch. Societatis Jesu, Goana Historiae 1539-1599.

³³⁸ Cfr. ANEXOS, APGXXXIX-1-Ano 1631.

³³⁹ APG XXXIX-4 livro: “Cópia publica versionis originalis e lusitana in italicam linguam viate vem. Servi Dei Gonzalvi Silveira Sacerdotis Professi Societatis Jesu, e cioé della biografia manoscrita del P.L. Froes S. J. di Goa, 1916.” Na biografia manuscrita consta a vida de Gonçalo da Silveira desde a entrada na Companhia de Jesus e a relação com os seus familiares (capítulo II), nomeadamente a relação com a sua irmã e as atitudes edificantes que este já mostrava perante os seus parentes (Capítulo III).

³⁴⁰ V. Goa 37

³⁴¹ No seu capítulo V3, pp.202-203.

³⁴² Na Postulazione da Companhia de Jesus em Roma é conservada em arquivo próprio “*os Actos do Processo Apostólico instruído na Cúria eclesiástica de Évora, sobre o martírio do Servo de Deus Gonçalo da Silveira (1632)*” e o que o “*Processo Apostólico instruído na Cúria Eclesiástica de Cochín sobre o martírio do mesmo servo de Deus (1633)*”.

da Silveira, visando a sua beatificação e canonização. Nesse documento constam as questões/artigos colocados às testemunhas, designadamente sobre o conhecimento das virtudes cristãs, teológicas e morais do Padre Gonçalo da Silveira, da fama comum e do reconhecimento e reputação, da sua pregação nos Reinos de Inhambane e Monomotapa, isto é do conhecimento desses factos e da sua fama, “*se sabiam que alguns mouros com fingidas razões induziram, e persuadiram o Rey que condenasse o Padre Gonçalo da Silveira à morte*”, a que se segue a indicação do rol das testemunhas para o “*caso da Beatificação e Canonização do servo de Deos o padre Gonçalo da Silveira da Companhia de Jesus que morreu mártir pela fee de Christo no Reyno de Monomotapa*”.

Contudo, embora tivesse sido enfatizado pelo Padre Francisco Correia, S. J., no seu trabalho *O Venerável Padre Gonçalo da Silveira, Proto-mártir da África-Austral* (1521-1561), que o início do processo de beatificação começou com uma investigação preliminar em 1567, que terá sido mandada fazer pelo primeiro administrador eclesiástico de Moçambique Manuel Coutinho, e apesar do processo instruído na cúria eclesiástica de Évora, verificamos que o processo de beatificação³⁴³ não prosseguiu³⁴⁴, e só no século XX seria retomado de novo, havendo novas insistências, pedindo seu prosseguimento junto da Sagrada Congregação dos Ritos (ou dos Santos), da Santa Sé.

No seu livro “*O Venerável Padre Gonçalo da Silveira, Proto-mártir da África-Austral*” (1521-1561, A.O. 2006), o Padre Francisco Correia sublinha que o início do processo de beatificação começou com uma investigação preliminar em 1567, que terá sido mandada fazer pelo primeiro administrador eclesiástico de Moçambique Manuel Coutinho, nomeado por carta régia de D. Sebastião, em 12 de fevereiro de 1563. E já com o Rei Filipe III, em 2 de novembro, seguinte, este pediu ao Papa que este enviasse as remissões tendentes à beatificação do Padre Gonçalo da Silveira – cfr. José Augusto Alves de SOUSA, e Francisco Augusto da Cruz CORREIA, 500 Anos de evangelização em Moçambique, A. I. Braga, 1998, pp.30-31; F. CORREIA, op. cit. Braga, 2006, p. 71.

³⁴³ Cfr. ARSI Goa 34- II. Neste documento consta o traslado da petição do visitador da Companhia de Jesus com despacho do Arcebispo Primaz Frei D. Aleixo de Menezes (1559-1617), sobre o interrogatório feito em maio de 1602 pelo dominicano Frei João da Anunciação sobre a morte do Padre Gonçalo da Silveira. Era então Provincial da Companhia de Jesus na Índia o Padre Manuel da Veiga. Assim, Frei João da Anunciação, Vigário da Ordem de S. Domingos, levou a cabo um interrogatório em Sena, que começou aos 10 dias de maio de 1602, no qual ouviu várias pessoas, entre as quais Luis Mendes de Vasconcelos, cavaleiro da casa d’El Rey, um morador casado de Sena, a que se seguiu a inquirição de mais 4 pessoas, que concluiu em dezembro do mesmo ano.

Com base em parte nesse inquérito, efetuado cerca de 40 anos depois da morte do Padre Gonçalo da Silveira, Eugénia Rodrigues, referia: “A actividade do padre Gonçalo da Silveira não parece ter tido consequências relevantes a nível da cristianização dos Chonas, embora alguns dos batizados pelo padre persistissem em assumir-se como cristãos cerca de quarenta anos depois”. E. RODRIGUES, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena: os prazos da Coroa em Moçambique nos séculos XVII e XVIII*, INCM, Lisboa, 2013, pp. 84.

³⁴⁴ Sendo compreensível que essa paragem pudesse ter ocorrido com o banimento da Companhia de Jesus no Seculo XVIII, com as políticas do Marquês de Pombal e a aprovação da lei de expulsão dos jesuítas de Portugal, de 1759, e a aprovação do Breve *Dominus Ac Redemptor* pelo Papa Clemente XIV, que determinou a extinção da Ordem em todo o mundo.

Com efeito, o interesse pelo prosseguimento do processo de beatificação não esmoreceu e ficou demonstrado com a integração de novos pedidos apresentados por algumas pessoas, reiterando o desejo do seu prosseguimento junto das entidades competentes, nomeadamente pelo bispo de T. H. Mac Slenoy “Bishop TVA (Cape Colony)”³⁴⁵, através de uma carta deste, datada de 2 de Janeiro de 1905, propondo a reintrodução da causa de beatificação do Padre Gonçalo da Silveira.³⁴⁶

Na verdade, o processo de beatificação foi retomado em 1910, com a sua reabertura que fez a junção do processo que tinha sido iniciado em Cochim,³⁴⁷ em 1632, e os dados recolhidos em 1905.³⁴⁸

Entre outros aspectos, avultam na Postulazione de Roma, a existência da cópia pública da versão original em inglês para italiano da vida de Gonçalo da Silveira, publicada em inglês por P. H. Chadick, em Londres, em 1910.

Entretanto, em 1916, a chancelaria e arquivista anotava curiosamente no seu prefácio: “*su missioni a Monomotapa del 1560-61 appartine non slamente alla storica della Chiesa, ma alla sotoria della civiltá a dell`espansione coloniale (...)*”.³⁴⁹

Assim, face a estes factos, podemos concluir que a vida de Silveira e a sua trágica morte, foram considerados como um exemplo³⁵⁰ que justificava um impulso e instrução de um processo de beatificação.

³⁴⁵ Vide Anexos, 14, APGXXXIX-6.

³⁴⁶ Cfr. F. CORREIA, op. cit. pág. 73.

³⁴⁷ Seria em princípio por autoridade ordinária do bispo da diocese em que a pessoa morreu que era constituído um tribunal para tratamento da causa, sendo convocadas as pessoas para testemunhar pela reputação de santidade do candidato. Só na fase seguinte os resultados seriam enviados à Sagrada Congregação dos Santos.

³⁴⁸ Segundo informação recolhida junto da Postulazione da Curia, em Roma (2019)., o inquérito canónico sobre o martírio do padre Gonçalo da Silveira foi introduzido em Roma em 15 de Abril de 1905, sobre o qual foi proferido um Decreto da Sagrada Congregação dos Ritos (ou dos Santos), de 7 de janeiro de Janeiro de 1910, determinando que a causa do Padre Silveira foi unida à do padre Apolinário de Almeida, e o entendimento sobre os “companheiros martirizados” devem ser vistos em sentido lato. Desde então essa causa unificada não teve qualquer progresso. Refira-se que o Padre Apolinário de Almeida foi um jesuíta português enviado para a Etiópia, que tinha sido nomeado por Filipe III de Portugal como Bispo de Niceia e coadjutor de Afonso Mendes, Patriarca da Etiópia. Depois de se ter apresentado perante o Negus em 16 de dezembro de 1630, acabou por ser expulso e aprisionado, morrendo martirizado em junho de 1638, junto ao lago Tana, juntamente com outros companheiros.

Sobre este processo apostólico reaberto no início do século XX e à ligação dos processos do Padre Gonçalo da Silveira e do Padre Apolinário de Almeida, vide a obra José Augusto Alves de SOUSA e Francisco Augusto da Silva CORREIA, *500 anos de evangelização em Moçambique*, Livraria Apostolado de Imprensa, 1998, pp. 26-27.

³⁴⁹ Este registo corresponde naturalmente a um tempo histórico, da primeira década do Século XX, na qual a força e importância dos impérios europeus ainda se faziam sentir em África, e eram vistos numa perspectiva eurocêntrica, como a expressão de uma civilização sobre os domínios coloniais.

³⁵⁰ Cfr. Num estudo publicado na revista Brotéria, refere-se que a tragédia do seu martírio foi representada em Colégios da Companhia de Jesus, justificou a edição das suas cartas em várias línguas, e a publicação

Noutra dimensão, o eco da acção de Silveira obteve imediato reconhecimento como exemplo de santidade, quando passou a integrar no Século XVII os Agiologios da Igreja Católica – retomando uma tradição muito antiga da Igreja Católica de veneração dos seus primeiros santos mártires - publicados e divulgados na Europa sobre os religiosos e mártires que tinham caído ao serviço da difusão da fé e para aumento da Cristandade. É nesse contexto que George Cardoso integra “o *exemplo de virtude*” do Padre Dom Gonçalo da Silveira no Agiologio Lusitano³⁵¹, publicado em Lisboa em 1652, 1667 e 1666 e 1774³⁵², constituindo também uma pequena memória da sua vida.³⁵³

Ali é feita memória dos momentos mais marcantes da vida e das missões protagonizadas pelo Padre Gonçalo da Silveira, e o seu martírio em Monomotapa, na Etiópia Oriental, pessoa apresentada como “*ilustríssimo por sangue e muito mais por santidade*”.³⁵⁴

de vidas em latim, alemão, espanhol, italiano e português – cfr. A. GARCIA, “*Dom Gonçalo da Silveira*”, Brotéria, 1958, pp.64-65.

³⁵¹ Vide George CARDOSO, *Agiologio Lusitano dos Santos e Varões, ilustres em virtude do Reino de Portugal e suas Conquistas*, 24 de junho de 1657 (vol. II), Segundo Tomo, Oficina Craesbeekiana, Lisboa, pp. 190 a 198.

³⁵² Maria de Lurdes Correia Fernandes, escrevendo sobre o Agiologio Lusitano, e sobre os objectivos do seu autor Jorge Cardoso (1606-1692), presbítero português que escreveu e promoveu a publicação dos seus primeiros três tomos da obra, dizia que este pretendeu “*acompanhar várias iniciativas de inventariação de vidas exemplares (e não só de santos oficialmente reconhecidos), (...) fazer uma obra que devia suplantar todas estas, incluindo os nomes e os relatos da vida de todos os Santos, beatos, veneráveis, homens e mulheres de excepcionais virtudes, de Portugal e «suas conquistas», (...)*”. Como também refere Maria de Lurdes Fernandes, o objectivo da obra visava ter “*vasto alcance cultural e político – logo, não exclusivamente religioso (...)*”. Por outro lado, essa obra pretendia constituir um “*vasto repositório de vivências ascéticas e espirituais, de modelos de santidade e virtude, (...) que podia fornecer a todos os tipos de público modelos não só para admiração e culto, mas também para imitação, pautas de comportamento espiritual e moral adaptáveis a diferentes necessidades ou realidades sociais: de religiosos, de clérigos, de missionários, de eremitas, de príncipes, de casados, de virgens...*”. Maria de Lurdes Correia FERNANDES, *O Agiologio Lusitano*, Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, pp. 14 e segs.

Esta obra enquadrava-se na continuidade de outras obras editadas anteriormente em Portugal e no estrangeiro, dando um cunho nacional ao Martirologio Romano.

³⁵³ Conforme refere outra investigadora, sobre a “*Produção historiográfica portuguesa sobre a história religiosa na época moderna: questões e perspectivas*”, “a partir da segunda do século XVI, o interesse humanista pelo tratamento das fontes, a reforma religiosa e a fragmentação política da Europa, potenciaram uma ampla produção constituída pelos relatos de cistercienses, dominicanos, agostinhos, beneditinos, ..., buscando a identidade, muitas vezes também “territorial”, através da reconstrução e fixação da “memória (...)” - Zulmira C. SANTOS, in *Lusitânia Sacra*, 2.^a série, Lisboa, 21 (2009), pp. 249-261.

³⁵⁴ Cfr. J. CARDOSO, op. cit., pp. 52 e 53, na qual são feitas as advertências necessárias identificando os diferentes graus de santidade, nomeadamente dos mártires, que “*padecendo da Fé Católica, derramarão o seu sangue, e derão a vida por Cristo, os quais vulgarmente se chamam de mártires*”, como *Dom Pedro e Dom Afonso Cónegos de Santa Cruz de Coimbra, que padeceram em Marrocos (...)*”.

2. Conquista falhada de Francisco Barreto (1569-1573)³⁵⁵

Como referimos anteriormente, a ideia expressa por parte do Padre Luís Fróis, de existir vontade de que a missão iniciada por Gonçalo da Silveira tivesse continuidade, evidenciou-se pelo envio e partida dos dois jesuítas Padre Luís de Góis e Pedro de Tovar para Moçambique. Contudo, essa missão, que seria a segunda a realizar junto do Monomotapa, acabou por não ter continuidade, e estes acabaram por regressar a Goa, uma vez que, entretanto, o Vice-Rei D. Francisco Coutinho pretendia enviar um embaixador junto do Monomotapa, por este se ter mostrado arrependido.

Para a alteração de posição terá, entretanto, contribuído o regresso a Goa do Padre André Fernandes, que trazia uma visão negativa ou desfavorável quanto à atitude dos nativos bantos acolherem o cristianismo, apesar de já batizados, e sobretudo o conhecimento da assunção de uma nova posição política ao mais alto nível da Coroa portuguesa de que seria melhor conquistar aquele território, assim, não se recomendando a continuidade imediata dessa missão.³⁵⁶

Com efeito, nessa carta, o Padre Quadros revela que este sabia (18 de janeiro de 1563), que havia vontade política de empreendimento de uma expedição militar contra o Império Monomotapa, afastando assim de forma direta a continuidade imediata da missão jesuíta naquela região³⁵⁷.

Na verdade, o conhecimento da morte de Gonçalo da Silveira também teve grande repercussão em Portugal e justificou uma imediata leitura política por parte do Rei D. Sebastião, que teria ficado chocado. A sua morte violenta terá sido mesmo uma das razões adiantadas para justificar uma campanha militar contra o Monomotapa, entregando D. Sebastião, por alvará de 18 de março de 1569, a chefia da expedição respectiva ao anterior

³⁵⁵ Sobre a expedição militar contra o Monomotapa, liderada por Francisco Barreto, antigo governador do Estado da Índia, ainda constitui uma das referências fundamentais do estudo de João C. Reis sobre “*A Empresa da Conquista do Senhorio do Monomotapa*”, Editora Heuris, 1984. Algumas das principais fontes primárias sobre esta expedição integram o seu acervo bibliográfico.

³⁵⁶ Cfr. DI V doc. 111, pp .738, carta do Padre António Quadros, de Cochim, Provincial, de 18 de janeiro de 1563, dirigida ao Padre Geral Diogo Laynez,.

³⁵⁷ Curiosamente, essa informação poderia ser vista como contraditória com a vontade de alargar a outras ordens religiosas o trabalho missionário na região da Zambézia. Como bem refere Fortunato de Almeida “*em 1563 doou-lhes EL-Rey D. Sebastião a Igreja Paroquial de S. Tiago Maior de Tete, com a incumbência especial de servirem os lugares onde se agrupavam em grande número os portugueses que percorriam o interior, explorando minas, criando feiras e fazendo comércio do marfim.*” - Fortunato de ALMEIDA, “*História de Igreja em Portugal*”, II Vol. Imprensa Académica, Coimbra, 1910, p. 736.

Governador do Estado da Índia Francisco Barreto. Esta foi, no entanto, apenas uma das razões formais publicamente invocadas, mas não seguramente a mais importante ou decisiva.³⁵⁸

Como bem refere Nuno Vila-Santa, no estudo “*A Coroa e o Estado da Índia nos Reinados de D. Sebastião e D. Henrique: política ou políticas?*” (2014), a Mesa de Consciência e Ordens pronunciou-se a pedido de D. Sebastião sobre as prioridades da política régia para a Ásia, justificando formalmente a expedição, quer por se pretender obter recursos para financiar o tesouro real, mas também para vingar a morte do jesuíta Padre Gonçalo da Silveira. Esse parecer ia no sentido de “*a tónica devia ser colocada no aumento da Cristandade através de conversões, aspecto que remete diretamente para a política dos anos anteriores.*”³⁵⁹ E este Conselho emitiu parecer, em 2 de março de 1568, no qual se tentou justificar essa acção de acordo como os princípios de uma guerra justa contra o Monomotapa.³⁶⁰ No entanto, esta era apenas uma das prioridades subjacentes à

³⁵⁸ Vide texto de Nuno Vila-Santa sobre Francisco Barreto in EVE – www.fcsh.unl.pt/cham/eve BARRETO, *Francisco (1520-1573)*. Sobre a actuação de Francisco Barreto, poderá ser visto também o livro de Manuel Faria e Sousa, *Asia Portuguesa*, Oficina de Henrique Valente de Oliveira, 1666(1675), 3 Vols, Cópia Digital BNL, res-272-a 3., págs. 298-315; concretamente sobre o Governo de Francisco Barreto (desde 1555 a 1558), no qual também é abordado, a situação após o regresso a Portugal, e o seguinte projecto de conquista do Monomotapa (Pág.314 e segs).

³⁵⁹ Cfr. Estudo de Nuno Vila-Santa “*A Coroa e o Estado da Índia nos reinados de D. Sebastião e D. Henrique: política ou políticas?*” in *Lusitânia Sacra* n.º29, (Janeiro-Junho) 2014, 41-68. Como refere Nuno Vila-Santa, no estudo indicado, o Rei D. Sebastião ainda terá equacionado ele próprio partir para o Oriente, ideia que acabou por abandonar, depois de dissuadido pelo Cardeal D. Henrique e seus partidários (pp. 57-58).

³⁶⁰ Um dos mais destacados teorizadores da doutrina da *guerra justa* foi o Padre Fernando Oliveira (1507-1581), que em 1555 publicou em Coimbra a *Arte da Guerra no Mar*, e dedicada a Nuno da Cunha, na qual, invocando a comum doutrina de teólogos e canonistas, considerava, “*mal feito he fazer guerra sem justiça, e os cristãos a nã podemos fazer a nenhus homes que seja, de qualquer condição e estado.*”; sustentou também que existem razões que não justificam a guerra, “*nam a todos os infieys que nunca foram Christãos, como sam mouros, e judeus, e gentios, que cõnosco querem ter paz, e nam tomaram nossas terras, nem per algua via prejudicam a christandade. (...)*”. Mas, noutras situações, também seria licita e justificada a guerra como nos casos em que “*castiga as sem injustiças q algua gente fez e nam quer emendar*”, considerando tirania aqueles que impedissem “*cativar as pessoas daqueles que nam blasfemão de Jesus Christo, nem resistem à pregação da sua fee.*”-, Cfr. Fernando OLIVEIRA, *Arte da Guerra do Mar. estratégia e guerra naval no tempo dos Descobrimentos*, Edições 70, 2008, pp.23-25.

decisão política tomada por D. Sebastião para promover aquele empreendimento³⁶¹, cuja chefia entregou a Francisco Barreto.³⁶²

Da leitura da carta escrita pelo padre jesuíta Francisco Monclaro ao Padre Francisco Bórgia, 3.º Geral dos Jesuítas, - que tinha sido designado com a missão expressa de acompanhar Francisco Barreto na expedição ao Monomotapa - escrita de Almeirim, em 23 de março de 1569, ainda antes da partida, este sublinhava que Francisco Barreto era “*a pessoa a quem a Companhia está em muita obrigação*”, e a expedição era “*negócio que El-Rei tomou a muito à sua conta e de que espera muito*”.³⁶³, mais informando que aquele levava 1000 homens, e do soldo de El `Rey 600 arcabuzeiros.

A avaliação efetuada pelo Padre Monclaro quanto aos resultados da referida expedição não deixa dúvidas sobre as dimensões principais que se jogavam nesse empreendimento político e militar de D. Sebastião. Num registo sobre a importância que tinha ficado da primeira missão junto do Monomotapa, o Padre Francisco Monclaro, considerava que Gonçalo da Silveira era a “*primeira pedra*” da fundação de uma grande Cristandade.³⁶⁴

Contudo, após a experiência por si vivida, que tinha acabado em tragédia, e depois de ter acompanhado de perto todas as vicissitudes da expedição ao Monomotapa, na opinião do Padre Francisco Monclaro - no seu relatório sobre a expedição ao Monomotapa (1569-1573),³⁶⁵ este reavaliava a situação e reconhecia quais tinham sido as razões determinantes e subjacentes ao envio dessa força militar contra o Monomotapa, indicando que a primeira, seria “*fazer proclamação do evangelho*”, secundariamente

³⁶¹ A Determinação dos Letrados, data de 23 de janeiro de 1569, de Almeirim – cfr. documento integrado no estudo de Reis, ob. cit. pp-37 a 39.

Nesta Determinação foram apreciadas as condições necessárias para se fazer guerra com justiça aos imperadores monomotapas. Neste conselho ao Rey, alude-se explicitamente à morte do padre Gonçalo da Silveira que foi mandado matar por um dos emperadores, o qual tinha sido enviado “*em nome del rey nosso senhor por seu embaixador mandado pelo vice rey da Índia para pregar a fee de Christo (..) bem como também retiveram em sua terra dous portugueses que hiao mandados pelo capitão de Çofala por seus embaixadores (...)*”. Nesse documento é invocada explicitamente as condições para “*fazer guerra*” e “*os direitos da justa guerra*”. Caso não fossem satisfeitas as condições ali apresentadas, seria então de desencadear a guerra, nas quais avultava a expulsão dos mouros das suas terras, e o pagamento de compensações em ouro e terras.

³⁶² Alvarás de D. Sebastião, datam de 18 de março de 1569, mediante o qual este é nomeado como capitão-mor da empresa do senhorio do Monomotapa e superintendência nos assuntos da fazenda de Moçambique e Sofala, costa de Melinde, rio de Cuama, e terras do Monomotapa - Reis, ob. cit. pp.41-43.

³⁶³ Cfr. DI VIII, doc. 3, pág. 9.

³⁶⁴ DI VIII, doc. 17, carta de Francisco Monclaro, de 4 dezembro de 1569, ao padre Diogo Mirão, em Roma, pág. 109.

³⁶⁵ DI VIII, Doc. 100, pp 673-679. O relato ou versão do padre Monclaro também poder ser vista no estudo de João C. Reis “A empresa da Conquista do Monomotapa”, Heuris, 1984, pp.57 a 98. A versão de Diogo de Couto, nos Capítulos XX a XXV, da Década da Ásia (1573), podem ser vistos de pp.99-128 da mesma obra.

acudir aos “*grandes gastos que tem asse no seu Reyno*”, e a terceira, lembrar a morte injusta do Padre Gonçalo da Silveira, e que essas tinham sido as razões que tinham determinado a decisão da Mesa de Consciência e Ordens, e aquilo que o Rei Dom Sebastião determinara.³⁶⁶

Além de descrever o desastre que tinha constituído para os portugueses envolvidos na expedição enviada, a maioria dos quais morreu não em combate, mas sobretudo com doenças associadas ao clima (malária ou paludismo) e condições de deficiente alimentação e ou sanitárias, para as quais aqueles não estavam preparados, o padre Francisco Monclaro traçou um retrato pessimista quanto à esperança de conversão dos cafres naquela região e dos proveitos que eventualmente os portugueses poderiam retirar da sua permanência ali. Assim, dizia que quanto à “*Cristandade há poucas esperanças, porque nenhum entendimento fazem em saberem que cousa he ser cristão porque andam tao metidos nos seus costumes e contentamentos da carne (...); Têm todos muitas mulheres e têm-no, além do vício, por honra a quem terá mais (...); Pode Sua Alteza tirar proveito desta terra se arrendar este rio; (...) porque o querer conquistar estas terras hé destruir-se em gastos e portugueses, e não poderá acudir a tamtas cousas, e nenhuma delas bem conseguidas e conquistada.(...)*”.³⁶⁷

Apreciando os propósitos principais do referido empreendimento, João C. Reis, no seu estudo “*A empresa da Conquista do Monomotapa*”, sustentou que não fazia sentido a tese de que a empresa da conquista do Senhorio de Monomotapa teve como causa próxima a morte provocada de Gonçalo da Silveira. Nem mesmo esta tinha considerada por Diogo de Couto³⁶⁸, nem mesmo pelo jesuíta Francisco Monclaro, que “*deixaram claramente entendido e escrito não ter sido outra a intenção senão a de recolher o produto das muito propaladas minas de ouro.*”³⁶⁹

Na verdade, embora subjacente à decisão de D. Sebastião no envio da força militar comandada por Francisco Barreto - na qual este viria a perecer, com febres elevadíssimas

³⁶⁶ Órgão instituído por D. João III, em dezembro de 1532, em Évora.

³⁶⁷ Cfr. DI VIII, doc. 100, pág. 709 e 710., que integra *Relação da Viagem na conquista ao Monomotapa* ano de 1569, escrita pelo Padre Francisco Monclaro.

³⁶⁸ Diogo de COUTO, Ásia, Decada IX cap. XX. 1. “*Tinham tantas vezes persuadido a el rey D. Sebastião que mandasse conquistar as riquíssimas minas dos reinos de Manomotapa que se moveo a faze-lo e para esta jornada e conquista escolheo el rey Francisco Barreto que tinha sido governador da India e que era então capitão geral das galés do reino (...)*”

³⁶⁹ C. REIS, ob. cit. pp. 44-45 e 46-47, “*Treslado do Regimento que leva Francisco Barreto sobre repartição do ouro das Minas de Manomotapa*”, e “*Provizão do ordenado quão daver os mineradores e mestre das minas de Manomotapa*”, no primeiro do qual está expressamente previsto que do ouro liquido obtido, 9 partes em 18 ficariam para a fazenda do Rei.

- pudessem ter estado argumentos ou ideias que aludiam a pretensa vingança da morte de Gonçalo da Silveira, não se pode colocar no mesmo plano ou desvalorizar as razões principais, pois também tinha sido indicado ser necessário proceder à conquista por guerra devidamente justificada, das minas do Monomotapa e do ouro que dali provinha, que se tornavam indispensáveis para suprimento das despesas do Reino.

Essa necessidade premente do tesouro do Reino que urgia suprir, é aliás confirmada pelo resultado das investigações efetuadas por João Cordeiro Pereira³⁷⁰, cujos estudos mostraram a tendência geral de quebra de uma das principais fontes de abastecimento, derivadas do resgate do ouro de S. Jorge da Mina, as quais estavam claramente a baixar, a qual constituía igualmente uma das principais fontes de arrecadação de recursos para o monarca português.

Assim, face a todos os dados apresentados, tenderíamos a valorizar sobretudo que as razões determinantes ou fundamentais do empreendimento tinham sido razões ou fundamentos políticos e económicos do Reino, nomeadamente permitir o acesso direto às minas de ouro e prata dos domínios do Monomotapa, e para que fossem expulsos os muçulmanos que ali estavam e a cujo domínio comercial se pretendia pôr fim³⁷¹.

Ficando num plano meramente secundário a invocação de Gonçalo da Silveira, cuja figura foi instrumentalizada politicamente, a qual nunca poderia ser invocada no plano religioso para justificar uma guerra, por essa justificação ser incompatível com os princípios fundamentais do evangelho, que se pretendia difundir no quadro das missões católicas.³⁷²

Com a morte de Francisco Barreto, em 17 de maio de 1573, suceder-lhe-á Vasco Fernandes Homem, escolhido como Governador de Sofala, que nesse mesmo ano regressa a Sofala. Ano e meio depois, este parte para Manica onde verifica as faltas de

³⁷⁰ Cfr. João Cordeiro PEREIRA, “*Resgate do Ouro na Costa da Mina nos reinados de D. João III e de D. Sebastião*”, Separata Studia, Lisboa, n.º50. 1991, pp. 5-48. O autor evidencia que as quitaçãoes dos feitores de S. Jorge da Mina mostravam que a produção nos “três anos de 1552, 1553, e 1554 foram muito maus”. Relevando que esse resgate era monopólio régio, esse investigador mostrou que a queda de receitas do ouro da Mina a partir de 1559, e até 1564, foram reduzidas em quase metade relativamente às duas primeiras décadas do reinado de D. João III. E no final do Reinado de D. Sebastião as remessas do ouro da Mina estavam em queda. Podemos assim depreender, face ao exposto, que havia assim um enorme problema que o monarca deveria tentar resolver (cfr. pp. 11-23), sendo plausível que essa situação tivesse pesado na decisão de campanha e envio de Francisco Barreto, que poderia tentar encontrar uma alternativa.

³⁷¹ Cfr. C. REIS, op. cit. págs. 44-47. Além dos Alvarás de nomeação de Francisco Barreto, este também levava consigo um Regimento sobre a “*Repartição do ouro das Minas do Monomotapa*”, e um alvará com a “*Provisão do ordenado os ordenados que seriam pagos aos mineradores e mestres das minas do Monomotapa*”.

³⁷² Como refere C. REIS, op. cit. pág. 10, ficava como “*único, insofismado e urgente, o motivo do ouro para justificar aquele esforço da Nação de ressarcir de uma crise à qual as naus da Índia não poderiam já acudir. O país entrava na bancarrota (...)*».

condições para a exploração das minas, e regressa a Sofala, em 15 de fevereiro de 1576. Aqui escreverá uma carta onde narra a campanha de Barreto após a chegada a Moçambique. Nesta carta, alude à oposição dos jesuítas presentes³⁷³ dizendo que os seus superiores os mandatavam unicamente à pessoa do Monomotapa.³⁷⁴

Mas a campanha para exploração das minas de Manica, a que alude Vasco Fernandes Homem, já nada tinha a ver com a figura do Padre Gonçalo da Silveira, antes visando a exploração de recursos mineiros, sobretudo em benefício da Coroa. Esta exploração acabou também abandonada pela falta de moínhos que moessem a pedra e que permitissem a sua exploração, situação que tinha sido acompanhada e analisada pelo mineiro castelhano Agostinho Soutomayor, que integrava a expedição.³⁷⁵

O regresso em força de jesuítas ao Reino do Monomotapa, de novo enviados em missão para África Oriental e Moçambique em particular, teria de esperar pela nomeação em 1609 do novo Governador de Moçambique Nuno Álvares Pereira, que solicitou de novo a presença de jesuítas naqueles territórios. Mas seria o seu sucessor, o Governador Estevão de Ataíde, que viria a conseguir ver a partida de 7 jesuítas, para fundar as missões na Ilha de Moçambique, Sena e Tete, e Quelimane.³⁷⁶

Estava assim desmentida a negra previsão de esterilidade e quase impossibilidade de fundar missões junto do Monomotapa, efetuada por Francisco Monclaro aquando do seu relatório da expedição iniciada por Francisco Barreto, para além de não se poder ignorar que, entretanto, em 1577, a Ordem dos Pregadores, enviava os padres Fr. Jerónimo do Couto, e Fr. Pedro Isus Maris, oriundos da Índia, para abrirem uma casa

³⁷³ Conforme descrito em DI, doc. 3, pág.9, o padre Francisco Monclaro, S. J., era acompanhado pelo Padre Estevão Lopes e os irmãos Gonçalo Diniz e Domingos Gonçalves.

³⁷⁴ Cfr. Carta de Vasco Fernandes Homem para Luis Silva sobre o sucedido nas empresas do Monomotapa, desde Sena, datada de 15 de fevereiro de 1576, publicada por C. Reis, ob. cit. pp.145-152.; e por Berta Leite, ob. cit. pp.385-395, com base em documento da BA, Códice 51-VIII, fls. 212-215.

³⁷⁵ Como bem refere Luis Filipe Thomaz na obra “ *L` Expantion Portugaise dans le Monde, XIV-XVIII siécles*”, Chandeigne, Paris, 2018, p. 170-183, com a chegada de D. Sebastião ao poder “ *(r1557-1578) la politique portugaise en Orient avait à nouveaux pris une tournure impérialiste*”, que é evidenciada ainda na Regência da sua avó a Rainha D. Catarina, e na tomada de Damão, em 1559, e no projeto concretizado na sequência de decisão de D. Sebastião, com o envio em 1571-72 da expedição contra o Monomotapa, chefiada por Francisco Barreto.

Cfr. C. R. BOXER, “*A Igreja e a expansão Ibérica (1440-1770)*”, Edições 70, 2013, pp. 87-94, desenvolvendo a temática “*a aliança estreita e indissolúvel entre a cruz e a coroa, o trono e o altar, a fé e o império, era uma das principais preocupações comuns aos monarcas ibéricos, ministros e missionários em geral. (...)*».

³⁷⁶ Cfr. Hernandez, op. cit. pág. 22. , e A . Garcia, in *História de Moçambique Cristão*, Livraria Cruz, Braga, 1972, pp. 163-175.

(Convento) na ilha de Moçambique e, a partir daí, se deslocarem para Sena e Tete³⁷⁷, onde foram construir Igrejas e fazer pregação, e aos quais se seguiram muitos outros³⁷⁸.

³⁷⁷ Cfr. A. GARCIA, op. cit., Vol. I pp. 138-139, 141-147, 141 a 150, do; Vol. II pp. 311-314, 324-.

Um dos mais conhecidos dominicanos foi seguramente Fr. João dos Santos, que viria a publicar o livro a *Ehtiópia Oriental*, 1609 (reeditada por Mello Azevedo Editor, 2 vol. , 1891), depois de ter vivido mais de 10 anos em Moçambique. Nesse livro faz aliás também alusão às guerras que o Governador Francisco Barreto teve com os Cafres de Quiteve (cap. XVII, pág. 100), e a conquista das minas de ouro do Monomotapa, bem assim como das minas de prata de Chicova e da guerra com os cafres, de que resultou a morte de 200 portugueses (XIV, p. 213).

³⁷⁸ Cfr. SOUSA, op. cit. pp. 43-47.

VII

Conclusões

O envio para Goa de Gonçalo da Silveira em 1556, juntamente com mais de 13 companheiros, Padres e Irmãos jesuítas, constitui a expressão da força do fenómeno missionário fomentado no quadro do Império Português e da primeira globalização. Estes jesuítas assumiram plenamente a vocação e do compromisso da sua ação como missionários, e perante um ideal expresso no lema *Ad Majorem Dei Gloriam*, que todos partilhavam.

Este compromisso implicou o envolvimento na construção de novas missões jesuítas em vários pontos do Estado da Índia, que estavam a ser prosseguidos a partir de Goa, no quadro aliança estratégica e da cumplicidade estabelecida entre a Companhia de Jesus e os objectivos da Coroa, a qual é visível e está representada pelas diversas intervenções legislativas e administrativas, e em múltiplas acções militares tomadas pelo Governador Francisco Barreto e pelo Vice-Rei Dom Constantino de Bragança, no âmbito do das suas funções. Este entendimento tinha por base também as obrigações ou deveres assumidos pela Coroa portuguesa no quadro do Padroado Português, beneficiando assim de inúmeras decisões tomadas ao mais alto nível, com particular ênfase por D. João III, e prosseguidas particularmente aquando da Regência e no reinado de D. Sebastião.

Nesse grupo, seguiam missionários jesuítas para as missões da Etiópia, uma das prioridades da política missionária, que pedia o prosseguimento das missões junto do Preste João, e ainda outro grupo, destinado a missões na Índia, seguindo na fase inicial Gonçalo da Silveira, como provincial, nomeado por Inácio de Loyola (1556-1559).

Durante a primeira missão de Gonçalo da Silveira como provincial, este manifestou-se numa acção que apostava na prática de cerimónias religiosas com grande impacto público e social, para que se fizessem e aumentassem os batismos gerais, para rápido crescimento da cristandade, visando cativar particularmente a adesão de hindus.

Esse trabalho foi contudo ainda lento e demorado no desenvolvimento de novas acções missionárias, implicou compromissos no quadro de várias alianças estratégicas de defesa ou negociação com alguns poderes locais, como em Cochim, ou na Costa da Pescaria, neste último caso, visando os jesuítas que ali estavam obter o apoio e proteção do Vice-Rei aos pescadores Paravas, que, neste caso, constituía uma ajuda contra a pressão

exercida pelos poderes locais muçulmanos, que anteriormente os oprimia. Por outro lado, aquando da sua acção naquelas funções, foi adotado um rigor especial contra a influência dos cristãos-novos que dominavam o comércio local, criando constrangimentos no relacionamento entre o Provincial e o Governador Francisco Barreto, que foi vista como excessivo por parte dos interesses visados e por portugueses com interesses comerciais na região.

O período da acção na missão como Provincial evidencia o crescimento da influência da Igreja Católica, em particular por parte dos Jesuítas em Goa, e Salcete, Chorão e Divar, e mostrando que foi promovida a melhoria da educação e ensino de jovens de diversas origens, particularmente entre os hindus, destacando-se no seu âmbito a acção do Colégio de S. Paulo – com o início do funcionamento de nova tipografia trazida de Lisboa, permitindo nomeadamente a impressão de catecismos e livros edificantes - bem como no funcionamento do seu Noviciado, cujas condições procurou alterar e melhorar.

Enquanto responsável pela Província portuguesa, Gonçalo da Silveira mostrou um empenhamento fortíssimo no crescimento da Cristandade no quadro do Império Português na Índia, acompanhando de perto os projectos de expansão delineados pelo Governador Francisco Barreto e em seguida pelo Vice-Rei D. Constantino de Bragança, de que são expressão a sua presença e ida a Chaul, Tana, Baçaim, e Cochim, bem como a presença significativa na tomada de Damão, e na celebração da primeira missa de “*Acção de Graças*” na mesquita local transformada em Igreja.

A fase inicial, respeitante aos primeiros anos da estada de Silveira, exprime em particular um aumento do rigorismo espiritual – que aliás já vinha do período anterior - no tocante à relação com os portugueses e cristãos-novos presentes nos domínios portugueses, e também de modo em especial contra os hindus, aceitando ou apoiando-se em fatores políticos e económicos para quebrar a resistência destes últimos à influência portuguesa na península do Decão.

A cumplicidade entre os jesuítas em Goa e as autoridades portuguesas na Índia não se fez sem atritos ou visões diferenciadas em que os interesses económicos dos portugueses ou as decisões políticas do Vice-Rei, ou dos capitães-mores se sobrepunham ou chocavam com a posição de missionários jesuítas que pretendiam exercer unicamente a conquista espiritual.

A visão do sentido de missão de Silveira e de outros seus companheiros, estava seguramente apoiada numa preparação académica, ministrada por professores formados alguns em universidades estrangeiras, como a de Paris, pela formação religiosa mais

rigorosa, adquirida nos Colégios da Companhia de Jesus, particularmente no Colégio de Jesus, em Coimbra, e na Universidade de Gândia. As decisões fundamentais destes religiosos, postulavam uma adesão completa e cumprimento dos votos expressos, e tinham subjacente a espiritualidade inaciana e a prática dos Exercícios Espirituais, para além de todos estarem influenciados pelos princípios e normas oriundas do Concílio de Trento (1543-1563).

As missões assumidas por Gonçalo Silveira e seus dois companheiros o Padres André Fernandes e o irmão André Costa, agora em África, junto de Tongue (Reino de Gambia), e, em seguida, da missão unicamente prosseguida pelo primeiro junto do chamado Império Monomotapa (1560/1561), mostram a inequívoca vontade de aproveitar a rede de contactos dos mercadores portugueses instalados em Sofala e na Zambézia para aceder ao centro do Reino Karanga, alcançando a conquista espiritual do Monomotapa, com a sua catequização e batismo. A partir daí, o aumento da Cristandade na região oriental de África e no seu *hinterland*, longe da presença das forças militares do Estado da Índia, revestiu-se, todavia, de alguma ambiguidade uma vez que na primeira missão o Padre Gonçalo da Silveira foi apresentado também como embaixador do Vice-Rei do Estado da Índia e, no segundo caso, como seu influente representante.

Essas primeiras missões jesuítas na região constituem a expressão de uma visão de que a missão do anúncio do Evangelho não conheceria limites naquelas regiões atendendo à natureza missionária da Igreja Católica, e que seria possível o acolhimento do cristianismo apesar de todas as barreiras culturais, sociais, económicas e políticas existentes, apostando na eficácia de uma cristianização descendente.

A missão do Padre Silveira junto do Monomotapa, iniciada por este, em dezembro de 1560, e considerado pelo próprio como o maior desígnio da sua missão - mostrou a sua vibrante energia e espírito contra todas as adversidades no seu prosseguimento - e quando aparentemente teria obtido êxitos significativos na sequência dos batismos do Monomotapa e de algumas centenas dos seus homens, terminou abruptamente na sequência de uma intriga, e do seu martirio. Essa intriga, plausivelmente motivada por razões políticas e económicas - ou de muçulmanos que envolviam aquele potentado - ou também por impacto de factores culturais, que podem ser associadas às ruturas com as práticas anteriores e à intervenção e oposição de feiticeiros karangas, que mantinham a sua influência. Essa súbita, inesperada e brutal decisão que determinou a ordem de morte deste missionário jesuíta e levou ao posterior lançamento do seu corpo ao rio Mosenguese na noite do dia 15 para o dia 16 de março de 1561, mostrou também os limites e desafios das

missões empreendidas com base nos pressupostos em que foram edificadas, e a fragilidade em que assentou esse empreendimento missionário.

Contudo, a impressionante acção daquele missionário constituiu um exemplo de martírio e doação extraordinário, e veio a justificar que tivesse sido desencadeado um processo para a sua beatificação ainda no decurso da primeira metade do Século XVII (Cochim e Évora), antecedido de propostas e informações ainda oriundas da Província respectiva, que pediam o reconhecimento das virtudes heróicas de Gonçalo da Silveira na missão ao Monomotapa. Este processo foi retomado no início do século XX, mas ainda não obteve qualquer conclusão.

A mais curto prazo, após a trágica morte do Padre Silveira, ocorrida em Março de 1561, os factos apurados permitem concluir que foi preparada e desencadeada uma expedição de conquista territorial contra o Monomotapa, para a qual foi nomeado para sua chefia Francisco Barreto, por alvará de Dom Sebastião de 18 de Março de 1569 –, designado para capitão-mor da empresa do Monomotapa, isto é para superintender nos assuntos da Fazenda de Moçambique, Sofala, Costa de Melinde, Rio de Cuama e terras do Monomotapa. Esta expedição pode ser considerada como constituindo uma experiência militar fracassada, pois dizimou a maioria dos seus participantes, e não permitiu sequer conseguir obter rendimentos significativos em termos de exploração das minas, cuja produção deveria reverter em princípio em proveitos da Coroa, a qual tinha sido a razão determinante do empreendimento, não se podendo ignorar que do outro lado de África, estava em queda o resgate e afluxo do ouro oriundo da Costa da Mina.

Esta expedição evidencia claramente a instrumentalização política de um evento que tinha marcado o fim da experiência missionária do Padre Gonçalo da Silveira, e depois de uma morte brutal - que não prejudicou o retomar efetivo de novas missões jesuítas cerca de 40 anos depois - mostra igualmente as múltiplas dificuldades das acções missionárias. Estas geralmente exigiam o desenvolvimento de processos longos de aproximação aos outros povos e culturas, e que dependiam naturalmente não só dos missionários mas também do desenvolvimento de outros factores, como uma aproximação a valores culturais e sociais distintos, da compreensão mútua e do conhecimento da língua local. Foram igualmente influenciadas negativamente uma vez que se verificaram circunstâncias climáticas desfavoráveis, ou foram tomadas hostis decisões político-ideológicas por parte dos poderes regionais ou locais. Devermos assim ter presente que os resultados também dependiam da adesão ou oposição dos povos missionados, que possuíam visões do mundo diferentes, que dificultam a sua abertura ao anúncio dos valores dos Evangelhos,

que aliás não constituem um mero conjunto normativo de natureza imperativa, mas a proposta de acolhimento de valores e verdades fundamentais, e que implicam uma mudança de vida.

O encontro do padre Gonçalo da Silveira junto do Monomotapa, tal como tinha acontecido na zona de Inhambane e Tongue, foi igualmente a expressão do confronto de modelos culturais distintos, que dificilmente se poderiam ajustar num período de permanência curto, como aquele que veio a acontecer, no quadro das duas missões referidas.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Documentais:

Manuscritos:

No Arquivo Histórico Ultramarino (AHU, Lisboa):

- Documentos Avulsos:

- Maç, CX ,3;

- CX, 17-1780;

- CX, 20;

- CX, 23;

Archivum Romanum Societatis Iesu (ARSI), Roma:

- ARSI - HISTORIA SOCIETATIS 1.^a, 24 (in Anexo 2):

- Goa 8;

- GOA 9 III – Listas de jesuítas;

- GOA 27- HISTORIA SOCIETATIS, 1.^a, 26v-27;

- Goa 28 – Catálogos manuscritos de jesuítas e missões;

- Goa 31- “veritas martyri pro Dei servo Consalvo da Sylveira Soc. Jesu Religioso”;

- Goa 34 II - Carta sobre Silveira do tempo do Rei Filipe, Rei de Portugal;

- Goa 37, GONÇALVES Sebastião, História da Companhia de Jesus na Índia Oriental, Primeira Parte, 1614;

Postulazioni, Cúria, Roma:

- APGXXXIX-1-Ano 1631: *processo da autoridade apostólica Évora, 1631.*

“APG XXXIX: Gonzalvus da Silveira – Aula 236, E.4”

A. ATTI PROCESSUALI

1. Transunto del Processo Apostólico istruito nella Curia ecclesiastica di Evora sul martirio del Servo di Dio Gonçalo da Silveira, Sacerdote della Compagnia de Gesù, 1632.

2. Traduzione Italiana seicentista del precedente portoghese.

3. Traduzione italiana del processo Apostólico istruito nella Curia eclesiástica di Cochín sul martirio del servo di Dio Gonçalo da Silveira, Sacerdote professore della Compagnia di Gesù, 1633.

4. “Copia publica versionis originalis e lusitana in italicam linguam Viatae Ve. Servi Dei Gonzalvi Silveira Sacerdotis Professi Societatis Jesu”, e cioè della biografia manoscritta del P. L. Froes, di Goa, 1916.

5. “Copia publica versionis originalis ez anglia in italicam linguam vitae Vem. Servi Dei Gonzalvi Silveira Sacerdotis Professi Societatis Jesu”, dal P.H. Chadick S.J., a Londra nel 1910,1916.

B. BOLLARIO ED EPISTOLÁRIO

6. Corrispondenza, 1904-1915

APG XXXIX-6

(cfr. Anexo 14)

Na Torre de Tombo (ANTT):

- Armário Jesuítico –

PT/TT/AJCJ

<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1222241>

- Casa dos Condes de Sortelha e dos Senhores de Góis

História Administrativa, biográfica e familiar

1570-08-02

PT/TT/CCSSG.

<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4645694>

- Registo – instrumentos em publica forma de testamentos do primeiro Conde de Sortelha, D. Luis Silveira, (...).

<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4645703>

- Carta Cartográfica. Documento fotográfico sem título, Gonçalo da Silveira, Francisco Barreto e Vasco Fernandes Homem às terras do Monomotapa, em 1560, 1570 e 1576

PT/TT/CMZ-AF-GT/E/27/4/12,

<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1222241>

FONTES IMPRESSAS:

ANÓNIMO, *Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama à India (1497-1499)*, atribuído a Álvaro Velho, Introdução e notas de Luis de Albuquerque, Lisboa, CNCDP/ME, 1989.

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

BARBOSA, Duarte, *Livro em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente*, pp 18-22 (COTA HG 27410-P, BND).

BARROS, João de, *Décadas da Ásia*, Década Primeira, (Parte II, livro VI, Livro X, P.372 e segs), Regia Officina Tipográfica, ano 1777, reed. INCM, 1989, Lisboa.

BOCARRO, António de, *O Livro de todas as Fortalezas, Cidades, e Povoações do Estado da India*, 3 vol. INCM, 1992.

_, António, *Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da India Oriental*, 1651, BNP, PURL 27184.

_, António, *Década XIII da História da India*, Academia de Ciências, Lisboa, 1826.

CARDOSO, Jorge – *Agiologio Lusitano*, Lisboa, Officina Craesbeekiana, 1652.

CARNEIRO, António Mariz, *Roteiro da India Oriental*, oficina de Domingos Carneiro, BNL, 1666, <http://purl.pt/14029/4>

CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e da Conquista da Índia pelos Portugueses*, Coimbra, 8 volumes, (1 ed. 1856-1866) (1552-1561- vol. I, e VI), PURL, BND.

CHADWICK, Hubert, S. J., *Life of Veneravel Gonçalo da Silveira of the Society of Jesus, Pioneer of South Africa*, from original sources, New York, Cincinnati, Chicago, Benziger Brothers, 1910.

COSTA, António Carvalho, - *COROGRAFIA PORTUGUESA e DESCRIPÇAM TOPOGRÁFICA*, Lisboa, Oficina de Valentim da Costa Deslandes, MDCCVIII, ano MDCCVIII, 3 volumes, edição fac-símile do mesmo livro, Alcalá, MMV;

COUTO, Diogo do, *Ásia*, Dos feitos que os portugueses fizeram no Descobrimento dos mares, e Conquistas das Terras do Oriente, Décadas 4 a 12, (rep. Da edição da Régia Officina Tipográfica, 1778-1781), Lisboa, Livraria Sam Carlos, 1974, 14 Vols.

___ , Diogo do, *Década Sétima*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1616, PURL-29504

GODINHO, Nicolau, *Vida del bienaventurado Padre Gonçalo de Silveria, sacerdote de la Companhia de Jesus, martirizado en Monomotapa, ciudad en la Cafretria*, trad. Bernardo Cienfuegos, Madrid, Luiz Sanchez, 1614.

SANTOS, Fr. João dos, O.P., *Ethiopia Oriental*, 1609, Lisboa, Editor Melo d' Azevedo, 1891.

SILVEIRA, Luís, *Livro das plantas, das fortalezas, cidades, e povoações do Estado da Índia Oriental, com as descrições do marítimo dos Reinos e Províncias onde estão situadas e outros portos principais daquelas partes*, (Códice 1471 da Bibl. Do Paço Ducal de Vila Viçosa), Lisboa, edição IICT, 1991.

SOUSA, Manuel Faria e, *Ásia Portuguesa*, 3 volumes, oficina Henrique Valente, Lisboa, ano 1666, in BNL, Res-752-a-3;

TELLEZ, Balthazar, S. J., «*Chronica da Companhia de Jesus na Província de Portugal e do que fizeram nas Conquistas deste Reino, os Religiosos, que na mesma província entraram, nos anos em que viveu S. Inácio de Loyola, nosso Fundador*», Lisboa, Paulo Craesbeeck, 2 Vol., 1645;

TRINDADE, Fr. Paulo, *Conquista espiritual do Oriente*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 3 vols, 1962-1967;

- VALIGNANO, Alexandre, “*Sumário de las Cosas de Japon, 1583*”, in, Taladriz, J. C. Alvarez, Monumenta Nipponica Monographs, Tóquio, Sophia University, Vol. I, 1954;

Coletâneas Documentais:

Documenta Indica, edição de Joseph Wicki, 18 Volumes, Roma, Monumenta Historica Soc. Iesu, 1948-1988;

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente

(Índia), Edição de António da Silva Rego, 13 Volumes, Lisboa, CNPCDP, 1992-2000;

Epistolae Mixtae, Tomus II, III, IV, e V, ARSI: Tomus Secundus (1549-1552), Tomus Tertius (1553), Tomus Quartus (1554-1555):

<http://archive.org/details/epistolaemixtae02matruoft>

<http://archive.org/details/epistolaemixtae03matruoft>

<http://archive.org/details/epistolaemixtae04matruoft>

Litterae Quadrimestres, *ex universis, praeter Indiam et Brasiliam*, Tomus Primus (1546-1552), Tomus Secundus (1552-1554), e Tomus Tertius (1554-1555), Tomus Quartus (1556), ARSI:

<http://archive.org/details/litteraequadrimel402lain>

<http://archive.org/details/litteraequadrimel503lain>

<http://archive.org/details/litteraequadrimel6lain>

Bibliografia Geral:

ALBUQUERQUE, Luis (Dir), e DOMINGUES, Francisco Contente (Coord), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2 vols., 1994.

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Imprensa Académica, Coimbra, 1910.

AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Círculo de Leitores/Centro de Estudos de História Religiosa, Lisboa, 4 vols., 2000-2001.

COSTA, João Paulo Oliveira (Coord) et al., *História da Expansão e do Império Português*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2014.

DOMINGUES, Francisco Contente (Dir), *Dicionário da Expansão Portuguesa, 1415-1600*, Lisboa, 2 vols. Círculo de Leitores, 2016.

O'NEILL, Charles E, S.J. e DOMINGUEZ, Joaquin M^a. (directores), *Diccionario Histórico de la Compañía de Jesús, Biográfico-Temático*, IV, Institutum Historicum, S. I, ROMA, e Universidad Pontificia Comillas, Roma e Madrid, 2001, pp.3576-3577.

RAMOS, Rui (Coord), SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *História de Portugal*, Esfera dos Livros, Lisboa, 2010.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, o século de ouro (1495-1580), vol. III, Lisboa, Verbo, 1980.

SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira (Dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa – O Império Oriental 1660-1820*, Vol. V, Tomo 2, Lisboa, Editorial Estampa, 2006.

WOOD, A. J. Russel, *O Império Português, 1415-1808, O Mundo em Movimento*, Lisboa, Clube do Autor, SA, 2016.

Bibliografia Específica

ALDEN, Dauril, *The Making of an Enterprise, The Society of Jesus in Portugal, Its Empire and Beyond, 1540-1750*, Stanford, Stanford University Press, 1996.

ANDRADE, Francisco (1540-1614), *Crónica do muyto alto e poderoso Rey destes Reynos de Portugal Dom João III, deste nome*, Imp. Jorge Rodrigues, Lisboa, 1613, PURL, 13803.

AVELAR, Ana Paula, “*A cronista joanina da Expansão – discursos de um poder imperial*”, in Congresso Internacional comemorativo do nascimento de D. João III, CARNEIRO, Roberto, e MATOS, Artur Teodoro (Coord), Lisboa e Tomar (2002) CHAM e CEPCEP, 2004, pp. 75-84.

_, Ana Paula, *D. João III, o Piedoso, 1521-1557*, QN., Edições e Conteúdos, S.A., 2009.

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

AXELSON, Eric, *South-East Africa, 1480-1530*, University Press, Aberdeen, 1940 (AHU-2083).

_, Eric, “*Viagem que fez o Pedre António Gomes, da Companhia de Jesus ao Império de Monomotapa; e assistência que fez nas ditas terras de alguns annos*”, Lisboa, *Studia* 3, pp. 155-242.

BASTIÃO, Maria, “*A Ilha de Moçambique de Seiscentos: Os testemunhos de Frei João dos Santos e António Bocarro*”, II Jornadas do Mar- Escola Naval, CHAM/FCSH-UNL/UA, Lisboa. 2010.

BALTAZAR, Jorge Alexandre dos Santos, “*Rumo ao hinterland: a evolução social dos prazos do vale do Zambeze (seculos XVII e XVIII)*”, (edição Tese Mestrado in FCSHUNL), Repositório FCSH-UNL, setembro de 2016.

BOLEO, José de Oliveira, “*O «Regimento para o novo comércio de Moçambique», de 1673*”, *Studia*, Ano 34, n.º393 (março de 1958), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Janeiro de 1959, pp. 90-108.

_, José de Oliveira, “*Vicissitudes históricas da política de exploração mineira no Império de Monomotapa*”, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, *Studia* 32, 1971, pp 167-209.

BOSCHI, Caio, “*As missões na África e no Oriente*”, in *História da Expansão Portuguesa*, BETTTENCOURT, Francisco, e CHAUDHURI, Kiri (Dir.), Vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 403-418.

BOXER, Charles R , *A Igreja e A Expansão Ibérica (1440-1770)*, Lisboa, Edições 70, 2013.

_, Charles R. *A India Portuguesa em meados do Seculo XVII*, Lisboa, Edições 70, 2015.

_, Charles, R, “*Moçambique Island and the “carreira da India”*”, Lisboa, *Studia*, 8 de julho de 1961.

_, Charles R., *O Império Marítimo Português 1415-1825*, Lisboa, Edições 70, 2011.

_, Charles R., *Relações Raciais no Império Colonial Português*, Porto, Afrontamento, 1977.

_, Charles R., «The Querimba Islands in 1744», Lisboa, *Studia*, 11 (1963), pp 343-54.

BUESCU, Ana Isabel, “*A Ásia de João de Barros – Um projecto de celebração Imperial*”, in CARNEIRO, Roberto, MATOS e Artur Teodoro (Coord), Congresso Internacional comemorativo do nascimento de D. João III, Lisboa e Tomar, 2002, publicação ACTAS, do CHAM e CEPCEP, 2004, pp. 57-74.

BRÁSIO, António, “*A Igreja em Moçambique, «Portugal em África»*”, 1945, pp. 257-273.

CAMPOS, Maria Guedes de Campos, *A Ordem das Ordens Religiosas, Roteiro Identitário de Portugal (séculos XII – XVIII)*, Casal de Cambra, Edição Caleidoscópio/Edição e Artes Gráficas S.A., Setembro de 2017.

CAPELA, José, “*Moçambique pela sua história*”, edições eletrónicas CEAUP, 2010.

CARDIM, Pedro, “*A Diplomacia portuguesa no tempo de D. João III, entre o império e a reputação*”, in Congresso Internacional comemorativo do nascimento de D. João III, Lisboa e Tomar, 2002, CARNEIRO, Roberto, e MATOS, Artur Teodoro (Coord), publicação CHAM e CEPCEP, 2004, pp. 627-660.

CARVALHO, J. Vaz de, “*D. Gonçalo da Silveira e a sua missionação*”, Lisboa, Brotéria, n. 03, março 1961, pp 257-279.

CASTRO, Tiago Machado, “*Chaul*”, DEP, 1415-1660, Círculo de Leitores, 2016, p.274.

CLEMENTE, Manuel, *A Igreja no Tempo, Breve História da Igreja Católica*, Lisboa, Grifo, 3.ª edição, 2010.

CORREIA, Francisco, *O Venerável Padre Gonçalo da Silveira, Proto-mártir da África-Austral (1521-1561)*, Braga, A. O., 2006.

COSTA, Elisa Maria Lopes da, “*Frei João dos Santos e a sua Etiópia Oriental e Varia História, Uma Proposta de Leitura*”, Congresso Internacional de História Missionaçã Portuguesa e Encontro de Culturas, Actas, Vol. II: Africa Oriental, Oriente e Brasil, Universidade Católica Portuguesa, Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Fundação Evangelização e Culturas, Braga, 1993, pp.49, 66.

COSTA, João Paulo Oliveira e, “*Acomodação cultural*”, in Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa, - <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>.

_, João Paulo Oliveira e, “*A Diáspora Missionária*”, in História Religiosa de Portugal, Vol.2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp.254-313.

_, João Paulo Oliveira e, “*A estrutura de comando do Estado da Índia durante o governo de D. Henrique de Meneses*”, in D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento, Edição de Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, Lisboa, CHAM, 2004, 307-318.

_, João Paulo Oliveira Costa e, *D. Manuel I. Um Príncipe do Renascimento*, Mem Martins-Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005.

_, João Paulo Oliveira e, “*O Cristianismo no Japão e o episcopado de D. Luís Cerqueira*”, Dissertação de Doutoramento, FCSH, UNL., Lisboa, 1998;

_, João Paulo Oliveira e, “*O Império Português em meados do século XVI*”, *Anais de História de Além-Mar, Vol. III, Lisboa, Centro de História d'Aquém e Além-Mar, 2002*, pp.87-121.

_, João Paulo Oliveira e, *O Japão e o Cristianismo no século XVI*, ensaios de História Luso-Nipónica, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Lisboa, 1999.

_ , João Paulo Oliveira e, *Os Descobrimentos Portugueses. Uma História do Início da Globalização*, 2018, “Academia”.

_ , João Paulo Oliveira, e, LACERDA, Teresa, *A Interculturalidade na expansão portuguesa (séculos XV-XVIII)*, Lisboa, Alto Comissariado Para a Imigração e Minorias Étnicas, 2007.

COSTA, Nogueira, *O Caso do Muenemutapa, penetração e impacto do capital mercantil português em Moçambique nos séculos XVI e XVII*, Cadernos Tempo/Dep. História, UEM Maputo, 1982.

DEMONY, Luís, “D. Gonçalo da Silveira: Primeiro mártir pela Cristandade em terras de Manomotapa”, Lisboa, A. G. C., 1940.

DISNEY, Antony R., *A History of Portugal and the Portugueses Empire*, Vol. II: The Portuguese Empire, New York, Cambridge University Press, 2009.

_ , A. R., *História de Portugal e do Império Português*, Vol. II, Lisboa, Guerra e Paz Editores 2010.

ETHERINGTON Norman, *MISSIONS AND EMPIRE*, Oxford, Oxford History of the British Empire, Companion Series, 1.ª Ed, 2009.

FARINHA, António Lourenço, “*A Expansão da Fé na África e no Brasil*”, Lisboa, A.G. C, 1942, pp.295-328.

FELICIANO, José, “*Os Encontros e Desencontros das Missões. Uma Leitura sociológica sobre o Leste Africano no Século XVI*”, Congresso Internacional de História Missionaçã Portuguesa e Encontro de Culturas, Actas, Vol. II: Africa Oriental, Oriente e Brasil, Braga, Universidade Católica Portuguesa, Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Fundação Evangelização e Culturas, 1993, pp. 7-18.

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia, *O Agiologio Lusitano*, Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002.

FERREIRA, António Matos, DORES Hugo Gonçalves, LOURENÇO, Miguel Rodrigues, “*O Largo espectro das religiões no percurso da etnicidade à globalização (perspectivas de investigação)*”, Lisboa, Lusitânia Sacra, 25, Janeiro-Junho 2012, pp 11-17.

FERRO, João Pedro, “*A Epistolografia no Quotidiano dos Missionários jesuítas nos séculos XVI e XVII*”, Lisboa, Lusitânia Sacra, 2 serie, 5, 1993, pp. 137-158.

FONSECA, Luis Adão da, *A Primeira Expansão Portuguesa e a Globalização: do poder naval à consciência da unidade do Mundo* (conf. ICS.UL, 16.032015), http://ics.ics.ul.pt/agenda/seminários_história/pdf7LuisAdãoFonseca.pdf.

FRANCO, José Eduardo, FIOLEAIS, Carlos, *Jesuítas, Construtores da Globalização*, Lisboa, CTT, 2016.

GARCIA, António, “*D. Gonçalo da Silveira,*” Lisboa, in Brotéria, 1958, pp 64-75.

_ , António, *História de Moçambique Cristão*, Braga, Livraria Cruz, Vol. I e II, 1972.

GODINHO, Vitorino Magalhães, “*Le Tournant Mondial de 1517-1524*”, Revista Studia, n.º1, Lisboa, 1958, pp.184-199.

GONÇALVES, José Júlio, “*Contribuição dos missionários para o desenvolvimento da Antropologia*”, Lisboa, Studia 53, 1994, pp. 103-144.

GONÇALVES, Nuno da Silva, “*Jesuítas*”, Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa, CHAM, <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>.

_ , Nuno da Silva, “*Baltasar Teles, Cronista da Companhia de Jesus,*” Lisboa, Academia Portuguesa de História, Centro de Estudos de História Religiosa (UCP), in *Quando os Frades faziam História*, pp. 95-100.

GUERREIRO, Alcântara (1960), “*Inquérito em Moçambique no ano de 1573*”, Lisboa, Studia, 6 de Jun., pp 7-18.

HENRION, Baron de, *Historia General de las Misiones*, 5 vol., Barcelona, Libreria Juan Oliveres, 1863.

HERNANDEZ, Angel Santos, SJ, “*Proyección misionera de Goa en algunas regiones africanas: Mozambique y Madagascar*”, in *Congresso Internacional de História Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas*, Actas, Vol. II: *Africa Oriental, Oriente e Brasil*, Braga, Universidade Católica Portuguesa/Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Fundação Evangelização e Culturas, 1993, pp. 9-47.

JACQUES, Roland, “*Le Padroado Portugais D’Orient sous le règne de D. Manuel I (1495-1521)*”, in *Cristianismo e Império, Conceitos e Historiografia*, (Coord) LARCHER, Maria Madalena Oudinot, MATOS, Paulo Pereira de ed. CHAM, ebooks, nov.2016.

JESUS, Roger Lee de, “*Damão*”, DEP, Círculo de Leitores, vol. II, Lisboa, 2016, pp.329-331.

LACERDA, Teresa, “*A Formação de um clero nativo no Padroado Português (séculos XV-XVIII). Dinâmicas de uma história intercultural*”, in *Cristianismo e Império, Conceitos e Historiografia*, (Coord) LARCHER, Maria Madalena Oudinot, MATOS, Paulo Pereira de, CHAM, ebooks, Nov.2016.

LACOUTURE, Jean, *Os Jesuítas, Col. I, 1. A Conquista*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993.

LEITE, António, “*Enquadramento legal da actividade missionária portuguesa*,” Lisboa, Brotéria, Vol.133, n.º1, Jul. 1991, pp 36-52.

LEITE, Bertha, *D. Gonçalo da Silveira*, Lisboa, Agência Geral Colónias, 1946.

LEVY, Joseph Abraham, “*Missionação em terras africanas, de Cabo Verde a Moçambique: O legado socio-religioso de S. Francisco Xavier*”, Brotéria, Cristianismo e Cultura, S. Francisco Xavier no aniversário, no 5.º Centenário do seu Nascimento, Nov/Dez 2006, pp. 525-545.

LOBATO, Alexandre, *A Expansão Portuguesa em Moçambique de 1498 a 1530*, I e II, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1954.

LOBATO, Manuel, “*Entre Cafres e Muzungos. Missionação, Islamização e Mudança de Paradigma religioso no norte de Moçambique nos Séculos XV a XIX*”, in, *Actas do Congresso Internacional Saber Tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência*, IICT, Lisboa, 24-26 outubro de 2012, pp. 1-14.

LOPES, Maria de Jesus dos Mártires, “*D. João III e a génese da sociedade indo-portuguesa*”, in D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Seu Nascimento, edição de Artur Teodoro de Matos e Roberto Carneiro, Lisboa, CHAM, 2004, pp. 417-432.

LOPES, António, *A educação em Portugal de D. João III até á expulsão dos jesuítas em 1759*, Lisboa, Lusitânia Sacra, tomo V, 1993, pp13-41.

_, António, “*Jesuítas missionários partidos de Lisboa 1541-1756*”, Brotéria, Lisboa, Vol. 133, n.º4, pp. 286-313.

LOPES, Marília Simões, “*Congo*”, DHDP, Círculo de Leitores, Vol. I, 1994, pp.284-286.

LOUREIRO, Rui Manuel, *Fidalgos, Missionários e Mandarins, Portugal e a China no seculo XVI*, F. Oriente, Lisboa, 2000.

_, Rui Manuel, “*Revisitando as Décadas da Ásia: Algumas Observações sobre o projecto historiográfico de João de Barros*”, in <http://journals.openedition.org/e-spania>.

LOYOLA, S. Inácio, “*Exercícios Espirituais*”, A. O., Braga, Secretariado Nacional do Apostolado da Oração, novembro 2016;

M'BOKOLO, Elikia, *África Negra, História e Civilizações até ao século XVIII*, Tomo I, Lisboa, Edições Colibri, 2 Edição, 2012.

MOBLEY, Cristina, “*Documentary Sources and Methods for Precolonial African History*”, Oxford Research Encyclopedia Of African History, *Oxford University Press*, online publication, consulta Dec. 2018. in <http://oxfordre.com/africanhistory/>, 31.01.2019.

MOREIRA, Adriano, “*O Padroado e a Missionologia*”, Lisboa, *Studia* 53, 1994, pp 229-236.

NEIL, Stephen, *A History of christian missions*, London, Penguin Press, 1986.

_ Stephen, *A History of Cristianity in India. The Beginnings to A.D. 1707*, Cambridge, Cambridge University Press, 1984.

NEWITT, Malyn, *História de Moçambique*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1997.

_ , Malyn, “*Mozambique Island: The Rise and Decline of na East African Coastal City, 1500-1700*, Portuguese Studies”, 2004.

_ , Malyn, “*Southern Zambezia States and Indian Ocean Trade, 1450-1900*, Oxford Research Encyclopedia Of African History”, online publication, May 2018.

<https://oxfordre.com/africanhistory/view/10.1093/acrefore/9780190277734.001.0001/acrefore-9780190277734-e-289?rskey=6dLf6h&result=1>.

OLIVEIRA, Padre Fernando, *A Arte da Guerra do Mar. Estratégia e Guerra naval no tempo dos Descobrimentos*, Coimbra, Edições 70, 2008.

O' MALLEY, John, *The First Jesuits*, Cambridge, MA, Harvard University Press, 1993.

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

PENNEC, Hervé, “Les Missions d’ Afrique sous le généralat de Diego Lainez. Entre Pragmatisme et adaptation”, HAL, Archives-Ouvertes, <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01499367>, consulta 02.01.2020.

PEREIRA, João Cordeiro, “Resgate do Ouro na Costa da Mina nos Reinados de D. João III e D. Sebastião, Lisboa, Studia, n.º50, 1991, pp. 5-48.

PONA, António Pereira de Paiva e, “*Dos primeiros trabalhos dos Portugueses no Império Monomotapa: o Padre D. Gonçalo da Silveira, 1560*”. Memória apresentada à 10.ª sessão do Congresso Internacional dos Orientalistas, Lisboa, Imprensa Nacional, Sociedade de Geografia, 1892, pp.5-17.

RANGLES, W. G.L., *L’Empire du Monomotapa du XV au XIX siècle*, Paris, Mouton & Co and École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1975.

_, W. G. L., “*Notes on the Genesis of Discoveries,*”, Lisboa, CEHU, Studia, 5, Janeiro 1960, pp. 20-46.

_, W.G.L., “*South-East Africa and the Empire of Monomotapa as shown on selected printed maps of the century*”, Lisboa, Studia, n.º2, 1958, pp.103-163.

RAU, Virgínia, “*Aspectos étnico-culturais da ilha de Moçambique em 1822*”, Lisboa, Studia 11, pp 123-163.

REA, W. F., “Gonçalo da Silveira, protomartyr of Southern Africa”, Rhodesiana, Salisbury, 1961.

REGO, António da Silva, *Les Missions Portugaises (aperçu général)*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1958.

_, António da Silva, “*Quelques problemes de L’Histoire de L’Ocean Indien*”, Lisboa, Studia 11, pp 37-48.

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

_, António da Silva, “*Le Patronage Portugais de L’Orient, aperçu historique*”, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1956.

REIS, João C., *A Empresa da Conquista do Senhorio do Monomotapa*, Odivelas, Heuris, 1984.

RITA-FERREIRA, António, *História Pré-Colonial do Sul de Moçambique: tentativas de síntese*, Lisboa, Studia, 42, pp 133-164, 1979.

_, António, *Povos de Moçambique, história e cultura*, Edições Afrontamento, Porto, 1975.

RODRIGUES, Eugénia, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena: Os prazos da Coroa em Moçambique nos Séculos XVII e XVIII*. Lisboa, INCM, 2013.

_, Eugénia, “*Embaixadores e intérpretes na corte dos Mutapa*”, in CARNEIRO, Roberto, e Matos, Artur Teodoro (Coord), *Congresso Internacional comemorativo do nascimento de D. João III*, Lisboa e Tomar, 2002, CHAM e CEPCEP, 2004, pp. 753-779.

RODRIGUES, Padre Francisco, *História da Companhia de Jesus na Assistência em Portugal, A Fundação da Província Portuguesa, 1540-1560*, Tomo I, Vol. I, (Origem, Formação e Ministérios), Porto, Apostolado da Imprensa, 1931.

RODRIGUES, Jorge Nascimento, e DEVEZAS Telasseno, “Portugal o Pioneiro da Globalização”, Centro Atlântico, Vila Nova de Famalicão, 2007, pp.22-26 e 124-140.

ROQUE, Ana Cristina Ribeiro Marques Roque, “*A Costa Oriental de África na primeira metade do século XVI segundo as fontes portuguesas da época*”, Tese de Mestrado de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, Repositório DH/FCSH/UNL, setembro de 1994.

_, Ana Cristina, “*Portugueses e Africanos na África Austral no Século XVI: imagens da diferença ao reforço da proximidade*”, in *Representações de África e dos Africanos na*

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

História e Cultura. Séculos XVI a XXI, Edição José Damião RODRIGUES e Casimiro RODRIGUES, CHAM, Ponta Delgada, 2011, pp 89-115.

ROSÁRIO, Fr. António do, OP, “*Missionação*”, Luís de Albuquerque (Dir.), Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

ROUFE, Gai, “*The Reasons for a Murder, Local Cultural Conceptualizations of the Martyrdom of Gonçalo da Silveira in 1561*”, *Cahiers d' Études Africaines*, LV., 219, 2015, pp 467-487.

SANTOS, Catarina Madeira, “Goa é a Chave de toda a Índia». Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)”, Lisboa, CNPCDP, 1999.

SANTOS, Maria Emília Madeira Santos, *Viagens de exploração dos portugueses em África*, Lisboa, Junta de Investigação Científica do Ultramar, Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.

SANTOS, Zulmira C., “*A Produção Historiográfica Portuguesa sobre a História Religiosa na Época Moderna: Questões e Perspectivas*”, *Lusitânia Sacra*, 2.^a série, 21 (2009), pp. 249-261.

SCHEBESTA, Paul, *Portugal: a Missão da Conquista no Sudeste de África*, Lisboa, Missionários do Verbo Divino, 2011.

SILVA, António da, *Mentalidade Missiológica dos Jesuítas em Moçambique antes de 1759, esboço ideológico a partir do núcleo documental*, Lisboa, JICU, 1967.

SILVA, Carmo da, “*Evangelização e Imprensa nos Séculos XVI e XVII na Índia*”, in Congresso Internacional de História Missiologia Portuguesa e Encontro de Culturas, Actas, Vol. II: África Oriental, Oriente e Brasil, Universidade Católica Portuguesa, Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Fundação Evangelização e Culturas, Braga, 1993, pp-125-147.

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

SOUSA, Teotónio R. de, “O Padroado Português do Oriente visto da Índia, instrumentalização política da religião”, *Revista Lusófona de Ciências das Religiões*, Ano VII, 2008, n. °13/14, pp. 413-430.

SOUSA, José Augusto Alves de, CORREIA Francisco Augusto da Cruz, *500 Anos de Evangelização em Moçambique*, Braga, Livraria A. I., 1998.

SOUSA, José Augusto Alves de, *Os Jesuítas em Moçambique 1541-1991*, No Cinquentenário do Quarto Período da nossa Missão, Braga, Livraria Apostolado da Imprensa, 1991.

SUBRAHMANYAN, Sanjay, *O Império Asiático Português 1500-1700 – Uma História Política e Económica*, s. l, Difel, s. d..

THOMAZ, Luís Filipe F. R, “Damão”, in *Dicionário de História dos Descobrimientos Portugueses*, (Dir.) Luís de Albuquerque, Vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp.334-335.

_, Luís Filipe F. R., *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, de 1994.

_, Luís Filipe F. R., “*Descobrimientos e Evangelização, da cruzada à missão pacífica*”, in *Congresso Internacional de História ‘Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas’*, Braga, Actas, Vol. I, UCP e Fundação Evangelização e Culturas, 1993, pp.81 a 129.

_, Luís Filipe F. R., “*Estado da Índia*”, in *Dicionário de História dos Descobrimientos Portugueses*, (Dir.) Luís de Albuquerque, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

_, Luís Filipe F. R. “*Expansão Portuguesa e expansão europeia. Reflexões em torno da génese dos descobrimientos*”, Lisboa, *Studia* 47, pp 371-416.

_, Luis Filipe F. R, *L’Expansion Portugaise dans le monde, XIV-XVIII siècles*, Paris, Chandeigne, 2018.

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

_ , Luis Filipe, F. R., “*Missões*”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, da Universidade Católica, (Dir.) Carlos Moreira de Azevedo, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp 159-317;

- VILA-SANTA, Nuno, *D. Afonso de Noronha, Vice-Rei da Índia: Perspectivas políticas do Reino e do Império em meados de Quinhentos*, Edição Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores, dezembro de 2011.

_ , Nuno, “*A Coroa e o Estado da Índia nos Reinados de D. Sebastião e D. Henrique: Política ou políticas?*” *Lusitânia Sacra*, 29 (janeiro-junho 2014), pp 41-68.

_ , Nuno, “*D. Constantino de Bragança*”, in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.fcsh.unl.pt/eve>.

_ Nuno, “*Francisco Barreto*”, in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.fcsh.unl.pt/eve>.

WIKKY, José, *Mais documentos de Miguel Vaz Coutinho Primeiro Vigário-Geral de Goa (princípios de 1545)*, Lisboa, *Studia* 27-28, pp 145-154.

XAVIER, Ângela Barreto, *A Invenção de Goa. Poder Imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

ZUPANOV, Inés, G., *Missionary Tropics, The Catholic Frontier in India (16th-17th Centuries)*, Ann Harbor, Michigan, The University of Michigan Press, 2005.

ZUPANOV, Inés, G., “*I am a great sinner*”: *Missionary Dialogues in India (16th century)*”, *JESHO* 55 (2012), pp. 416-446.

ANEXOS

Lista ANEXOS

- 1- **Anexo: Epistolografia** sobre as missões na Índia de 1556 até setembro de 1559, e das missões realizadas por Gonçalo da Silveira e seus companheiros na Costa Oriental de África entre 1560-1561;
- 2- **Anexo:** Fórmula de Francisco Xavier, S. J., de 15 de março de 1540- manuscrito;
- 3- **Anexo:** GOA 27- ARSI: Acta de 22 de abril de 1541, eleição de S. Inácio de Loyola e tomada de votos dos jesuítas- manuscrito;
- 4- **Anexo:** Carta de Inácio de Loyola de 14 de maio de 1553 a todos os provinciais- fragmentos manuscritos, in BND, pba-745-7;
- 5- **Anexo:** GOA28 ARSI: elenco dos jesuítas partidos para a Índia entre 1541-1611- manuscrito;
- 6- **Anexo:** Capa (frontispício) do Livro de Balthazar Tellez, “*Crónica da Companhia de Jesus na Província de Portugal*”, 1645-47;
- 7- **Anexo:** Mapa com imagem de Goa, Damão e Baçaim- DI, IV, p.38*/1;
- 8- **Anexo:** Mapa de África do Sul e Oriental, de Bartolomeu Velho, 1561;
- 9- **Anexo:** Mapas com descrição fortaleza e porto de Sofala, 1669, na coleção Gran Duque Cosimo III, de Medici, Florença (in “*The global eye. Dutch, Spanish and Portuguese maps in the collections of the Grand Duke Cosimo III de’ Medici*, Angelo Cataneou (aut.), Sabrina Corbellini (aut.), Florença/Lisboa: CHAM — Centro de Humanidades (Apoio), Mandragora, 2019, 244p”);

- 10- **Anexo:** Mapa viagens de viagens de Gonçalo da Silveira, Francisco Barreto e Vasco Fernandes Homem, 1560-1576, imagem disponível na Torre do Tombo;
- 11- **Anexo:** Agiologio Lusitano, de Jorge Cardoso, de 1652: Fragmentos de imagens sobre a figura de Gonçalo da Silveira;
- 12- **Anexo:** Gravura de Cornelius Hazartt S. I. (1617-1690), “*Fiechkeleyinke Historie vand geheele weireedt, het teweedchel, vervattende de Historirie der Mooren, Antwerpen, by Michael Knobbaert*”, 1668, collection Hany n.º3128, **in ARSIRR: Repertori**, fol. 106, Iconografia fotográfica Lamalle , S-253 (sobre morte de Gonçalo da Silveira, e republicada no livro de Hubert Chadick, S. J., “*Life of the Venerable Gonçalo da Silveira, Pionnier Missionary and Proto-Martir of South Africa*”, New York, 1910).
- 13- **Anexo:** Mapa Império Monomotapa;
- 14- **Anexo:** Processo de Gonçalo da Silveira para beatificação (instruído em Évora), na Postulazione/ARSI, fragmentos.

Anexo 1:

Epistolografia, nomeadamente sobre as missões na Índia de 1556 até setembro de 1559, e das realizadas por Gonçalo da Silveira e seus companheiros na Costa Oriental de África entre 1560-1562

<p>Carta de Gonçalo da Silveira a sua irmã D. Filipa de Vilhena e seu cunhado D. Luís</p> <p>1</p>	<p>In imagem e virtude do noviciado de Coimbra, do Padre António Franco</p>	<p>Fontes: Berta Leite, D. Gonçalo da Silveira, 1945, págs. 232-233 Barbosa Machado, Biblioteca Lusitana, 19-21</p>
<p>Carta de Gonçalo da Silveira ao padre Miguel Torres</p> <p>2</p>	<p>In imagem da virtude no noviciado de Coimbra Tomo II, Livro I (cap.s12 a 14) Braga, Ida para o Porto/e Braga em pregações</p>	<p>Berta Leite, ob. cit. p.234-236</p>
<p>Carta do Padre Simão Rodrigues aos Padres João C. e Gonçalo da Silveira – 28.12.1549</p> <p>3</p>	<p>Com instruções para Gândia</p>	<p>Berta Leite, ob. cit, 225-226</p>
<p>Carta de Gonçalo da Silveira a Inácio de Loyola, de 3 dez 1553</p> <p>4</p>	<p>Desde S. Roque, actividade na Igreja, com pregações, confissões, comunhões, assistência nobres. EE à infanta D. Isabel</p>	<p>Epist. Mixtae 3, p.652</p>
<p>Carta de Gonçalo da Silveira a Inácio de Loyola, de Lisboa, 1 Jan. 1555</p> <p>5</p>	<p>Sobre pregações do Padre Gonçalo Vaz e muita assistência na Igreja. Natal comungaram 4000 pessoas; EE com Irmãs franciscanas. Doações para construção nova Igreja</p>	<p>Litt Quadri. III, pp229-238</p>

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

<p>Carta de D. João III para o padre Melchior Carneiro, SJ, Vice-Provincial da Índia, fim Março de 1555</p> <p>6</p>	<p>S envio este ano de 12 padres da Companhia</p>	<p>DI – III Do. 50</p>
<p>Carta do Infante D. Luis a D. Pedro Mascarenhas, de Lx, 23.03.1555</p> <p>7</p>	<p>Sua Alteza este ano envia doze padres da Companhia de Jesus que são para converter o mundo e que os deveis estimar mais que gente de guerra</p>	<p>DI III Doc. 49 p.267</p>
<p>Carta de 2.04.1555, de Gonçalo da Silveira para o Padre Inácio de Loyola, Lisboa</p> <p>8</p>	<p>Diz que nos meses de Jan até Abril tem passado a preparar-se para as Índias E a doutrinar 2 dias por semana e aos Domingos e festas P. Gonçalo Vaz pregou e fez uma prédica na Quaresma, no Palácio</p>	<p>Litt. Quadri. III, pag.315 Berta Leite, ob. cit, 253-254</p>
<p>Carta de 28.06.1555, de Gonçalo da Silveira para o P. Francisco de Borja, de S. Roque</p> <p>9</p>	<p>Dá conta do fruto que faz a Companhia de Jesus em Portugal Crescimento das confissões, comunhões e devoções Do começo da Igreja de S. Roque com missa de bênção pontifical 27 de junho Rei quis que a invocação fosse S. Roque</p>	<p>Litt. Quadri., III, pag.526. Berta Leite, ob. cit., pp 255-277</p>
<p>Carta de Gonçalo da Silveira a Inácio de Loyola 6 de agosto de 1555</p> <p>10</p>	<p>Sobre actividade da Casa de S. Roque, e o estado e processo espiritual das almas dos próximos Gente nova e nobres para as predicas, confissões e comunhões, cada semana comungavam 200 pessoas. Inicio da construção nova Igreja</p>	<p>Litt. Quadri. III, pág. 543 Berta Leite, pp. 258-260</p>
<p>Catálogo dos membros da Companhia de Jesus</p> <p>11</p>	<p>que em 1556 foram para as missões do Oriente, incluindo Silveira</p>	<p>DI III Doc. 86 P.483</p>

<p>Carta de Gonçalo da Silveira, desde Cochim, janeiro de 1557, ao Padre Gonçalo Vaz de Melo</p> <p>12</p>	<p>sobre os sucessos desde Lx até Goa</p> <p>Partida para Baçaim, Chaul e Tana</p> <p>Batismo de 45 cristãos em Tana, mulheres, homens e crianças</p>	<p>Berta Leite, ob. cit. 261-267 Doc. BAL 49-IV-50 fls 49v-54r</p> <p>DI III Doc.102</p> <p>DPMPPPO 27</p>
<p>Carta de G. Silveira, a Inácio de Loyola desde Cochim, desde Cochim, -27 de Janeiro 1557</p> <p>13</p>	<p>Sobre ida ao Preste João do Bispo André de Oviedo e outros Casa de Cochim e inadequação das casas da Companhia</p>	<p>DI, III Doc. 101 pp. 610-620</p>
<p>Carta de Gonçalo da Silveira, janeiro 1557, de Cochim, ao Padre Inácio de Loyola, em Roma</p> <p>14</p>	<p>Pedido de licença para ler livros sobre seitas e ritos de infiéis, judeus, mouros e gentios, e graça (poder) para absolver em qq. parte qq. penitentes no caso de heresia</p> <hr/> <p>Condições daqueles que devem ser enviados: 1.º Fervor p mortificação e padecimento por amor e glória de Deus; 2.ª Disposição para a virtude, forte e flexível Sugestão mudar-se o tempo da Quaresma e o número dos jejuns a arbítrio dos prelados</p>	<p>Doc. ASI Goa 8, I (i), fls. 99r-102v</p> <p>DPMPPPO Vol. VI Doc. 28 pp. 202-210</p>
<p>Carta do Padre Gonçalo da Silveira, de Goa, para o Padre Miguel Torres, Provincial, ano de 1557</p> <p>15</p>	<p>Descoberta de um escrito na arquinha da Igreja e tb. na Igreja de S. Domingos S/ entendimento quanto ao levantamento de processos de devassas e prisão de 15 -16 pessoas</p> <p>Atitudes políticas quanto aos cristãos novos</p> <p>Descoberta escrito na Igreja de Cochim atribuída a cristãos novos</p>	<p>DHMPPPO, Doc. 30, p.216-231 Silva Rego VI Vol. 1555-1558, FO e CNPCCDP, 1994</p> <p>Doc. ASI, Goa, 8-1, fls. 130-131, 163-163V</p>

<p>Carta do Padre Gonçalo da Silveira para o Padre Miguel Torres ano de 1557</p> <p>16</p>	<p>Sobre instruções recebidas do provincial de Portugal, e relações com o padre Francisco Rodrigues SJ, como colateral</p>	<p>DHMPPPO Doc. 31, p.232-238</p> <p>VI Vol. 1555-1558, e Doc. ASI, Goa, III Fls. 421r-424v DI IV, doc. 116, p.758</p>
<p>Carta de Gonçalo da Silveira, desde Cochim, ao Cardeal D. Henrique Jan 1557</p> <p>17</p>	<p>Solicitando a vinda da Inquisição contra cristãos-novos e judeus e aludindo ainda aos Brâmanes</p>	<p>DI IV Doc. 1 p. 610</p>
<p>Carta do Padre Melchior Carneiro ao Cardeal d. Henrique, 20 dez 1557 Goa</p> <p>18</p>	<p>Solicitando vinda Inquisição</p>	<p>DI IV Doc. 2</p>
<p>Carta do Geral- por Padre Polanco, Roma, agosto 1558</p> <p>19</p>	<p>Sobre a conversão de infiéis e conservação de princípios a observar na India Visitas a hospitais Sobre Casas e Colégios</p>	<p>DI IV Doc. 13</p>
<p>Carta do P. António Costa, Goa, 26.12.1558, por comissão de G. Silveira, Provincial</p> <p>20</p>	<p>Chegada a 3 de setembro de D. Constantino de Bragança a Goa. No Colégio os sacerdotes ocupam-se a pregar e confessar P.G. S pregam Silveira e P. Francisco Rodrigues Silveira “com os fervores acostumados” Ida de Silveira na Quaresma passada com Francisco Barreto a Chaul, a Tana, e a Baçaim na companhia do Governador</p>	<p>DI IV Doc. 26</p>
<p>Carta de Luís Fróis aos irmãos na Europa, desde Goa, 12.11.1559</p> <p>21</p>	<p>Ida a Damão com o Governador e conquistas Missa na Mesquita</p>	<p>DI IV Doc. 36 p. 271, 278, 282</p>

<p>Carta do Irmão Luís Frois, do colégio de Goa, 14.11.1559</p> <p>22</p>	<p>Sobre batizados solenes Pregações de Silveira Vinda de Sebastião de Sá de Moçambique (capitão-mor de Sofala e Moçambique de 1557-1560) e vinda de um filho do rei de Inhambane fazer-se cristão Que Manomotapa dizem que deseja muito tb conversação e comercio c. Portugal Padre Provincial pelas informações desse reino determina este ano mandar lá alguns este ano</p>	<p>DHMPPPO, VII Doc. 70 p.327 e segs 362-3</p>
<p>Carta do Padre Francisco Rodrigues ao P. Geral, Lainez, em Roma, em 17.11.1559, Goa</p> <p>23</p>	<p>Sobre virtudes de G. Silveira, e ida para Moçambique. Mal-entendidos entre Silveira e o Vice-Rei</p>	<p>DI IV Doc. 45 secunda via</p>
<p>Carta do P. António Quadros (Provincial) ao P. Geral Lainez, 18.11.1559, Goa</p> <p>24</p>	<p>Sindicação de todos os da Província da India: P. G.. Silveira Sobre virtudes e este ser "muito áspero na pregação e conversação"</p>	<p>DI IV Doc. 47</p>
<p>Carta do Padre Melchior Carneiro ao Padre Lainez, em Roma, de 20.11.1559</p> <p>25</p>	<p>Sobre características e missões do Padre G Silveira</p>	<p>DI IV Doc. 49</p>
<p>Carta de Gonçalo da Silveira ao P. Geral Lainez, em 25.11.1559</p> <p>26</p>	<p>Representar os desejos de um malavar Pedro Luis de se fazer jesuíta, criado nas casas dos jesuítas Ida sua e dos companheiros até Moçambique em Missão</p>	<p>DI IV Doc. 51</p>
<p>Carta de Gonçalo da Silveira, aos companheiros de Coimbra, de 25.11.1559</p> <p>27</p>	<p>Missão à Cafraria por comissão do Provincial Expectativas sobre a conversão de gentios, muito diferente dos muçulmanos e judeus <i>"são de juízo e boa inclinação e brandos para lhes imprimir a n/santa religião"</i></p>	<p>DI IV 52 GOA 10 II 4759-78v, fl 271-74 et n.º182 B. Leite, D. Gonçalo da Silveira 308-10 e texto 1: 315-20 Couto, Dec. VII, Liv.5, cap.2</p>

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

<p>Carta de Gonçalo da Silveira ao Geral P. Lainez, desde Goa, 27.11.1559</p> <p>28</p>	<p>Sobre o bispo de Cochim que chegou esse ano, D. Jorge, da Ordem S. Domingos, com notícias da Cafraria e de Moçambique</p>	<p>DI IV Doc. 56</p>
<p>Carta de Polanco, por comissão do P. Geral Lainez ao P. Gonçalo da Silveira, 13.12.1559, Roma</p> <p>29</p>	<p>Contem instruções sobre as cartas para a Província serem escritas mensalmente, e quanto às condições das escritas para Roma</p>	<p>DI IV 58</p>
<p>Carta de Gonçalo da Silveira, de 12.02.1560, desde Moçambique ao P. António Quadros, Provincial</p> <p>30</p>	<p>Viagem desde Chaul Qd ia a embarcar para Inhambane, de pangaio Negociar provisões Algumas missas na capela DN S. Baluarte Capitão Pantaleão de Sá Esperanças boas sobre Monomotapa</p>	<p>DI IV 65 Godinho, Vita Silveira, 2, c.2 Goa 37, ff 202r-03v B. Leite, 321-236 Paiva e Pona, pags.19-22</p>
<p>Carta do rei de Tongue - Inhambane ao Vice-rei D. Constantino, de 20 de Maio de 1560</p> <p>31</p>	<p>Aceitação de receber batismo</p>	<p>DI IV 70-A Paiva e Pona 50-52</p>
<p>Carta do Padre André Fernandes, de Tongue, 24.06.1560</p> <p>32</p>	<p>Viagem até Moçambique. Viagem de caravela até Sofala 27 dias Doenças de André Fernandes, Irmão André Costa e G. Silveira Má alimentação João Raposo "Língua" Batismo Rei de Tongue + 400 pessoas</p>	<p>DI IV Doc. 71 Pp561-569 B. Leite, 340-54 Paiva e Pona, 22-30</p>

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

<p>Carta do P. André Fernandes, de 25.06.1560 a Luís Fróis, em Goa, desde o Reino de Tongue</p> <p>33</p>	<p>Sobre a qualidade da terra e gentes Interesse dos nativos em serem cristãos Tarefas das mulheres nos campos e doméstico Ocupações homens. Caça. Trajes</p>	<p>DI IV Doc. 72 Pp569-575</p> <p>B. Leite, 355-58 Paiva e Pona 30-35</p>
<p>Carta do Padre André Fernandes aos padres e irmãos do Colégio de Goa, 26.06.1560, desde Tongue</p> <p>34</p>	<p>Viagem de Chaul a 2 de janeiro p Moçambique e chegada a 4.02. Em Inhambane encontraram 5 portugueses a comerciar por conta do Rei de Portugal Licença do rei de Inhambane para batizar</p>	<p>DI IV 73 Pp 575-582</p> <p>B. Leite 359-63 Paiva e Pona, 36-42</p>
<p>Carta de Gonçalo da Silveira, desde a ilha de Moçambique, ao Padre-Geral em Roma, em 8.Ago.1560</p> <p>35</p>	<p>Descreve a ida até Inhambane e sua missão (evoca N. S Assunção), e sobre a futura missão ao R. Monomotapa Propor a santa-fé aos gentios homens negros/Mokaranga. Sente-se consolado com as conversões em Africa</p>	<p>DI IV Doc. 76</p> <p>Berta Leite 342-343 Piva e Pona pp42-43</p>
<p>Carta de Gonçalo da Silveira, da ilha de Moçambique para padres e os irmãos de Goa, depois de tornar do Reino de Inhambane, 9.AGO.1560</p> <p>36 (19)</p>	<p>Narra Batismo Rei Tongue que padre André Fernandes e irmão Costa ficam a começar Igreja e Casa Batismo de 450 pessoas até ao embarque</p>	<p>DI IV Doc. 77 p.588</p> <p>B. Leite, 344-48, 377-38 Paiva e Pona 42-48</p> <p>Godinho, Vita Sylveirae bb2, c5</p>
<p>Carta do P. António Quadros ao Padre Geral Laynez, Goa, 27.10.1560 3 via</p> <p>37</p>	<p>Outros acontecimentos Projetos de D. Constantino de Bragança ao serviço de Deus na Costa de Comorim</p>	<p>DI IV 86</p>
<p>Carta do irmão Costa Baltazar de 16 Nov. 1560, de Goa, ao padre Marco Nunes, em Portugal</p> <p>38</p>	<p>Sobre envio do padre G Silveira, A. Fernandes e Irmão André Costa à Cafraria, Inhambane Dá conta já da partida de Silveira para Monomotapa, com esperança da sua conversão,</p>	<p>DI IV</p>

	<p><i>“aquele rei venha em verdadeiro conhecimento”</i> E que a terra para onde vai é muito doentia; Que o clima em Inhambane é melhor, mas no interior é muito doentia, Descreve alguns usos Faz alusão à carta recebida do Rei de Inhambane</p>	<p>Doc. 90 Paiva e Pona 48-50</p>
<p>Carta do P. Luís Fróis dirigida aos Colégios da Companhia de Jesus em Portugal, Goa, 13.11.1560 39</p>	<p>Batismos solenes em 1559 =3271 Ida dos irmãos às aldeias ao domingo de manhã, difusão evangelho e doutrina cristã. Levam interpretes 1556 batizaram 42 cristãos 1557 idem 1081 cristãos 1558 idem 1916 cristãos 1559 idem 3261 cristãos 1560 idem 30.742 cristãos</p>	<p>DHMPPPO, Silva Rego Vol. III 1560-1561 Doc.19 p.52-112 ----- DI IV Doc. 88 Pp643-693 BAL, 49-IV-50 (1) Fls. 231v-234r BNL.FG, n.º4534, fls.133-148V</p>
<p>Carta do Padre André Fernandes, de 3.06.1561 para o irmão Mário, desde Tongue 40</p>	<p>Sobre a doutrinação feita em Africa e as dificuldades nesse trabalho</p>	<p>DI V Doc. 25 Pp147-148 Paiva e Pona p.52</p>
<p>Carta do Padre André Fernandes para irmão Gaspar, em Portugal, 3 de Junho de 1561, desde Tongue 41</p>	<p>Sobre as infinitas superstições dos nativos, dificuldades de deixarem as mesmas</p>	<p>DI V Doc. 26 Paiva e Pona P 53</p>
<p>Carta do padre André Fernandes Aos companheiros em Portugal, desde Tongue, de 3 de junho de 1561 42</p>	<p>Sobre a doutrinação e batizados efetuados</p>	<p>DI V Doc. 27</p>

<p>Carta do padre Luis Fróis, 15.12.1561, de Goa, aos seus companheiros na Europa</p> <p>43</p>	<p>Descreve a viagem de Silveira e seus companheiros até Inhambane e a seguir até ao Monomotapa, e sobre a morte daquele.</p> <p>Sobre este ter negociado com Sebastião de Sá panos para oferecer ao Monomotapa “pessas necessárias ao Rei”</p> <p>Partida de Moçambique com 6 portugueses a 18.09.1560</p> <p>Sofreram uma tempestade perto do rio Mafuta, a 90 leguas de Moçambique (entre Moçambique e Sofala)</p> <p>3 dias em Mafute (acompanhado por Calisto, um Indiano). Em terra contacto com o rei Mingoachane, rei de Quíloa mouro que os acolheu</p> <p>Não se quis deter ali Silveira</p> <p>Principal objectivo era converter Monomotapa</p> <p>Partida para Cuama Grande onde sofreram nova tempestade</p> <p>Paragem na baía de Linde onde ficaram 13 dias</p> <p>Entrada da fusta no Cuama e exortação aos portugueses</p> <p>Recolhimento</p> <p>Chegada a ilha de Ilnamgoma passados 8 dias</p> <p>Chegada Sena onde estavam 10/15 portugueses e cristãos da Índia...</p> <p>Cristãos amancebados. Fá-los casarem-se...</p> <p>Descreve o resto da viagem até perto do Monomotapa, e como foram acolhidos</p> <p>25 depois da chegada Rei aceita batizar-se</p> <p>Intriga dos mouros e morte</p> <p>Sobre a razão da morte de G. Silveira</p> <p>Batismo de 50 pessoas antes da morte</p> <p>Envio de objectos da missa</p> <p>Alude a 2 cartas escritas ao P. A. Quadros e ao capitão de Sofala sobre os sucessos, que se perderam</p>	<p>DI V Doc. 54</p> <p>pp-333-349</p> <p>Paiva e Pona 54-70</p>
--	---	---

<p>Carta de Luis Fróis de 15.12.1561 desde Goa, para o irmão Toscano, em Portugal (recebida em 1562)</p> <p>44</p>	<p>O martírio de G. Silveira e da impossibilidade deste fugir</p> <p>Que falou com Pantaleão de Sá sobre isso</p> <p>Na comum voz do povo é tido por santo e mártir glorioso</p>	<p>DI V Doc. 55 Pp349-354</p>
<p>Carta de António Caiado, desde Monomotapa, /sem data (março de 1561?)</p> <p>45</p>	<p>Sobre a razão da morte de G Silveira</p> <p>Batismo de 50 pessoas antes da morte</p> <p>Envio objectos da missa</p>	<p>DI V Doc. 22 pp.125-129</p> <p>Paiva e Pona 70-73</p>
<p>Carta do Padre Paio Correia, de Cochim, em 12.01.1562 a frei Bento Toscano</p> <p>46</p>	<p>Sobre o envio de Silveira e o seu martírio</p> <p>Como exemplo de virtude</p>	<p>DI V Doc. 68</p> <p>pp.478-481</p> <p>Paiva e Pona p. 73-76</p>
<p>Carta do irmão António Fernandes, de Goa, 15.09.1562, aos Padres e irmãos da Companhia de Jesus em Portugal</p> <p>47</p>	<p>Descreve a viagem de Portugal até à Índia</p> <p>Viagens das naus Rainha, esperança, Tigre e S. vicente até á Índia. Chegada a Moçambique 13.07.1562, onde encontraram os padres Luis de Gois e Pero de Tovar (que tinham sido enviados pelo P. Quadros), e onde ficaram 27 dias. Regresso destes jesuítas a Goa com o Padre André Fernandes.</p> <p>Partida da nau Rainha em 6.08.1562 e chegada a Goa em 4.09.1562</p>	<p>DI V Doc. 78</p> <p>pp. 534-547</p>
<p>Carta do Padre Baltazar Costa, de Goa, aos seus companheiros em Portugal, e para os padres que residem no Japão 4 dez, 1562</p> <p>48</p>	<p>Faz eco da satisfação da chegada em 1562 a Goa dos companheiros da Europa</p> <p>Descreve sobre a actividade de todos os companheiros em Goa, Fala do envio de 2 companheiros à cafraria devido à morte do padre Silveira</p> <p>Fala do regresso destes 2 padres e do Padre André Fernandes que estava muito doente e magro</p>	<p>DI V. Doc. 88</p> <p>pp.585-616</p>

<p>Carta do P. André Fernandes, de 5.12.1562, desde Goa, para os Padres da Companhia de Jesus em Portugal</p> <p>49</p>	<p>Descrição geral sobre usos e costumes, tradições do Reino de Inhambane, alimentação, feitiçaria, casamentos</p> <p>Descreve a caça por parte dos nativos e morte de um elefante</p> <p>Descreve o gosto dos nativos para cantar e dançar; o sítio onde enterram os mortos; o custo de uma mulher é igual ao de uma vaca; os furtos, as mortes provadas e o adultério não eram castigados; eram indómitos e indisciplinados e Viu-se em perigo perante os nativos quando os repreendia</p> <p>Sentia que tinha os feiticeiros contra si e estes o temiam.</p> <p>Viu que o rei da terra não o sustentava (passou fome)</p> <p>Das razões do seu regresso: Recebeu ordem do Provincial, de Goa</p>	<p>DI V Doc. 91</p> <p>pp.634-648</p> <p>Paiva e Pona, p-76-91</p>
<p>Carta do Prepósito Geral Padre Lainez, de Trento, 1.2 jan. 1563 ao Padre António Quadros, em Goa</p> <p>50</p>	<p><i>Alusão às mortes de Francisco Xavier e de Gonçalo da Silveira, sobre as missões visando a conversão de infieis</i></p> <p><i>Mas que essas mortes serviriam como semente de que se colheria muito fruto.</i></p>	<p>DI V DI 101</p> <p>pp 693-699</p>
<p>Carta do Padre André Fernandes para Padre Pedro Fonseca, desde Cochim, 16.01.1563</p> <p>51</p>	<p>Descrição de flora e zoologia de Africa, Índia, Japão, etc.</p> <p>Descrição de plantas de Moçambique com efeitos medicinais que são usadas pelos nativos e pelos portugueses que ali viviam</p>	<p>DI V Doc. 110 pp.725-736</p>
<p>Carta do Padre António Quadros, Provincial da Índia, de Cochim de 18.01.1563, ao Padre Lainez</p> <p>52</p>	<p>Descreve a morte do <i>Padre Dom Gonçalo, “que está em glória”</i>; depois de sua morte <i>“chegou novo Vice-Rei , o qual, por se dizer que estava o rei de Monomotapa arrependido de aver morto o Padre, determinou estando em Goa de mandar laa embaixadores com elle forão</i></p>	<p>DI V Doc. 111</p> <p>pp.735-747</p>

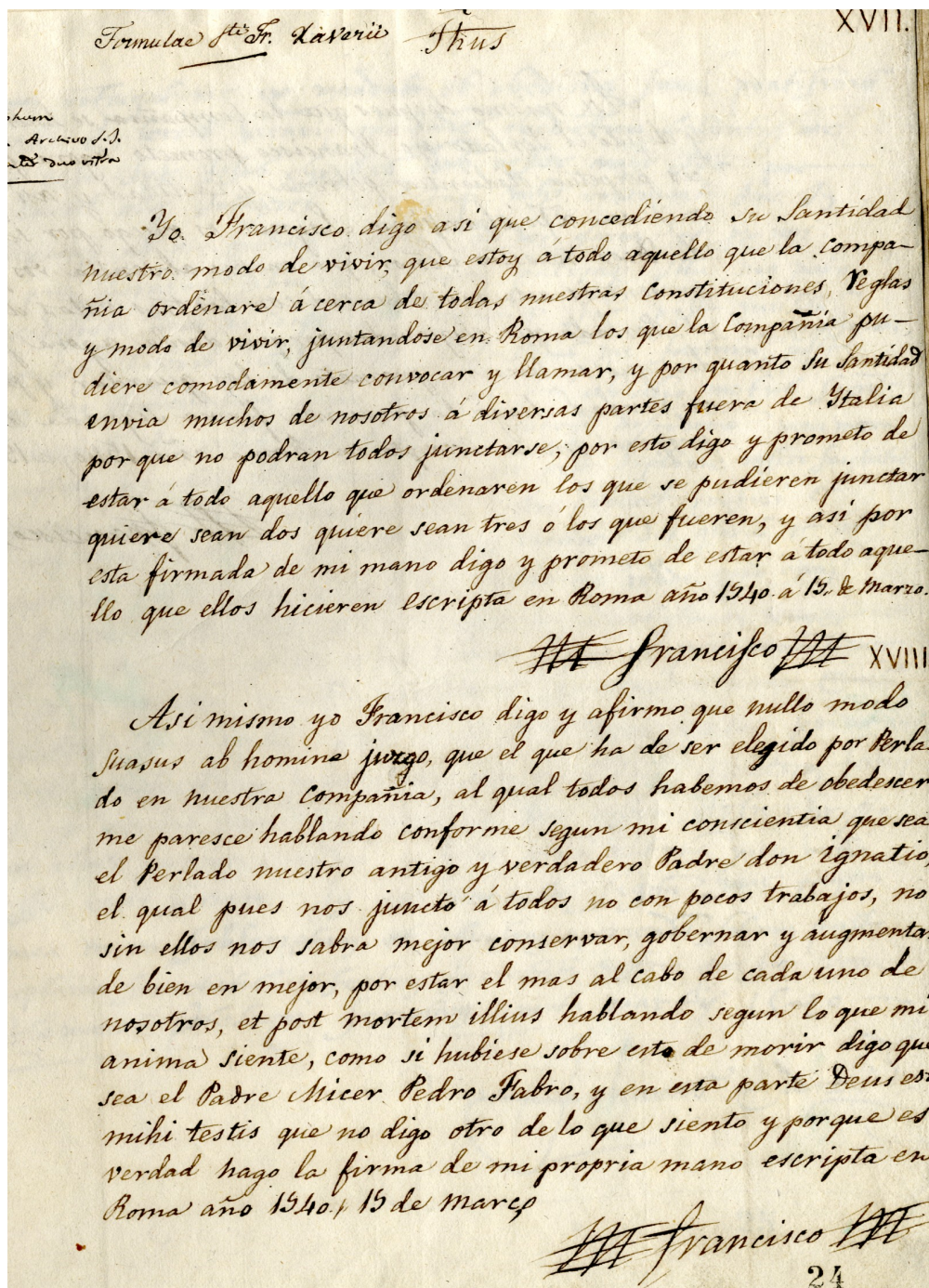
	<p><i>dous Padres. E porque o Vice-Rei nesta embaixada nao pretendia tanto ho serviço de Deus como próprio emteresse, o quai prejudicava muito ao intéresse do capitão que laa estava.” Também fala das dificuldades da missão no Preste João, e de que estão cativos vários jesuítas.”</i></p> <p><i>Aborda a morte do P.e Patriarcha no Preste, o qual a 22 de dezembro faleceu e é considerado na vida eterna e bem-aventurado.</i></p>	
--	--	--

Anexo 2:

“Fórmula” da Companhia de Jesus, manuscrita por Francisco Xavier, s. j.,

em 15 de Março de 1540

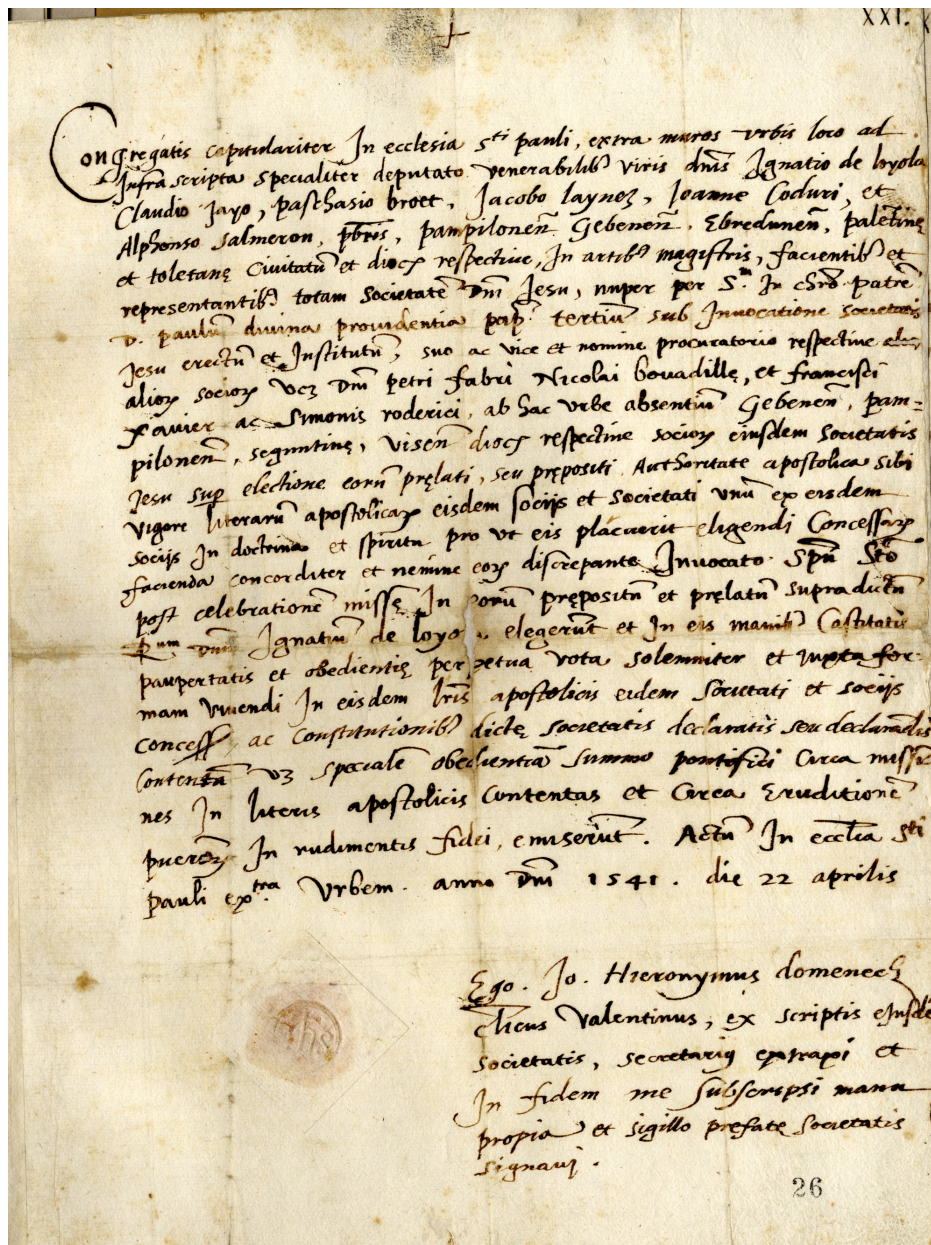
Fonte: ARSI - História Societatis 1.^a, 24



Nesta “fórmula”, Francisco Xavier, junta-se aos seus companheiros e manifesta disposição de estar ao serviço do Papa para aquilo que este quiser convocar e chamar para as missões fora de Itália, bem como à eleição de Inácio de Loyola para o governo da companhia.

Anexo 3

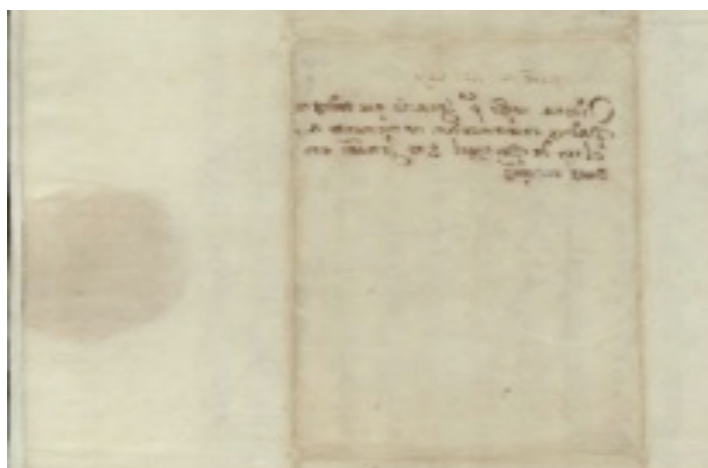
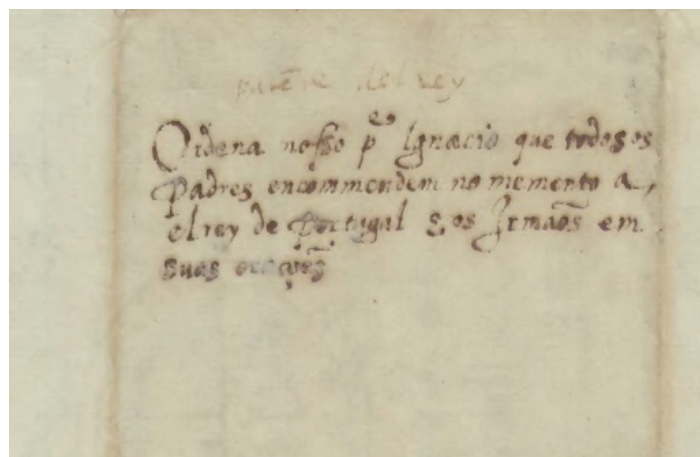
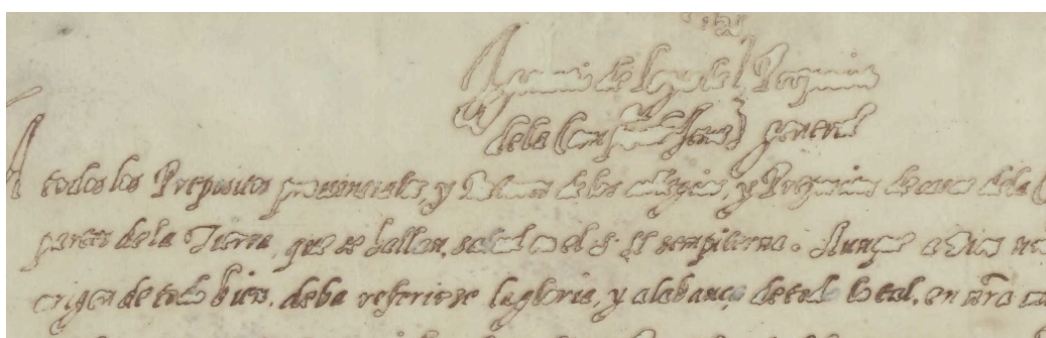
Fonte: ARSI, GOA 27- Historia Societatis 1.^a, 26v-27



Eleição de Santo Inácio de Loyola como Prepósito geral, e com os votos perpétuos de pobreza e obediência, e voto especial de obediência dos companheiros ao Sumo Pontífice, em 22 de Abril de 1541, na Igreja de São Paulo Extra-Muros, Roma.

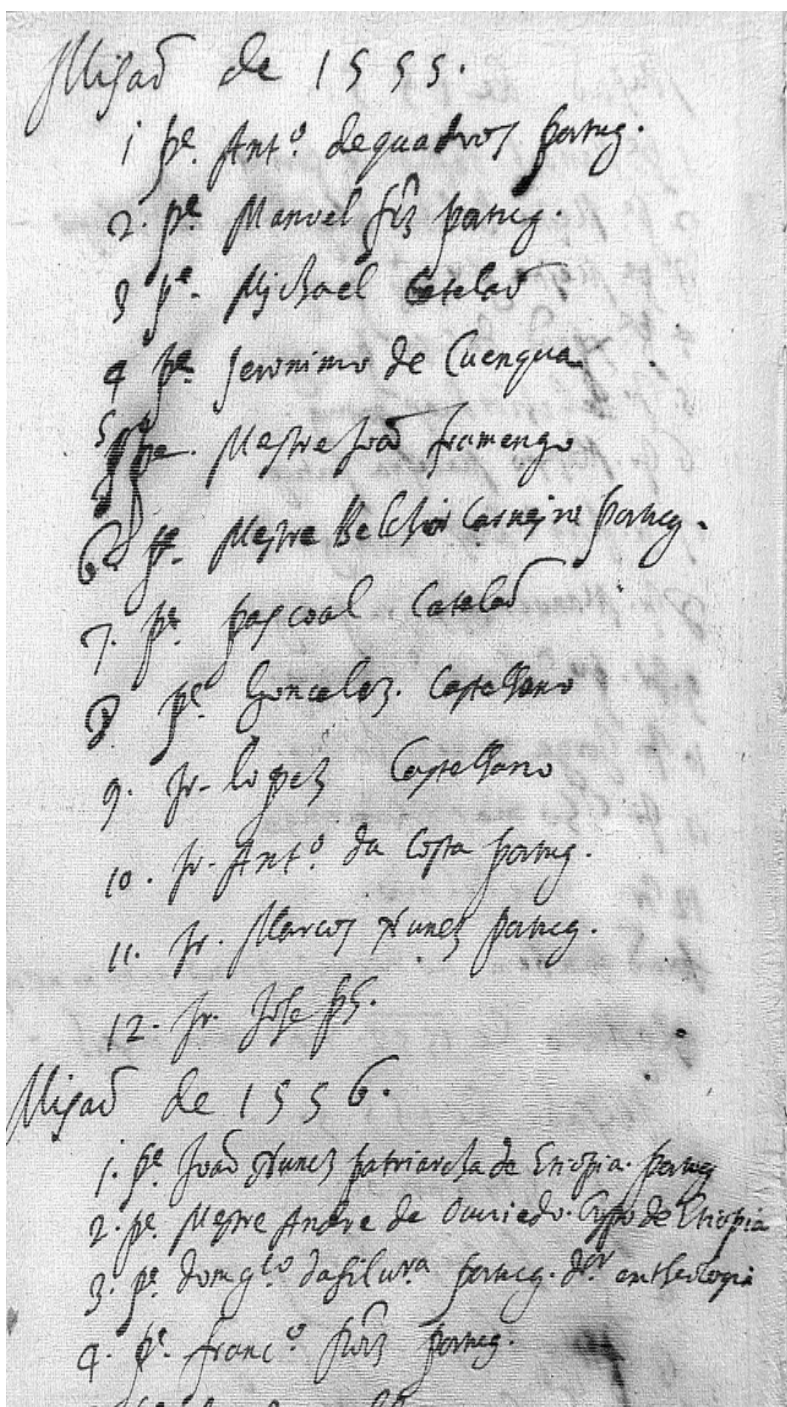
Anexo 4

Carta de Inácio de Loyola de 14 de maio de 1553 a todos os provinciais,
Fragmentos da Carta patente de S. Inácio de Loyola dirigida a todos os prepositos,
provinciais, reitores de colégios das casas da Companhia de Jesus em quaisquer regiões e
partes da Terra (Inácio de Loyola, 14 de janeiro de 1553, papel, BND – Biblioteca Nacional
de Portugal pba-745-7, cópias digitais



Anexo 5

Fonte: ARSI: GOA28: Catálogo dos missionários jesuítas enviados para as missões no Oriente entre 1541 e 1561, onde figura o grupo que partiu em 1556 com Gonçalo da Silveira (2 docs.)



<p>1565</p> <p># P. Fernando Alonç Boletrã s. Berl. } a # P. Gabriel Dohner cast } 16 # P. Alexandrino italiano mmur. s. s. m. } # P. Pers. Honor. catalã # P. Joam balthista zibera cast. # P. P. Argudo valenciano 6.</p>	<p>1566</p> <p>Neste Anõ na fora s. s.</p>
<p>1567</p> <p># P. Domingos Alunç s. s. } # P. Gaspar tauares } 17 # P. Gaspar diaz } # P. Domingos Lopez } # P. Ozgantino italiano # P. Joam Fir. italiano # P. Joam Roiz catalã # P. P. Texeda. Jr. Vcboa cast. # P. Rivera diacos catalã 10</p>	<p>1568</p> <p># P. Gonçalo Alunç Visitador } 18 # P. Manoel Lopez balthista s. s. } # P. Gaspar fernandez p. 3</p>
<p>1569</p> <p>Neste nam foram s. s.</p>	<p>1570</p> <p># P. Fr. de Monclara por } 19 # P. Estuan Lopez por } # P. Domingos s. s. p. s. s. Jr. 4</p>
<p>1571</p> <p># P. Domingos Cardosa } abos falcondia # P. Fernam d'auarã cast. } mige # P. Julgenus Freze } falcondia na trage # P. Baltasar durayro } # P. Jeronymo cast. } # P. Manoel de pauca } # P. Baltasar Lopez Jr. Lagos Lopez } 8</p>	<p>No de 1572 e 73. Nam foram s. s.</p>
<p>1574</p> <p># P. Alexandre Valgondano tal Visitador } # P. Rui Vicente q. f. na India } # P. Marcaluz Douca e Berl. } # P. Nunes Roiz } # P. Gomez d'amaral } # P. P. d'fonseca P. Ant. ueloz P. Fernam d'omeyros } # P. Ant. de Monferrate } # P. Fr. zera } P. Viperã Italo # P. Juho piano Italy } # P. Bartholomeu Wilson Italy } # P. Ant. Lino Italy } # P. Fr. de miorã Italy } # P. Pers. Zamun cast. } # P. Alonso Jr. galles. } # P. Joam de Ambrã cast. } # P. Joam Luis cast. } # P. f. Conf. fernandez Italy } # P. Joam balthista } de joam balthista</p>	<p>1574</p> <p># P. Manoel Cabrel p } # P. Andre cabreira cast } # P. Marcos frumengo } # P. Dionysio. cast. } # P. Pers. dasim } # P. Jacome de Braga } 6</p>
<p>1575</p> <p># P. Pers. Damixer cast } # P. Pers. de Mercado Italy } # P. Pers. valenciano } # P. Martin Suisquia hermano } # P. Gomez Jr. Jr. d'oualã cast. } # P. Joam balthista } de joam balthista</p>	<p>1575</p> <p># P. Manoel Alunç s. s. } # P. Ant. de Arboleda catalã } # P. Fr. Vieira } # P. Joam Bozo italiano } # P. Anno de 1561 #</p>
<p>1576</p> <p># P. Fr. de Pena p } # P. Diogo pareja cast } # P. Gonçalo Roiz catalã } # P. Estuan diniz } # P. Joam balthista Italy } # P. Joam medeiros Italy } # P. Anno de 1562 #</p>	<p>1576</p> <p># P. Sebastian Jr. p. na India } # P. Fernam tenzeira } # P. Vicente tonda valenciano } # P. Gonçalo var } # P. Ant. frã } # P. Manoel Lobo } # P. Miguel balthista valenciano } # P. Vicente Italy } 8</p>

Anexo 6

Capa (frontispício) do Livro de Balthazar Tellez, “Crónica da Companhia de Jesus na Província de Portugal”, 1645-47 (Assistência Portuguesa), editor Paulo Craesbeeck



Do Lado direito figura Simão Rodrigues, o primeiro provincial de Portugal.

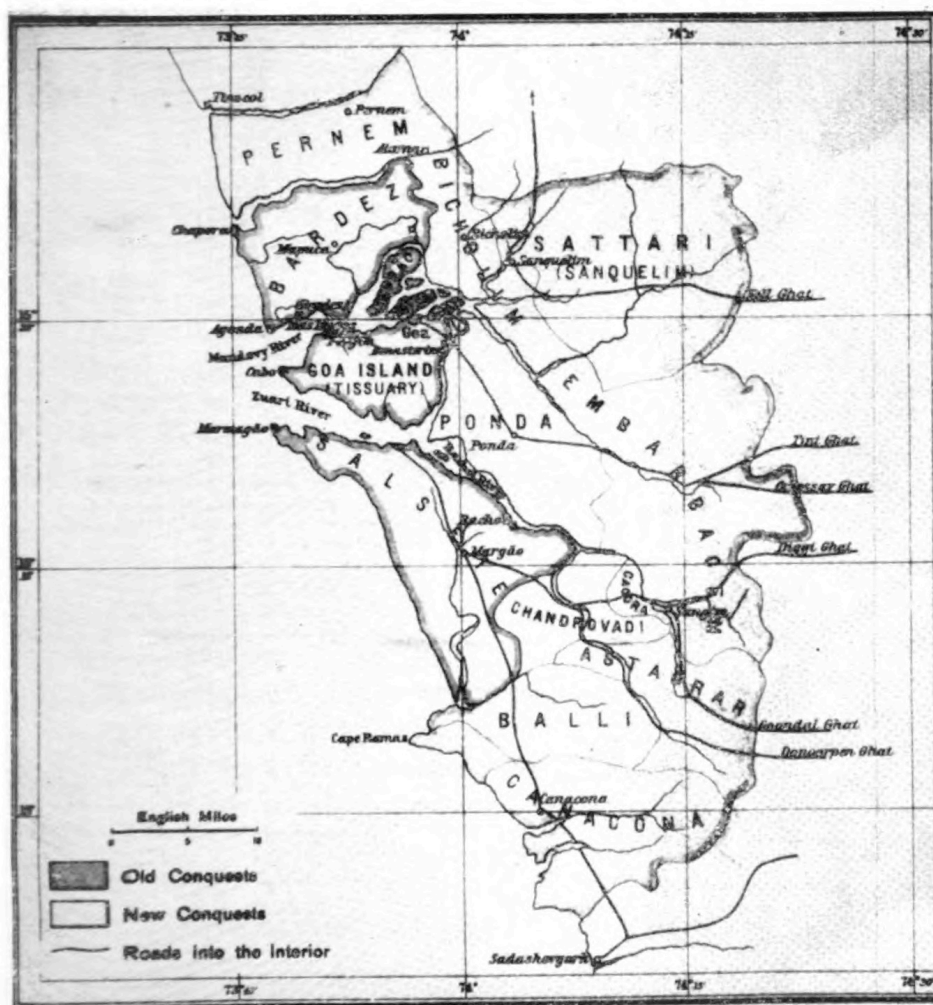
Fonte: Biblioteca Brotéria, 2019

Anexo 7

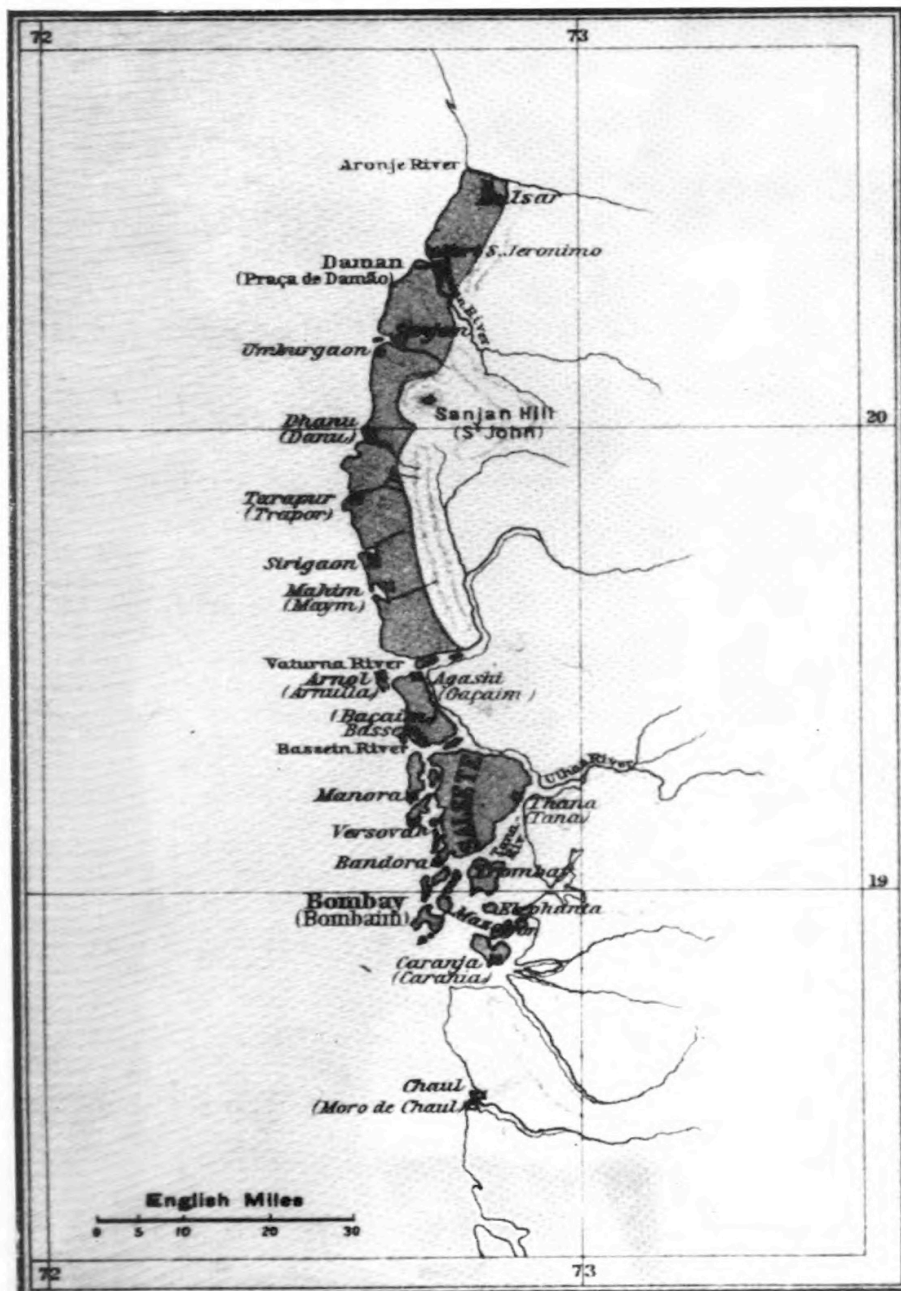
Mapa com imagem de Goa, Damão e Baçaim-.

Fonte: DI, IV, (1557-1560) p.38*/1:

Território Goês



TERRITORIUM GOANUM



DAMÃO, BAÇAIM

Anexo 8

Mapa de Africa, de Bartolomeu Velho, 1561

Fonte:

**Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na Africa Central: Vol. VIII
(1561-1588)**

de Eric Axelson (List of. Illustrations, 14, from PMC, plate 203.)



14 Part of the world map by Bartolomeu Velho, 1561

Anexo 9

Mapas de Sofala e Quelimane- Coleção Cosimo III, Florença, cópias digitais:

Fonte: Mapas com descrição fortaleza e porto de Sofala, 1669, na coleção Gran Duque Cosimo III, de Medici, Florença (*in The global eye. Dutch, Spanish and Portuguese maps in the collections of the Grand Duke Cosimo III de' Medici*, Angelo Cattaneo (aut.), Sabrina Corbellini (aut.), Florença/Lisboa: CHAM — Centro de Humanidades (Apoio), Mandragora, 2019, 244p

«Carte di Castello 62

Descrição da Fortaleza e Porto de Sofala

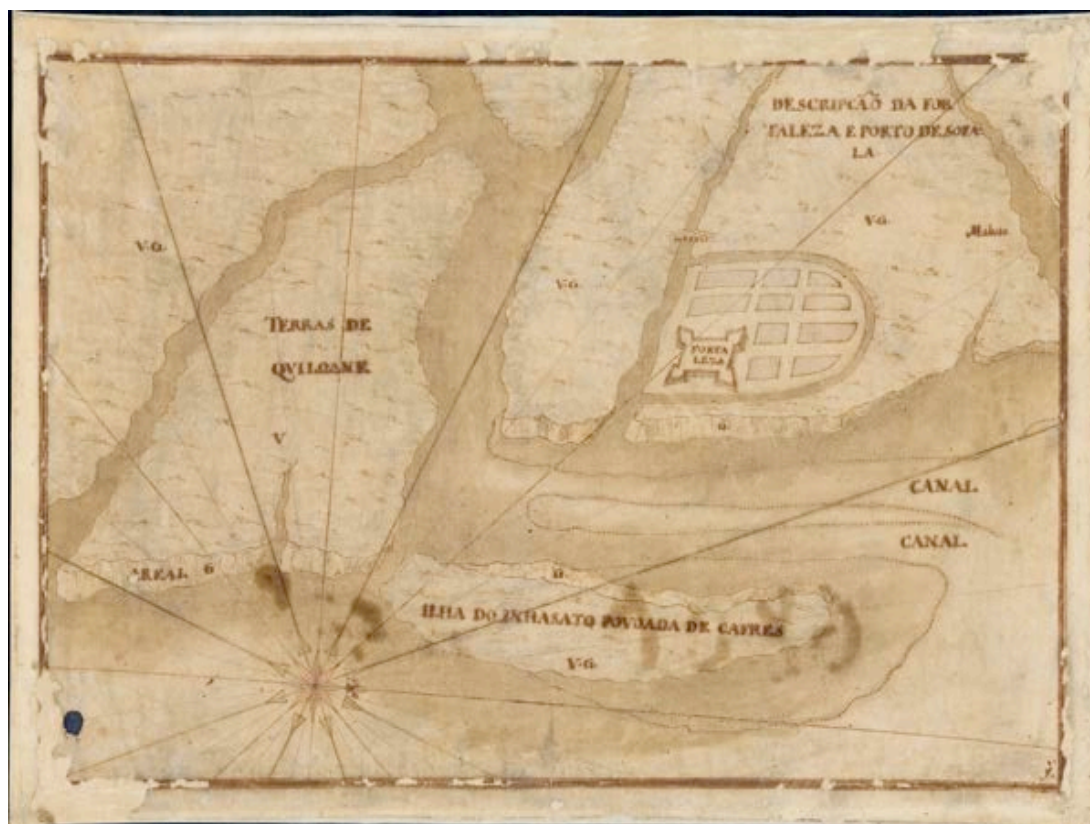
Description of the Fortress

and Port of Sofala

Mozambique Channel

Lisbon, c. 1669

Gravura de Peter Leopold, Grão-Duque da Toscana



Quando os portugueses chegaram a Sofala pela primeira vez o território de Sofala, fazia parte do Império Monomotapa, que ocupava a parte a área ao sul e sudoeste do Zambeze, na altura também chamado Rio Cuama



Costa do Cabo das Correntes até ao Porto de Sofala

Anexo 10

Mapa viagens de viagens de Gonçalo da Silveira, Francisco Barreto e Vasco Fernandes Homem, 1560-1576, imagem disponível na Torre do Tombo (sem data)

Fonte: REF:PT/TT/AF-GT/E/27/4/12



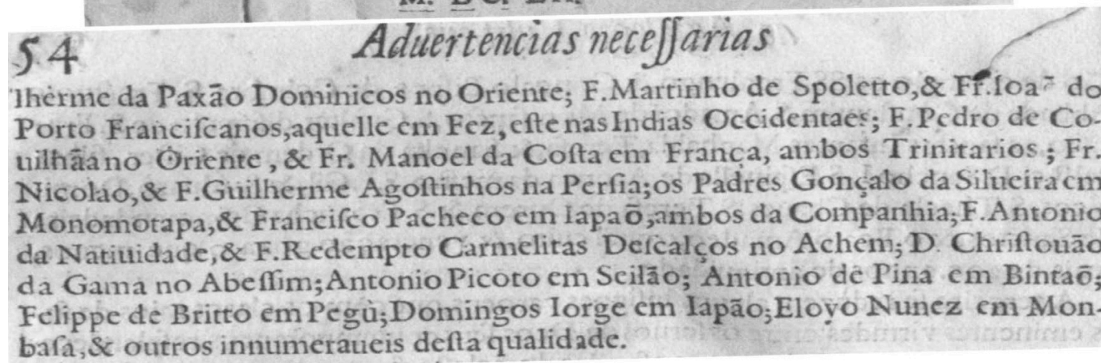
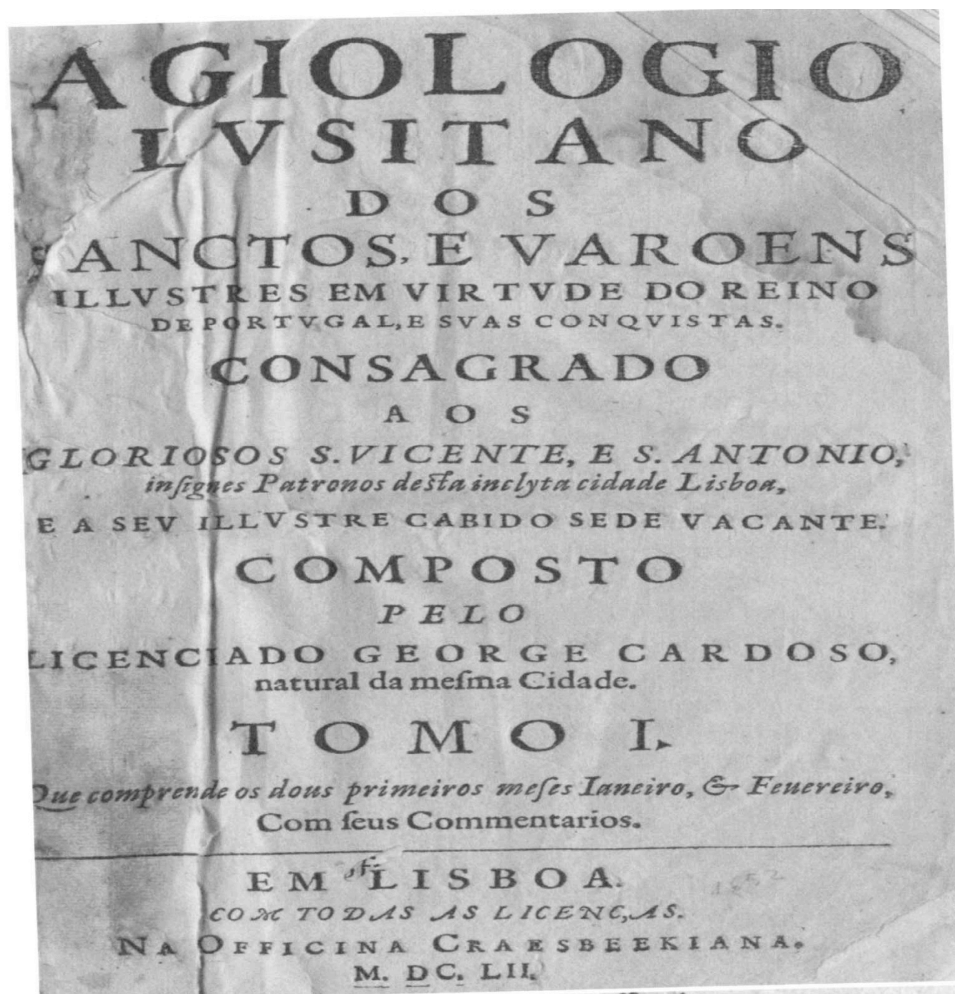
Grande plano de carta cartográfica, sem data, evocando as viagens feitas por Gonçalo da Silveira, Francisco Barreto e Vasco Fernandes Homem às terras do Monomotapa, em 1560, 1570, e 1576.

Anexo 11

Agiologio Lusitano, de George Cardoso (1606-1669), 1652:

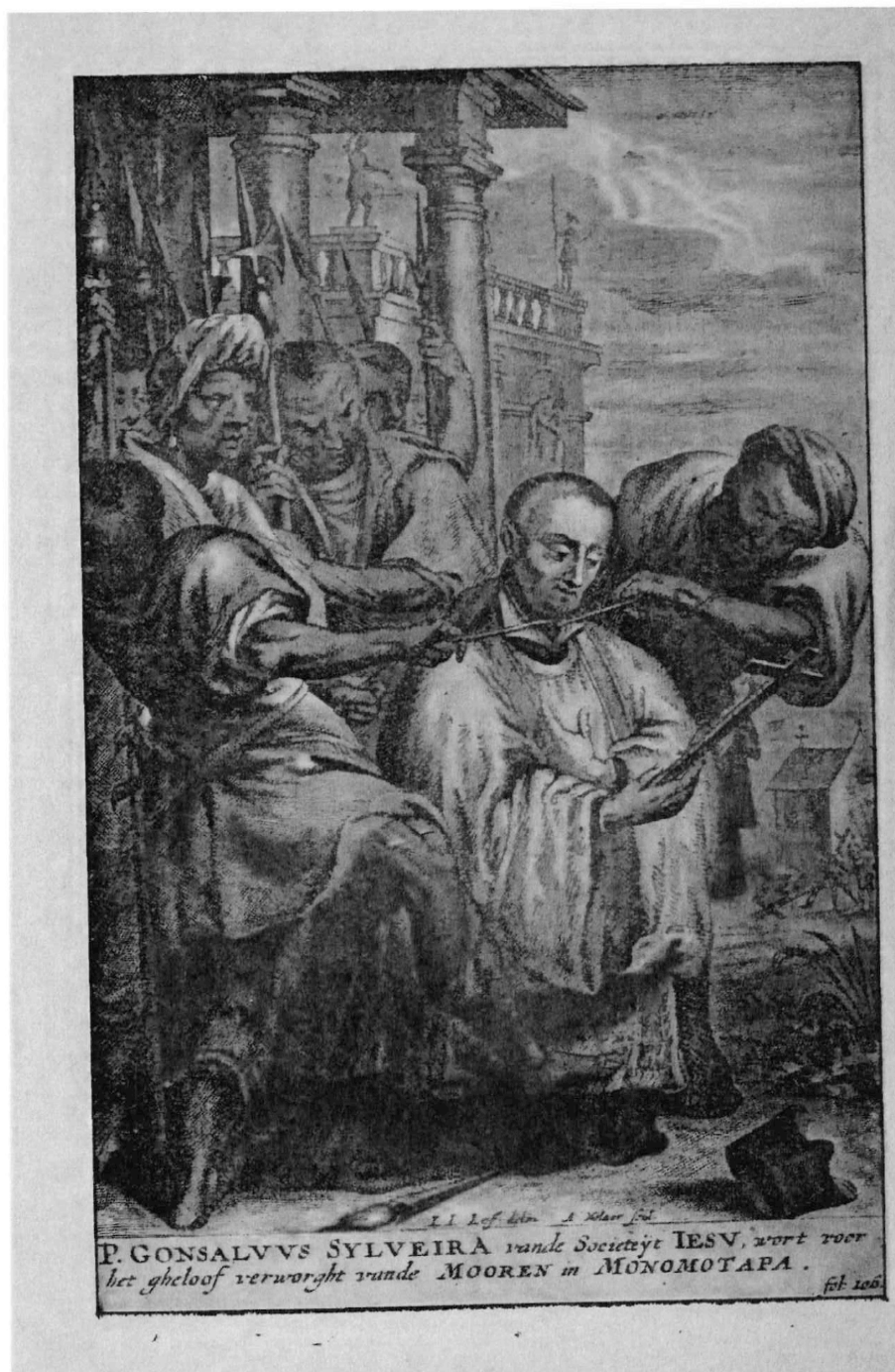
Fragmentos (2) de imagens sobre a figura de Gonçalo da Silveira

Fonte: BND: <http://purl.pt/12169>



Anexo 12

Gravura sobre morte de Gonçalo da Silveira



Fonte: Gravura de Cornelius Hazartt (1617-1690), no livro de Hubert Chadick, S. J., “*Life of the venerable Gonçalo da Silveira, Pionnier Missionary and Proto-Martir of South Africa*”, New York, 1910.

Anexo 13

Mapa Império Monomotapa

Fonte: W.G.L. Randles, L'Empire du Monomotapa, du XV ao XIX Siècle, Mouton, Paris, 1975



Legenda: L'Histoire général des voyages de l'Abbé Prévost, Paris

Anexo 14

Processo de Gonçalo da Silveira para beatificação, na Postulazione, (fragmentos)

APGXXXIX-1-Ano 1631

Livro 1

(consulta ARSI, 11.12-03-2019)

Manuscritos:

**«ORIGINALIS PROCESSUS AUTORITATE APOSTÓLICA IN CIVITATE
ELBORENSI FABRICATUS**

Ano Domini Millesimo Sextesimo Trigésimo Primo

(...)

*Dom Frey Manoel dos Anjos por mercê de Deos e da Sancta Igreja de Roma, Bispo de Fez, do Concelho de Sua Magestade, deputado do Sancto Offício, Presidente da Rellação, Provizor no Espiritual, temporal nesta Corte Eclesiástica e Arcebispado de Evora, (...) Ilustríssimo Reverendíssimo Senhor Dom Josehh de Mello por mercê de Deos e da Sancta Igreja de Roma, Metropolitano Arcebispo de Évora, Manoel Sevirim de Faria, Chantre e Cónego na Sancta Sé desta cidade, juizes executores subdelegados apostólicos do negócio e causa de que adiante se fará expressa e declarada menção ett. Aos Eminentíssimos Senhores Cardeais da sagrada Congregação da Fé, e cidade de Roma, e bem a fim a todos os ilustríssimos e reverendíssimos senhores Arcebispos e Bispos, e todas e quaisquer justiças assim eclesiásticas como seculares, de qualquer estado e qualidade, grau, ordem, e preeminência que sejam da jurisdição que usam de todas e quaisquer partes do mundo em geral, cada um em particular, aqueles a quem e aos quais estão (...), e mais verdadeiramente apostólica carta compulsotia, testemunhal remissória de diligencias na forma foi apresentada e o conhecimento della com direito de na casa (...), fazemos saber em como **nesta cidade de Évora** do Reino de Portugal perante nós se processarão, e fizeram huns autos, e por nós **juridicamente foram perguntadas testemunhas sobre a beatificação e canonização do servo de Deos e Padre Dom Gonçalo da Silveira**, Religioso professo da Companhia de Jesus, que morreu mártir pela fé de Christo no Reino de Monomotapa, dos quais Autos e Inquirição eclesiástica de todo o (...) advertência seguinte: (...)(pág.1)*

(...)

(treslado dos interrogatórios de latim em Português):

1.º *Se sabe da gravidade do seu testemunho particularmente nas semelhantes causas de Canonização, como he estar em que testemunha.*

2.º *Como se chama, nome, e sobrenome, dignidade, ou cargo, ou officio que tem, donde é natural, e aonde mora, e de que idade he.*

3.º *Se frequenta os sacramentos, e se he de missa ou não.*

4.º *Se foi acusado em tempo algum de algum crime e perante quem, e se for cessou a causa, e se foi condenado.*

5.º *Se foi denunciado, ou declarado por excomungado, e acusado e por mandado de quem.*

6.º *Se foi instruído por pessoa alguma e para o efeito, de dar este testemunho, (...) lhe foi dado, prometido, ou perdoado alguma coisa.*

7.º *Se vinha dar este testemunho de sua livre vontade, por ser nomeado por testemunha, e mandado citar e requerer pelos senhores juízos apostólicos.*

(...); (pág. 5v)

(Treslado dos artigos)

1. *Se sabe que D. Gonçalo da Silveira da Companhia de Jesus o houve nomeado como padre e como o sabe.*

2. *Se sabe que o mesmo Padre criado na Religião e fosse louvado de todas as virtudes cristãs, theologais, e morais, e como sabe, e se disto he publicamente a fama a comum opinião e reputação claramente;*

3. *Se sabe que o mesmo padre tivesse relação em Portugal que havia de ser mártir e por ainda pela fé de Christo, e como o sabe, e donde e se disto he publica (...) fama.*

4. *Se sabe que mesmo Padre de obediência de seus superiores, e com zelo (...) ou pelo exame o Evangelho passou dos Reynos de Inhambane e Manomotapa, e ali baptizou os Reis, e nobres, e como, e donde sabe disto he publica e com fama.*

5. *Se sabe, que em odio da fé Cathólica, (...) Padre Gonçalo da Sylveira tinha baptizado o Rey e a Raynha sua mãe, com muitos nobres com muitos daqueles Reyno, os mouros conspiraram contra ele, à procura de matar pelo que (...) pudessem reduzir ao Rey à*

gentilidade, e como donde o sabe, e se disso (...) publica nos e fama e comum reputação de todos.

6. Se sabe que o mesmo Padre verdadeira e realmente 17 de Março o Evangelho é converter aquele Reyno de Manomotapa foi dele e não por outra coisa e somente em ódio da fée, e depois de bautizar o Rey e do Reyno receberam o batismo alguns mouros com fingidas razões induziram, e persoadiram o Rey, que condenasse o P. Gonçalo da Sylveira à morte, comandasse matar e como, e donde sabe, e se disto há publica voz e fama, e como reputado de todos sem nenhuma duvidas.

7. Se sabe que o mesmo Padre verdadeiramente foi morto, e elle soube de novo que havia de ser martyr por revelação, e adivinhou sua morte, e para ella se aparelhou, e como sabe isto, e se della hé publica vox e fama, e comum opinião, e reputação.

(...) (Pág. 6)

- 1. Se sabe que o mesmo Padre em vida fez algumas professias, que assim aconteceram como disse, e quais, (...) e como sabe isso?*
- 2. Se sabe que mesmo em vida fez algum milagre, e quais ...), como sabe?*
- 3. Se sabe que depois da sua morte, aconteceram alguns milagres, como ele tinha dito, e quais foram, e como sabe, etc.*
- 4. Se sabe que o mesmo Padre sempre foi tido, ainda, respeitado publica*

(...)

Rol de Testemunhas para o caso da Beatificação e Canonização do servo de Deos o P. Gonçalo da Sylveira da Companhia de Jesus que morreu mártyr pela fee de Christo no Reyno de Monomotapa (pág. 6v):

- P. Miguel Godinho Pregador, e confessor aprovado Religioso da Companhia de Jesus.
- P. Doutor Estevão do Couto. Lente e jubilado de prima, sacerdote de missa, pregador, e confessor aprovado Religioso da Companhia de Jesus.
- P. Nuno da Cunha, pregador, e confessor da Companhia de Jesus.
- Padre Manuel Severim de Faria, sacerdote de mitra, Chantre, e cónego na sé de Évora, e pai apostólico nesta causa.
- P. Doutor Paulo Ruiz da Companhia de Jesus.
- O Doutor Álvaro Tinoco, sacerdote (...), e cónego na Sancta Sé de Évora.
- O licenciado Gaspar (...), Bacharel (...) da Sé de Évora.
- O licenciado Sebastião da Fonseca, (...), prior na Igreja Paroquial de Santiago nesta cidade de Évora.

- O Doutor Jerónimo de Figueiredo de Saa, corregedor com alçado por Sua Magestade nesta cidade de Évora.
 - O Doutor Sebastião Tinoco, cónego na Sé de Évora, e Inquisidor apostólico na Inquisição desta mesma.
 - O Doutor Duarte Pedro sacerdote de missão, Promotor da Inquisição desta cidade de Évora.
 - Reverendo P. Frey Domingos do Rosário que foi Conde de Vimioso e agora he religioso professo da Ordem de São Domingos
 - Padre Luís Lobo, Religioso professo da Companhia de Jesus, Reitor do Colégio da Universidade de Évora.
 - O Doutor Miguel Tinoco, Religioso professo da Companhia de Jesus
 - O Doutor António Ruiz Silveira, cónego na Sé de Évora e Conservador Apostólico juiz ordinário eclesiástico da Universidade da mesma.
- (...))»

(...)

APG XXXIX-4 (4.º livro)

Cópia Pública

Versionis originalis e lusitana in italicam linguam

Vitae Servi Dei Gonzalvi Silveira

Sacerdotis Professi

Societatis Jesu

Vol. Unic

Gustavus Savignoni S. R. C. Chancellorius et Archivista

Ano 1916

Arch. Societatis Jesu
Goana Historiae 1539-1599, DOC. 15, (Pág. 1)

(Manuscrito)

**«Della morte del Santo del Santo uomo padre Gonçalo da Sylveira (aggiunto da altra
mano) del padre Luigi Froes di Goa**

Pax Christi

Si offre larga matéria per iscriveri all felice transito e fortunato fine del nostro caridissimo padre Don Gonçalo; ma raccontari cio da molte persone etni modi differenti, ingianne il Ver. Patre provinciale che il vero equanto vi fosse di piú si vero di raccogliesse e da lettera che tal reudessimo regno di Manomotapa seris un tale ad un sua amico, como tal comantaonte della nave che colá posto il padre Don Gonçalo com cui tratam, e da un giovanne chelo stesso padre conducera seco e che Mozzambique avesso condotto il padre Lina a questo Collegio di Goa.

(...)

Da questo Collegio de S. Paolo di Goa

18 di Dicembre 1561

Per commissione del P. António Quadros, provinciale delhe Indie

(...)

Cap. II

H D. Gonçalo entre nella Compagnia di Gesù e ince la contraditioni dei suoi. Del despreso di si e del distracco dei parenti (pág. 19)

(...)

Cap. III

Continua il distacco tai sui parenti e si parla della edificacionne che dette in casa di sua sorella. (...)

(pág. 25v)

(...))»

APG XXXIX- (5.º livro)

Cópia pública versionnis originalis ex anglia in italicum linguam

Vitae Vem. Servi Dei

Gonçalo Silveira, sacerdoti Professi Societatis Jesu

Vol. Unic.

Gustavus Prov. Savi gnoni S. R. C.

Chancellorius et Archivista

Anno 1916

(...)

«(...) Hoc comprehenso, concordat cum versione originali viate vem Servi Dei Gonzalvi Silveira Sacerdotis Professi Societatis Jesu, quae asservatur in Archivo Chanceleriae Congregationis Sacrorum Rituum.

In quórum fidem

Romae hac die 31 Mai 1916

Gustavus Adv Savignois

S.R.C. Notarius, Chancellorius et Archivista.»

APG XXXIX-6

(transcrição de correspondência, manuscrita, para processo de beatificação de Gonçalo da Silveira), **doc. avulsos:**

A-

«Maritz bay, 7.03.05

Reverendissimi Padre

Cum molto piacesse la transmetto en petizione signando alla canonazionne del V. P. Silveira, il Ptrotomartyr Dell' Africa Meridionale, angurandola perfetto successo in questa causa, che é per la nostra. Hé segura che preghermo com tutto cuore per la risuscita del di Dei Santo propósito.

Devoti nel Signore

T M. Delelle»

B-

«2. Jan. 1905

M. Dear P. Beccari

«(...) preponny the great and (...) legato of his Holiness Pius X has possi – (...) supplie for the re-introduction of the cause of P. Silveira our African Proto-Martyr.

(...)

I wish you many benedictienson chering the new year which has begun and i subscribe myself, reverendo new (...)

T H. Mac Slenoy

Bishop TVA (Cape Colony) »

(consulta: ARSI-Roma, 11.03.2019).
